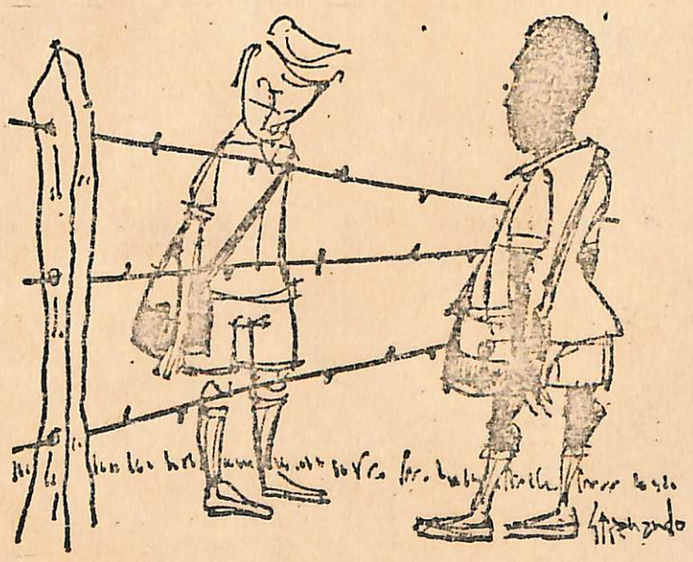
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES



A cruel realidade da África do Sul

F 299

F 299

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIATICOS
BIBLIOTECA

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIATICOS
CONJUNTO UNIVERSITARIO CANDIDO MENDES
BIBLIOTECA
N.º 299 ANO 1989

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Estado de São Paulo DATA 02/01/88
Cidade São Paulo SP

Na África do Sul, ecumenismo ideológico

De pedra em pedra, a África do Sul vai demolindo aos poucos o **apartheid** para acabar de vez com esse anacronismo. A fim de acelerar ou orientar esse processo, os cristãos — católicos e protestantes — engajaram-se maciçamente num grande debate político e religioso. A Igreja Cristã de Sion, por exemplo, que tem quatro milhões de fiéis na África Austral, optou pelo entendimento e pela negociação com o governo de Pretória. Mas outras igrejas, adeptas da Teologia da Libertação, preferem aliar-se aos movimentos revolucionários pró-soviéticos.

Essas igrejas estão agrupadas, em sua maioria, no Conselho Sul-Africano de Igrejas. A respeito desse organismo, escrevia o pastor J.G.H.Hoffmann, em 6 de julho de 1986, em sua **Carta aos Pastores da Igreja da França**: "O Conselho Sul-Africano de Igrejas rejeita a evolução pela reforma, preferindo a libertação política pela revolução, de acordo com a ideologia dos teólogos da Libertação, que querem criar e manter a desordem, a fim de desestabilizar o país".

O dr. Beyers Naude, secretário-geral do Conselho, não se perturba com tais acusações. Alto, rosto magro, porte britânico, esse pastor defende suas posições cristomarxistas e afirma:

"Devemos deixar bem claro que o cristianismo nada tem a temer do comunismo. E temos de levar em consideração a crítica legítima que Marx e o comunismo fazem de nossa sociedade".

"O senhor aceita então o Evangelho segundo São Marx? — perguntamos. E ele respondeu:

"Aceito o Evangelho segundo Cristo. Mas, na medida em que Marx nos dá a mesma verdade que Cristo nos deu, aceito também a sua."

Essas teses cristomarxistas são também as do Conselho Ecumênico de Igrejas, que com seus poderosos recursos financeiros sustenta tanto os guerrilheiros da Swapo na Namíbia como o bispo anglicano Desmond Tutu e os teólogos da Libertação do mundo inteiro. Especialmente na África do Sul, onde a Conferência dos Bispos Católicos Sul-Africanos expõe e divulga, faz tempo, teorias sociais e marxistas. O bispo católico sul-africano Denis E. Hurley escreveu que "a maior parte dos cristãos ativistas busca sua base teórica na Teologia da Libertação... e utiliza uma análise histórico-materialista."

E não apenas na África do Sul, como prova esta proclamação:

"Saudamos a OLP e o povo palestino, a República Democrática Árabe do Saara, a Frente Farabundo Marti de El Salvador, a Fretilin de Timor Oriental, assim como o povo em luta na Nicarágua e as forças progressistas da Frente Sandinista de Libertação Nacional". Assim falava Olivier Tambo, no jornal **Sechaba** de março de 1986. Impresso na Alemanha Oriental, **Sechaba** é o órgão oficial do ANC, presidido por Tambo, uma organização terrorista sul-africana que os "libertadores" apresentam como único "interlocutor válido" possível do governo de Pretória.

E bom notar que no comitê executivo do ANC está Joe Slovo, que recebeu em 22 de maio de 1986 a Ordem Lenin da Amizade, normalmente concedida por "serviços eminentes prestados à União Soviética".

Jornal de Brasília · 11/2/88, QUINTA-FEIRA ·

Pretória intervém em enclave negro

Johannesburgo — Centenas de soldados sul-africanos fortemente armados esmagaram ontem um golpe de 18 horas de duração desfechado por militares no enclave negro de Bophthatswana, libertando o presidente Lucas Mangope, após um rápido tiroteio.

As 21h00 locais, a rádio estatal da África do Sul anunciou que os militares rebelados, que tentaram o golpe em apoio ao oposicionista partido do Povo Progressista, já tinham se rendido. O líder desta agremiação, Rocky Malebane-Metsing, acordado pelos golpistas para assumir o poder na manhã de ontem também se entregou aos soldados enviados por Pretória.

O ministro de Exterior da África do Sul, Roelof Pik Botha, disse a jornalistas, na Cidade do Cabo, que duas mulheres foram mortas no golpe de soldados do Exército de 1 mil 500 efetivos do enclave nominalmente independente.

Mas a TV mostrou também pelo menos três soldados golpistas mortos pelas tropas brancas que chegaram, 15 horas após o início da rebelião, em três helicópteros e num comboio de carros blindados.

O presidente sul-africano, Pieter Botha, havia anunciado, no meio da tarde, que decidira enviar tropas ao enclave por ter recebido pedido de ajuda do governo deposto e por não concordar com a tomada de poder através de meios violentos.

Jornalistas em Bophuthswana informaram que a operação de resgate, que libertou ainda 14 funcionários militares brancos da África do Sul, além de Mangope e diversos assessores, foi liderada pelo general Jannie Geldenhuys, chefe da força de defesa.

"Foi uma experiência terrível", comentou o ministro da Agricultura, Victor Zhuping. "Pensei que ia morrer", acrescentou.

Cerca de 60 militares foram desarmados e obrigados pelos soldados brancos a deitar de face para o chão no estádio esportivo da capital do enclave, Mmabhato. Pouco depois, os golpistas que controlavam a sede do governo e a emissora estatal também se entregaram às tropas sul-africanas.

Sete mortos em choques entre mineiros negros

JOHANNESBURGO – Sete pessoas morreram e 112 ficaram feridas em choques entre mineiros negros, em duas minas de ouro sul-africanas, segundo informou uma das companhias de mineração e a Polícia.

Quatro morreram e 67 ficaram feridos em choques entre mineiros negros na mina de ouro de Randfontein States, a 40Km a oeste de Joanesburgo, anunciou um porta-voz do Centro de Mineração.

Pouco antes, a Polícia sul-africana havia anunciado que três homens haviam morrido e 45 ficaram feridos em choques na mina de ouro de Westonaria (a uns 100Km a sudoeste de Pretoria).

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 20/02/88
Cidade São Paulo SP

Atentado em banco sul-africano na Namíbia deixa 15 mortos e 40 feridos

Pelo menos 15 pessoas morreram e 40 ficaram feridas com a explosão de uma bomba em um banco na cidade de Oshakati, na Namíbia, próximo à fronteira com Angola. A explosão ocorreu às 12h45 (7h45 em Brasília) de ontem, quando a agência do First National Bank, sul-africano, estava cheia de gente. Segundo a polícia, praticamente o prédio inteiro foi destruído. Dos feridos, apenas três não estão em estado grave. O atentado foi atribuído à Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), que luta há 22 anos pela independência da Namíbia, administrada ilegalmente pela África do Sul.

Segundo o porta-voz da polícia namíbia, Kirie Durond, a explosão foi provocada por 25 kg de explosivos, colocados na entrada do banco e detonados à distância. O impacto foi violento a ponto de causar incêndios nos prédios vizinhos. Há um ano, a Swapo assumiu um ataque contra a agência do First National Bank em Oshakati, que deixou um morto e quatro feridos. Durond afirmou que o número de mortos "pode aumentar muito".

Guerrilha

Oshakati é um dos pontos mais visados pelos guerrilheiros, por ser um dos principais quartéis das forças de segurança namíbias, apoiadas pela África do Sul. Oshakati é também a base de onde tropas sul-africanas fazem incursões periódicas no sul de Angola, para atacar a Swapo e ajudar a guerrilha direitista da Unita, que luta contra o governo de inspiração marxista de Angola.

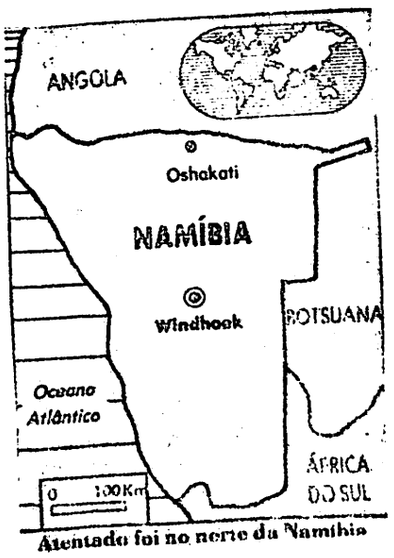
A Swapo, liderada por Sam Nujoma —que se baseia em Luanda, capital de Angola— intensifica seus ataques na Namíbia nesta época do ano, quando termina a estação das chuvas no território. Em julho, foi atacado um quartel em Windhoek, capital da Namíbia, mas não houve vítimas.

África do Sul

A Namíbia, chamada até 1968 de África do Sudoeste, foi colônia alemã até 1918, quando a Liga das Nações (antecessora da ONU) colocou-a sob mandato da África do Sul, visando a futura autonomia do território. Com o final da 2ª Guerra Mundial, a África do Sul se recusou a abrir mão do mandato para a ONU, apesar das várias resoluções neste sentido votadas desde 1945.

O Conselho de Segurança da ONU votou, em 1978, uma resolução pela completa independência da Namíbia e a realização de eleições com a participação da Swapo, reconhecida como "representante legítima do povo namíbio".

No território, de 824.269 km2 e rico em minérios, vivem 1,1 milhão de pessoas. Dos habitantes, 76 mil são brancos, principalmente descendentes de alemães e afrikaners (um dos grupos brancos da África do Sul), e o restante negros de vários grupos étnicos e culturais. O governo sul-africano instalou uma administração multirracial no território, mas se recusa a dialogar com a Swapo. Condiciona a sua retirada da Namíbia à saída das tropas cubanas de Angola.



Atentado foi no norte da Namíbia

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Jornal do Brasil
Pág. DATA 24/02/88
Cidade Rio de Janeiro

Carta de alforria literária

Musical sul-africano e escritores negros americanos combatem a discriminação

NOVA YORK — Um grupo de 48 escritores negros e críticos assinou uma declaração lamentando o fato de Toni Morrison não ter recebido nem o Prêmio Nacional do Livro nem o Prêmio Pulitzer, o que eles atribuem a um capricho nocivo e a uma omissão.

Entre os signatários do manifesto estão Maya Angelou e Amiri Baraka, os romancistas John Edgar Wideman e John A. Williams e o crítico Henry Louis Gates Jr. Classificado por seus autores de tributo a Morrison, e parcialmente escrito sob a forma de carta aberta, o manifesto será publicado na próxima edição do "New York Times Book Review".

Em anexo a esta declaração, há um tributo a Morrison feito pela poetisa June Jordan e pelo crítico Houston A. Baker Jr, que lamentam também que James Baldwin, falecido no mês passado, não tenha recebido algum destes prêmios.

"Nós lamentamos porque ainda não podemos garantir que não se repita esta vergonha, esta negligência nacional", disseram eles.

"Beloved", o mais recente livro de Morrison, sobre as recordações de um ex-escravo em Ohio após a guerra civil, ficou entre os finalistas tanto para o Prêmio Nacional do Livro, conquistado por Larry Heinemann com "Paco's story", quanto para o Prêmio dos Críticos do Círculo Nacional do Livro, conquistado na semana passada por "The Counterlife", de Philip Roth.

"Song of Solomon", de Morrison, obteve o Prêmio dos Críticos do Círculo Nacional do Livro como melhor obra de ficção publicada em 1977. Contudo, os signatários do manifesto dizem que o fato de a escritora não ter recebido os outros prêmios mostra que "ela ainda não obteve o reconhecimento nacional que suas cinco principais obras de ficção merecem plenamente".

Wideman declarou que o objetivo desta carta aberta não é influenciar na escolha do laureado com o Prêmio Pulitzer de Literatura, que será conhecido em abril, mas apenas elogiar um escritor de mérito.

— Eu vejo a carta como, em primeiro lugar, um tributo, e em segundo, uma demonstração de que um grupo de escritores, pensadores e intelectuais negros podem falar coletivamente. Há certas horas e ocasiões em que este grupo precisa falar sobre algumas questões — disse Wideman.

Segundo este escritor, laureado com o Prêmio Faulkner por seu romance "Sent for you yesterday", os juízes devem votar de acordo com a sua consciência.

— Mas — acrescentou — existem formas alternativas de ver qualidade? Claro que sim. E é isso que, na minha opinião, esta carta tenta mostrar. Não é uma ordem, mas um ponto de vista e deve ser observada no contexto da democracia, não tiranizando os padrões e noções de qualidade literária.

Wideman disse que se ele fosse um dos jurados leria a carta, pensaria e olharia em volta para ver se não estava omitindo alguém por falta de informação ou de sensibilidade.

Os 48 escritores elogiaram "Beloved", assim classificando-o: "o mais recente presente de Morrison à nossa comunidade, ao nosso país, à nossa consciência", acrescentando:

"Para toda a América, para as letras americanas, você promoveu os padrões morais e artísticos pelos quais devemos medir a ousadia e o amor de nossa imaginação nacional e nossa inteligência coletiva como povo".

24 de fevereiro de 1988

Massacre vira musical na África do Sul

JOHANNESBURGO — Um dos mais arbitrários atos do regime racista, a destruição do vibrante multirracial Distrito Seis, localizado nos arredores da Cidade do Cabo, foi transformado no espetáculo de maior sucesso das últimas décadas. "District Six", o musical, iniciou uma temporada de 11 semanas no Market Theater, de Johannesburgo, na África do Sul, e todas as entradas foram vendidas antes de a estréia ser programada, o que constitui um feito notável. Antes de chegar a Johannesburgo, o espetáculo fez uma temporada de 26 semanas no Baxter Theater, um moderno complexo teatral ligado à Universidade da Cidade do Cabo, onde foi visto por 120 mil pessoas.

Quando o peso das leis racistas caiu sobre o Distrito 6, a 11 de fevereiro de 1966, cerca de 40 mil pessoas de todas as raças moravam no local. E foram precisos 15 anos e US$ 30 milhões para a "limpeza" da área. O funcionário responsável pela decisão foi Pieter Botha, que hoje ocupa o cargo de Presidente. Ele decidiu arrasar o distrito apesar da opinião contrária de todos os técnicos, que recomendaram a reorganização do local através de um projeto de restruturação urbana.

"District Six" é uma movimentada, viva e autêntica recriação do espírito do Distrito Seis. O local era o centro vibrante e colorido da área habitada pelos não brancos da Cidade do Cabo, mas também uma zona de delinqüência superpovoada e perigosa. Há muito poucos não brancos que não têm alguma ligação com "O Distrito", como era afetuosamente chamado. As péssimas condições materiais e higiênicas não impediram o Distrito Seis de produzir alguns dos mais conhecidos autores, artistas, poetas, políticos e intelectuais da comunidade não branca.

O espetáculo é uma alegre erupção de ritmo, movimento e emoção. A música do Cabo, uma mistura de ritmos africanos, jazz e soul, dá ao show uma forte cor local, mas os sentimentos alternados de dor e alegria elevam-no a um nível universal. A trilha musical foi lançada quando o show estreou, em abril do ano passado, e logo se tornou um sucesso. Quatro das músicas foram proibidas pelo sistema estatal de TV. Mas depois o musical se tornou um sucesso tão grande que a TV estatal não pôde mais ignorá-lo.

Na semana passada, o espetáculo recebeu uma grande publicidade quando o diretor, Fred Abrahamse, e os autores decidiram cancelar a temporada de três semanas programada para o teatro estatal de Pretória, que já tivera seus ingressos vendidos. Eles não revelaram as razões do cancelamento, mas informaram ter agido "para assegurar o respeito aos desejos e à sensibilidade dos antigos residentes do Distrito Seis e de todos os afetados pela lei de exclusão racial".

24 de fevereiro de 1988

A volta por cima de Mama África

Após um ostracismo de quase 20 anos por seu ativismo nos EUA, Miriam Makeba ressurge ainda na frente de luta contra o apartheid

A sul-africana Miriam Makeba já foi chamada de Mama África, a Imperatriz da Música Africana, a Voz das Libertações. Mas sua vida pessoal tem sido uma esquizofrênica alternância de perseguições política e eufóricas celebrações da liberdade. Com apenas 18 dias de vida, estava entre os muros de uma prisão: sua mãe fora condenada a uma pena de seis meses por fabricar cerveja em casa — o álcool era proibido aos negros na África do Sul — para sustentar a família, e não teve opção senão levar seu bebê consigo para trás das grades.

Makeba não tinha muito mais idade quando o terror das batidas da polícia para checar "passes" começou a imprimir-se em sua consciência. "Essas coisas permanecerão para sempre em minha mente, porque ainda acontecem hoje — portas arrombadas a pontapés e pais arrastados para fora, vestidos ou nus. A gente se senta num canto e vê a polícia levá-los", ela disse ao lançar nos Estados Unidos sua autobiografia, **Makeba: my story** (NAL Books/New American Library). Também está lançando **Sangona**, seu primeiro disco em sete anos, e o primeiro nos Estados Unidos em quase duas décadas. Agora em abril, iniciará uma serie de apresentações pela América, a primeira ali em 17 anos. É um retorno triunfal, que começou com o primeiro concerto da turnê de **Graceland**, de Paul Simon, em Harare, Zimbabwe, em fevereiro de 1987.

Aos 55 anos, gorda, o cabelo afro curto entremeado de fios grisalhos, mora atualmente em Guine, como protegida do presidente Sekou Touré. Com um metro e 80, jamais foi uma gigante, a não ser aos olhos do mundo.

Hoje, com esses olhos voltados para os horrores diários, endêmicos, do sistema de **apartheid**, a autobiografia de Makeba é mais um fio no tecido da libertação.

Como adolescente, Miriam Makeba assistiu à transição do domínio britânico para o **afrikaaner** na África do Sul. "O domínio britânico era diferente talvez porque consistia em morder e soprar", ela diz. "o que chamamos **egundu**. A única diferença é que os holandeses são muito diretos. Eles dizem: 'Negros de um lado, brancos do outro.' Os ingleses fazem a gente acreditar que, 'se você estudar, pode elevar-se pelo esforço até nos'. Mas a gente nunca chega lá."

Makeba trabalhou como empregada doméstica para várias famílias brancas, sujeita a todos os seus caprichos e manipulações, apavorada com a possibilidade de ser acusada por algum erro cometido pela pa-

troa, sabendo que não havia recursos nem explicações. Já cantara em corais de igreja, e tivera seus primeiros contatos com cantos subversivos, e sentia que dentro dela havia uma voz pronta para explodir, despertada em parte por filmes americanos e cantoras americanas como Ella Fitzgerald e Billie Holiday.

"A gente via aqueles filmes e todo mundo vivia sonhando em ir para a América", ela explica. "E sempre tínhamos a sensação de que a América viria nos libertar... De vez em quando, alguém dizia que no sul, lá, havia pessoas não muito boas, mas só no sul. Quando cheguei à América, descobri que não é só no sul. Nunca vi coisas tão feias como em Boston e Nova Iorque, na integração dos ônibus escolares. A única deferença entre os Estados Unidos e a África do Sul é que o racismo lá está institucionalizado na Constituição. Nem a lei está de nosso lado, de modo que não temos realmente nada".

A chance musical de Makeba apareceu quando ela foi convidada a cantar com os Gibson Brothers, um grupo amador da África do Sul; aos 20 anos, tornou-se profissional com os Manhattan Brothers. "Fiquei tão impressionada a primeira vez que fui pra casa e disse: 'Mama, sabe que me pagaram pra cantar?' Cantar era apenas cantar: a gente canta porque quer cantar. Pela primeira vez eu tinha dinheiro, mas nunca pensei em chegar até aqui. Eu, ir para a Europa ou América? Ha! Nem pensar".

Com apenas 18 dias de vida, Miriam Makeba estava entre muros de prisão

Mas tornou-se famosa na África do Sul, a ponto de aparecer em imensos **outdoors** por todo o país, fazendo propaganda da Coca-Cola. Chegou a fazer turnês pelas vizinhas Rodésia (hoje Zimbabwe) e Angola, mas não tinha idéia de ir mais longe quando, em 1957, o cineasta americano Lionel Rogosi a convidou para uma pequena participação no documentário **Come back, Africa**. Isso iria modificar a sua vida.

Makeba aparecia como cantora de um **shebeen**, boate ilegal onde se servem bebidas a negros. Era pouco mais do que o que os americanos chamam de um **cameo** (camafeu), uma breve aparição de um nome famoso num filme. "As duas músicas que eu cantava não tinham nada com nada", ela lembra. Tampouco tinha noção alguma do que tratava o documentário. "Eu tinha um idéia de risco, porque me haviam dito para não comentá-lo, e também pelo fato de que era feito no meio da noite. Simplesmente me convidaram para ir cantar duas músicas 'para a televisão americana'. Ho-ho. Nem me pagaram por isso".

Contudo, o documentário, cujo título era tirado do hino do Congresso Nacional Africano, foi exibido no Festival de Cinema de Veneza. De repente, todo mundo queria saber quem era aquela Miriam que cantava como um rouxinol. Seguiu-se um convite para ir a Veneza, depois Londres, depois Estados Unidos, onde um dos mentores de Makeba era Harry Belafonte.

No início da viagem, veio o choque cultural. "Durante 27 anos de minha vida eu soube que não podia ir a um restaurante de brancos e sentar-me, não podia entrar num ônibus com brancos e sentar-me, não podia andar pelas ruas à noite após as 11h, não podia entrar numa loja de bebidas e comprar alguma coisa, porque não é para negros. Andava pela Inglaterra e sentia fome, mas todo restaurante para dentro do qual olhava tinha brancos. Finalmente, voltei para o meu quartinho, arranjei um fogãozinho de duas bocas e cozinhei ali por muito tempo. Tomava táxi, mas não ônibus".

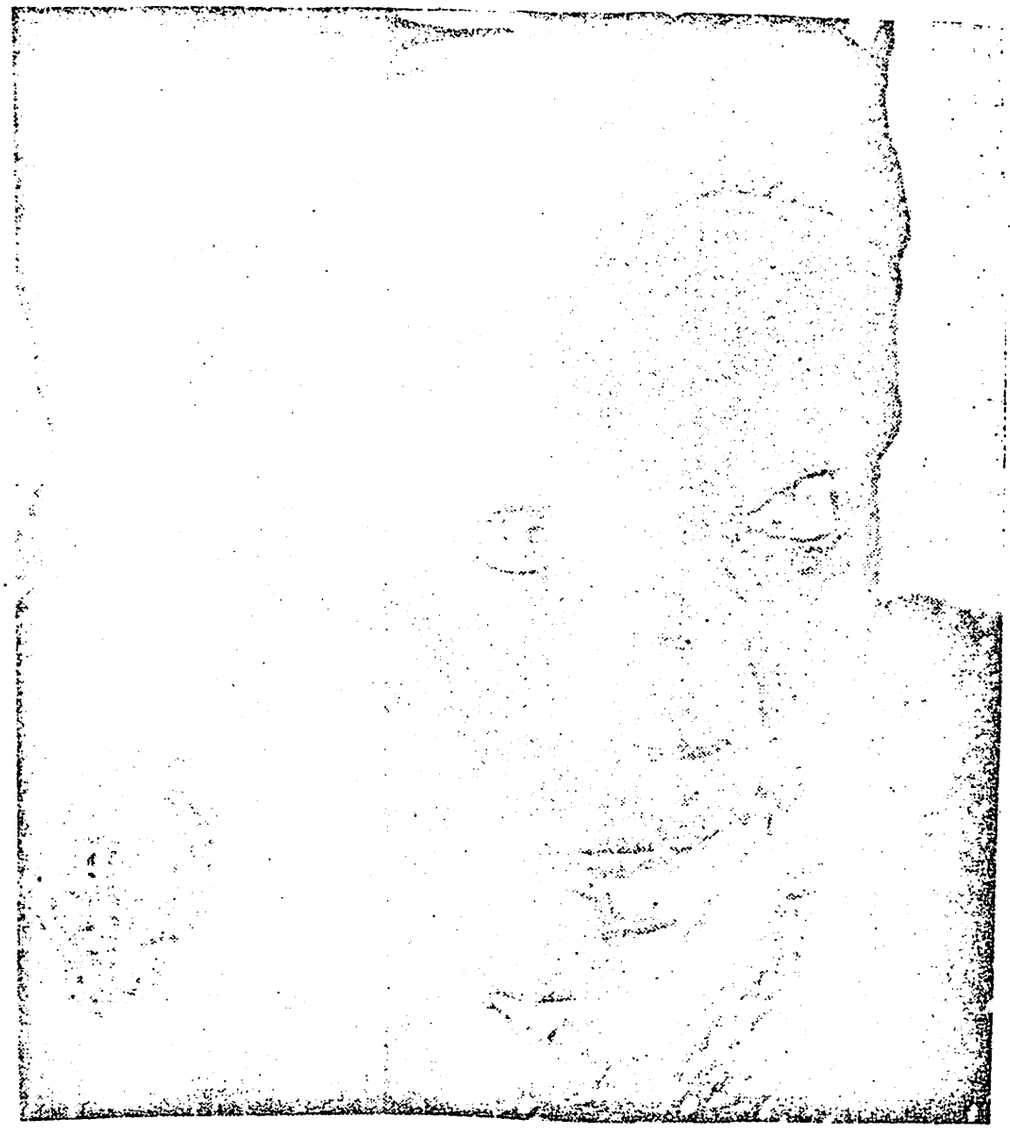
Suas apresentações tornaram-na uma **superstar**, mas em 1959, quando procurou o consulado sul-africano em Nova Iorque para voltar para sua terra, a fim de assistir aos funerais de sua mãe, um burocrata simplesmente carimbou em seu passaporte "Não Válido". Ela perdera a sua cidadania. Era o começo de uma derrocada. Em seu posterior exílio na América, tudo deu errado: sofreu dois ataques de câncer, teve cinco casamentos fracassados, conheceu o mais absoluto ostracismo por casar-se com o revolucionário negro Stokely Carmichael em 1968, e o pior de tudo: morreu sua filha única, Bongi, do primeiro casamento.

Depois do casamento com Carmichael, um dos líderes da fermentação negra da década de 60, seus concertos foram cancelados, acabaram as apresentações na televisão, seu contrato com a Reprise foi rescindido. Algumas pessoas sugeriam que ela estava financiando a revolução de Carmichael com seu dinheiro. "Foi terrível, porque o FBI ficava na minha cola o tempo todo. Defronte de minha casa havia sempre dois carros parados. A gente vê eles lá e fica nervosa, se sentindo muito mal. Não se sabe o que vão fazer, mas é uma perseguição terrível. Foi por isso que parti. Eu me sentia como se eles estivessem me olhando quando tirava minhas roupas; a gente olha pela janela e lá estão eles. A gente sai e toma um táxi, vai a algum lugar, salta e lá estão eles, bem atrás da gente, sentados lá à espera de que a gente saia".

"Foi terrível, porque o FBI ficava em minha cola o tempo todo"

De certa forma, ela diz, isso era pior que na África do Sul. E assim, ela, Carmichael e Bongi mudaram-se para a África, primeiro para Dakar, e finalmente para Guiné. Já então, era a Voz das Libertações, cantando nas cerimônias de independência da Costa do Marfim (1960), Tanzânia (1961), Quênia (1963). No Quênia, cantara também na campanha de Jomo Kenyatta, quando ele ainda estava na prisão. Ainda em 1963, foi a única artista a apresentar-se na reunião de Addis Abeba que levou à formação do Congresso da Unidade Africana.

Contudo, até hoje nega ser política. "Nunca participei de marchas nos Estados Unidos. Levantara fundos para todos os diferentes grupos que me pedissem, mas não era uma cidadã para sair fazendo discursos. Me sentia muito à vontade falando de meu país". Assim, terminou falando na Assembléia das Nações Unidas, em 1963, pedindo um boicote à África do Sul — que proibiu os seus discos no país. Voltaria a falar mais três vezes no mesmo organismo, como integrante da delegação da Guiné. "Mas não sou política, sou uma cantora", diz.



Paul Simon, o cantor e compositor que deu novo impulso à carreira de Miriam Makeba, ao convidá-la para participar de sua excursão Graceland, está no Rio. Ele veio passar 14 dias de descanso. Ele já esteve aqui nos anos 70 e, desta vez, chegou com o empresário I. Roblin, diz que sua estada tem um caráter "estritamente pessoal" e exigiu da direção do Hotel Caesar Park, onde está hospedado, que não quer receber jornalistas. Simon chegou na segunda-feira, hospedou-se numa suíte executiva que lhe custa Cz$ 40 mil 800 por dia e exigiu que fossem instalados em seu quarto uma bicicleta ergométrica e um aparelho conhecido como "remador" para exercícios de musculação. Parece estar de regime: depois do café da manhã de ontem, tomado antes de 10h da manhã no coffee shop Tiberius, o autor de The boxer, The driver e Mrs. Robinson, sucessos da dupla Simon e Garfunkel, trancou-se no quarto, não pediu sequer um suco de laranja e não apareceu em nenhum dos restaurantes do hotel. Recentemente, Paul Simon participou do último LP de Milton Nascimento, cantando, em português, a faixa Iauaretê. Às 16h30min de ontem, magro, vestindo uma camiseta de malha azul-marinho sob um paletó desabotoado, calças jeans e sapato top sider, Simon desceu para um passeio e foi enérgico: "Estou descansando, não quero entrevistas, nem fotografias." Depois do primeiro flash do fotógrafo, desistiu de sair e voltou à suíte. O sorriso que mostrou no Rio, porém, é o mesmo que encantou 20 mil africanos durante o concerto que deu, no ano passado, com a sul-africana Miriam Makeba, no Zimbábue.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 25/02/88
Cidade São Paulo SP

Oposição africana está fora da lei

Johannesburgo — O governo branco da África do Sul anunciou ontem uma série de medidas de emergência e colocou fora da lei as atividades políticas de 17 organizações oposicionistas defensoras dos negros, no mais forte endurecimento do regime racista em dez anos. Entidades como a Frente Democrática Unida e a Comissão de Apoio à Libertação de Nelson Mandela estão agora proibidas de agir, o que foi encarado pelo arcebispo sul-africano Desmond Tutu como "uma declaração de guerra aos negros".

O congresso de sindicatos sul-africanos, principal central sindical do País, está proibido de desenvolver atividades políticas, devendo se limitar à esfera trabalhista. De acordo com o ministro da Lei e da Ordem do governo de Pretória, Adriaan Vlok, as medidas possibilitarão o fim do estado de emergência e a libertação de ativistas anti-apartheid presos, que passarão a ter suas atividades controladas depois que deixarem os presídios.

A reação às medidas de emergência foram imediatas. Em uma entrevista coletiva na cidade do Cabo, Tutu, que já foi prêmio Nobel da Paz, qualificou-as de "ato provocativo e vicioso de um governo que se tornou uma ameaça para a África Meridional". Para o arcebispo, "não resta agora a menor dúvida de que a idéia de 'reforma' entendida pelo governo corresponde a derrubar todas as possíveis oposições políticas no país, um processo agora visto como legal e pacífico, para governar com mão-de-ferro".

A organização mais atingida com a nova atitude do governo é a Frente Democrática Unida, que possui 2 milhões de membros. Muitas das outras entidades banidas são a ela filiadas. A FDU é considerada a voz remanescente do proscrito Congresso Nacional Africano, organização que nos anos 60 lutou pelos direitos dos negros e cujo líder, Nelson Mandela, está preso até hoje.

Pelas novas medidas, a FDU terá de limitar suas atividades à esfera administrativa e à busca de aconselhamentos políticos junto ao governo.

Appiah Chetty, dirigente da FDU, afirmou que foi eliminado o último "espaço democrático", acrescentando que "agora todos devem cantar no mesmo tom do apartheid". Por sua vez, Albertina Sisulu, co-diretora da frente e esposa de um dos líderes encarcerados do Congresso Nacional Africano, também considerou as medidas uma "declaração de guerra" e disse que o governo está errado se pensa "que isto é uma maneira pacífica de solucionar os problemas".

INGLATERRA

"O governo britânico se opõe totalmente a este tipo de medida repressiva", declarou a chancelaria britânica, comentando a notícia sobre o decreto com o qual o governo da África do Sul proibiu as atividades de 17 organizações anti-apartheid.

O chanceler britânico, sir Geoffrey Howe, declarou-se "surpreendido e consternado" com a notícia. "Não vemos como a repressão de atividades políticas pacíficas pode contribuir para a solução pacífica dos problemas sul-africanos, afirmou Howe, acrescentando que "estamos particularmente preocupados com a eventualidade de a oposição negra da África do Sul perder a esperança em mudanças pacíficas. A frustração e o desespero levam só à violência".

O parlamentar trabalhista (de oposição) Gerald Kaufman, afirmou que a medida adotada pelas autoridades de Pretória desprestigia mais ainda a posição da Inglaterra, que se opõe à adoção de sanções contra a África do Sul. "O governo britânico é cada vez mais cúmplice do apartheid", sustentou o responsável por assuntos de política externa do partido trabalhista, no parlamento.

Até o conservador muda

Harare, Zimbábue — Setores conservadores sul-africanos pressionam o governo do presidente Pieter Botha para que este crie um clima favorável à eliminação pacífica do sistema do apartheid mediante negociações com a maioria negra. Esta posição, sem precedentes em toda a história da África do Sul, surgiu logo a seguir ao encontro que reuniu na capital zambiana, Lusaka, representantes do Congresso Nacional Africano da África do Sul e da Igreja reformista holandesa.

A parte religiosa solicitou a Pretória a criação de condições para a eliminação do sistema do apartheid e o estabelecimento de "uma ordem social mais justa" para todo o povo sul-africano. Representantes do Congresso recusaram-se a comentar as conclusões do encontro, mas meios diplomáticos atribuem-lhes enorme importância, devido à existência de uma certa mudança entre os setores conservadores da África do Sul.

Um olhar cinematográfico sobre a África do Sul

O diretor de 'Gandhi' narra sua ida ao país do apartheid antes de filmar 'Um Grito de Liberdade', sobre a vida do líder negro Steve Biko

Não acredito que muitas pessoas considerariam "God is a Bad Policeman" (literalmente, Deus é um mau policial) o título mais excitante para um filme. No entanto, no final da década de 50 —mesmo antes de eu ter contemplado a possibilidade de fazer um filme sobre Mahatma Gandhi— eu estava trabalhando num filme com aquele título e que falava sobre o apartheid (regime racista patrocinado pelo governo de minoria branca), que tinha sido instituído na África do Sul em 1948.

Venho de uma família radical e, apesar de ter saído de casa para estudar na Real Academia de Arte Dramática em Londres com a idade de 17 anos, os meus anos de formação deixaram sua marca para sempre. Qualquer tipo de intolerância racial ou religiosa era anátema para os meus pais. Isto era demonstrado vividamente aos meus irmãos e a mim pelo envolvimento deles nos esforços de retirar crianças refugiadas bascas da Espanha durante a Guerra Civil e famílias judias perseguidas da Alemanha, sob a tirania de Hitler. Por isso, o simples pensamento de que uma nação podia, através do parlamento, colocar em vigor leis que relegam perpetuamente uma parte da comunidade a uma posição inferior parecia a mim não só inconcebível, mas também obsceno.

Acho que, desde que experimentei pela primeira vez a produção cinematrográfica, em 1959, com Bryan Forbes, fazendo o filme "The Angry Silence" (literalmente, o silêncio irado), já sabia que se algum dia eu chegasse a dirigir algum filme —e não produzir ou trabalhar como ator— o tema teria que se referir a circunstâncias sociais e, de preferência, em termos biográficos, pois este é o tipo de leitura de que mais gosto.

Quando chegou a hora de fazer o filme sobre a vida de Gandhi, em 1980, meus colegas e eu discutimos várias vezes sobre se deveríamos ou poderíamos filmar a primeira parte na África do Sul, onde o Mahatma viveu durante 20 anos. Esta possibilidade acabou se revelando pouco prática, pois o custo de levar toda uma unidade de filmagem da Índia para a África do Sul era proibitivamente alto e, de qualquer forma, existia na Índia a maior parte dos edifícios de arquitetura apropriada para a filmagem. Por estas razões e pelo fato de que havia uma quantidade enorme de pesquisa disponível, parecia não haver razão em ir para à África do Sul naquela ocasião.

Desde que entreguei "Gandhi" para que a Columbia Pictures o distribuísse, venho conversando com meu amigo e empresário, Martin Baum, sobre o que faria em seguida. Ele acreditava que, ao invés de me dedicar imediatamente a um outro filme de significado social, eu deveria dar uma olhada em outras alternativas. Baum sugeriu uma idéia revolucionária —e que de forma alguma recebeu aprovação de todo o mundo— de que eu deveria dirigir um filme sobre "A Chorus Line", o musical que ficou em cartaz por mais tempo na história do teatro. Depois de discutir com os produtores Cy Feuer e Ernie Martin, os decanos dos empresários de teatro da Broadway, acabei decidindo que era isto que deveria fazer.

Já tinha tomado esta decisão quando recebi dois livros do escritor Donald Woods, editor de jornal sul-africano exilado. Eu o conhecia de nome e reputação, mas não tinha lido "Biko" nem sua autobiografia "Asking for Trouble" (literalmente, procurando encrenca). Donald sugeria que eu talvez gostasse de fazer um filme baseando-me na combinação dos dois livros. Depois de lê-los, fiquei persuadido do potencial de ambos para o cinema e marcamos um encontro.

25 de fevereiro de 1988

África do Sul proíbe atividadesde 18 grupos negros

Na mais dura medida repressiva desde a imposição do estado de emergência, em junho de 1986, o governo racista de minoria branca da África do Sul virtualmente baniu ontem a oposição da maioria negra do país, proibindo todas as atividades políticas de 18 organizações antiapartheid.

Entre as organizações que tiveram suas atividades políticas proibidas estão a Frente Democrática Unida (FDU), a Organização dos Povos da Azânia (Azapo), o Comitê de Apoio dos Pais dos Detidos e o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos. Este, com 700 mil filiados e a maior federação trabalhista negra do país, deverá limitar suas atividades exclusivamente a questões trabalhistas. A FDU, a mais importante das organizações atingidas, afirma reunir 600 movimentos antiapartheid e ter 2,5 milhões de membros.

Tecnicamente, a proibição não prescreve nenhuma das organizações, mas proíbe que elas exerçam qualquer atividade não aprovada pelo Ministério do Interior. De acordo com advogados dos grupos oposicionistas, consultados pela "Reuter", a medida pouco se diferencia do banimento adotado em 1960 contra o Congresso Nacional Africano (CNA). Esta organização, à qual a FDU está intimamente ligada, foi fundada em 1902. Foi banida por pregar a luta armada contra o apartheid. Seu dirigente histórico, Nelson Mandela, está preso desde 1962, tendo sido condenado à prisão perpétua dois anos depois.

Ao anunciar a proibição, com base no estado de emergência, o ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, disse que o governo do presidente Pieter Botha "está determinado a pôr fim ao clima revolucionário" no país. Desde o agravamento da tensão racial na África do Sul, em 1984, pelo menos três mil negros já morreram. E desde a imposição do estado de emergência, acompanhado de duras restrições à imprensa, pelo menos 25 mil negros foram detidos, muitos mantidos presos sem julgamento.

Críticas

As medidas repressivas foram duramente condenadas pelas organizaçõs atingidas e no exterior. Um dos fundadores da FDU, o pastor Allan Boesak, disse: "Ficamos numa situação em que qualquer atitude nossa, mesmo pacífica, será criminosa." A mulher de Nelson Madela, Winnie, afirmou: "Estamos nos aproximando de um sério conflito entre negros e brancos.". A direção da FDU divulgou comunicado afirmando que haverá uma "escalada na crise".

A proibição caiu como uma bomba em Soweto, subúrbio negro de Johanesburgo, mas não houve notícias de manifestações. Charles Redman, porta-voz do Departamento de Estado americano, afirmou estar "chocado" com a decisão, a mesma reação que teve em Londres o ministro das Relações Exteriores britânico, Geoffrey Howe. Redman, contudo, disse que os EUA continuam se opondo a novas sanções à África do Sul.

De acordo com Robert Shrire, professor de ciências políticas da Universidade da Cidade do Cabo, a proibição está ligada a pressões de grupos conservadores pró apartheid e à necessidade que o Partido Nacional, de Botha, tem de vencer as eleições da semana que vem para o preenchimento de duas cadeiras brancas no Parlamento. Botha precisa de uma vitoria para mostrar força e poder levar adiante sua proposta de criação de um Conselho Nacional Multirracial, que seria encarregado de discutir mudanças nas leis do apartheid. O Partido Conservador, o maior da oposição, quer vencer as eleições para provar que "está certo" quando acusa Botha de ser "fraco" em relação aos negros.

Dos 40 milhões de habitantes da África do Sul, 74,1% são negros, 14,7% brancos e os demais mestiços e asiáticos. As proibições de ontem não atingiram o movimento negro conservador Inkatha, liderado por Mangosuthu Buthelezi, da tribo Zulu. Buthelezi, que é duramente combatido pela Frente Democrática Unida, é considerado pelo governo como um possível e único aliado de reformas limitadas no apartheid.

Medida é "declaração de guerra", diz Tutu

A mais violenta reação à proibição das atividades políticas das 18 organizações negras partiu do chefe da Igreja Anglicana da África do Sul e prêmio Nobel da Paz de 1984, o arcebispo negro Desmond Tutu: "Muitos do nosso povo verão nessas restrições uma declaração de guerra."

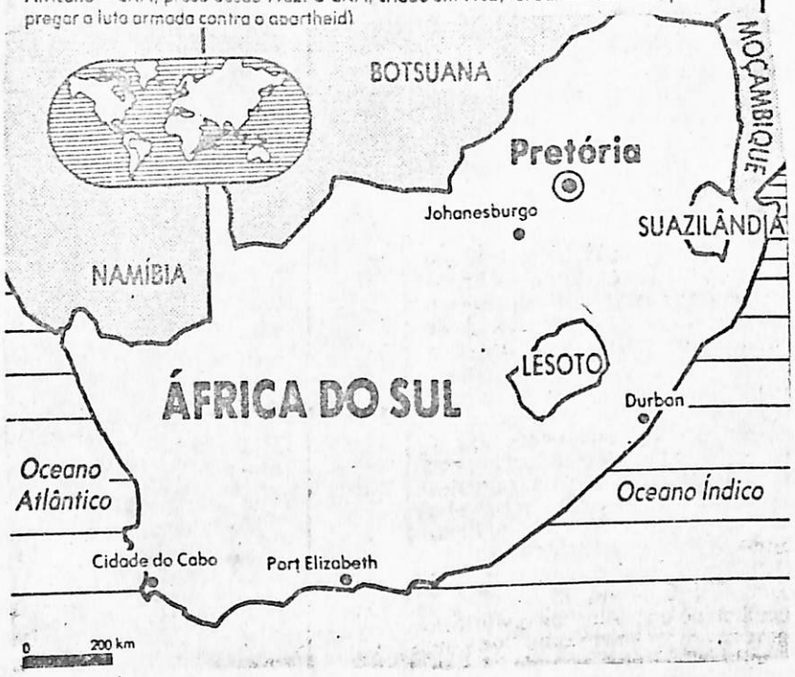
Para Tutu, "a idéia que o governo tem de reformas é governar com mão-de-ferro e abafar a possível onda de oposição política eficaz no país, independentemente de ser pacífica e legal". Ele fez um apelo aos Estados Unidos e a outros países ocidentais para que intensifiquem as pressões econômicas contra a África do Sul.

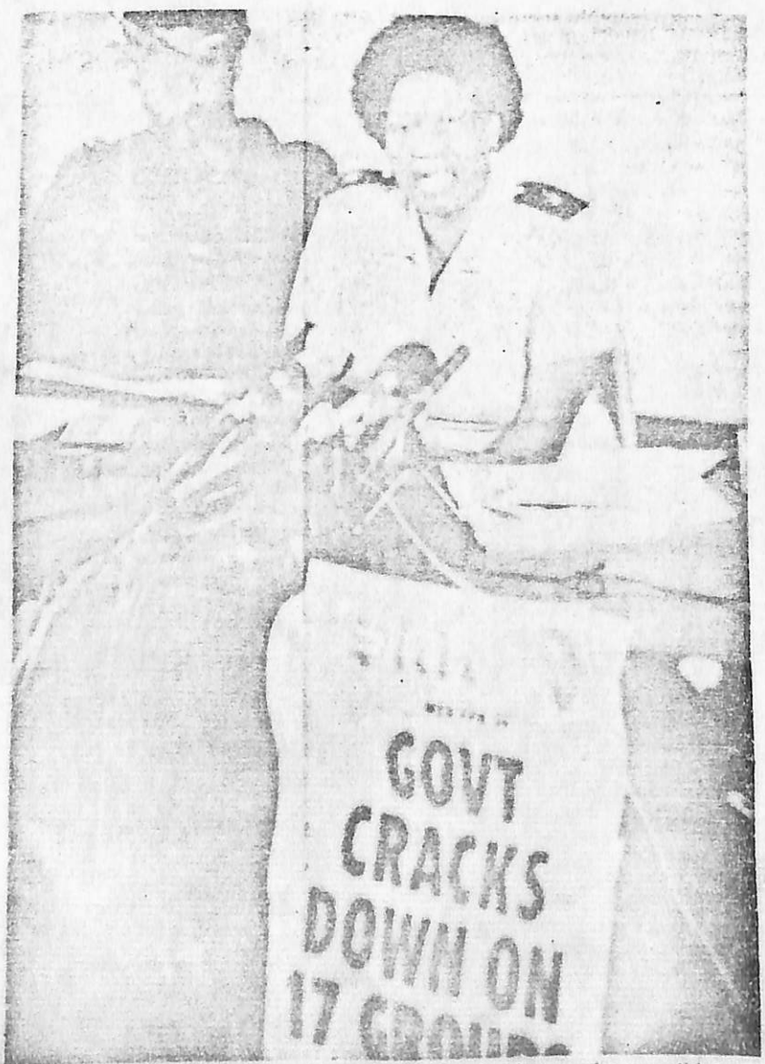
O Nobel da Paz foi concedido a Tutu por sua luta contra o racismo.

25 de fevereiro de 1988 cont...

AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES ATINGIDAS

Frente Democrática Unida (FDU): Diz reunir 600 movimentos e ter 2,5 milhões de membros
Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (Cosatu): 700 mil membros
Organização dos Povos da Azânia (Azapo)
Organização da Juventude da Azânia (Azayo): seção juvenil da Azapo
Comitê de Apoio dos Pais dos Detidos (DPSC)
Associação Cívica de Soweto (Espécie de Conselho Municipal paralelo dessa cidade negra da periferia de Johanesburgo)
Congresso da Juventude Sul-Africana
Campanha pela Libertação de Nelson Mandela (líder histórico do Congresso Nacional Africano — CNA, preso desde 1962. O CNA, criado em 1902, foi banido em 1960, por pregar a luta armada contra o apartheid)





Albertina, mulher do líder negro preso, Walter Sisulu, condena proibição

25 de fevereiro de 1988

Democrática Unida lidera oposição ao regime do apartheid

Ao se despedir na quinta-feira passada à tarde, depois de dar uma carona a este jornalista até o hotel Carlton, na Main Street, centro de Johanesburgo, Azhar Cachalia deu uma risada meio tristonha ao saber do significado do seu primeiro nome em português. "É isso aí, o que mais preciso agora é de sorte". Articulado e rápido no gatilho em suas respostas, o jovem advogado de origem indiana conversara durante quase duas horas com este repórter no escritório de advocacia em que trabalha em um edifício comercial a uns dez quarteirões do hotel Carlton.

O trabalho de Cachalia não é fachada, já que é ativo na defesa de presos políticos; pelo menos até ontem lhe dava um pouco mais de segurança. "Enquanto for possível não vou para a clandestinidade". Ele é o tesoureiro da Frente Democrática Unida (FDU), a principal das 18 organizações antigovernamentais virtualmente banidas ontem pelo regime racista de minoria branca da África do Sul. Cachalia, Albertina Sisulu e Rich Goumede eram até ontem os únicos entre os 23 membros da comissão executiva da FDU que não estavam ou na prisão, ou aguardando julgamento ou na clandestinidade. Desde junho de 1985, Cachalia já esteve preso cinco vezes. Pertence a uma família de ativistas políticos próxima ao Partido Comunista.

Alvo predileto

Com a decretação do estado de emergência em junho de 1986, a FDU passou a ser o principal alvo das autoridades brancas. Formada em 1983, teve crescimento vertiginoso, mas também sofreu golpes profundos. "Nossos melhores quadros foram capturados pelas forças de segurança", disse Cachalia.

A FDU é intimamente ligada ao Congresso Nacional Africano (CNA), a organização armada na linha de frente do combate ao regime de minoria branca. Multirracial (entre seus dirigentes estão vários advogados de origem indiana, como Cachalia), a FDU é uma coalizão esquerdista de partidos, sindicatos, movimentos estudantis, grupos antiapartheid e organizações de defesa dos direitos humanos. Alega congregar 600 organizações e 2,5 milhões de membros. Todas as indicações são de que a FDU e o CNA são os grupos mais representativos na luta pelo fim do apartheid.

Cachalia é a quinta geração de uma família que emigrou da Índia para trabalhar nas plantações de açúcar no leste do país. "Nunca estive na Índia. Minha vida é aqui. No entanto, na classificação racista do regime sou asiático". Dos 40 milhões de habitantes da África do Sul, 14,7% são brancos (os únicos com plenos direitos políticos), 8,6% são mestiços, 2,6% são asiáticos e 74,1% são negros (os mais discriminados).

Repressão

O dirigente oposicionista afirmou que o principal objetivo da decretação do estado de emergência foi sufocar as atividades da FDU. De fato, segundo estimativas do Comitê de Apoio dos Pais dos Detidos (também afetado pelas medidas de ontem), 75% das 30 mil pessoas presas a partir de 1985 pertenciam à FDU. Os objetivos da organização são intensificar a mobilização política contra o regime branco e tornar o país ingovernável através de greves, boicotes e demonstrações. Assim como o CNA, a FDU defende a política de "um homem, um voto" e uma vaga transição para o socialismo.

Cachalia disse que a repressão foi implacável e levou a organização a entrar em um período de reflexão no segundo semestre de 1987. Frisando pertencer a um setor mais "moderado e razoável" da FDU, Cachalia afirmou que "só poderia fazer especulações" sobre a situação da organização. "Reconheço que nos perdemos na euforia. A revolução não está ali na esquina. Talvez seja preciso sentar e negociar com o governo."

Na conversa, Cachalia repetiu várias vezes acreditar que havia espaço para a luta política, já que era impossível derrubar o regime de minoria branca pelas armas por causa de seu arsenal de força. Esteja onde estiver é possível que Cachalia esteja refletindo sobre as palavras ditas ontem pelo arcebispo anglicano, Desmond Tutu, de que o virtual banimento das principais organizações antigovernamentais "era uma declaração de guerra" do regime branco.

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIATICOS
BIBLIOTECA

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 01/02/88
Cidade São Paulo SP

Bispo Tutu é preso durante protesto na África do Sul

O arcebispo Desmond Tutu, chefe da Igreja Anglicana na África do Sul e o principal líder moderado da oposição ao apartheid foi preso ontem na Cidade do Cabo, capital legislativa do país, juntamente com cerca de 20 clérigos que lideravam um protesto pacífico. Tutu, prêmio Nobel da Paz de 1984, liderava uma marcha na saída da catedral de St. George (situada perto do edifício do Parlamento), contra o banimento das 18 principais organizações de oposição ao regime de minoria branca, decidido na quarta-feira pelo governo.

Além de Tutu, foram presos Allan Boesak, um dos líderes da agora proscrita Frente Democrática Unida (FDU) e presidente do Conselho Mundial das Igrejas Reformadas; Frank Chikane, secretário-geral do Conselho das Igrejas Sul-Africanas; e o arcebispo católico Stephen Naidoo. Cerca de cem pessoas acompanhavam a marcha, que pretendia estacionar em frente ao Parlamento e entregar uma petição pedindo o fim da ilegalidade decretada às 18 organizações. Os presos foram levados ao quartel-general da polícia na Cidade do Cabo e soltos depois de meia hora. A detenção foi feita com base numa disposição das leis de emergência que proíbem concentrações num raio de 1,5 km do Parlamento.

O serviço religioso que ocorria na catedral de St. George pouco antes da marcha era assistido por diplomatas americanos, britânicos, franceses e alemães ocidentais. A prisão dos manifestantes, em pleno centro da segunda maior cidade sul-africana, foi vista por dezenas de pedestres. Repórteres e fotógrafos que estavam no local foram afastados pela polícia.

O Departamento de Estado dos EUA condenou a detenção do bispo Tutu. "O governo dos EUA condena energicamente a repressão do governo sul-africano ao protesto pacífico. Criminalizando e suprimindo o exercício dos direitos humanos e políticos básicos, o governo sul-africano fecha as perspectivas para uma mudança não-violenta na África do Sul", afirmou, em Washington, a porta-voz Phyllis Oakley. A Comunidade Econômica Européia também divulgou nota condenando a detenção dos religiosos sul-africanos.

Detenção confirma "declaração de guerra"

O arcebispo Tutu disse na quarta-feira passada que o banimento de 18 organizações antiapartheid era uma "declaração de guerra". O governo de minoria branca tomou nota da avaliação e partiu para a briga. A detenção de Tutu e de outros importantes religiosos do primeiro time do ativismo anti-racista é um degrau a mais na escalada de confronto.

O efeito do draconiano estado de emergência decretado em junho de 1986 foi o abafamento da mobilização nos subúrbios negros, mestiços e indianos das grandes cidades da África do Sul. Esta mobilização ressurge agora impulsionada por diversas igrejas, que, como em outros países, ocupam maiores espaços na sociedade civil quando grupos políticos são reprimidos.

Tutu é odiado pelo regime branco por ser moderado. Prega a não-violência e a desobediência civil. É mais difícil enquadrá-lo do que os militantes radicais do Congresso Nacional Africano, que defendem a luta armada para derrubar o apartheid.

A detenção de Tutu foi breve, mas não deixa de ser grave, já que o arcebispo negro sempre teve uma certa imunidade por sua fama internacional. Piora ainda mais a imagem do regime sul-africano. A manifestação liderada por Tutu foi importante também porque ocorreu no coração do poder branco, e não nos subúrbios negros, desconhecidos para a maioria da população branca.

Tutu e os demais religiosos foram presos quando iniciavam uma marcha da catedral anglicana de St. George, que fica ao lado do Parlamento, na Cidade do Cabo. O estilo da marcha lembra as táticas de Gandhi e Martin Luther King, figuras que sempre inspiraram Tutu, justamente por pregarem a não-violência e a desobediência civil.



Desmond Tutu (à dir.) é levado preso durante o protesto na Cidade do Cabo

O trunfo de Tutu e dos demais líderes religiosos é a superioridade ética sobre as autoridades brancas. As diversas igrejas sul-africanas romperam importantes barreiras na luta contra a apartheid: servem de canal para importantes setores da população, se insurgiram contra a segregação adotando uma coloração multirracial —Tutu é chefe de uma Igreja majoritariamente branca— e com sua mobilização forçaram até a Igreja Reformista Holandesa, a espinha dorsal ideológica do regime de minoria branca, a repudiar o apartheid com a alegação de que não tinha embasamento bíblico.

Mas não é possível ter ilusões. Além de seu arsenal de força, o regime sul-africano tem trunfos até entre as igrejas. Tutu e outros religiosos, como o mestiço Allan Boesak, são ídolos nos subúrbios não-brancos. Mas cinco milhões de negros (de um total de 25 milhões) são filiados à Igreja Cristã Sionista. Tem cunho evangélico e está impregnada de ritos africanos. Seus membros são identificados por uma fitinha verde na lapela onde está pregada uma estrela prateada. A Igreja Cristã Sionista prega o não-engajamento político, não questiona o apartheid e se caracteriza pelo puritanismo. Seu líder, o bispo Lekganyane, é desprezado pelos ativistas do subúrbio de negro de Soweto, mas é tratado com toda a deferência pelo presidente Pieter Botha; uma atitude sensata do poder branco.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 06/03/88
Cidade Rio de Janeiro RJ

(Nkosi Sikelel Ai Afrika/ hino africano)

O clamor mundial diante do apartheid (segregação racial dos negros) ganhou força há exatamente dez anos quando se tomou conhecimento da morte na prisão de Steve Biko, um dos maiores líderes negros sul-africanos. Perseguido, preso, torturado e finalmente assassinado no cárcere racista do Governo afrikaner, o jovem — ele tinha 31 anos — virou símbolo da resistência negra, que já tinha perdido — e viria a perder — nas prisões alguns de seus mais ativos militantes. A maioria vítima de suicídio por enforcamento, quedas suspeitas durante interrogatórios ou lesões sofridas nas mãos de seus algozes. Desde então, no mundo inteiro, a opinião pública se levantou contra o feroz regime de Pretória e multiplicaram-se as denúncias do perverso sistema de discriminação racial na África do Sul.

Depois da morte de Biko, um jornalista branco e sul-africano, Donald Woods, então com 44 anos, arriscou a própria vida para descrever a trajetória desse ativista, de quem se tornou amigo e conselheiro. Refugiando-se na Inglaterra, após fugir da África do Sul, onde era mantido em regime de cárcere privado, Woods elegeu como primeira missão publicar "Biko", um impressionante relato sobre a vida, a luta e a morte do líder pacifista negro. Escrito às escondidas, enquanto Woods cumpria dentro de casa a pena a que fora condenado por seus artigos contra o apartheid, o livro teve vários de seus capítulos contrabandeados para o exterior por amigos do jornalista, entre eles o diplomata australiano Bruce Haigh. Woods não podia silenciar ante a morte do amigo. Escrever "Biko" foi, assim, um tributo à sua amizade e uma corajosa contribuição à denúncia do massacre racista.

Publicado em 12 línguas — inglês, francês, alemão, dinamarquês, espanhol, sueco, finlandês, japonês, norueguês, hebraico, islandês e urdu — o livro de Woods ganha agora, pela Editora Best Seller, sua versão em português. Trata-se de um comovente depoimento, lançado no Brasil no exato momento em que as Nações Unidas voltam a condenar a repressão na África do Sul, intensificada esta semana pela proscrição das atividades de 17 organizações negras e defensoras dos Direitos Humanos. Dificilmente se permanecerá insensível à reconstituição da trajetória de Biko, feita por Woods com objetividade jornalística e engajamento ético.

O enorme êxito de "Biko" atraiu o interêsse do cineasta britânico Richard Attenborough, que transformou o livro num épico humanista na tradição do seu espetacular "Gandhi". Na transposição cinematográfica, o realizador baseou-se em incidentes da vida de Biko e em escritos políticos e experiências pessoais de Donald Woods. O jornalista ficou satisfeito com o filme: "Os principais eventos históricos do período servem como pano de fundo documental para revelar a natureza do apartheid — incluindo o ataque de 1975 contra a favela de Crossroads, perto da Cidade do Cabo, as greves estudantis de Soweto em 1976 e o tiroteio sobre a massa que se seguiu. Attenborough aproveitou fatos que aconteceram com Biko e sua família e comigo e minha família, entrelaçando-os tematicamente, de modo que, além de a história ser autêntica, ela passou a ter uma estrutura dramática em termos cinematográficos".

Entremeando informações sobre os antecedentes históricos da África, o surgimento dos movimentos de resistência (Congresso Nacional Africano, Consciência Negra, entre outros) e os julgamentos dos ativistas com evocações pessoais de seu relacionamento com Biko e sua odisséia ao fugir da África do Sul, Donald Woods recria, numa tapeçaria de dados que se integram harmonicamente, para nos oferecer um painel admirável da luta de um povo pela dignidade e a liberdade.

O Globo-RJ 06.03 88 cont...

O trem expresso da cólera negra

Trechos do livro de Donald Woods, sobre Steve Biko, o apartheid, o movimento de resistência negra e o futuro da África do Sul:

■ "Eu acredito que se as pessoas de todo o mundo pudessem saber tudo que é possível sobre o apartheid, a esmagadora maioria apoiaria ações internacionais, por meio de sanções econômicas e diplomáticas, para derrubar por meios pacíficos o regime que realiza essa política assassina".

■ "Biko tinha outras excelentes qualidades além de carisma, personalidade e sabedoria. Tinha uma integridade de rocha e um grau de coragem que faziam com que nossa crença nas potencialidades do espírito humano subisse até as nuvens".

■ "Como jornalista, entrevistei muitas personalidades destacadas em vários países, mas para mim nenhuma delas se aproxima da estatura de Steve Biko. Quem chegava mais perto dele em carisma era Robert Kennedy, com quem tive longas discussões tanto na África do Sul quanto nos Estados Unidos."

■ "Steve Biko e eu tivemos muitas discussões animadas sobre política. (...) Ele, de seu lado, achava que eu era demasiadamente pró-americano e que tinha uma visão irrealista e irreal da democracia ocidental. Não que ele fosse pró-oriental ou pró-comunista em qualquer sentido, mas sentia que o Leste estava mais disposto a censurar o Governo nas Nações Unidas e a instituir sanções do que o Ocidente e nisto concordava com o ponto de vista de muitos negros".

■ "Ao todo Steve Biko foi detido quatro vezes — duas por pouco tempo, uma por 101 dias e finalmente até que foi morto. Quando eu o conheci ele tinha sido proscrito mas nunca fora detido, e seus amigos costumavam provocá-lo, pois era o único membro do grupo (de resistência negra) que nunca estivera 'lá dentro'. Na época, eu perguntei-lhe por que o Governo nunca o tinha detido. 'Eu acho que os miseráveis estão tentando me desacreditar', ele riu".

■ "A história sul-africana algum dia concederá a total e devida honra à ilustre lista de corajosos líderes que devotaram suas energias à causa de seu povo. As contribuições dos representantes negros de variados graus de moderação e ativismo serão registradas. (...) Eu creio, entretanto, que Steve Biko receberá um lugar especial em nossa história nacional, não apenas devido a suas próprias qualidades notáveis mas também porque foi o primeiro desses importantes líderes a morrer nas mãosdo Estado".

■ "Durante os últimos cem anos, a resposta política negra ao poder branco geralmente foi conciliadora, sendo o objetivo global de sucessivas organizações negras trazer os governantes brancos para a mesa de negociações para uma administração justa em uma sociedade compartilhada".

■ "Nenhum líder negro significativo na história sul-africana jamais contestou o direito dos brancos sul-africanos de permanecerem na África do Sul. Eles dizem que são uma minoria da população total apenas porque, ao contrário dos colonizadores brancos da América e da Australia, eles nao cometeram genocídio contra os negros, como foi feito com os índios americanos e com os aborígenes. Na verdade, o genocídio foi praticado em certa medida contra os primitivos habitantes da região (os nativos Khoisan), mas de todo modo a comparação dos graus de genocídio dos povos nativos por colonizadores brancos da América e da Austrália por gerações passadas igualmente não é relevante para as questões morais e políticas do presente deste país". Uma reindicação especial é feita em nome dos africâneres como um povo africano — os primeiros nacionalistas africanos e os primeiros a se libertarem do jugo colonial. (...) Mas não isso não implica a aceitação de que tais reivindicações os autorizem a assumir privilégios ou mais direitos do que quaisquer outros sul-africanos".

■ "A África do Sul tem apenas um único 'problema' importante, e ele é o apartheid. E o apartheid seguramente é singular. Ele atrai para si a censura mais singularmente unânime da humanidade em toda a história registrada".

■ "O apartheid é uma afronta geral a todos os princípios mais importantes das religiões aceitas pelos homens, na medida em que se baseia no oposto do amor. O amor implica proximidade, um desejo de união. A segregação racial obrigatória implica rejeição, distanciamento entre seres humanos que têm por acaso diferente pigmentação da pele. A alegaçãodos nacionalistas africâneres de que têm uma motivação religiosa é um escárnio a todos os valores religiosos".

■ "Toda a política dos nacionalistas africâneres baseia-se na aritmética e visa reter todo o poder nas mãos de 3 milhões dentre os 4,5 milhões de brancos sul-africanos, para dominarem 16 milhões de negros, 1 milhão de mulatos, 1 milhão de indianos e os brancos não africâneres e antinacionalistas".

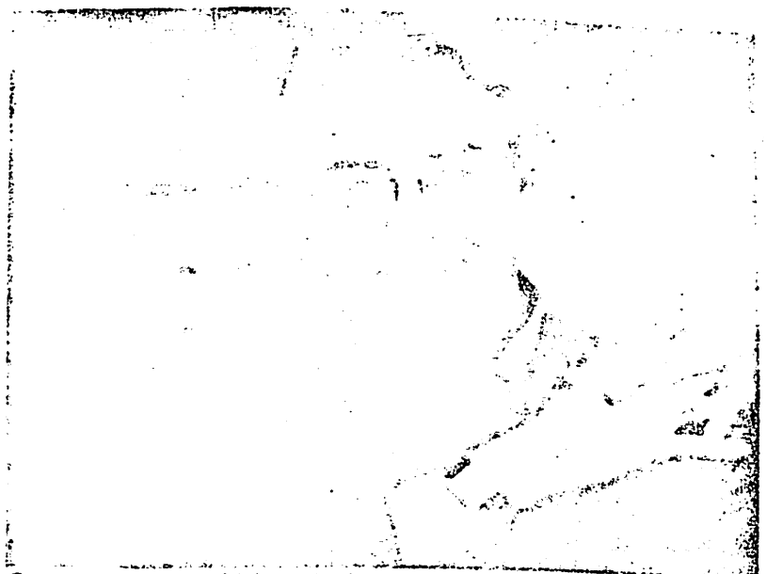
■ "O trem expresso do racismo branco está se aproximando a toda velocidade de uma colisão frontal com o trem expresso da cólera negra".

No filme, o grito livre

Quando resolveu filmar o livro de Donald Woods, Sir Richard Attenborough certamente tinha em mira menos um libelo contra o racismo sul-africano do que um épico de feições humanitárias à maneira de "Gandhi" ou um espetáculo no estilo da sua sátira pacifista "Oh, que delícia de guerra". De qualquer modo, representava um ato de coragem investir, via cinema, nessa área proibida. São poucos os títulos cinematográficos que, oportunisticamente ou não, registraram a luta dos negros sul-africanos para se libertar do jugo dos brancos afrikaners. Ninguém ousava tocar neste assunto-tabu. O Governo de Pretória, há alguns, censura violentamente os meios de comunicação, intimidando jornalistas ou cinegrafistas de televisão. Qualquer informação procedente desse país, só pode sair com o aval oficial.

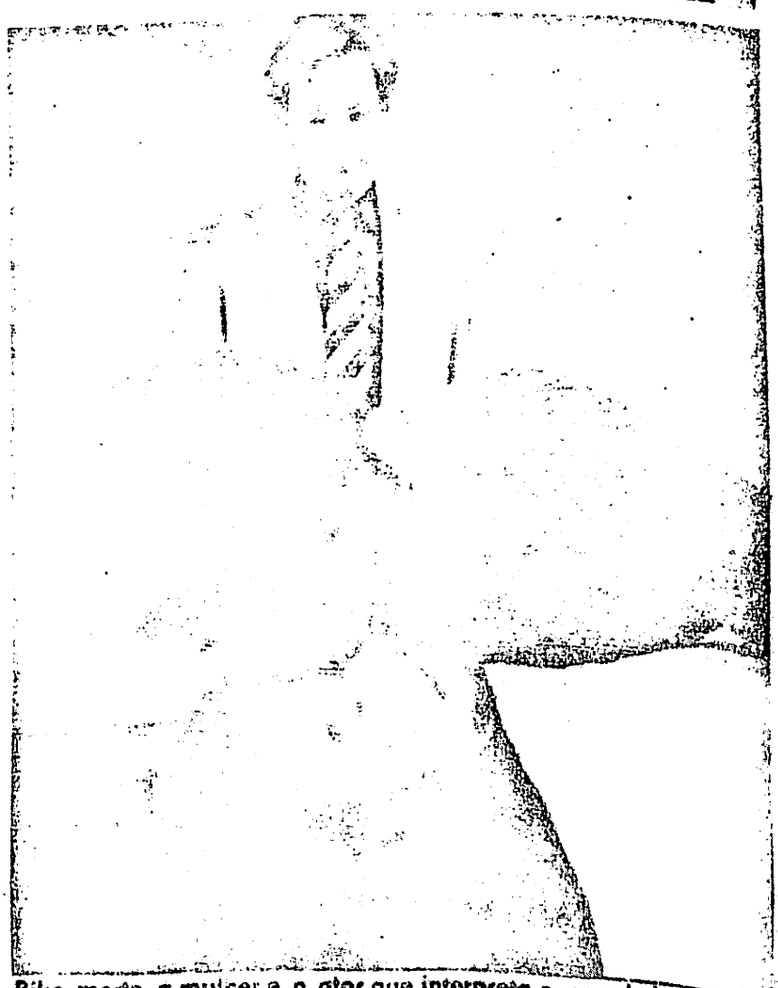
Assim, "Cry freedom", o filme extraído do relato de Woods sobre o martírio de Steve Biko e que será exibido no Rio no fim do mês, já contava, de início, com um trunfo: o ineditismo. Naturalmente Attenborough não poderia mostrar em seu filme material documentário, já que são escassos no Ocidente os fatos registrados pelas câmaras de cinema ou TV. Mas, dramatizando a amizade de Woods e Biko num contexto histórico preciso (o da primeira rebelião em Soweto, o gueto negro de Johannesburgo e uma áreas mais explosivas do país), teria condições de proporcionar ao público uma visão mais ou menos aproximada do processo de contestação negra contra o apartheid. Da conjugação política-espetáculo poderia tirar um filme com a mesma força de, por exemplo, "Gritos do silêncio", a emocionante crônica de Rolland Joffe sobre o massacre no Camboja.

Attenborough optou, desse modo, por um enfoque sentimental (a evocação da tragédia de Biko pelo seu amigo branco) e um tratamento liberal (as atrocidades dos policiais sul-africanos são entendidas como deformação e não como expressão do sistema de apartheid). Na realização do filme foram gastos três anos e quase 20 milhões de libras. Antes de rodar a primeira cena, o diretor reescreveu o roteiro pelo menos dez vezes e levou um tempo enorme escolhendo as locações (em Zimbabue e no Quênia). De maneira geral, "Cry freedom" foi acolhido com simpatia, mais pelas qualidades cinematográficas (a impecável "reconstituição" do território sul-africano, os desempenhos de Kevin Kline, como Donald Woods, e Denzel Washington fazendo Steve Biko) do que pela força da mensagem. No entanto, o diretor acredita que "Cry freedom" comunicará ao mundo inteiro os princípios de compaixão, tolerância e liberdade pelos quais Biko viveu e morreu.



O jornalista Donald Woods (com a mulher Wendy) virou herói

O livro 'Biko' acaba de ser lançado no Brasil e, ao lado do filme "Cry Freedom", descreve a saga de um ativista negro preso e morto na África do Sul



Biko morto, a mulher e o ator que interpreta o papel de Donald

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 06/03/82
Cidade São Paulo SP

No país do apartheid

Reformas tornam segregação mais sutil na África do Sul

"As cercas dos campos de concentração estão abaixo da superfície"

Mamelodi e Soweto são locais aprazíveis em relação a outros subúrbios negros. A situação é bem pior em Crossroads, perto do aeroporto Daniel Malan, na Cidade de Cabo. Em 1985, a situação de discriminação racial, miséria, ignorância e conflitos tribais chegou a um ponto intolerável de violência e promiscuidade. Irromperam os protestos que mesclavam palavras-de-ordem políticas e exigências de melhores condições de vida. As autoridades brancas tentaram impor uma política de terra arrasada. Diante da oposição da população, interromperam a destruição dos barracos de zinco e lá continuam 35 mil pessoas. Mas iniciaram ao lado de Crossroads um projeto de desenvolvimento urbano orçado em 500 milhões de dólares. O plano é colocar até 1992 em Khayelitsha (que na língua xhosa significa novo lar) 300 mil negros.

Estado de emergência combina o binômio reforma-repressão

Khayelitsha é uma antevisão do que pode ser o neoapartheid: uma mistura de repressão, investimentos sociais e paternalismo branco na relação com a maioria negra, permitindo uma participação secundária de dóceis burocratas e políticos negros na administração.

Concessões, paternalismo e investimentos, porém, são o nevoeiro, como a repressão é apenas uma das faces da moeda. Escondem o ponto fundamental: a recusa dos brancos em conceder direitos políticos à maioria negra. A matemática é a prova do crime. Os negros são 24.901.139 (74,1%); os brancos, 4.961.062 (14,7%). No fogo cruzado, discriminados mas em situação um pouquinho mais confortável, estão os mestiços, 2.881.362 (8,6%), e os asiáticos, 878.300 (2,6%).

"Os estrangeiros, antes de chegarem à África do Sul, pensam que vão entrar em um campo de concentração. Ele não é assim visível. As cercas estão embaixo da superfície." A reflexão é de A.M. Omar, advogado de pai indiano e mãe mestiça, ou seja, cidadão de segunda classe. Omar é o principal dirigente, na Cidade do Cabo, da esquerdista Frente Democrática Unida (FDU), organização multirracial que atua como braço político

do CNA e que foi banida pelas autoridades no último dia 25. "As reformas implantadas nos últimos anos tornaram a situação mais volátil e complexa", complementa Azhar Cachalia, também de origem indiana e dirigente do diretório nacional da FDU, em Johanesburgo"."A FDU foi criada justamente para dar uma resposta articulada à ofensiva do regime branco".

É lugar-comum entre os opositores à esquerda do regime branco dizer que as reformas vieram muito tarde e são muito tímidas. À direita, a crítica é de que representam o primeiro passo para entregar o país à maioria negra, com o inevitável caos que irromperá por causa das seculares divisões tribais.

As reformas vieram em doses homeopáticas a partir de 1978. A discriminação existia desde a chegada do homem branco no século 17, mas os pilares do apartheid foram erigidos nos anos 50: leis proibindo relações sexuais e casamentos inter-raciais; classificação racial desde o nascimento; terras, áreas residenciais, lazer, transportes e educação segregados; passe para locomoção de negros pelo país; remoção forçada de não-brancos de suas terras e zona urbanas (desde 1960 foram deslocadas 3,5 milhões de pessoas, segundo o Conselho Sul-Africano de Igrejas); negros, mestiços e asiáticos privados de direitos políticos, um Judiciário a serviço da discriminação racial e as aberrações geográficas que são os dez bantustões (territórios só para negros), dos quais quatro formalmente independentes. O resultado foi a perda da cidadania sul-africana para 8 milhões de pessoas.

As reformas se intensificaram a partir de 1984. Vários pilares foram caindo: sexo e casamento liberados, a lei do passe abolida diante do fato consumado de milhões de negros que foram para a periferia das grandes cidades em busca de trabalho, permissão para não-brancos abrirem negócios nas grandes cidades, relaxamento na segregação dos transportes e lazer (cinemas, praias, restaurantes, hotéis, esportes, piscinas públicas e bancos de praça), criação do Parlamento tricameral (branco, mestiços e asiáticos), representatividade administrativa dos negros em nível local e regional e a legalização dos sindicatos negros. "Houve o bom senso de se acabar com o 'petty' (mesquinho) apartheid", diz Gaby Mogomola, 42, negro e principal executivo do African Bank, em almoço no hotel Carlton, no centro de Johanesburgo, cujo restaurante é uma boa mostra da amenização do "petty apartheid".

As reformas foram uma maneira de se tentar cooptar a maioria negra. O Instituto Sul-Africano de Relações Raciais, entidade independente e muito respeitada, avalia que a iniciativa não surtiu efeito. A participação negra nas eleições locais é, às vezes, irrisória. Na eleição de Nelson Botile, prefeito de Soweto, o comparecimento às urnas foi de 6%. "A intimidação praticada por grupos radicais como o CNA e a FDU é a causa do baixo comparecimento", contra-argumenta Albert Khumalo, 54, vereador do subúrbio de Kathelong, na periferia de Johanesburgo.

A partir de 1985, as reformas mobilizaram a maioria negra em protestos que não eram vistos desde a revolta dos estudantes em Soweto, em 1976. "A FDU não iniciou a revolta, apenas se aproveitou das chamas", avalia Cachalia, da direção do movimento. A revolta se espalhou rapidamente pela principais cidades do país. A resposta do governo do presidente Pieter Botha foi implacável. Com a decretação do estado de emergência em junho de 1986, se configurou o binômio reforma-repressão. Foram 2 mil mortes em distúrbios e 30 mil prisões em 18 meses, nas estimativas do Comitê de Apoio dos Pais dos Detidos, dos quais 75% de simpatizantes do FDU e 8 mil com menos de 18 anos.

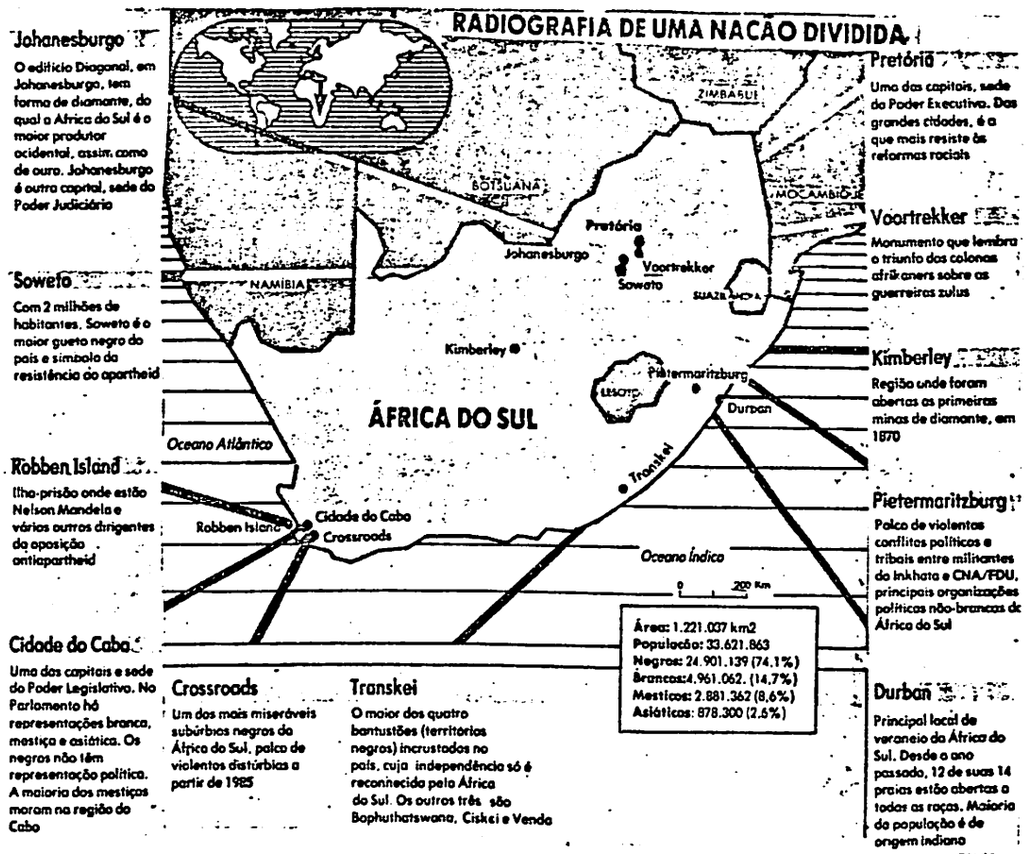
A ironia é que esta política contraditória levou o Partido Nacional a ter várias caras. Seu poder ainda é indiscutível. Tem 133 cadeiras no Parlamento branco de 178. A oposição formal durante décadas foi encabeçada pelo Partido Federal Progressista (liberal para os padrões locais), mas que perdeu terreno para o Partido Conservador nas eleições de maio passado. O discurso conservador faz o Partido Nacional parecer um oásis de sensatez. Os conservadores são ambiciosos. Mobilizam-se para vencer as eleições brancas do ano quem (não é à toa que o presidente Botha quer adiá-las para 1992). Duas cadeiras estiveram em jogo em eleições da última quarta-feira. Os conservadores as mantiveram e continuam com 23 cadeiras no Parlamento. É um número baixo por causa dos desequilíbrios distritais. O cálculo hoje é que os grupos à direita do Partido Nacional têm 30% do eleitorado branco. Neste contingente atuam temíveis grupos paramilitares, de inspiração neonazista, como o Movimento de Resistência Afrikaner, de Eugene Terre Blanche.

J.D. du Bason é um veterano político afrikaner, leal ao presidente Botha, e um dos cérebros das controvertidas reformas. "Não foi fácil introduzir as reformas. Mas o Partido Nacional soube se adaptar aos novos tempos. O apartheid foi um experimento (sic) de descentralização, mas acabou se radicalizando, foi longe demais. Por várias razões fomos forçados a mudar, uma delas é a necessidade de modernizar a economia, precisamos de mão-de-obra negra qualificada. A segregação muito rígida era um obstáculo para uma maior mobilidade educacional e profissional".

A candura de Basson é acrescida da clareza de raciocínio de Con Botha (sem parentesco com o presidente): "Sem ilusões. As reformas têm um limite. Jamais aceitaremos a reivindicação de um homem, um voto." O deputado Botha é um dos porta-vozes do Partido Nacional. Durante o almoço no restaurante Town House, no centro da Cidade do Cabo, aponta para negros almoçando nas mesas ao lado. "Você está vendo, isto seria inconcebível há dez anos. Agora, há o outro lado: não podemos ir mais depressa. Uma maior velocidade nas reformas nos faria perder nossa base eleitoral. Somos como qualquer outro partido. Queremos ficar no poder. Não abriremos mão de nosso poder. Se você voltar dentro de dez anos, estaremos aqui."

Das praias de Sea Point, na Cidade de Cabo, dá para se ver Robben Island, a ilha-prisão onde estão Nelson Mandela e vários outros dirigentes negros históricos do Congresso Nacional Africano (CNA), a organização que prega a luta armada para derrubar o apartheid. Mandela está preso desde 1962. A condição para sua libertação é que renuncie à luta armada. Ele é inflexível. Pode morrer na prisão. Figura venerada pela maioria negra, Mandela é o símbolo da resistência contra o regime racista de minoria branca. Os afrikaners, descendentes dos colonos holandeses, franceses e alemães que se instalaram na região do Cabo em meados do século 17, rumaram para o norte em 1836, empurrados pelos ingleses que começaram a chegar em 1795. Nas imediações de Pretória, capital administrativa do país —enquanto a Cidade do Cabo é a capital legislativa—, foi erguido em 1938 o monumento de granito Voortrekker, para celebrar os cem anos da vitória dos refugiados afrikaners sobre os guerreiros zulus, uma das nove etnias negras da África do Sul. Voortrekker é o símbolo do nacionalismo afrikaner.

Nas manhãs de fevereiro, há um denso nevoeiro em Sea Point. Às vezes, Robben Island desaparece. A vista de Voortrekker é maravilhosa. Pretória é limpa, arborizada e organizada. Mas do monumento não dá para se ver o que há atrás das colinas: Mamelodi, um imenso subúrbio negro, que não é limpo nem arborizado. Os afrikaners derrotaram os zulus, mas amargaram a dominação inglesa. Seu símbolo é a agitada e cosmopolita Johanesburgo. O edifício Diagonal, no centro da cidade, tem forma de diamante. Homenagem da família Oppenheimer, 35º fortuna mundial, 600 empresas, 800 mil funcionários, ao seu maná, do qual é o maior produtor ocidental, assim como de ouro. A vingança afrikaner veio em 1948, com a vitória do Partido Nacional nas eleições. Apartheid significa separação em afrikaans, a língua derivada do holandês. O Partido Nacional institucionalizou a segregação racial —que insiste em chamar de "desenvolvimento separado". Tentou formar o nevoeiro e separar para sempre as Pretórias das Mamelodis. Além de indecente, o sistema é esquizofrênico. De Soweto, o gueto negro com 2 milhões de pessoas, que a África do Sul quer esconder do mundo, 500 mil pessoas vão diariamente trabalhar em Johanesburgo, a 12 km de distância.





Moradores de Crossroads fogem com seus pertences durante distúrbios raciais

"Vamos tomar o poder e nossa primeira medida será reverter a legislação de reformas. Após repetir várias vezes que não é racista, afirma que os "negros precisam trabalhar na agricultura, não servem para a indústria. Quebram tudo e são burros. Nosso plano é dividir a África do Sul. Os negros ficarão em seus bantustões. Nas indústrias os brancos terão preferência de trabalho. Queremos atrair emigração branca do resto do mundo. Os negros não irão se queixar. Gostam de um governo forte de brancos. O que precisamos é de lei e de ordem."

Os conservadores jogam com um fator importante na sociedade sul-africana: o temor da minoria branca de que seja vítima de um genocídio caso a maioria negra tome o poder. Evidentemente, qualquer liderança negra responsável rapidamente negará tal possibilidade: "Aliás, o grande desafio para a verdadeira oposição é convencer os brancos de que é possível uma acomodação com a maioria negra", diz Cachalia, da FDU. Este temor é menor entre os brancos de origem inglesa, com laços na Europa. Mas os afrikaners, que se consideram a tribo branca da África, insistem que suas raízes estão no país, onde fincaram pé há mais de 300 anos. Fala-se muito da mentalidade de "laager" entre os afrikaners, ou seja, a sensação de que sempre precisam montar as diligências em círculo para combater os inimigos. O boicote internacional, as sanções econômicas, a política de desinvestimento só fizeram aumentar essa sensação de isolamento e cerco.

O outro lado da moeda é a constatação entre setores, ainda bem minoritários entre os brancos, de que um poder negro é inevitável. Alguém bem representativo desta tendência é Frederik Van Zyl Slabbert, 47. Deputado por muitos anos pelo Partido Federal Progressista, de tradicional família afrikaner, ele largou o Parlamento branco por considerá-lo "irrelevante". Para ele, todos os projetos brancos na África do Sul fogem ao tema central: a transferência do poder para a maioria não-branca. Entre os brancos, há muitas ilusões paliativas, como uma federação entre bantustões e as regiões brancas do país. Prevêem-se ainda reformas constitucionais com cláusulas garantindo direitos de grupos e não de indivíduos, ou seja, uma última diatribe do apartheid: as pessoas serão antes de tudo classificadas de acordo com sua raça.

A discriminação e o preconceito raciais perpassam o tecido da sociedade sul-africana. Dois pilares do apartheid continuam firmes: a classificação racial desde o nascimento e as áreas residenciais (e, por tabela, a educação) segregadas. Daniel Malan, que venceu as eleições pelo Partido Nacional em 1948, dizia que a segregação residencial era a "essência do apartheid". Muitos componentes do "petty apartheid" se desmancharam, mas isto não quer dizer que a atmosfera seja

"Os negros não servem à indústria, quebram tudo e são burros"

As reformas estão em ponto morto. As causas são o temor do Partido Nacional de perder sua base eleitoral e o seu descrédito entre a maioria negra. Nas últimas semanas, ocorreu um dos habituais enrijecimentos do poder branco. Dezessete organizações antiapartheid foram banidas e dirigentes foram colocados em virtual prisão domiciliar. A questão de segurança falou mais fundo do que as reformas. Slabbert prevê "uma escalada de violência, mas não acredita que haja possibilidade de uma revolução". Mondli Kunnene, 43, um dos intelectuais negros mais respeitados do país, concorda. Ele é vice-diretor do Instituto Sul-Africano de Relações Raciais. "O regime branco é muito poderoso. Há setores dentro do CNA cientes deste fato. É preciso negociar. De sua parte, o governo Botha sabe que as reformas são inevitáveis. Se elas não avançarem e não houver um diálogo com os reais representantes da maioria negra (organizações como CNA e FDU) ocorrerá a intensificação da violência. Os negros estão impacientes."

"O regime branco é poderoso e os negros estão impacientes"

Kunene não gosta de futurologia ou cenários, mas prevê "mudanças importantes nos próximos cinco anos". Ele afirma que "os brancos precisariam de um dirigente negro moderado para tocar uma transição". Mas a única opção é o controvertido chefe dos zulus, Mangosuthu Buthelezi, do bantustão KwaZulu, no leste do país. Buthelezi comanda o movimento Inkhata, que alega ter 1,5 milhão de membros. É uma espécie de oposição leal ao regime do apartheid. Seu grande rival é o CNA e seu braço político, a Frente Democrática Unida (em sua maioria com militantes da etnia xhosa), que alega ter 2,5 milhões de membros. Nos últimos meses, militantes do Inkahta e da FDU se engalfinharam na cidade de Pietermaritzburg, leste da África do Sul. Só em janeiro foram 108 mortes. Os brancos apontam para as rivalidades entre zulus e xhosas como a prova de que se os negros tomarem o poder haverá um banho de sangue.

Kunene conhece bem o argumento. "Não dá para saber se isso ocorrerá e não vem ao caso agora. Este risco não pode ser o pretexto para os negros não tomarem o poder. Acho que a história recente das rivalidades entre os brancos, na Europa, mostra que eles não têm muita moral para advertir contra banhos de sangue."

O jornalista CAIO BLINDER viajou à África do Sul a convite do Ministério das Relações Exteriores daquele país

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 06/02/88
Cidade São Paulo SP

No país do apartheid

Brancos aceitam mudanças mas rejeitam divisão de poder

O filósofo Anton van Niekerk, 50, percorreu um longo caminho até articular o documento, assinado por 27 professores em 6 de março do ano passado, repudiando as reformas raciais e a política do apartheid. Van Niekerk dá aulas na Universidade de Stellenbosch, uma bucólica cidadezinha na região vinícola perto da Cidade do Cabo. É o mais importante centro de ensino afrikaner do país. É o berço teórico do apartheid e do nacionalismo afrikaner. Van Niekerk não é um radical mas, como os demais professores, abandonou o Partido Nacional, do qual era importante assessor político. Alguns dos signatários do documento provocaram a ira do presidente Botha ao viajarem em julho passado ao Senegal, para se reunirem com representantes do Congresso Nacional Africano, a organização de luta armada contra o regime de minoria branca. Foram chamados de traidores. Van Niekerk é um intelectual preocupado com o futuro da África do Sul. Em almoço no típico restaurante afrikaner Volkskombuis, ao lado da universidade, disse que foi um processo doloroso romper com sua formação ideológica e aceitar o fato de que apartheid não passa de uma forma ignóbil de racismo. "É um absurdo classificar as pessoas de acordo com sua raça." Sua esperança é que o CNA aceite o fato de que não tem força para tomar o poder através de uma revolução, diante do arsenal de força do regime branco. "Eles precisam negociar e entender que os afrikaners não vão capitular. Vão lutar até o fim. Meu medo é que o impasse transforme a África do Sul em uma Beirute." Van Niekerk aceita em tese a idéia de "um homem, um voto", mas ressalta que é preciso ser tático. "Os brancos ficam assustados com esta perspectiva. As mudanças devem ser passo a passo, levando em conta não só os direitos individuais, mas também dos grupos."

Os afrikaners representam 60% da população branca de quase 5 milhões. Dominam o jogo político, a burocracia e as forças segurança, enquanto os brancos de língua inglesa são mais liberais e controlam a economia e as finanças. Há muita rivalidade entre as duas "tribos brancas". Os afrikaners são filiados à Igreja Reformista Holandesa, protestante, que durante séculos deu embasamento teológico ao apartheid. Fazendo eco às reformas, a cúpula religiosa finalmente repudiou em 1986 a idéia de que a Bíblia fornecia subsídios para a separação entre raças. Os vários ramos da Igreja Reformista Holandesa, divididos por cor, foram unificados. Setores minoritários não aceitaram os novos tempos e provocaram um cisma. "Eu lamento o mau uso que fizemos da Bíblia", diz o pastor protestante Pierre Rossouw, diretor de Assuntos Ecumênicos e Informação. A igreja, porém, continua muito conservadora. Rejeita completamente a Teologia da Libertação e aceita a pena de morte. A avaliação de Rossouw do apartheid é que "apesar de suas boas intenções, acabou sendo um erro. Apartheid significa racismo se o entendemos como a situação em que uma pessoa ou nação considera-se superior e trata outra pessoa ou nação como inferior". (CB)

06 de março de 1988

Empresários consideram negociação inevitável

Howard Cline, 46, é inglês. Está há oito anos na África do Sul. Antes viveu na antiga Rodésia (hoje Zimbábue). Casado, dois filhos, tem uma firma de jogos eletrônicos em Johanesburgo. Gosta muito da África do Sul. "É uma terra de oportunidades. Ótimo lugar para se fazer dinheiro. É muito difícil, porém, se relacionar com os afrikaners. Quanto ao negros, não estamos preparados para lhes garantir plenos direitos políticos. Se implantarmos a política de um homem, um voto, será o colapso. Eu mantenho meu passaporte britânico. Se a coisa engrossar, vou para o aeroporto com minha família e na manhã seguinte estou em Londres".

A comunidade empresarial de língua inglesa teve um papel importante para impulsionar as reformas. O presidente do grupo Anglo American, Gavin Relly, bate insistentemente na tecla de que reformas raciais são vitais para a modernização da economia e ampliação do mercado. Em 1985, em um gesto ousado, viajou para Zâmbia, para dialogar com Oliver Tambo, o dirigente do CNA, cujo nome está banido na imprensa sul-africana por causa do estado de emergência.

Empresários como Relly sabem que os ativos sindicatos de trabalhadores negros vieram para ficar e que, ao contrário do passsado, não basta chamar a polícia na hora da mobilização. Às vezes, é preciso sentar e negociar.

Relly é o homem de confiança de Harry Oppenheimer, patriarca da família mais poderosa do país e principal acionista da Anglo American, responsável por metade da produção mundial de ouro. Em 1986, por exemplo, foram 600 toneladas. Profético, Oppenheimer advertiu em 1981: "Nem o governo nem os empresários devem esperar gratidão ou elogios dos políticos e trabalhadores negros pelas reformas que estão implantando. Tais progressos provavelmente significarão mais reivindicações, crescente instabilidade e aberta expressão de hostilidade, a qual, no passado, se considerava mais prudente esconder".

É um novo mundo para a minoria branca, há séculos escorada em seus privilégios. Nas livrarias sul-africanas vendem-se livros do gênero "como emigrar para a Austrália", a Meca de brancos apavorados com a perspectiva de os negros tomarem o poder. Os números mais recentes, porém, não são tão dramáticos. Segundo o Serviço Central de Estatísticas, em 1987 entraram no país 7.953 brancos e saíram 3.221. Dos que vão embora, o destino de 31,2% é a Grã-Bretanha e também de 31,2%, a Austrália. A ironia é que, com apartheid e tudo, a África do Sul serve de refúgio para negros dos países vizinhos, assolados pela fome e guerra civil. Calcula-se que um milhão de moçambicanos vivam ilegalmente no país. Os que conseguem trabalho, estão nas fazendas e minas. (CB)

06 de março de 1988

Extremistas acusam Botha de capitulação

Jan Groenewald, 42, não gosta de negros, ingleses ou judeus. É o braço-direito de Eugene Terre Blanche, dirigente do Movimento de Resistência Afrikaner, de inspiração neonazista e com uma clara proposta de "solução final" para os problemas do país. "Temos que dividir o país. Os negros devem ficar em seus territórios. Nós, os afrikaners, ficaremos com nossa terras, cultura, língua e cristianismo." Na entrevista que deu em Pretória, Groewnewald não quis falar de números, "por razões de segurança". Os cálculos são de que o Movimento de Resistência Afrikaner e outros grupos de extrema direita tenham o apoio de 5% a 7% da população branca.

No sábado retrasado, Terre Blanche reuniu 6 mil simpatizantes em Pretória para novamente acusar o governo do presidente Pieter Botha de capitular aos negros com sua política de reformas. Parecia um comício nazista, com as bandeiras vermelhas e negras e o emblema de três pontas que lembra uma suástica. Na África do Sul vigora o estado de emergência e os comícios estão proibidos, mas a lei tem dois pesos e duas medidas. Grande parte dos militantes do Movimento de Resistência Afrikaner são policiais ou ligados às forças de segurança. Groenewald foi policial durante muitos anos. Em nível parlamentar, ele apóia o Partido Conservador, mas sua grande preocupação é que "os brancos se preparem física e espiritualmente para a guerra contra o Congresso Nacional Africano (CNA)".

Lourie Bossman, 46, é um homem viajado. Conhece a Europa, EUA e a América do Sul. Mas realmente gosta de ficar em sua fazenda de gado, 500 hectares, 110 km ao norte de Pretória. Com mulher e dois filhos, vive bem. Tem um Mercedes e piscina. Faz um ótimo churrasco. Não gosta das reformas e por isso se filiou ao Partido Conservador. "Eu trato bem os negros. Aqui na minha fazenda eles estão felizes. Os fazendeiros da região estão preocupados em lhes proporcionar melhores condições de vida e educação. Os negros são diferentes. Não têm ambição, como nós. Se contentam com pouco. Precisam ser ensinados. É preciso ter paciência."

A discussão de "um homem, um voto" não faz parte do referencial de Bossman. "É um absurdo. O país não está preparado. O CNA é um grupo comunista e terrorista." Gentil e articulado, Bossman sabe, porém, que precisa aceitar os novos tempos. "Nós, os fazendeiros, precisamos nos organizar politicamente. Mais dia menos dia, os trabalhadores rurais negros organizarão seus sindicatos, como os negros das cidades". (CB)

Soweto é o símbolo da resistência negra

Gaby Mogomola, 42, é um profissional qualificado. Teria condições sócio-econômicas para morar em uma das "áreas cinzentas" de Johanesburgo, onde se faz vista grossa à integração residencial —proibida por lei— entre raças. Vive, porém, em Soweto, o subúrbio a 12 km da Johanesburgo, símbolo da resistência negra ao apartheid. Ele voltou dos EUA em 1981. Foi o primeiro negro na África do Sul com mestrado em administração de empresas. Hoje é diretor do African Bank, de capital negro e que transaciona com negros. Mogomola tem opiniões inusitadas para um banqueiro: "Nosso poder político tem que vir acompanhado de poder econômico. Os negros são poderosos como consumidores. Devem ocupar posições no conselho de administração das grandes empresas brancas. Por exemplo, no setor de cerveja, já que consumimos 80% da produto." Os negros compram metade dos produtos de varejo vendidos na África do Sul. Mas poder aquisitivo não é riqueza. Segundo estudos do conglomerado financeiro afrikaner Sanlam, os negros (74,1% da população) possuem 2% da riqueza do país.

Mogomola não prega no deserto. As reformas dos últimos dez anos abriram caminho para uma afluente, embora ainda inexpressiva, classe média negra. O governo permitiu que 55 cidades abrissem seus distritos comerciais para não-brancos. Mesmo em Soweto, em meio à miséria e repressão, há alguns bolsões de conforto. É um setor chamado Beverly Hills, onde tem uma casa Winnie Mandela, a mulher do Nelson Mandela, o líder do CNA preso desde 1962. Mogomola acha um absurdo que os empresários negros prefiram investir nas áreas brancas. "Há mercado e oportunidade de negócios nos subúrbios negros. Não temos infraestrutura e serviços."

Há até um famoso milionário negro na África do Sul. É Richard Maponya, dono de concessárias de automóveis, supermercados e lojas.

Este ano deve abrir uma fábrica de coca-cola na cidade de Port Elisabeth, sul do país. Seu hobby são cavalos de corridas. Tem 55 e para alfinetar o poder branco suas cores de corrida são dourado, verde e branco, as cores do Congresso Nacional Africano. Maponya, 66, não

gosta de se associar a empresários brancos. No ano passado, recusou oferta para participar de um gigantesco empreendimento perto de Soweto, Share World, uma espécie de Disneylândia multirracial inaugurada em outubro. Maponya prefere, porém, morar com os brancos. Vive em uma mansão em Hyde Park, um dos subúrbios mais sofisticados de Johaneburgo. É proibido pelas leis de segregação racial, mas os vizinhos nunca chamaram a polícia.

Abraham (o nome é falso por razões de segurança) tem 22 anos e nasceu em Soweto. Seu sonho é ir para a universidade, mas não tem tempo. Trabalha como motorista de um caminhão de entregas. Em 1976, participou dos históricos distúrbios dos estudantes de Soweto. Hoje, milita no Congresso Nacional Africano. Não compartilha, porém, a euforia de muitos ativistas. Não vê grandes perspectivas de mudança.

"O sistema deve mudar de discriminação racial para discriminação social. O quadro será sempre o mesmo. Adiante, vejo ressentimento, frustração e raiva, muita raiva, por parte da população. Eu não tenho esperança." (CB)

Regime tenta acordo com 'colaboracionistas'

A escola secundária de Mamelodi, subúrbio negro de Pretória, se parece com alguns grupos escolares da periferia de São Paulo. Prédios térreos com cobertura de alvenaria. Mas há uma diferença: em um gramadinho ralo em frente a uma das classes, dois soldados brancos estão sentados mascando grama. Diante deles, uma metralhadora montada em tripé, apontada para a janela.

Joseph Mokal, 50, negro, mais ou menos 1,60m, é o diretor da escola há 25 anos; Leon Nel, 50, branco, mais ou menos 1m80, é o superintendente das escolas de Mamelodi. Nel dá um tapinha nas costas de Mokal e diz: "Sr. Mokal, diga a este jornalista que veio lá de longe, do Brasil, se você tem ou não tem autoridade para mandar estes dois soldados embora?" "Claro", Mokal responde, "eles estão aqui a meu pedido (sic), para proteger as crianças de agitadores". Confuso, Mokal troca o discurso e de repente começa a falar como branco: "Nós estamos muito felizes aqui. Jamais deixaremos a África do Sul".

As áreas negras da África Sul são administradas com ajuda de uma burocracia negra que é qualificada de "colaboracionista" por grupos militantes ligados ao CNA e FDU. Esta administração existe em vários níveis: de uma escola como a de Mamelodi até os chamados bantustões (13% da área total do África do Sul), quatro dos quais formalmente independentes. São eles: Transkei, Ciskei, Bophuthatswana, Venda. São países reconhecidos somente pela África do Sul, que dá dinheiro e as ordens. Têm presidente, gabinete, golpe de Estado e embaixadores em Pretória. Na lista telefônica da África do Sul, na página com os códigos internacionais, Bophuthatswana vem solenemente antes do Brasil. Bophuthatswana é um país engraçado. É dividido em sete pedaços. O golpe de Estado foi debelado em 10 de fevereiro com ajuda de um comando de elite de 38 soldados sul-africanos. Os brancos adoram ir para Bophuthatswana. Ao contrário da África do Sul, o jogo é liberado nos bantustões. Fazem a festa em Sun City. Às vezes têm sorte e escutam Frank Sinatra, que frequentemente canta nos cassinos da cidade.

As eleições administrativas negras —única forma de representação, já que mestiços e indianos têm participação no Parlamento nacional— são boicotadas pela oposição. O comparecimento gira de 5% a 30%. Em outubro, estão previstas eleições e grupos moderados da FDU cogitam de participar para ocupar um maior espaço político. As especulações eram feitas antes do endurecimento branco do final de fevereiro. Dezessete organizações antiapartheid foram banidas e vários dirigentes colocados em virtual prisão domiciliar. Com isso pode ser revigorada a política de boicote eleitoral e ao pagamento de impostos e aluguéis nos subúrbios negros. Somente nos últimos três anos, o boicote de aluguel nos 50 subúrbios ao redor de Johanesburgo foi da ordem de 400 milhões de dólares.

Além do boicote, há uma outra represália implacável contra os chamados "colaboracionistas": o enforcamento com pneus de borracha fumegantes. O vereador Albert Khumalo, do subúrbio de Kathelong, estima que nos últimos 18 meses foram enforcadas 400 pessoas.

Max Coleman, branco, 61, fundador do Comitê de Apoio dos Pais de Detidos, vacila um pouco em dar sua opinião sobre os enforcamentos. A organização é a mais importante na defesa dos direitos humanos na África do Sul e é implacavelmente perseguida pelas autoridades. No fim das contas, Coleman dá uma resposta que não pega bem para o tipo de grupo que ele dirige: "Desaprovo, mas entendo a sua prática."

06 de março de 1988

Choques entre grupos rivais deixam 7 mortos

Pelo menos sete pessoas morreram desde anteontem durante distúrbios entre grupos negros rivais na África do Sul, informou a polícia. Em Soweto, maior gueto negro do país, perto de Johanesburgo, grupos de jovens negros irromperam em dois funerais e mataram pelo cinco pessoas que estavam dentro dos carros fúnebres.

Segundo Daniwl Kopane, diretor de uma funerária de Soweto, os jovens, armados com facas e pedras, começaram a atacar os carros fúnebres e a queimar os cadáveres nos caixões, devido a boatos de que agências funerárias estavam raptando crianças para serem utilizadas em cerimônias de bruxaria.

Na província de Natal (nordeste da África do Sul), dois negros morreram nos guetos de Clermont e Kwadengezi. As mortes, que se somam a pelo menos 400 em um ano, são consequência da rivalidade entre partidários da Frente Democrática Unida, principal coalizão antiapartheid —ilegalizada no mês passado— e o movimento Inkatha, do

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 07/03/88
Cidade São Paulo SP

Durban elimina segregação racial em praias

No país do apartheid

A Semana Santa, no final do mês, é esperada com expectativa na África do Sul. Milhares de turistas —brancos, negros, mestiços e asiáticos— irão às praias de Durban, oceano Índico, leste do país. Será mais um teste da política de reformas raciais limitadas do governo do presidente Pieter Botha. Doze das 14 praias de Durban foram liberadas a todas as raças pela Câmara dos Vereadores no ano passado. Nos feriados do Natal e Ano Novo, negros e brancos se misturaram pela primeira vez em larga escala. Não foram registrados incidentes graves, mas para as famílias brancas de classe média da província do Transvaal —onde o apartheid está teimosamente entrincheirado— que costumam veranear em Durban foi um trauma. Muitas não voltaram. Preferiram ficar em casa ou curtir praias ainda segregadas.

Na Cidade do Cabo, há uma situação diferente. Para deter o fluxo de negros com melhor poder aquisitivo para áreas brancas, as autoridades começaram a construir o subúrbio de Monwabisi (que na língua xhosa significa lugar de satisfação) em uma paradisíaca praia escarpada e mar esverdeado, a 25 km da cidade.

Em muitas partes da África do Sul, as chocantes placas "somente brancos" estão sendo removidas das praias, restaurantes, banheiros públicos, cinemas, ônibus, etc. É a tentativa de desmantelamento do chamado "petty (mesquinho) apartheid", mas a segregação no dia-a-dia está profundamente impregnada na sociedade, entre todas as raças. E continua intocável o princípio de poder político para a minoria branca. No horizonte de reformas visualizadas pelo governo está descartada a possibilidade de "um homem, um voto". Dos 33 milhões de habitantes, 14,7% são brancos; 74,1%, negros; 8,6%, mestiços; e 2,6%, asiáticos.

Duas táticas

Os movimentos para desmantelar o apartheid no cotidiano são confusos e controvertidos. Afinal, não é fácil para o Partido Nacional —que subiu ao poder em 1948 com a missão de legalizar a segregação racial— renegar as palavras do ex-primeiro-ministro Hendrik Verwoerd: "A política de desenvolvimento separado (apartheid) foi elaborada para a felicidade, segurança e estabilidade tanto dos brancos como dos negros."

Para evitar o desgaste, já que é criticado por brancos empedernidos e negros céticos, o governo recorre a duas táticas para tocar as reformas, segundo John Kane-Berman, branco, diretor do respeitado e independente Instituto Sul-Africano de Relações Raciais, com sede em Johanesburgo.

A primeira tática é jogar a decisão para as câmaras dos vereadores, como foi o caso das praias de Durban. Os não-brancos não são consultados e a decisão é tomada se levando em conta a sensibilidade da população branca. A Cidade do Cabo é mais aberta: nas praias, piscinas, restaurantes, cinemas e transportes públicos há a mistura. Em Pretória, bastião dos afrikaners (os descendentes dos colonos holandeses, franceses e alemães), há mais instransigência. Os cinemas foram abertos no ano passado depois de muita polêmica. Mas o fim da lei não muda muita coisa. Em uma quinta-feira à noite, nas oito salas do cinema Sterland, no centro da cidade, não havia nenhum espectador negro. Apenas um ou outro gato pingado asiático. Os transportes públicos continuam segregados em Pretória. Mais para o interior, as reformas ainda não fizeram eco e o velho sistema de segregação continua irremovível.

Incógnita

A outra tática é esperar a desmoralização da lei e então aboli-la. Isto aconteceu com a legislação proibindo relações sexuais e casamentos interraciais. A grande incógnita é o chamado Group Areas Act, a lei das áreas residenciais separadas. A tendência do governo é ser flexível com novas áreas, ou seja, permitir que se desenvolvam zonas não sujeitas às leis de segregação. Quanto às áreas existentes, a coisa é mais complicada. O governo teme ter sua base eleitoral erodida se relaxar a legislação. Nas cidades mais liberais, as coisas já estão mudando. Os distritos comerciais foram abertos para empresários de todas as raças.

No horário comercial, Johanesburgo até parece ser uma cidade normal: escritórios, lojas, hotéis, restaurantes e bares têm uma coloração multirracial. Como não há nenhuma lei Afonso Arinos na África do Sul, o dono de um estabelecimento comercial, às vezes, proíbe a entrada de não-brancos. O código é a placa "direito de admissão reservado".

A abertura de áreas comerciais, o fim do infame passe que os negros tinham que carregar para se locomover no país e melhores oportunidades educacionais (as universidades não são mais segregadas) significaram a emergência de uma pequena, mas visível classe média negra. O resultado é a criação das chamadas áreas cinzentas nas grandes cidades. As mais importantes são Hillbrown, em Johanesburgo, e Woodstock, na Cidade do Cabo. Hillbrown é a zona meio boêmia da cidade. Calcula-se que 40% da população seja não-branca, algo entre 35 mil e 40 mil. Raramente um branco chama a polícia para denunciar que

o Group Areas Act está sendo subvertido.

A segregação nas áreas urbanas e rurais sempre foi um dos pilares do apartheid. Remoções forçadas ocorreram frequentemente nos anos 60 por causa do rezoneamento. A peça de teatro mais popular da temporada na África do Sul é "District Six". O musical conta a saga dos 70 mil mestiços que viviam no vibrante e boêmio distrito 6, da Cidade do Cabo, e foram removidos para a periferia. A peça está sempre com a lotação esgotada. Hoje, o antigo distrito 6 não passa de um imenso terreno baldio.

Mesmo a televisão estatal sul-africana, fiel porta-voz do governo, abriu os olhos para o relaxamento da segregação residencial. Para o final do ano está prevista o exibição do seriado "People like us" (gente como a gente), relato das dificuldades de integração em um subúrbio de Johanesburgo, onde moram brancos, asiáticos e mestiços.

As escolas públicas continuam segregadas, mas não as privadas. Não-brancos com melhor poder aquisitivo mandam, em geral, seus filhos para colégios mantidos pelas igrejas ou educadores de língua inglesa. O afrikaâns, a língua derivada do holandês, que para os negros simboliza a dominação racial, é falada pelos afrikaners, 60% da população branca.

O outro pilar do apartheid —que significa separação em afrikaans— ainda de pé é o Ato de Registro da População, que estabelece a classificação racial desde o nascimento. Cerca de mil pessoas requerem mudança de raça todo ano. Reflexo da obsessão da população branca, principalmente afrikaner, de não se misturar e manter seus privilégios, o apartheid tem suas brechas e aspectos pragmáticos. O discreto Japão é o maior parceiro comercial da África do Sul, passando por cima do retórico boicote internacional. Os japoneses que vivem na África do Sul são classificados como brancos e não asiáticos. São cidadãos de primeira classe e não de segunda, como indianos e chineses.

No trem Pretória-Johanesburgo, brancos viajam na 1ª classe

Andar de trem na África do Sul é uma decisão política. No guichê da estação Victoria, em Pretória, o bilheteiro informa que para brancos só há primeira classe no trem para Johanesburgo, 60 km a leste. Os não-brancos podem optar entre primeira e terceira. Não há segunda classe. Os vagões "apenas brancos" têm poltronas azuis estofadas. O guarda ferroviário instrui os passageiros brancos e alerta os mais incautos para não entrarem nos vagões de primeira classe "especiais". O conforto é o mesmo, mas é aberto para todas as raças. A terceira classe é só para não-brancos. São bancos de madeiras.

O quinto vagão da composição é "especial". É uma decisão difícil para um branco viajar no "especial". É encarado pelo guarda ferroviário e recebido com um certo desconforto pelos 12 passageiros negros que puderam pagar o equivalente a US$ 2,5 (cerca de Cz$ 250), o mesmo preço da passagem da primeira classe "apenas brancos".

De repente, entra no "especial", um senhor com sua filhinha. Brancos. A menina é loirinha. Don Pottinger, 42, é arquiteto, pai alemão, mãe irlandesa. Mora em Pretória. O repórter pergunta por que ele está no trem. "Minha filhinha, Selma, nunca viajou . É a primeira vez". Em seguida, o repórter pergunta por que ele não está no vagão "apenas brancos". "O país está mudando. Quero criar minha filha em uma atmosfera diferente da rigidez racial que marcou minha infância."

Ao longo das estações, até a parada final em Johanesburgo, sucedem-se os bancos e banheiros segregados. O transporte ferroviário é um dos últimos bastiões do "petty apartheid". Apesar de seus limites e controvérsias, o governo alega que as reformas dos últimos dez anos tornaram o ar mais respirável na África do Sul. Mas em um país onde os negros não têm representação política legal, e com o draconiano estado de emergência em vigor, é difícil avaliar e sentir a percepção da maioria da população sobre as reformas. Uma das respostas é uma pichação em um muro na cidadezinha de President, quase na entrada de Johanesburgo: "So what?" (e daí?). (CB)

O jornalista CAIO BLINDER viajou à África do Sul a convite do Ministério das Relações Exteriores daquele país.



Durban fica no leste do país

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 13/03/88
Cidade Rio de Janeiro

África do Sul proíbe Comitê criado por Tutu

JOHANNESBURGO — O Governo da África do Sul colocou ontem fora da lei o Comitê para a Defesa da Democracia, criado cinco dias antes pelo Arcebispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz de 1984, e outros dissidentes.

Em decreto publicado na "Gazeta Oficial", o Ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, que acusou os negros rebeldes exilados de estarem utilizando as igrejas para fomentar a revolução, também proibiu uma manifestação do novo Comitê, marcada para hoje, na Cidade do Cabo.

Tutu e outros integrantes do Comitê encabeçariam a passeata que lembraria todas as pessoas presas por motivos políticos na África do Sul desde a decretação do estado de emergência, em 12 de junho de 1986.

O Ministro da Lei e da Ordem afirmou que o proscrito Congresso Nacional Africano (CNA) — movimento oposicionista negro liderado por Nelson Mandela, preso desde 1964 — está procurando usar membros do clero e opositores dentro da minoria branca sul-africana para seus propósitos desestabilizadores. Atualmente, muitos dos dirigentes do CNA estão exilados em Zâmbia.



Tutu: defesa dos presos

Segundo Vlok, uma transmissão de rádio desses dirigentes, captada no dia 1º de março, exortava as igrejas sul-africanas a se transformarem em campo de batalha contra o regime.

O Comitê para a Defesa da Democracia foi criado em uma tentativa de substituir a Frente Democrática Unida e outras 17 organizações políticas negras proibidas.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 14/03/88
Cidade Rio de Janeiro RJ

Igreja sul-africana desafia racistas

CIDADE DO CABO — O Arcebispo anglicano Desmond Tutu e vários dirigentes da campanha contra o apartheid participaram ontem na catedral de São Jorge de um serviço religioso de protesto ao regime da minoria branca. Os ofícios de ontem realizaram-se nas cinco principais cidades do país, 24 horas depois de o Ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, proibir o funcionamento de uma entidade fundada segunda-feira passada pelas igrejas protestantes sul-africanas (com exceção das Reformadas). Trata-se do Comitê de Defesa da Democracia, surgido depois que o Governo sul-africano proibiu as atividades de 17 movimentos antiapartheid.

Sul-africanos vão a igrejas protestar contra apartheid

Das Agências Internacionais

Milhares de sul-africanos foram ontem às igrejas em todo o país para participar de atos de protesto contra o regime de segregação racial. O "dia nacional de orações contra o apartheid" foi convocado pela liderança cristã na semana passada, em reação à proibição, anunciada pelo governo do presidente Pieter Botha em 24 de fevereiro, de manifestações em público por qualquer das 17 principais organizações de oposição do no país. Nos atos religiosos celebrados ontem —alguns com cruzes envoltas em arame farpado para simbolizar a repressão aos religiosos— representantes de várias religiões anunciaram que vão endurecer a luta contra a discriminação racial.

"Sua causa é injusta", disse o arcebispo anglicano negro e prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu, referindo-se ao presidente Botha. "O que você defende é um sistema perverso, indefensável, e você vai acabar se arrebentando".

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS
BIBLIOTECA

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 5/03/88
Cidade São Paulo SP

África do Sul executará seis

JOHANNESBURG — Seis negros — cinco homens e uma mulher — serão executados sexta-feira pelo assassinato de um funcionário do governo de minoria branca da África do Sul. A ordem para o cumprimento da sentença imposta em 1985 foi dada ontem pelo Ministério da Justiça depois que o presidente Pieter Botha rejeitou os pedidos de clemência, inclusive de países ocidentais.

O advogado de defesa, Prakarsh Dia, anunciou que vai pedir o adiamento dos enforcamentos dos seis conhecidos como o "grupo de Sharpeville", nome do distrito negro perto de Johannesburg onde ocorreu o crime, em 1984, em meio a uma agitação social. Ele insistiu que o grupo é inocente e recebeu a pena de morte apesar de não existir prova de participação no assassinato.

As execuções foram anunciadas no momento em que a Igreja e o Estado ampliam o seu confronto. Os líderes religiosos, contrários ao **apartheid**, rejeitaram uma advertência do ministro da Lei e da Ordem Adriaan Vlock para que deixem de interferir na política. Dois deles, o arcebispo anglicano e prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, e o presidente da Aliança Mundial de Igrejas, bispo Allan Boesak, afirmaram que "a Igreja tem um trabalho a realizar até que acabe a segregação racial".

"Os governos da África do Sul e Angola vão manter conversações diretas que poderão definir os rumos da guerra civil angolana de 13 anos." Foi o que revelou ontem Jonas Savimbi, o líder da Unita, a União Nacional para a Independência Total de Angola, que luta contra o governo marxista de Luanda e é apoiado por Pretória. A declaração de Savimbi, na Cidade do Cabo, foi seguida de intensa atividade diplomática. O chanceler sul-africano, Roelof Botha, se reuniu em Genebra com o subsecretário de Estado norte-americano para Assuntos Africanos, Chester Croker, para tratar da situação na África austral. Contatos semelhantes foram mantidos em Luanda pelo presidente José Eduardo dos Santos com o líder do Bureau Político do PC cubano, Jorge Risquet.

África do Sul deve enforcar 6 ativistas negros

Dos Agências Internacionais

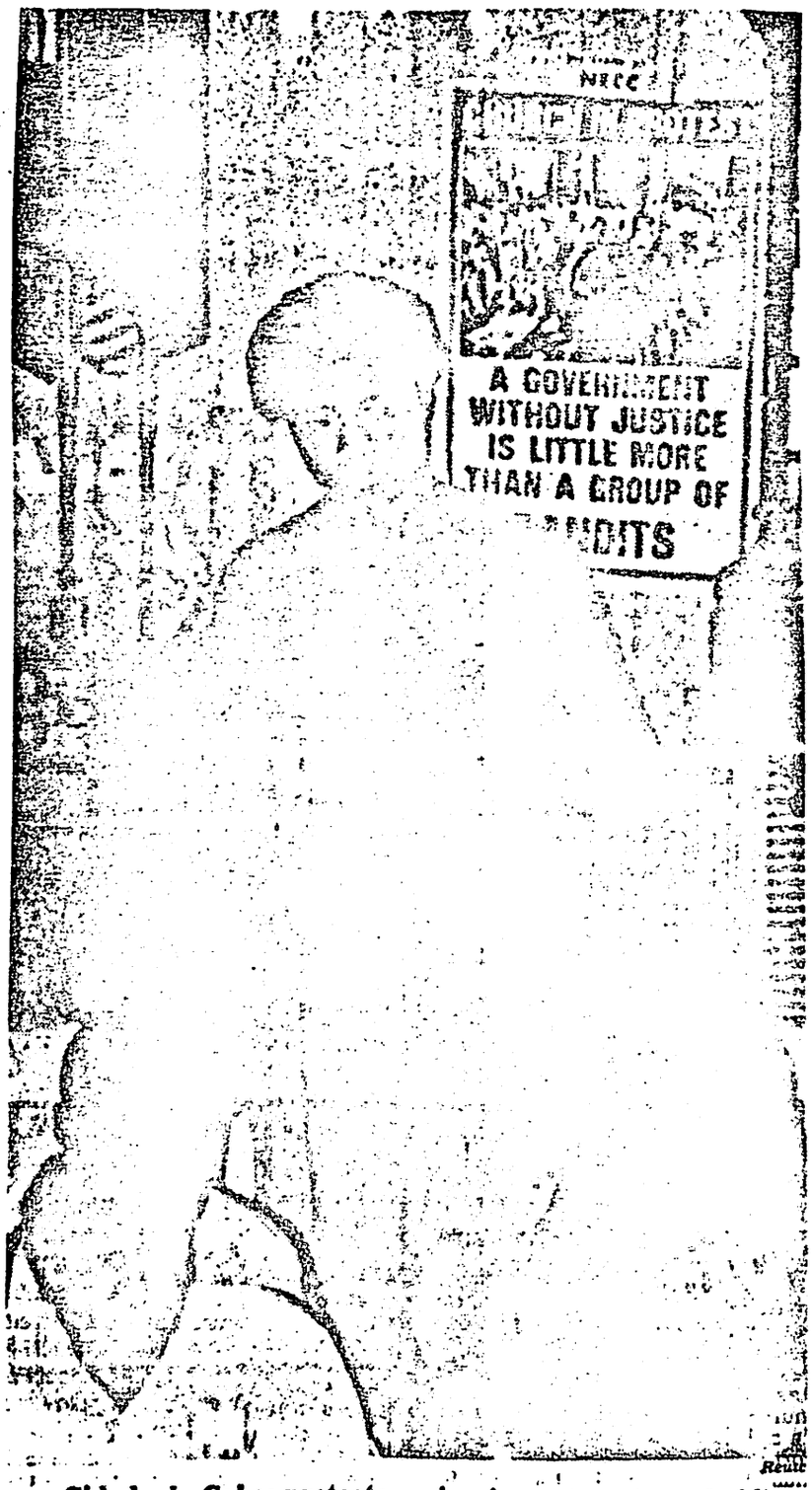
A África do Sul anunciou que serão executados, na próxima sexta-feira, seis negros acusados de participação no assassinato de um funcionário municipal em Sharpeville, gueto negro ao sul de Johanesburgo, em 1984. Os seis — cinco homens e uma mulher, conhecidos como "os seis de Sharpeville" — foram condenados à morte em 1985, detonando protestos em escala internacional.

Os advogados consideram que os condenados são prisioneiros políticos, já que o assassinato do funcionário, Jacob Dlamini, ocorreu em meio a distúrbios entre manifestantes antiapartheid e policiais, em setembro de 1984, e não teria sido comprovada a participação dos acusados. O advogado Prakash Dia disse que o presidente Pieter Botha rejeitou um pedido de clemência.

Os seis estão aguardando a execução, por enforcamento, no "corredor da morte" da prisão de Pretória, capital do país. Sharpeville foi cenário de um violento massacre em 1960, que foi decisivo para a deflagração da luta armada do Congresso Nacional Africano (CNA).

A mãe de um dos condenados, Julia Ramashamola, viajou a Londres para pedir à Grã-Bretanha e aos EUA que intervenham no sentido de impedir a execução. A Anistia Internacional criticou a decisão do governo sul-africano, dizendo que "houve reconhecimento, durante o processo, de que não havia vinculação entre as ações dos acusados e a morte da vítima".

Folha de São Paulo-SP 15.03.88 cont...



Cidade do Cabo: protesto na igreja contra o 'apartheid'

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 16/03/88
Cidade Rio de Janeiro RJ

Reagan pede clemência para seis sul-africanos

WASHINGTON — O Presidente dos EUA, Ronald Reagan, fez ontem um apelo ao Governo da África do Sul, pedindo clemência para os seis negros (cinco homens e uma mulher, entre 22 e 30 anos) condenados à morte que vão ser enforcados na sexta-feira próxima, anunciou o Porta-Voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater.

— Imploramos ao Governo sul-africano que atenda os pedidos em favor dos condenados. Um ato de piedade desse tipo seria bem recebido por todos os americanos — disse Fitzwater.

O Ministério da Justiça da África do Sul informou ontem que o Presidente do país, Pieter Botha, confirmou as execuções, apesar dos pedidos de comutação da pena. Os réus, conhecidos como "os Seis de Sharpeville", foram acusados pelo assassinato de um vereador, em Lekon, no gueto negro de Sharpeville, em setembro de 1984. Os seis estavam em um grupo de cem pessoas, que apedrejaram, atiraram gasolina e queimaram a vítima, mas não se provou que participaram diretamente desses atos.

Além de Reagan, intercederam em favor dos seis o Governo britânico, o Presidente da Alemanha Ocidental, Richard Von Weizsaecker, e líderes sindicalistas de 97 países.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Jornal do Bra
sil DATA 17/03/88
Cidade Rio de Janeiro

Condenados na África do Sul pedem adiamento

JOHANNESBURGO — Os advogados dos chamados Seis de Sharpeville — cinco homens e uma mulher negros entre 24 e 32 anos —, condenados a morrer na forca na madrugada de amanhã, entraram ontem com um recurso urgente na Suprema Corte de Pretória para que adiasse a execução. O advogado Prakash Diar disse que tinha novas provas para submeter à Suprema Corte e destacou que os réus tinham sido implicados no caso pelo depoimento de uma única testemunha, que fora coagida a mentir sob pressão policial. O ministro da Suprema Corte W. J. Human vai examinar o recurso às 11h30min de hoje.

Continuavam a chegar a Pretória dezenas de pedidos de clemência de líderes mundiais e organizações ligadas aos direitos humanos. O presidente Reagan fez um apelo terça-feira ao presidente Botha, que já recebeu apelos da primeira-ministra Margareth Thatcher, do chanceler alemão-ocidental Helmut Kohl, do secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, e do Parlamento Europeu, entre outros. Mas em reunião de 40 minutos, ontem, na Cidade do Cabo, com o arcebispo anglicano Desmond Tutu, Botha descartou qualquer interferência na questão, deixando a solução nas mãos da Suprema Corte.

Pretória pode adiar execução de seis negros

Johannesburgo — Advogados dos chamados "seis de Sharpeville", que devem ser executados na madrugada de amanhã, apelaram ontem à Corte Suprema em Pretória por um adiamento da execução. Com documentos apresentados ontem, foi comprovado que uma testemunha do julgamento dos seis negros havia sido forçada pela polícia a prestar depoimento falso. O procurador Denis Kuny chegou a afirmar que uma das testemunhas envolvidas no processo cometera perjúrio.

Paralelamente, líderes religiosos e ativistas anti-apartheid continuam protestando contra a execução dos "seis de Sharpeville." Em coletiva de imprensa, o Movimento Negro de Defesa dos Direitos Civis (SASH) pediu que o presidente Botha suspenda a pena de morte imposta aos seis negros. Já Frank Chikane, secretário-Geral do Conselho de Igrejas da África do Sul, chamou os enforcamentos de "assassinatos políticos".

Mitterrand apela por sul-africanos

PARIS — O Presidente da França, François Mitterrand, juntou-se ontem aos Chefes de Estado e de Governo que já pediram ao Presidente da África do Sul, Peter Botha, a comutação da pena de morte para seis jovens negros, inclusive uma moça, que deverão ser enforcados amanhã, acusados de assassinato. Em nome da "consciência universal, respeitosa dos Direitos Humanos", Mitterand pediu a clemência de Botha, a quem já haviam apelado o Presidente dos EUA, Ronald Reagan, a Primeira-Ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, e outros dirigentes. Ontem, os advogados dos "seis de Sharpeville", como são chamados os réus, apresentaram à Suprema Corte de Pretória uma apelação urgente de suspensão da execução.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 18/03/88
Cidade São Paulo SP

Supremo Tribunal adia execução dos '6 de Sharpeville'

A quinze horas do enforcamento, o Supremo Tribunal da África do Sul declarou procedente o pedido dos advogados da defesa e suspendeu a ordem de execução de seis negros —cinco homens e uma mulher— acusados de participar, "por associação", do linchamento de um vereador do gueto negro de Sharpeville, sudoeste de Johanesburgo, em setembro de 1984. O recurso foi concedido graças a evidências, apresentadas pela defesa, de que uma das principais testemunhas cometeu perjúrio sob pressão da polícia. A sentença fica suspensa por um mês.

O juiz Paul Human, do Supremo, disse que os advogados de defesa deveriam ter tido acesso à testemunha para questioná-la durante o julgamento em que foram considerados culpados os "seis de Sharpeville". Na ocasião, a testemunha, conhecida apenas como "mr. X", prestou depoimento à acusação a portas fechadas. Agora, de acordo com as evidências apresentadas à Justiça por Prakash Diar, um dos advogados de defesa, a testemunha teria sido coagida pela polícia a prestar depoimento falso. Agora, a defesa tem até o dia 18 de abril para apresentar evidências suficientes para a reabertura do processo.

Eles foram condenados por "propósito comum": teriam, segundo a Justiça, as mesmas intenções que as cerca de cem pessoas que participaram do linchamento de um vereador negro de Sharpeville, Jacob Dlamini, em setembro de 1984. Todos negam ter estado no local.

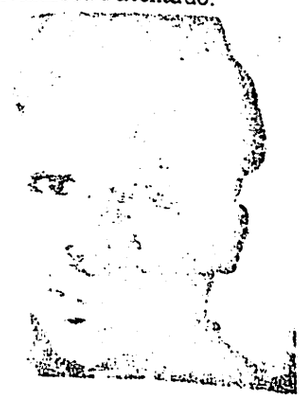
Caso o Supremo Tribunal não tivesse adiado a execução, eles teriam sido enforcados hoje ao amanhecer, três dias antes do aniversário do "massacre de Sharpeville", quando 69 manifestantes negros que protestavam contra o passaporte obrigatório para os negros foram baleados e mortos pela polícia, em 1960. Esse massacre provocou a adoção da luta armada pelo Congresso Nacional Africano, até então empenhado na superação do apartheid por vias políticas.

A condenação gerou uma campanha internacional em favor da clemência, inclusive com pedidos pessoais de dirigentes que não costumam se manifestar, como a primeira-ministra conservadora britânica Margaret Thatcher. Outros que se dirigiram ao governo de Pretória pedindo clemência foram os governos dos Estados Unidos, França, Itália, Alemanha Ocidental, países da Escandinávia e da Comunidade Econômica Européia, além da Organização das Nações Unidas, Conselho Africano das Igrejas e Anistia Internacional. O papa João Paulo 2º e o físico soviético Andrei Sakharov, prêmio Nobel da Paz de 1975, estão entre as personalidades que pediram clemência.

Do Brasil, a Comissão de Justiça e Paz enviou telegrama ao presidente Botha qualificando a execução de "violência inaceitável contra o ser humano" e de "um atentado, uma verdadeira selvageria contra os direitos humanos". A organização de defesa dos direitos humanos enviou outro telegrama ao ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, pedindo que o governo brasileiro se manifeste. Procurado pela reportagem da Folha em Brasília, o Itamaraty, que até então não havia se manifestado, fez um "apelo, através da imprensa, ao sentimento cristão do presidente Botha". Essa é uma posição, porém, que o governo brasileiro não pretende oficializar, segundo o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Marco Antônio Brandão.

Carro-bomba

Três pessoas morreram e pelo menos 16 ficaram feridas coma explosão de um carro-bomba colocado em frente ao tribunal de Justiça e à delegacia de polícia de Krugersdorp, 30 km a oeste de Joahnesburgo, no norte do país. Entre os feridos, 13 brancos, há um bebê de sete meses. Foi o primeiro atentado a bomba desde maio, quando morreram três pessoas em frente o tribunal de Justiça de Johanesburgo. Nenhuma organização reivindicou o atentado.



Oupa Diniso, 32. Inspetor de uma siderúrgica. A arma do crime estava em sua casa. Jogava golfe nas horas vagas. Disse que, a caminho do clube, tomou a arma de dois jovens que estavam brigando e guardou-a na garagem. Não comunicou o fato à polícia para não ficar com fama de colaboracionista. Casado, tem duas filhas.



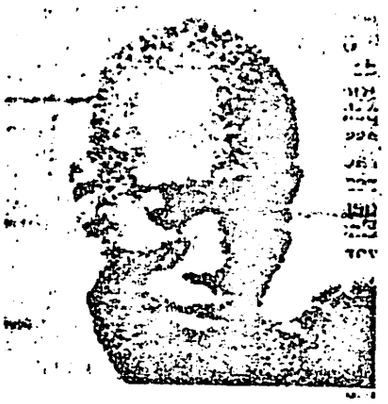
Reid Mokoena, 24. Estava desempregado na época em que foi preso. Segundo a polícia, admitiu em seu depoimento ter jogado uma pedra na casa de Dlamini quando este estava deitado com o rosto virado para o chão. No julgamento, alegou ter feito a confissão sob tortura. É noivo de uma mulher com quem tem uma filha.



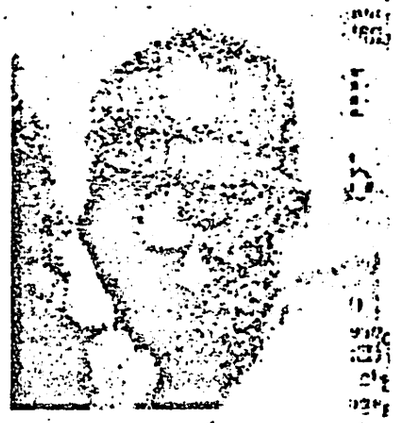
Reginald Sefatsa, 32. Vendia legumes em uma caminhonete. A viúva de Dlamini apontou-o no julgamento como o homem que teria apedrejado seu marido e que teria liderado o linchamento. Sefatsa alega que estava em outro ponto da cidade no momento do crime. É casado e tem uma filha nascida depois de sua prisão.



Theresa Ramashamola, 26. Garçonete numa lanchonete de estrada, implicada por uma única testemunha, que a teria ouvido gritar "Vamos matá-lo". Solteira, morava com a mãe de 50 anos num barraco de um cômodo. É católica praticante. O padre local considera-a "uma mulher simples, sem idéia do que seja a política".



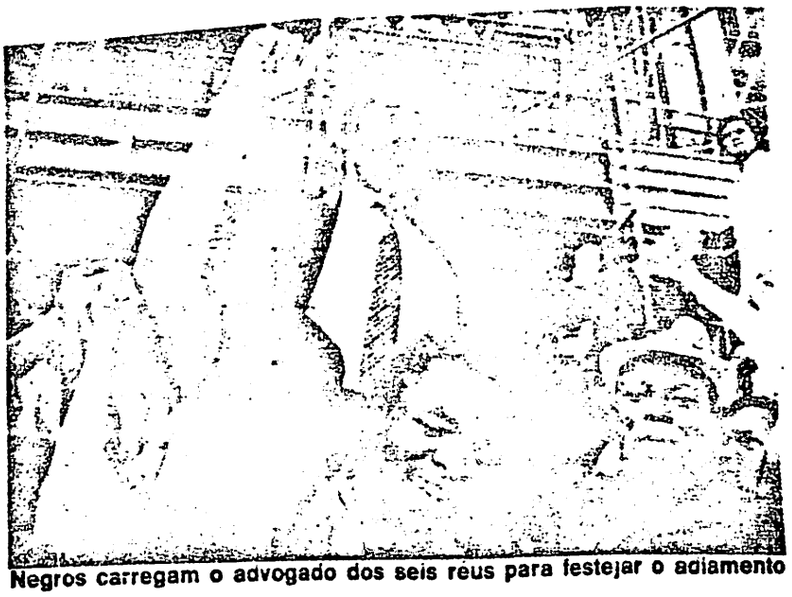
Duma Khumalo, 28. Estava se formando professor. A testemunha identificada como "mr. X", que deu depoimento secreto, implicou-o no caso. Agora, admitiu ter sido coagido pela polícia. Khumalo afirma que, no momento do crime, estava em outro lugar ajudando um amigo ferido pela polícia. É solteiro e pai de um filho.



Francis Mokgesi, 30. Vitrinista, conhecido na região como jogador de futebol do time Vaal Professionals. No dia do crime, 3 de setembro de 1984, estava em casa com o tornozelo torcido numa partida. Uma testemunha diz que o viu jogar pedras e coquetéis Molotov no linchamento de Dlamini. É casado e tem uma filha.

...ELO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 18/03/88
Cidade Rio de Janeiro

África do Sul adia por um mês execução de negros



Negros carregam o advogado dos seis réus para festejar o adiamento

JOHANNESBURGO — A menos de 24 horas do enforcamento, a Suprema Corte da África do Sul suspendeu ontem por um mês a execução dos seis negros acusados de matar o Vice-Prefeito de Sharpeville, em setembro de 1984, em favor dos quais haviam apelado diversos Governos. Em seu recurso à Corte, os advogados dos seis réus alegaram que uma das duas testemunhas-chave do caso, Joseph Monete, admitira que seu depoimento fora prestado sob coação e caiu em várias contradições.

Mas, ao anunciar o adiamento da execução, recebido com aplausos no tribunal e cantos e danças na rua, Paul Human, um dos ministros da Suprema Corte, disse que a decisão não significa que tenham surgido fatos suficientes para reabrir o caso.

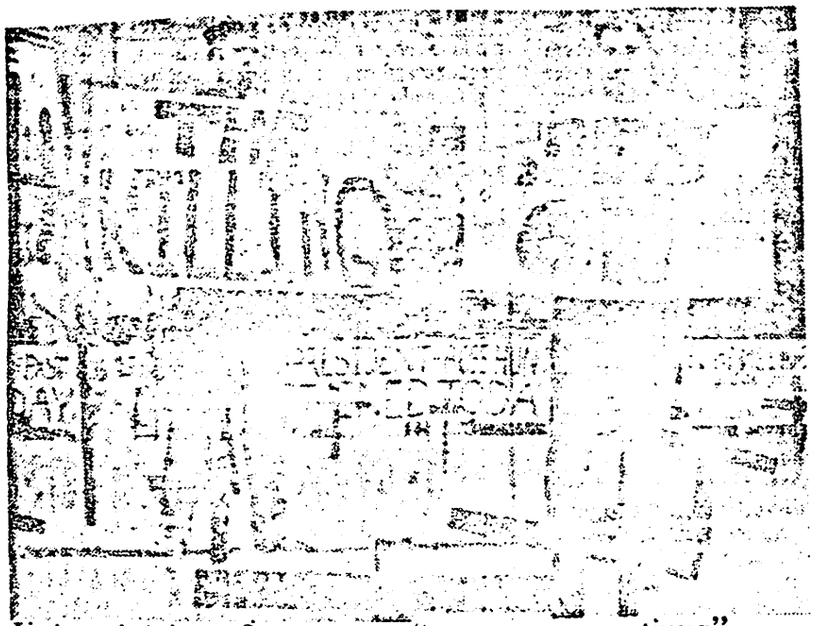
Os cinco rapazes e uma moça, com idades entre 22 e 30 anos, condenados à forca em 1985 pela morte do Vice-Prefeito Jacob Dlamini, faziam parte de uma multidão, estimada em cem pessoas, que o apedrejou e queimou. Human ontem criticou as versões da imprensa estrangeira segundo as quais os seis foram apenas "parte da massa" que participou do linchamento, afirmando que eles tiveram um papel ativo no acontecido e por isso merecem ser punidos.

● **BOMBA** — Três negros, inclusive um policial, morreram e 20 pessoas ficaram feridas ontem em consequência da explosão de uma bomba de 25 quilos deixada em um carro estacionado em frente ao prédio do tribunal e da delegacia de Polícia de Krugersdorp, a 32 quilômetros a noroeste de Johannesburgo.

África do Sul - Três policiais negros foram mortos por homens armados em Attidgeville, uma pequena cidade perto de Pretória, capital da África do Sul. A polícia disse que dois negros usando rifles AK-47, de fabricação soviética, muito usados pelos grupos de guerrilheiros, abriram fogo numa casa de Attidgeville matando os três policiais e ferindo um homem e uma mulher. Policiais negros têm sido alvos frequentes de ataques de grupos radicais antiapartheid. Muitos deles são acusados de "colaboracionistas", por servirem ao governo de minoria branca.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Estado de São Paulo
DATA 22/3/88
Cidade São Paulo SP

Greve geral lembra massacre sul-africano



Universitários afirmam que "a matança continua"

SOWETO, África do Sul — Milhares de negros aderiram à greve geral convocada para marcar a passagem do 28º aniversário do massacre de Sharpeville, quando 69 pessoas foram mortas a tiros pela polícia e 186 ficaram feridas. Embora as greves políticas estejam proibidas, as lojas permaneceram fechadas em Soweto e na maioria dos subúrbios negros as escolas passaram o dia desertas e os ônibus e trens suburbanos ficaram praticamente vazios nas horas de maior movimento.

Desde 1960, o dia 21 de março é uma das datas mais importantes no calendário político dos negros sul-africanos. Como o estado de emergência imposto em junho de 1986 proíbe a convocação de protestos desse tipo, a população de Soweto e de outros subúrbios de Johannesburgo recorreu a panfletos e à propaganda boca-a-boca. A paralisação pode ser considerada um sucesso, já que as autoridades informaram que cerca de 80% dos negros não deixaram suas casas ontem.

Os protestos deste ano foram reforçados pela campanha que se vem desenvolvendo em todo o mundo contra o enforcamento dos *Seis de Sharpeville* (cinco homens e uma mulher acusados de cumplicidade no assassinato do vice-prefeito Jacob Dlamini, em 1984). Os pedidos de clemência levaram a Suprema Corte de Pretória a adiar por um mês o enforcamento, que estava marcado para a semana passada. Mas a tensão começou a crescer no país quando o governo baniu todas as organizações de oposição, no mês passado.

Os panfletos distribuídos durante o fim-de-semana pediam que todos, menos enfermeiras e jornalistas, ficassem em casa. Em várias cidades houve incidentes violentos entre manifestantes e policiais, mas não há notícias de mortos ou feridos graves. Na manhã de ontem, a líder estudantil Rose Hunter, de 24 anos, foi detida para investigações, informou sua mãe Lucienne Hunter. As universidades permaneceram desertas.

Winnie Mandela, mulher do líder negro Nelson Mandela (que está preso), e um grupo de pessoas que se dirigia num ônibus ao cemitério de Sharpeville foram detidos pela polícia durante 30 minutos. Depois de liberados, seguiram viagem para realizar uma limpeza simbólica dos 69 túmulos.

Os líderes da Igreja Anglicana convocaram para hoje uma reunião de emergência de mais de 20 bispos para preparar uma reação, caso o governo coloque em prática as últimas ameaças ao arcebispo Desmond Tutu.

22 de março de 1988

Cristãos sul-africanos derrotam o racismo

MAMELODI, África do Sul — Jackson e Maria Mbetha nunca tinham recebido antes uma família branca em sua modesta mas asseada casa nesta cidade negra próxima de Pretória. Na semana passada, Alexander e Gillian Vender passaram cinco dias com os Mbetha, e o encontro transcendeu as barreiras usuais dessa sociedade rigidamente segregada.

— É uma grande experiência para nós — disse Mbetha, que trabalha para um dentista branco em Pretória, distante uns 25 minutos de ônibus. — Podemos ver agora que os brancos são exatamente como qualquer homem negro.

Venter, um pregador leigo de descendência holandesa, acrescentou:

— Isso me fez compreender mais profundamente que o que os negros querem é exatamente o que queremos: um casa confortável, alimentação e educação.

Os Mbetha e Vender estão entre uns 200 cristãos que cruzam as divisões raciais em ambas as direções numa experiência que cria, embora transitoriamente, um microcosmo de uma África do Sul não-racista.

O intercâmbio foi o núcleo de uma conferência interconfessional organizada pela Koinonia Southern Africa, uma organização cristã nacional que está tentando alcançar a reconciliação racial. Cerca de 170 brancos estão convivendo com famílias negras em Mamelodi e 35 negros estão em casas de brancos em subúrbios relativamente abstados de Pretória.

Eles vivem juntos, rezam juntos, fazem vida social juntos e até cantam "slogans" juntos quando jovens negros anti-"apartheid" em manifestações se dirigem a eles. Sábado à noite os 200 participantes do programa foram juntos a um churrasco numa igreja.

— As pessoas na cidade que vêem os brancos vivendo entre nós observam isso como um sinal de que o Governo não será capaz de continuar forçando o apartheid — disse Mbetha.

— O apartheid é um problema da Igreja — disse Venter. — A Igreja se tornou um espelho da sociedade do "apartheid". Estamos muito separados e divididos. Se a Igreja pode nos ensinar a nos amarmos uns aos outros poderá ensinar-nos a nos levantarmos contra a segregação.

Os brancos já não precisam requerer permissão para entrar em uma cidade negra, embora vivendo em áreas sujeitas às leis de segregação residencial do país.

Mas as barreiras, tanto psicológicas como geográficas, que separam os subúrbios brancos prósperos dos guetos negros permanecem muito grandes. A grande maioria dos brancos sul-africanos nunca viu uma cidade negra. Os negros sul-africanos mais provavelmente já viram o interior dos lares brancos, mas usualmente como empregados domésticos ou operários.

Greve paralisa a África do Sul

JOHANNESBURG — Uma greve nacional organizada por movimentos negros de oposição praticamente paralisou ontem a África do Sul. O movimento de protesto contra as medidas restritivas impostas pelo governo de minoria branca visava ainda lembrar os 20 anos do massacre de Sharpeville, onde morreram 69 militantes negros. Houve choques de rua na cidade de Durban entre manifestantes e a polícia, que usou cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo para dispersar piquetes. Os ônibus circulavam vazios nas cidades do Cabo, Durban e Johannesburg e a polícia estimou que 40% dos trabalhadores deixaram de comparecer ao trabalho. Na Universidade de Durban-Westville, policiais atiraram bombas de gás de um helicóptero para dispersar manifestantes negros que lutavam com os estudantes que não aderiram ao movimento.

As manifestações deste ano foram fortalecidas por causa do adiamento da execução dos "reis de Sharpeville" — cinco homens e uma mulher —, acusados do assassinato de um colaboracionista da cidade.

22 de março de 1988

Líder negro não aceita explicações de Afonsinho



No dia da luta contra a discriminação racial, Gaúcho e Afonsinho tentam justificar os jogos que fizeram na África do Sul

Afonsinho e o presidente do Sindicato dos Jogadores do Rio, Gaúcho, não poderiam ter escolhido dia pior para a entrevista coletiva em que pretendiam justificar sua viagem com nove outros ex-jogadores à África do Sul para uma série de peladas sem vínculo promocional ou remuneração. Ontem, dia internacional da luta contra a discriminação racial, sob o repúdio veemente do representante do movimento negro carioca, Wilson Prudente, os dois tiveram dificuldade para esclarecer a origem do convite feito por uma empresa sul-africana, negaram ter representado o Brasil de alguma forma, e procuraram enfatizar o caráter amadorístico e recreativo da viagem de 20 dias.

Afonsinho deixou claro que o grupo sempre jogou em praias e ginásios, contra adversários negros e brancos, mas sempre empregados no comércio hoteleiro e turístico. O ex-jogador, candidato à Assembléia Nacional Constituinte pelo PSB, só não convenceu quando teve de explicar por que o time de "cinco jogadores na linha e um no gol" (*Show ball*) usava camisa com o nome da empresa *Crowslwy*, que Gaúcho acredita trabalhar no ramo de beneficiamento de papéis, estampada no peito.

— Parece que essa companhia fez o convite ao Cacá e se responsabilizou pela estada, alimentação e transporte do grupo. Mas não sei qual era seu interesse — comentou Gaúcho, que, como Afonsinho, garantiu não saber o nome completo de Cacá, a quem atribuem a organização da viagem do grupo que jogou seis vezes nas seguintes cidades: Durban, Sun City, Johannesburgo e Cidade do Cabo.

Surpreso com a repercussão da viagem, Gaúcho admitiu que pensaria duas vezes se tivesse de fazê-la novamente, enquanto Afonsinho não via razão para isso por entender a questão de outra forma.

— Foi uma oportunidade que surgiu de conhecer a realidade de um problema que sempre me interessou e continua interessando. Conheci gente, fiz amigos, e só estou tentando justificar a viagem por causa do respeito que sempre tive pelas entidades que lutam pelo direito do homem — disse.

As razões alegadas, porém, não convenceram Wilson Prudente, do movimento SOS racismo, que propôs apagar o nome dos jogadores brasileiros "que foram buscar os dólares sujos na África do Sul" da memória do esporte nacional.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 23/03/83
Cidade Rio de Janeiro RJ

Igreja repele ameaça ao Arcebispo Tutu

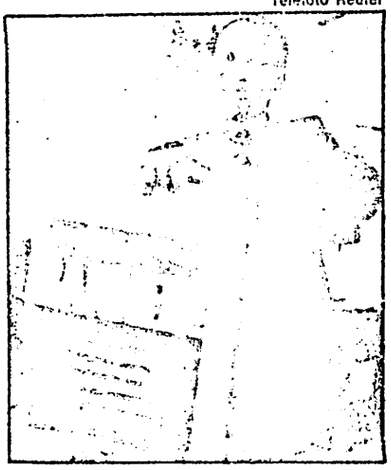
JOHANNESBURGO — A Igreja Anglicana da África do Sul advertiu ontem o Presidente Pieter Botha de que não tem o direito de fazer ameaças ao Arcebispo Desmond Tutu para tentar impedir o líder religioso de prosseguir suas atividades de oposição ao regime de apartheid.

— Não permitiremos que o Governo isole o Arcebispo Tutu — disse um dos 18 bispos que participaram ontem de reunião de emergência para discutir as ameaças do Presidente ao Prêmio Nobel da Paz de 1984.

Dizendo-se preocupados e ofendidos com a hostilidade de Botha para com o Arcebispo Tutu, os líderes anglicanos da África do Sul questionam o direito do Presidente de "decidir arrogantemente o que é ou não válido em termos espirituais e de valores cristãos".

Tutu também recebeu ontem a solidariedade do Chefe da Igreja Anglicana, o Arcebispo de Canterbury, Robert Runcie, transmitida por seu enviado especial, o Bispo Keith Sutton. O religioso sul-africano desafiou o Presidente a cumprir as ameaças que lhe fez. Em encontro a portas fechadas, no último dia 16, Botha disse ao Arcebispo que ele estava procurando problemas e acabaria tendo vários e o religioso, segundo contou ontem aos jornalistas, disse-lhe que cumprisse suas ameaças.

Telefoto Reuter



O editor Gabu Tugwana mostra a última edição do 'News Nation'

SUSPENSÃO — O Governo sul-africano fechou ontem por três meses o semanário "New Nation", editado pela Conferência Episcopal Católica da África do Sul, sob a alegação de que a publicação, contrária ao "apartheid", ameaça a segurança pública. Decreto especial do Ministro do Interior, Stoffel Botha, determina que as edições do "New Nation" estão proibidas até 10 de junho. Contudo, a suspensão poderá ser imposta novamente, caso o conteúdo da publicação, com tiragem de 60 mil exemplares, não satisfaça ao Governo.

Pretória fecha um jornal católico

Pretória — O governo sul-africano fechou ontem por três meses um semanário publicado pela Igreja Católica, The New Nation, acusado de fomentar a revolução.

A decisão, tomada pelo ministro do Interior e de Comunicações, Stoffel Botha, foi anunciada em uma edição especial do Diário Oficial.

The New Nation é a primeira publicação fechada sob invocação do decreto governamental de agosto passado, que dá a Botha plenos poderes para fechar um jornal durante três meses ou impor-lhe um censor.

O fechamento de The New Nation foi decidido em um contexto de hostilidade e confronto crescentes entre o poder e a Igreja, em conseqüência da proibição virtual no mês passado de 17 movimentos antiapartheid.

África do Sul - O governo de minoria branca da África do Sul fechou ontem por três meses o semanário católico "The New Nation", sob a acusação de publicar reportagens "subversivas" e de "fomentar a revolução". Por sua vez, o chefe da Igreja Anglicana no país, Desmond Tutu, desafiou o presidente Pieter Botha a cumprir suas ameaças de silenciá-lo, feitas na semana passada.

A África do Sul fecha semanário da Igreja Católica

JOHANNESBURG — O governo da África do Sul fechou ontem por três meses o semanário católico de oposição New Nation, acusando-o de "fomentar a revolução com publicações subversivas". A medida, tomada pelo ministro do Interior e das Comunicações, Stoffel Botha, foi anunciada em uma edição especial do Diário Oficial. O decreto suspendeu a publicação do semanário até o dia 10 de junho.

Essa foi a primeira vez que o governo sul-africano usou o decreto de agosto do ano passado que dá ao presidente Pieter Botha poderes para fechar qualquer publicação por três meses ou impôr-lhe um censor.

O Supremo Tribunal de Johannesburg havia rejeitado na segunda-feira uma apelação do New Nation que tentava evitar a interrupção de suas atividades. O semanário foi fundado em 1986 por bispos católicos, e seus 70 mil exemplares eram distribuídos nos subúrbios negros.

O redator chefe do Jornal, Zwelakhe Sisulu, está preso desde dezembro de 1986, sem um processo de acusação formal.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 27/07/88
Cidade São Paulo SP

"A África do Sul vive uma guerra civil", diz escritor

"A Africa do Sul é uma realidade. A África do Sul é um símbolo. Duas verdades tão próximas uma da outra, como o espelho e a memória, que se confundem simultaneamente. Não creio em 'processos pacíficos' para a solução do racismo... A 'paz' seria o mais terrível status quo para o futuro dos negros sul-africanos. O racismo deve ser esmagado mesmo ao preço de uma nova forma de ditadura. Só alcançamos a liberdade se lutamos por ela. E a guerra civil é hoje um fato na sofrida e desesperada África do Sul."

Essas declarações recolhidas em Estocolmo, Suécia, num recente encontro internacional sobre a problemática do racismo, são de Breyten Breytenbach, o mais expressivo de todos os poetas em língua afrikaner, e certamente um dos mais incômodos dissidentes do regime de minoria branca da África do Sul. A revelia de seus familiares —fervorosos defensores do ideário do presidente Pieter Botha— Breytenbach casou-se com uma "mulher não branca" e optou por desafiar toda a intelectualidade oficial do seu país ao publicar pela primeira vez em inglês duas obras arrebatadoras: a primeira, "The True Confessions of an Albino Terrorist" e a mais recente, "End Papers", dois documentos literários imprescindíveis para a compreensão da crise que atinge o mais rico dos países africanos.

Apontado por muitos críticos, ao lado de André Brink, como um dos mais fortes candidatos ao Prêmio Nobel de Literatura de 1988, Breytenbach [illegible] deu a poesia e prosa [illegible] integrou-se talvez numa [illegible] "Literature D'Action".

Para a maioria dos jornalistas ocidentais, a tarefa de entrevistar Breytenbach é uma experiência rica e quase sempre comovente. Se é verdade que ele não se deixou abater pelos longos anos de cárcere e de tortura psíquica, se de fato sua postura continua sendo desafiadora, os olhos, a maneira de falar e as memórias denunciam a imponderabilidade da tristeza e da resignação que percorre a face dos homens marcados pelas injustiças e crueldades produzidas pelos sistemas arbitrários.

"Não pessoa"

"Não consegui sobreviver. Um homem nunca é o mesmo após ter cumprido uma pena de anos numa prisão sul-africana. Em sentido figurado foi necessário que eu 'morresse' para continuar a sobreviver. Desprendi-me do meu próprio ego, abandonei minha própria alma e reencarnei-me numa 'não pessoa'. No interior de uma cela isolada, quanto mais nos agarramos a nossa própria identidade, mais forte é o poder de controle absoluto que os algozes exercem sobre nós, com a diferença de que, no interior de uma prisão sul-africana, não basta sermos apenas uma 'não pessoa' para os que, sistematicamente, nos martirizam. Temos que ser uma 'não pessoa' para nós mesmos, caso contrário escorregaremos pelo declive irreversível da insanidade."

"Sem ilusões"

[illegible] a palavra [illegible] e a frase de efeito —[illegible] por vezes [illegible] no [illegible] seus [illegible]—, [illegible] nos [illegible] rapidamente [illegible] no que [illegible] ao [illegible] particularmente daquela que pretende ainda nos fazer acreditar que o sistema de apartheid pode ser reformado ou abandonado pelo concerto das idéias.

"Ilusões como essas devem ser definitivamente abandonadas. Ser afrikaner é uma definição política. Uma espécie de peste, um desafio à humanidade. Não existe hoje forma alguma de modificar a lógica de pensamento da minoria sul-africana, seja através de conversações, de gentilezas, de pressões ou até mesmo de sanções. Os brancos só se libertarão desse atavismo quando os negros conseguirem libertar-se por si próprios."

"Libertação"

Acompanhando o raciocínio de seus interlocutores, produto talvez de uma técnica sedimentada na prisão, Breytenbach antecipa a próxima questão.

"Como se libertará a maioria negra? A luta de libertação no meu entender percorrerá caminhos, seguramente, muito complicados. Não será através de uma revolução do tipo das ocorridas na Rússia ou no Terceiro Mundo. A balança do poder e a

balança do terror estão totalmente a favor da minoria branca, e ela continuará utilizando suas potencialidades até o fim. Ninguém poderá convencê-la do contrário. Os brancos estão programados para se perpetuar no poder, mesmo sabendo que um dia o perderão. Existe em tudo um certo sentimento de suicídio coletivo: 'se não mantivermos o poder destruiremos tudo'. As idéias reformistas de Botha não darão resultado. A África do Sul também não se modificará através de uma única revolta sangrenta, como ocorreu no Irã. A longo prazo, os problemas continuarão a avolumar-se exigindo soluções urgentes. Eu desejaria uma África do Sul unida, um Estado cuja riqueza seria constituída também pelo capital humano, diversificado pela sua pluralidade cultural."

"Guerra de irmãos"

Com um irmão que se orgulha de comandar uma tropa de elite, treinada e especializada para a missão de esmagar movimentos de oposição, e outro que vendeu inteiramente sua honra jornalística para transformar-se num partidário do fascismo, Breytenbach não é de certo um homem que, em função desses precedentes, contorne verdades diante de quem quer que seja.

"Já não tenho qualquer contato com meus irmãos. Não faço a menor idéia se leram minhas obras. Ou melhor, acho que leram, porque alguém escreveu-me dizendo que ficaram estarrecidos com meus últimos livros. Pouco importa, não os odeio. É preciso considerar que a África do Sul vive um pesadelo, um grande período de anormalidade. Em afrikaner, temos uma palavra especial para esse tipo de conflitos entre irmãos brancos: 'Brudervist'. As 'guerras' entre irmãos são tantas na África do Sul de hoje, que já se tornaram fato comum no país."

"Literatura, uma arma"

Pintor e poeta, o autor de "End Papers" cristalizou sobre si todo o amor e todo o ódio de sua "tribo", os afrikaners. Nascido em 1939, abandonou seu país nos anos 60, rumo a "paragens desconhecidas". Suas peregrinações levaram-no até Paris, onde casou-se com uma francesa de origem vietnamita. A permanência na França foi um exílio voluntário, visto que os casamentos inter-raciais são ainda expressamente proibidos na África do Sul.

Em matéria de "casamentos e relações", a legislação sul-africana atinge aspectos inomináveis. Um branco que tenha relações sexuais com uma mulher de outra raça —diz a Lei da Imoralidade, de 1957— é culpado de delito criminal com pena de prisão por período mínimo de sete anos. No momento em que Breytenbach foi excluído de sua "tribo", registrou-se uma importante fissura entre os escritores afrikaners e o governo de Pretória, capital administrativa da África do Sul.

Em 1964, ele recebia um prêmio pelas suas primeiras obras, novelas sombrias e surrealistas, além de poemas metafóricos, onde afirmava com vigor um estilo minucioso e muito pessoal.

"De lá para cá, muitas águas rolaram. Hoje já não posso considerar-me um afrikaner. Defino-me como um africano de origem sul-africana, que continua a utilizar a língua materna para pensar e exprimir-se literalmente. Mas mesmo vivendo na Europa, as experiências passadas nunca me abandonarão. Uso a literatura como uma arma."

"Natureza bastarda"

À beira do genocídio no início do século, os afrikaners fizeram de seu idioma —um derivado do crioulo holandês— o estandarte da conquista do poder. Nessa ótica, os escritores são vistos como os "grandes sacerdotes" do povo. Em nome da lealdade grupal, os dirigentes do Partido Nacional, vencedores das eleições de 1948, obrigaram os intelectuais a aceitarem uma série de leis raciais denominadas apartheid.

Os escritores afrikaners dos anos 60 passaram a considerar então que mudança de estilo e mudança de sociedade são fenômenos convergentes, mas nem todos pensam da mesma forma. Andre Brink e Breytenbach, que se encontraram em Paris em 1968, afastaram-se dessa posição e perfilam-se ao lado de escritores anglófonos, brancos e negros. Em 1972, depois de ter sido contatado pelo CNA (Congresso Nacional Africano —organização que defende a luta armada contra o apartheid), Breytenbach recebeu inesperadamente um convite para visitar a África do Sul, acompanhado de sua mulher. A polícia sul-africana advertiu-o de que conhecia suas atividades, mas não criou obstáculos ao seu regresso.

Humilhado pelo vexame de não poder coabitar num hotel com sua própria mulher, Breytenbach, por ocasião de um discurso na Universidade do Cabo, perdeu a paciência e afirmou: "Nós somos um povo bastardo, com uma linguagem bastarda. A nossa natureza é uma natureza bastarda. Vejam a maravilha em que nos metemos." Pela sua coragem, Breytenbach recebeu uma ovação extraordinária por parte de um auditório superlotado.

"Casa de morte"

Animado com a reação de seus conterrâneos, resolveu fundar uma organização de resistência pacífica chamada "Okhela", com o objetivo de criar uma rede de informações dentro da comunidade branca. Para pôr em prática a idéia, nascida em Paris, resolveu voltar para a África do Sul, em 1975. Induzido em erro ou possivelmente traído, Breytenbach foi preso no aeroporto quando já embarcava para a Europa, comprometendo mais de uma dezena de pessoas que havia contatado. O poeta foi então condenado a nove anos de prisão, dos quais cumpriu "apenas" sete.

"Hoje, quando me recordo de 'Beverly Hill' (assim a prisão é conhecida na linguagem dos internos), ainda tenho a impressão de que nunca escapei dela. Que vivo apenas um sonho. 'Beverly Hill' é uma prisão para negros, embora alguns brancos nela se 'hospedem'. Senti na primeira noite e confirmei depois que se tratava de uma casa de morte. Um local hediondo onde os indivíduos são confinados para serem legalmente mortos."

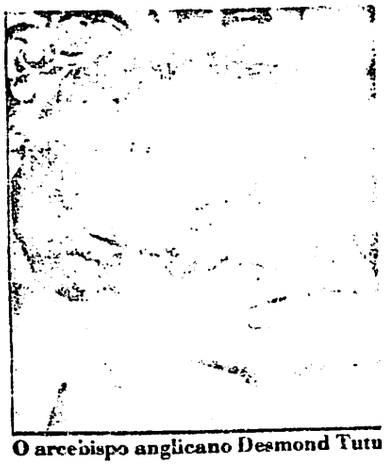
"Cérebro de geléia

Tanto "Confissões de um Terrorista Albino" como "End Papers" são ducumentos literários quase alucinantes sobre as prisões do apartheid. Um testemunho que atinge as raias da ficção, mas que na verdade constitui um relato de uma realidade e um símbolo que ainda se mantém. Em "End Papers", Breytenbach mistura aforismos zembudistas com reflexões políticas e sonhos alucinantes a que ele chama de "impass".

"Existem coisas que me chocam profundamente, coisas que não consigo entender. Os brancos estão arruinados, surgem como um clã acossado, no momento em que o apartheid sofre seu maior cerco. Mas continuam teimosos. As autoridades sul-africanas são tão fanáticas quanto os agentes de segurança de Israel. Não por pensarem que estão do lado da razão, mas por entender que o mundo todo está contra elas. Os afrikaners identificam-se também como um povo bíblico, escolhido por Deus, e como um bastião imbatível, cercado por um mar de inimigos. Eles não me perdoarão por ter abraçado a causa negra e por os ter caracterizado de seres com cérebro de geléia. No fundo, contudo, nada mais fiz do que dar à minha obra um contorno de resistência ética e estética, sem o qual a relação entre indivíduos e sociedade não pode ser compreendida."

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo
DATA 27/03/88
Cidade São Paulo SP

Igrejas se unem e lançam ofensiva contra apartheid



O arcebispo anglicano Desmond Tutu

Pela primeira vez na história da África do Sul, as diferentes igrejas colocaram de lado suas divergências e estão dispostas a desafiar o governo do presidente Pieter W. Botha, assumindo um papel de liderança na campanha pública e legal contra o sistema de discriminação racial vigente no país. O "grito de guerra" dos religiosos foi dado esta semana pelo arcebispo anglicano Desmond Tutu logo depois de confirmado o fechamento por três meses do semanário "New Nation", financiado pela Igreja Católica sul-africana. Tutu, prêmio Nobel da Paz de 1984, assumiu publicamente o papel de líder oposicionista ao avisar que "o povo de Deus tradicionalmente acaba vencendo quando é encurralado por forças opressoras".

As relações entre católicos, anglicanos, luteranos, presbiterianos e até setores da Igreja Reformada Holandesa com o governo Botha começaram a se deteriorar rapidamente desde 1984, quando foi deflagrada uma violenta repressão aos movimentos negros contrários ao apartheid. Mas os líderes hierárquicos, notadamente os católicos e anglicanos, preferiram sempre agir na retaguarda, apesar de alguns padres e pastores ocuparem posições-chaves em organizações como a Frente Democrática Unida (FDU).

No final de fevereiro, diante do crescimento do poder político da FDU (a maior frente legal contra o racismo com cerca de dois milhões de adeptos brancos e negros), o presidente Botha decidiu proibir manifestações públicas da organização e de 16 outros grupos também contrários à política do apartheid. A decisão significou o virtual fechamento de toda a oposição legal e um golpe violento nos movimentos que procuravam saídas pacíficas para a crise racial no país.

Diálogo áspero

Além de obrigar as 17 organizações a terem um funcionamento exclusivamente burocrático, o governo proibiu-as de receber ajuda financeira externa, o que para quase todas elas significa o estrangulamento definitivo, já que se mantinham graças a doações de igrejas e fiéis na Europa e Estados Unidos. O arcebispo Tutu liderou no início de março um protesto religioso em Johanesburgo contra as novas medidas, e acabou preso por algumas horas.

Duas semanas depois, o presidente Botha resolveu recebê-lo em audiência na tentativa de acalmar as igrejas européias, mas o encontro acabou sendo um tiro pela culatra. O diálogo foi áspero e, segundo rumores, o presidente sul-africano chegou a colocar um dedo intimidador em frente ao rosto do prelado anglicano. Na saída, o rompimento ficou público. Botha disse que Tutu "estava procurando encrenca", e o bispo não deixou por menos ao garantir que "o governo estava levando o país a uma guerra racial".

Gota d'água

O fechamento do "New Nation", que dificilmente voltará a circular depois da suspensão de três meses, foi a gota d'água. Dezenove bispos anglicanos deram apoio total a Tutu, enquanto do lado católico subiu a temperatura dos sermões dominicais, com uma aberta pregação da resistência. As igrejas se tornaram centros de reunião e deliberação política na campanha a favor da libertação de religiosos presos, como a freira católica Bernard Ncube, 51 anos.

A rebelião aberta das igrejas sul-africanas terá um forte impacto externo e deixará inseguros muitos dos afrikaners que ainda acreditam que o apartheid é inspirado em Deus. A única igreja que continua do lado do governo é a Reformada Holandesa, cujas ligações com os afrikaners vêm desde o início da colonização branca do país, mas que hoje está enfraquecida pela dissidência de alguns dos seus mais importantes pensadores.

O rompimento público com as igrejas e os indícios de que o governo sul-africano está esfriando suas relações com seu principal aliado externo, os Estados Unidos, indicam que o presidente Botha não teme o isolamento e está disposto a cavar trincheiras ainda mais fundas na sua obstinada luta para manter o domínio absoluto dos 4,5 milhões de brancos sobre os 22 milhões de negros sul-africanos.

Botha desafia os líderes religiosos a levá-lo à Justiça

JOHANNESBURGO, África do Sul — O Presidente Peter Botha desafiou os dirigentes religiosos contários ao "apartheid" à cumprirem sua ameaça de processá-lo, por ter afirmado que apóiam a violência.

— Eu gostaria muitísimo disso, pois assim o Governo apresentaria todos os relatórios e todos os fatos de que dispõe sobre essas pessoas — disse Botha, na sexta-feira.

A Igreja Anglicana anunciou quinta-feira que estava procurando assessoria legal para iniciar um processo por difamação contra o Presidente, em resposta às críticas formuladas por Botha contra o Arcebispo negro Desmond Tutu e outros religiosos que se opõem à política de segregação racial do regime da minoria branca da Africa do Sul.

Anteriormente, Botha assinalara numa carta ao Secretário Geral do Conselho Sul-Africano de Igrejas, Reverendo Frank Chikane: "Esses religiosos ativistas apóiam e elogiam o proscrito movimento guerrilheiro Congresso Nacional Africano (CNA), de ideologia marxista e atéia. Esse Conselho participa desse apelo à violência, e em favor do ódio, das represálias, da insurreição e da revolução".

Tutu desenvolve intensa atividade no Conselho das Igrejas, e John Allen, Porta-Voz do Arcebispo, disse que Botha está tentando vincular a onda de violência aos nomes do prelado, de Chikane e do Pastor Allan Boesak, Presidente da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas. Allen assinalou que "esses comentários são falsos e altamente difamatórios":

— Se se comprovar que se dirigem a nós, levaremos a juízo Botha e a Corporação Sul-Africana de Rádiodifusão, que transmitiu essas declarações — advertiu o porta-voz.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Estado de São Paulo DATA 27/03/88
Cidade São Paulo SP

O preço dos brilhos sul-africanos

Apaixonante relato sobre um líder negro, mas falta explicar a relação entre ouro e racismo

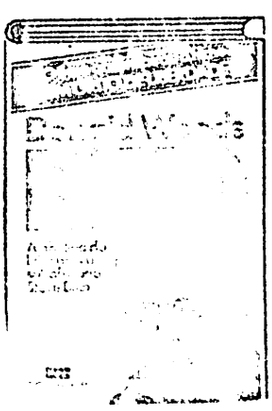
Olivier Udry

A exacerbação dos conflitos raciais na África do Sul está longe de ser resolvida, mas para que isso possa acontecer é historicamente vital que todas as forças sociais em jogo possam explicitar seus projetos, suas necessidades e os meios de alcançá-los. No caso específico desse país, trata-se de um processo que assume, há tempo demais, uma forma extremamente conflitante, violenta, que extravasa os exíguos mecanismos institucionais existentes. Pela maneira como foram criados, são absolutamente incapazes de dar vazão à ansiedade reprimida de justiça que a maioria da sociedade local — os negros — busca incessantemente com todos os meios à sua disposição. Pode-se facilmente imaginar que se o sufrágio universal fosse livre, a organização política viria a ser comandada por entidades representativas dessa maioria. Pode-se, portanto, concluir facilmente porque os negros são marginalizados da política ou de quaisquer outros mecanismos de participação social na produção e na distribuição da riqueza.

Essas são algumas das grandes conclusões a que dá margem a leitura de Biko *— a história do líder negro sul-africano Steve Biko, de autoria do jornalista Donald Woods, agora editada no Brasil pela Best Seller (458 páginas, Cz$ 1.500,00). Na qualidade de jornalista, Woods possui um estilo muito claro de exposição do tema, para não dizer que lança mão de uma linguagem apaixonante, absolutamente impregnada de uma convicção a toda prova, qual seja, a de que a luta dos negros sul-africanos tem uma profunda razão histórica de ser. É um tema que não poderia ser narrado com a frieza da objetividade, como se essa qualidade prescindisse de um cunho político que precisa ser reprimido.*

Woods traça o perfil de Biko, narra a evolução de sua atuação política, as injustiças a que ele e outros líderes são barbaramente submetidos e as indecisões de brancos moderadamente liberais, cuja consciência oscila inevitavelmente entre o reconhecimento das atrocidades e o apego ao poder de cometê-las ou abrandá-las.

Falta, entretanto, uma fundamentação que não seja meramente política na narrativa do autor. Ele deixa de lado o papel desempenhado pela África do Sul no mercado internacional do ouro e demais preciosidades, que é a base da exploração da força de trabalho nesse país, no caso os negros. Poderiam as grandes corporações sobreviver como o fazem até hoje em um regime não-violento? Ocorre que a violência chegou a tal ponto que encobre essa fundamentação econômica do processo. Mas não anula a riqueza desse livro, baseado no próprio absurdo histórico que é hoje a África do Sul, e que não deixa certamente de existir, em grau eventualmente diferente, em outros países.



NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 04/04/88
Cidade Rio de Janeiro RJ

Sul-africanos cada vez desertam mais

JOHN BATTERSBY
Do New York Times

JOHANNESBURGO, África do Sul — Ivam Toms, um médico de 35 anos, preferiu passar 21 meses na cadeia a continuar a servir como Tenente nas Forças Armadas da África do Sul. Embora apenas um pequeno grupo esteja disposto a correr esse risco, Toms tornou-se um símbolo da crescente resistência ao serviço militar compulsório entre os jovens sul-africanos brancos (pois só os brancos têm de fazer o serviço militar obrigatório). A maioria dos recrutas serve no Exército, o que significa ir para Angola, lutar ao lado da guerrilha contra o regime de Luanda, ou ficar no país, e ter de sufocar a insurreição nos guetos negros.

— Acredito que a África do Sul está em guerra civil, atualmente, e numa situação como essa, é preciso que se tome partido. Minhas experiências, durante dois anos no Exército, me mostraram que mesmo como médico eu era parte dessa sistema de opressão — disse Toms, antes de ser condenado, em começos deste mês.

Seu ponto de vista está obtendo apoio, entre estudantes e intelectuais brancos, e uma organização chamada "End of Conscription Campaign" ("Campanha pelo fim do recrutamento") vem trabalhando já há quatro anos, orientando e ajudando os desertores, para irritação do Governo.

A questão dos desertores é tão delicada que o Ministro da Defesa, General Magnus Malan, desde 1985 se recusa a fornecer ao Parlamento estatísticas sobre o número de brancos que são convocados, mas não se apresentam. Os recrutas representam 65 mil dos 107 mil membros das Forças Armadas. Esses recrutas têm de servir dois anos seguidos, e depois um total de mais 24 meses, num prazo de 12 anos, em acampamentos militares.

Os que se recusam a servir por motivos religiosos ou políticos estão sujeitos a uma pena de seis anos de prisão, se acabaram de ser recrutados, ou de uma vez e meia o tempo de serviço que lhes falta, se já tiverem iniciado o treinamento.

O número de desertores seria ainda maior, se fossem considerados todos os que preferiram emigrar a cumprir o serviço militar. E muitos jovens de súbito resolvem largar tudo, como um recruta da Cidade do Cabo, que pediu o anonimato, pois pretende deixar o país, para não ter que voltar ao serviço, uma decisão tomada quando fazia uma patrulha num gueto:

— É difícil você se convencer de que um negrinho de oito anos, com uma pedra na mão, é um matador impiedoso e inimigo de todos nós. Não posso aceitar isso. São só crianças. O que é que sabem dessa situação em que se viram envolvidos? — comentou ele.

Thomas Low, de 18 anos, um sul-africano no exterior, contou que foi igualmente durante uma patrulha num gueto negro, Tembisa, perto de Johannesburgo, que resolveu um dia partir:

— De repente, olhei para trás, de dentro daquele blindado, e me perguntei: 'O que é que eu estou fazendo aqui?'

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo DATA 08/04/88
Cidade São Paulo SP

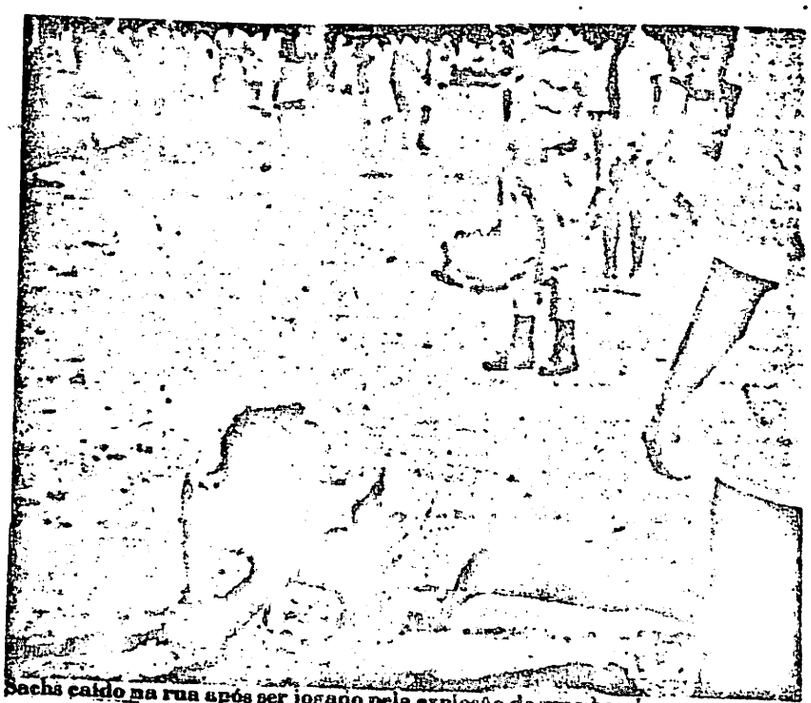
Bomba explode no carro de exilado da África do Sul em Moçambique

O exilado sul-africano Albie Sachs ficou seriamente ferido ontem em consequência da explosão de seu carro em Maputo, a capital de Moçambique. Sachs, 53, advogado branco que trabalha para o Ministério da Justiça moçambicano, foi levado para um hospital depois que uma bomba explodiu no momento em que ele acionou a chave da ignição.

A agência de notícias moçambicana "AIM" disse que "em Maputo, ninguém duvida que os autores dessa tentativa de assassinato tenham sido agentes do governo da África do Sul". Sachs é membro do Conselho Nacional Africano (CNA), a principal organização de oposição ao regime racista (apartheid) sul-africano, na ilegalidade desde 1960. Ele vive exilado há 25 anos.

Testemunhas do atentado contra Sachs disseram que a explosão atirou seu carro a uma distância de três metros por cima da calçada, quebrou galhos de árvores e estilhaçou as janelas da embaixada portuguesa, perto do local. Sachs foi levado para o hospital mais próximo por um cinegrafista da TV estatal moçambicana que testemunhou a explosão.

Sachs foi preso pela polícia sul-africana em 1963 e escreveu "O Diário do Cárcere de Albie Sachs", a respeito de suas experiências nas mãos da polícia. Seu pai, Solly Sachs, ex-membro do proscrito Partido Comunista da África do Sul, foi dirigente sindical. Expulso de seu país em 1952, morreu 11 anos depois em Londres.



Sachs caído na rua após ser jogado pela explosão de uma bomba em seu carro

Folha de São Paulo-SP 08.04.88 cont...

Revista francesa denuncia conexão sul-africana

A revista francesa "L'Événement du Jeudi", em sua edição publicada ontem, acusa um assessor do ministro do Interior Charles Pasqua —do gabinete conservador do primeiro-ministro Jacques Chirac— de colaboração com o serviço secreto da África do Sul. O assessor, Jean Taoussoun, que é "encarregado de missões" do ministério, teria ajudado em 1986 a África do Sul a recolher informações sobre grupos antiapartheid em atividade na França.

Segundo a revista, entre esses grupos estaria o Congresso Nacional Africano (CNA), o principal grupo de oposição ao regime sul-africano no exílio, cuja dirigente em em Paris, Dulcie September, foi assassinada no último dia 29. O serviço secreto sul-africano é considerado suspeito de sua morte.

Um porta-voz de Taoussoun negou seu envolvimento nas atividades apontadas por "L'Événement du Jeudi" e considerou as acusações "difamatórias". A revista atribui as informações a "fontes das forças de segurança francesas". Diz que Taoussoun ajudou a recrutar mercenários para identificar e espionar organizações antiapartheid na França.

O assassinato de Dulcie September e o atentado de ontem contra Albie Sachs em Moçambique (veja texto nesta página) não foram os únicos atos de violência no estrangeiro atribuídos ao serviço secreto sul-africano. Em agosto de 1982, por exemplo, uma bomba enviada pelo correio matou Ruth First, exilada sul-africana e membro do CNA que vivia em Maputo, capital moçambicana.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Folha de São Paulo
DATA 01/04/88
Cidade São Paulo SP

Chissano e Sarney condenam a violência do regime sul-africano

Os presidentes José Sarney e Joaquim Chissano (Moçambique) assinaram ontem um comunicado conjunto condenando, "de maneira enérgia, toda a sorte de atos de violência perpetrados pelo governo da África do Sul contra os países da Linha de Frente e contra cidadãos sul-africanos". O comunicado foi divulgado às 10h, no Palácio da Alvorada, após um encontro reservado de 30 minutos entre os dois presidentes.

Primeiro presidente moçambicano a visitar o Brasil, Joaquim Chissano chegou anteontem, às 18h40, vindo da Argentina, Cuba e Nicarágua, e partiu às 15h de ontem. Dois temas marcaram as conversações da delegação moçambicana com o governo brasileiro: a busca de apoio contra o regime sul-africano e de soluções para a dívida de US$ 280 milhões de Moçambique com o Brasil. Este item será discutido na segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Moçambique, a ser realizada nos próximos meses.

Condecoração

Na noite de anteontem, Sarney ofereceu um jantar para a delegação moçambicana no Palácio do Itamaraty, quando Chissano foi condecorado com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta homenagem do goveno brasileiro a estrangeiros. Em seu discurso, Sarney, voltou a condenar o apartheid, regime de segregação racial da África do Sul, que classificou de "cruel e anacrônico". Sarney também condenou "a ocupação ilegal da Namíbia pela África do Sul e as frequententes investidas daquele país contra territórios de Moçambique e Angola".

Chissano disse que "Moçambique e Brasil não são países pobres nem condenados à fatalidade do atraso e da miséria". Segundo ele, a vitória no combate ao subdesenvolvimento só será obtida através do aproveitamento do potencial de riquezas dos países do Terceiro Mundo. Chissano pediu "ações concretas de cooperação Sul-Sul" e discorreu sobre a situação precária de seu país: "Somos um povo amante da paz, mas estamos submetidos a uma desumanidade sem igual. Há quase 25 anos vivemos em estado de guerra, primeiro pela independência —obtida em 1975— e depois em conflitos externos."

Segundo Chissano, desde 1981 a guerrilha financiada pela África do Sul provocou prejuízos materiais de US$ 6 bilhões a Moçambique, o dobro de sua dívida externa.

Apesar da pompa, a recepção a Chissano não teve o mesmo brilho do jantar oferecido ao presidente argentino, Raúl Alfonsín, na última quarta-feira. A cerimônia foi pouco concorrida e a comida foi encomendada a um bufê. Para Alfonsín, Sarney mandou vir do Maranhão uma equipe de cozinheiras.

Depois do encontro com Sarney, Chissano visitou os presidentes do Senado, Humberto Lucena, e do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, almoçando em seguida na Granja das Água Claras, residência oficial do governador do Distrito Federal, José Aparecido.

Estes são os principais trechos do comunicado conjunto:

Salientaram ambos sua absoluta condenação a toda e qualquer forma de discriminação racial, em particular ao sistema do apartheid vigente na República da África do Sul, apontado como a causa primeira do estado de tensão reinante na África Austral.

Condenaram, de maneira enérgica, toda a sorte de atos de violência perpetrados pelo Governo da África do Sul, ou a mando deste, contra os países da Linha de Frente e contra cidadãos sul-africanos, inclusive residentes em outros países, pacificamente empenhados na erradicação do apartheid e sua substituição por um regime de igualdade democrática de direitos, sem distinção de raça ou de cor, inspirado na "Declaração dos Direitos do Homem".

Condenaram, notadamente, a invasão de Angola pelo exército sul-africano; o banimento, pelo Governo de Pretória, de diversas organizações democráticas que faziam oposição legal, aberta e pacífica ao sistema do apartheid; e a condenção a morte, sem culpa plenamente formada, de seis cidadãos sul-africanos - negros aprisionados em Sharpeville, por cujas vidas somaram seu apelo ao da sociedade internacional.

Responsabilizaram o Governo sul-africano pela violação do Acordo de Incomati e do Compromisso de Lusaca, ao continuar a dar apoio às forças irregulares nas ações armadas e atos de sabotagem ocorridos em território moçambicano, e ao apoiar a Unita a invadir Angola.

Reafirmaram o apoio incondicional dos Governos do Brasil e de Moçambique à independência da Namíbia, em consonância com a Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que se solidarizaram com o povo namibiano, representado pela Swapo, na justa luta pelo reconhecimento do seu inquestionável e impostergável direito à autodeterminação.

Enalteceram, ainda, os esforços desenvolvidos conjuntamente pelos países-membros da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) e pelos países-doadores, com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento integrado daquela região africana. O Presidente José Sarney aproveitou a ocasião para reafirmar a disposição do Governo Brasileiro de estabelecer com aquela Conferência e, em especial, com a Unidade Técnico-Administrativa do Setor de Transportes e Comunicações, coordenada pelo Governo moçambicano, amplo programa de cooperação voltado, prioritariamente, para a formação de quadros no setor de transportes.

No âmbito das relações bilaterais, foram destacados os avanços da cooperação técnica, no setor de carvão, e dos entendimentos com os Ministérios do Trabalho, da Cooperação e da Administração Estatal visando à organização de programas de capacitação de recursos humanos. Os dois Presidentes notaram a existência de complementaridades entre as economias brasileira e moçambicana, salientando ambos a importância do programa de cooperação iniciado em 1987, para o crescimento e a diversificação do intercâmbio de bens e serviços.

Ficou acordado que a II Reunião da Comissão Mista será realizada ainda no corrente ano, em data a ser posteriormente fixada. Na sua agenda, deverão figurar como tópicos principais a identificação de novos campos de cooperação e o exame de novos mecanismos ou esquemas, que tornem possível encaminhar e acelerar a solução dos problemas pendentes.

Os dois Mandatários registraram, com satisfação, a próxima inauguração, em Maputo, de um "Centro de Estudos Brasileiros".

O Primeiro Mandatário moçambicano convidou Sua Excelência o Presidente José Sarney a efetuar uma visita oficial, e de animado à República Popular de Moçambique. O convite foi aceito com satisfação, ficando as datas para serem acordadas por via diplomática.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 11/04/88
Cidade Rio de Janeiro

No enterro, protesto anti-racista

Milhares de pessoas assistiram ontem ao enterro, no cemitério Père Lachaise, na zona leste de Paris, de Dulcie September, ativista do "Congresso Nacional Africano", que luta contra o "apartheid". Dulcie, representante do proscrito grupo negro sul-africano na capital francesa, foi assassinada a 29 de março passado. A militante pelos direitos dos negros chegava a seu escritório quando recebeu um tiro na cabeça, disparado por um desconhecido, que fugiu. O crime não foi até agora esclarecido, embora tenha sido atribuído pelos os ativistas negros aos serviços secretos sul-africanos. O atentado provocou um sério atrito entre socialistas e comunistas franceses, que se acusaram mutuamente de tentar capitalizá-lo politicamente.



Militantes cantam canções contra o "apartheid", no funeral de Dulcie

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 2/04/88
Cidade Rio de Janeiro RJ

África do Sul cria esquadrão para matar anti-racistas

JOHANNESBURGO — Um "esquadrão da morte" voltado exclusivamente para eliminar membros do procrito partido Congresso Nacional Africano (CNA) está funcionando na África do Sul e em outros países, disse ontem o "Johannesburg Sunday Star". Com base em fontes ocidentais, o jornal acrescentou que tal esquadrão, denominado "Comando Z", dispõe de recursos virtualmente ilimitados e seus integrantes são capazes de operar em qualquer parte do mundo.

De acordo com o jornal, foram os assassinos que integram esse grupo, financiado pelo Governo sul-africano, os responsáveis pelo assassinato da representante do CNA em Paris, Dulcie September, em março, e pela tentativa de morte, em Maputo, do professor sul-africano exilado Albie Sachs.

A notícia acrescenta que da lista dos proximos a serem eliminados constam mais de 20 nomes de ativistas da luta contra a discriminação racial, informação negada pelo Governo.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 18/04/88
Cidade Rio de Janeiro RJ

Enforcadas mais seis pessoas na África do Sul

JAHANNESBURGO — Seis pessoas condenadas à morte não se sabe por que crimes — nem se eram negras ou brancas — foram enforcadas quinta-feira da semana passada na Prisão Central de Pretória, elevando para 42 o total de execuções este ano na África do Sul, informou o jornal "The Sunday Times". No ano passado foram enforcadas 164 pessoas no país, negras na maioria.

Segundo o jornal, ainda restam 262 condenados à morte em Pretória, entre os quais quatro mulheres.

O bispo anglicano negro Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz, chegou ontem à Espanha, para uma breve visita, durante a qual se entrevistará com o Secretário de Estado para a Cooperação Internacional Luis Yanez.

Tutu declarou não ter esperança de que o Presidente de seu país, Pieter Botha, vá fazer uso de sua prerrogativa de perdoar os seis condenados à morte em Shaperville, todos negros, entre eles uma mulher, condenados por um assassinato mas sem provas contra eles. E previu que isso causará protestos entre a população negra.

- Disse também que "só a pressão internacional" pode ajudar seu país a sair da ditadura e da discriminação racial. E se mostrou otimista: "Não estaria aqui, se não acreditasse que há uma saída pacífica e de não-violência para os problemas da África do Sul", afirmou.

África do Sul já executou 42

Johannesburgo — Seis condenados à morte foram enforcados na quinta-feira passada na prisão central de Pretória, elevando para 42 o total de execuções desde o início do ano na África do Sul, revelou ontem o diário The Sunday Times, de Johannesburgo. Ao ser interrogado pela AFP, um porta-voz da administração penal disse que não estava capacitado a comentar esta informação. O The Sunday Times não precisou por que crimes haviam sido condenados a morte os seis enforcados. Nem sua cor. A grande maioria das 164 pessoas enforcadas na África do Sul, no ano passado, eram negras. Segundo o diário, ainda restam 262 pessoas no pavilhão dos condenados à morte na prisão de Pretória, inclusive 4 mulheres.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
DATA 20/4/88
Cidade Rio de Janeiro

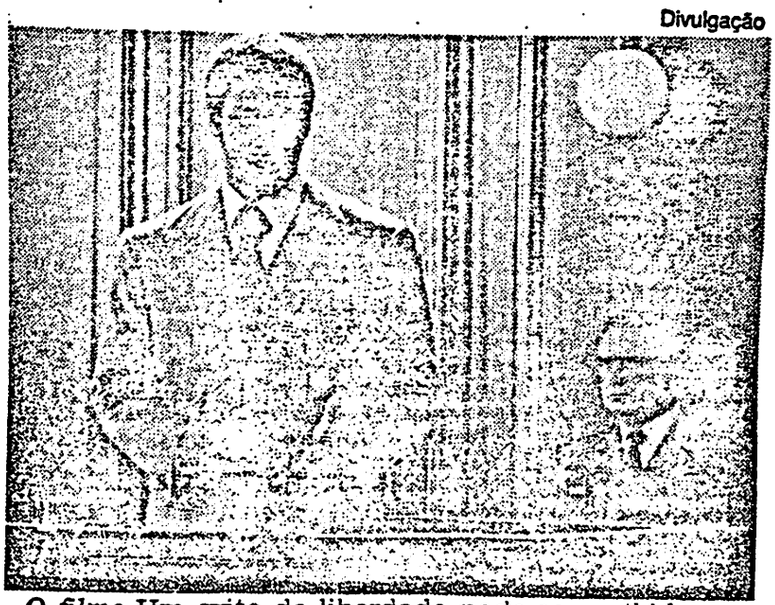
Grito na África do Sul

O diretor Richard Attenborough classificou de **nonsense** a notícia de que ele não quer que seu filme **Um grito de liberdade** seja exibido na África do Sul, informou **Weekly Mail**, jornal de oposição sul-africano. Entrevistado na capital da Suazilândia, onde o filme estreou recentemente, Attenborough desmentiu a afirmação do **South Africa's Sunday Times** de que ele cancelara os planos de lançamento de **Um grito de liberdade** no país porque o filme é um fracasso internacional.

"É ridículo chamar de fracasso um filme que já arrecadou 35 milhões de dólares", disse o diretor (no Rio, na primeira semana de exibição, **Um grito de liberdade** teve 7.029 espectadores e uma bilheteria de CZ$ 1 milhão 355 mil). No entanto, Attenborough reconheceu que, embora tenha feito sucesso em vários países, a bilheteria nos Estados Unidos desapontou-o.

Os censores da África do Sul aprovaram o filme, que conta a história do líder negro Steve Biko e do jornalista branco Donald Woods, mas surgiram problemas legais porque os dois nomes não podem ser mencionados no país. Attenborough disse também que três ministros sul-africanos pediram para ver **Um grito de liberdade** em sessão privada. Se o filme será ou não exibido depende deles, concluiu o diretor.

Divulgação



O filme Um grito de liberdade *pode ser exibido na África do Sul, apesar de pequenos problemas legais*

22 de abril de 1988

África do Sul já admite incluir negros no Governo

CIDADE DO CABO — O Presidente Pieter Botha anunciou ontem no Parlamento um projeto de lei destinado a modificar as estruturas do poder, dando participação a negros no Colégio Eleitoral que elege o Presidente da República, e restaurando o cargo de Primeiro-Ministro. O projeto prevê também a redução das atribuições do Conselho Presidencial, onde os negros não estão representados.

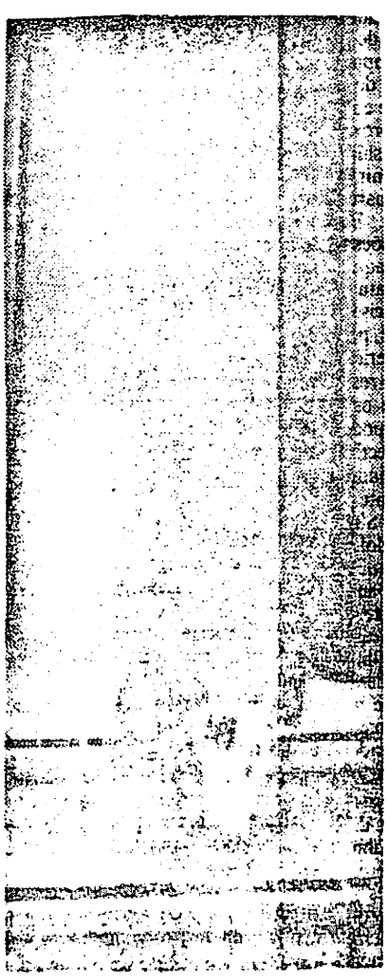
O Presidente disse desejar maior participação política dos negros que não vivem nos dez estados tribais nominalmente autônomos ou independentes do país. "O Governo considera", disse ele, "que é importante que se realizem progressos no desenvolvimento constitucional dessas comunidade".

O projeto apresentado por Botha estabelece ainda a criação do cargo de Primeiro-Ministro (suprimido em 1984) e a ampliação do Colégio Eleitoral.

Dois policiais negros do Bantustão de Ciskei (no sul do país) foram mortos a tiros ontem por suspostos terroristas. O porta-voz da polícia do território, Coronel Avery Ngaki, anunciou em Bisho, a capital, que o tiroteio ocorreu ontem de madrugada perto da cidade de Alice, onde se encontra a Universidade de Fort Hare, reduto de contestação radical onde se formaram várias gerações de dirigentes africanos.

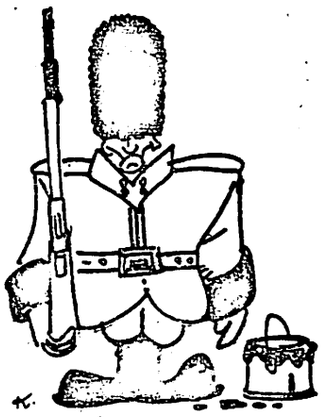
No vocabulário oficial sul-africano, o termo "terrorista" designa os combatentes do Congresso Nacional Africano (CNA), principal movimento contrário ao apartheid.

O Ciskei é um dos quatro Bantustões negros aos quais a África do Sul concedeu um tipo de independência que só é reconhecido por ela mesma.



☐ *Seis homens brancos em uniformes ao estilo dos nazistas depositaram uma cabeça de porco nos degraus da sinagoga de Durban, África do Sul, durante a noite de quarta-feira, para comemorar o 99º aniversário do nascimento de Adolf Hitler. A cabeça tinha a suástica pintada na testa e a cruz de Davi num das orelhas. Na mesma noite, outra cabeça de porco foi deixada à entrada de um clube judeu de Durban, onde pouco antes se celebrara o 40º aniversário da fundação do Estado judeu. Uma testemunha disse que os homens vistos na frente da sinagoga usavam uniformes e botas negras semelhantes aos dos nazistas, e tinham braçadeiras com a suástica. O presidente sul-africano, P. W. Botha, condenou as ações dos neonazistas no Parlamento e disse que só pessoas doentes poderiam colocar a cabeça de um porco num local considerado sagrado por outros*

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Correio Braziliense DATA 15/05/88
Cidade Brasília DF



Enfim, um negro na Guarda Real

Londres — A Guarda Real britânica levou três anos para responder a pergunta formulada pelo príncipe Charles: "Por que não existem soldados negros na Guarda Real?". Ontem, pela primeira vez na história, um guarda negro participou da vigilância do Palácio de Buckingham, sob o olhar de centenas de turistas — e de seus parentes. Richard Grant Stokes, 18 anos, fez sua primeira aparição pública na semana, num desfile em Windsor e, nos próximos dias, montará guarda na torre de Londres e no Palácio de Kensington. O príncipe Charles, agora, deve estar satisfeito, mas ninguém sabe por que a Guarda Real levou tanto tempo para tomar essa atitude.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte Jornal do Brasil
DATA 18/05/88
Cidade Rio de Janeiro RJ

África do Sul dá lição de intolerância



VEREENIGING, África do Sul — Para os alunos de uma pequena escola integrada, ligada à igreja, nessa cidade localizada no *coração* do conservadorismo *afrikaner*, a lição do dia é, invariavelmente, a intolerância racial — e com uma aula prática.

Vítimas dos temores brancos de uma ainda incipiente reforma do regime de *apartheid*, os 62 alunos da Escola Kingdom vão se transformar em breve no ponto central de um teste feito pela Corte Suprema e que poderá determinar o futuro de escolas religiosas integradas (alunos de raças diferentes) que funcionam nos centros urbanos brancos da África do Sul.

A amarga controvérsia que afeta essa cidade do Transvaal, a cerca de 80 quilômetros ao sul de Johannesburgo, é uma demonstração clara, se mais alguma fosse necessária, dos malefícios provocados pelo racismo na área rural sul-africana.

A controvérsia também revela a crescente influência nacional do Partido Conservador (branco e que tem a supremacia no país) e o quanto ele pode fazer para cercear as mudanças na África do Sul.

A Escola Kingdom — uma das 70 escolas mistas mantidas pela organização Accelerated Christiam Education — pretende desafiar as leis segregacionistas locais e nacionais que proíbem a matrícula de alunos negros nos colégios particulares localizados em áreas brancas, a menos que tenham uma aprovação governamental. Todas as escolas públicas na África do Sul são, pela lei, segregadas, mas as escolas particulares subsidiadas pelo Estado podem aceitar crianças de raças diferentes. Uma comissão governamental recomenda, no entanto, que a proporção de alunos negros não ultrapasse o nível de 50%.

Uma vez que a Escola Kingdom não recebe ajuda estatal, o Conselho da cidade de Vereeniging exigiu que seus alunos negros fossem expulsos. Como a escola recusou, o Conselho tentou impedir o acesso das crianças negras às dependências da igreja. A escola não acatou a ordem. O conselho recorreu então à Corte Suprema, para conseguir um mandato que proíba à escola continuar com seu regime de turmas mistas.

Até mesmo ameaças de violência física têm sido feitas aos professores e funcionários da escola. E um integrante do Conselho de Vereeniging, ligado ao ultradireitista Partido Conservador, chegou ao extremo de ameaçar pôr fogo na escola caso prossiga o regime integracionista.

— Temos o dever, diante de Deus, de dar educação a todos os grupos, não importa a cor que tenham. Vamos lutar contra essa intransigência até o fim — prometeu o diretor da escola, Michael Brayshaw.

Jornal do Brasil-RJ 18.05.88 cont...

Temores — Os 24 alunos negros da escola, nos cursos de alfabetização e primário, muitos deles moradores da vizinha cidade negra de Sharpeville, não têm consciência da controvérsia surgida em torno deles. "Estamos tentando não criar novos temores em suas vidas", disse Brayshaw.

Mario Milani, presidente da comissão administrativa do conselho, qualifica a situação de "muito infeliz". "As pessoas vêem esse caso como a borda da cunha da mistura racial. Elas têm medo de que depois os pais negros tentarão comprar casas nas áreas brancas". Milani recebe diriamente queixas dos zangados moradores brancos das regiões vizinhas a Vereeniging, habitadas em sua maioria por operários e aposentados.

Milani, um cirugião plástico que estudou nos Estados Unidos durante cinco anos, não se considera pessoalmente ofendido com o integracionismo racial nas escolas, mas ressalta que o mesmo não acontece com as outras pessoas: "Muita gente vai à escola para ver o que acontece e fica escandalizada quando constatam que as crianças brancas e negras sentam umas perto das outras, brincam juntas e almoçam juntas.

O reverendo Marx Blatt, pastor da igreja a que pertence a Escola Kingdom, pediu a intervenção do ministro da Educação, F. W. de Klerk, mas este recusou, alegando não desejar se envolver numa questão municipal. Para o ministro, a decisão final terá que ser dada pelo Conselho de Vereening. Milani reconhece que a questão é muito grave. e só será solucionada com uma medida drástica: a ordem da Corte Suprema para o fechamento da escola.

CORREIO BRASILIENSE-DF 25-05-88

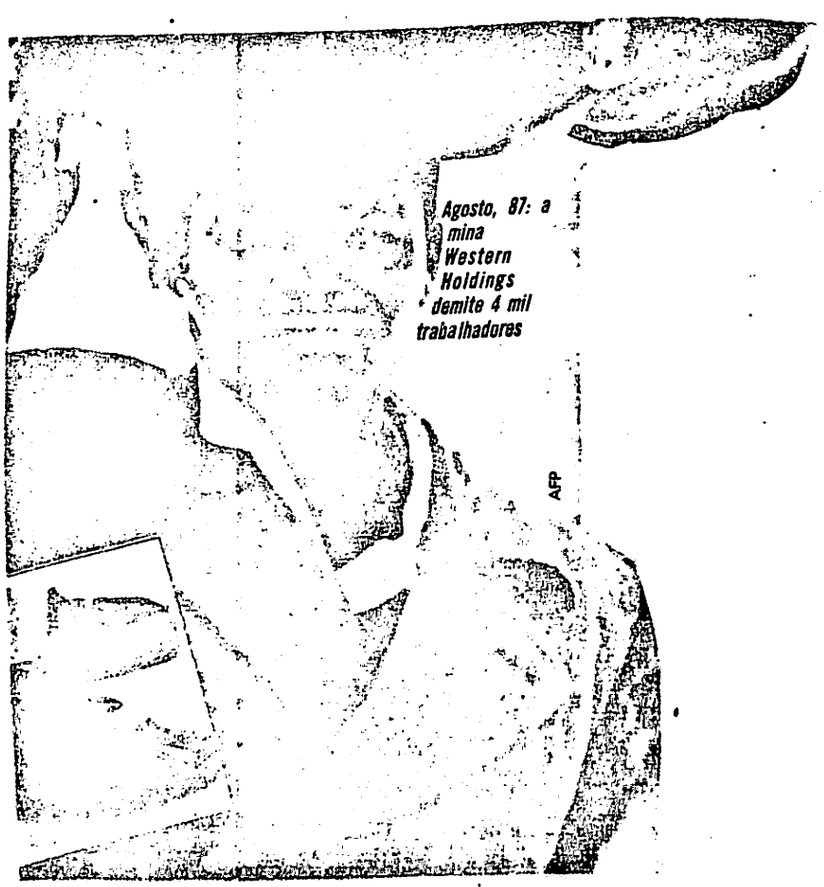
Premiado livro de negra de Soweto

Johannesburgo — A viúva Ellen Kuzwayo, de 72 anos, conquistou com seu livro, "Chame-me mulher", o principal prêmio literário da África do Sul, que pela primeira vez é concedido a uma escritora negra. Ela vive na área segregada de Soweto, e ao receber a honraria (uma medalha de bronze e uma quantia equivalente a 28 mil cruzados), prometeu encaminhá-la às mulheres e às crianças de sua comunidade. Em 1977, Ellen Kuzwayo passou cinco meses em uma prisão de Johannesburgo, até ser libertada sem acusação, sem processo ou sequer uma explicação. Quatro anos mais tarde, publicou seu livro, que trata da vida da mulher negra no país.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Estado de São Paulo DATA 05/06/88
Cidade São Paulo SP

ÁFRICA DO SUL

Os grandes negócios suportam o racismo



Agosto, 87: a mina Western Holdings demite 4 mil trabalhadores

AFP

O Estado de São Paulo-SP 05.06.88 cont...

Anthony Sampson tem uma tese: não é apenas a cor da pele que separa brancos e negros

Se a África do Sul raramente deixou de ser manchete de jornal devido aos conflitos raciais predominantes em seu território, jamais chegou a fazer parte dos temas preferidos pela indústria cultural. Isso, até bem pouco tempo, já que de uns dois ou três anos para cá editores, autores, cineastas e demais integrantes do ramo descobriram nesse país uma fonte predileta de análise. Guardadas todas as indispensáveis proporções, esse "surto" de "sul-africanidade" lembra um fenômeno semelhante ocorrido nos anos 70 na América Latina, quando a repressão política em alguns de seus países exilava a oposição e suas manifestações culturais invadiam prateleiras de livrarias e lojas de discos. Na época, ouvir Mercedes Sosa era obrigatório, o grupo musical Tarancón nasceu nessa esteira, enfim... Talvez tenhamos direito a um banho de cultura negra sul-africana dentro em breve.

Curiosamente, são os jornalistas quem melhor têm procurado chamar a atenção do sempre "grande" público para o assunto. Recentemente, foi lançado o livro de D. Woods, sobre o líder sul-africano S. Biko. O cinema já mostrou algumas fitas sobre o assunto, sempre com aquele odor rançoso de um sentimento de colonialismo não resolvido. Os jornalistas procuram escapar a essas vicissitudes, e conseguem.

Tome-se o exemplo de Anthony Sampson, que faz extenso relato da história sul-africana em O Negro e o Ouro — magnatas, revolucionários e o apartheid, *agora lançado em português pela Companhia das Letras (319 páginas, Cz$ 1.900,00).*

Sampson não lembra nem de longe John Reed e seu envolvimento com os personagens do drama é de outra natureza. Sampson tem acesso aos atores que exercem influência decisiva sobre a história, sejam eles dirigentes de empresas, governantes ou líderes negros rebeldes. A realidade é que o autor, apesar de uma narrativa que por vezes aborrece por falta de vibração (Woods é, neste sentido, mais pungente), conseguiu elaborar um quadro detalhado dos interesses mundiais, nacionais e até tribais que estão em jogo nesse país. A contundência desses interesses é tamanha que provoca cisões na política interna norte-americana, entre a Casa Branca e o Senado, por exemplo. Os líderes das grandes potências não sabem exatamente que tipo de sanção adotar contra o país, mesmo porque suas empresas estão sob fogo cruzado.

Sampson acredita numa solução politicamente coordenada por parte das nações ocidentais, que deveriam buscar o apoio dos vizinhos sul-africanos inclusive. Caso contrário, Pretória expandirá seu controle regional e o conflito não terá fim. Parece que Sampson deixa de lado uma opção, que é a de o poder sul-africano ser assumido pelos próprios negros, a maioria esmagadora da sociedade. Afinal, todas as fórmulas de entendimento fracassaram até hoje, coisa que o autor deixa muito claro, armando precisamente os cenários de negociações entre negros, brancos, suas empresas financeiras e de mineração de ouro (coisa que Woods não fez em seu livro). Sampson conhece, morou lá, trabalhou com os rebeldes, viu que estes assimilam o capitalismo à dominação dos brancos e que a rejeição histórica dessa visão é praticamente uma utopia. Mas, aos olhos de Sampson, é a utopia mais saudável que ainda existe, desde que os negros se convençam de que a África do Sul está demasiadamente integrada à economia mundial para romper isoladamente.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Estado de São Paulo DATA 21/06/88
Cidade São Paulo SP

Presidente sul-africano anuncia que negros poderão participar de gabinete

Reu

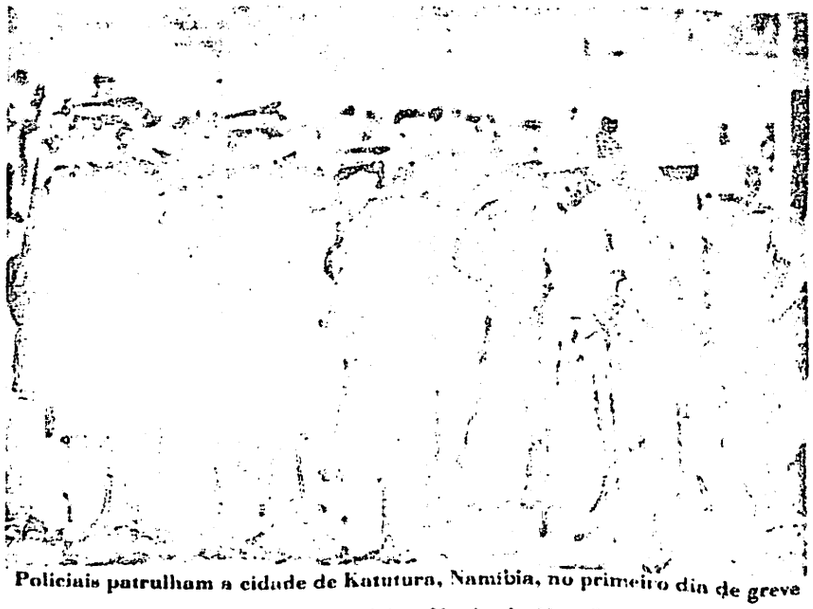
Das Agências Internacionais

O presidente da África do Sul, Pieter Botha, afirmou ontem que está disposto a conceder uma cadeira ministerial aos negros, em prosseguimento de seu programa de reformas. O ministro da Informação, Stoffel Van Der Merme, disse que a legislação que permitiria esta indicação pode ser aprovada em agosto.

Muitas lideranças negras, inclusive o chefe zulu Mangosuthu Suthelezi, condicionam sua colaboração às reformas limitadas de Botha à libertação de Nelson Mandela, presidente do Congresso Nacional Africano (CNA), preso desde 1964. Um indiano e representantes de etnias minoritárias já participam do gabinete. Não há representantes da maioria negra no Parlamento.

As propostas de Botha o colocam em rota de colisão com o Partido Conservador, de extrema direita, que defende um sistema segregacionista mais duro e radical.

Os sete países mais ricos do mundo ocidental, reunidos em Toronto (Canadá), pediram ontem que o governo da África do Sul dê clemência aos seis de Sharpeville, um grupo de negros sentenciado à forca pelo assassinato de um policial negro.



Policiais patrulham a cidade de Katutura, Namíbia, no primeiro dia de greve

Uma greve geral de 48 horas foi decretada ontem na Namíbia em protesto contra a presença de tropas sul-africanas no norte do território. Esta é a primeira greve geral em 17 anos.

A Namíbia é administrada pela África do Sul que, contrariando a uma resolução das Nações Unidas de 1978 que estabelecia a independência da Namíbia, invadiu o território.

O Egito sediará a nova rodada de negociações pela paz na África meridional. A terceira rodada, da qual participarão Angola, Cuba, África do Sul e Esdados Unidos, começará este fim-de-semana no Cairo, capital egípcia, anunciou ontem o ministro das Relações Exteriores egípcio, Boutros Ghali.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO
Fonte O Globo
Data 02.07.88
Cidade RJ

Sul-africano deixa a guerrilha e pede asilo

SALVADOR — Depois de uma verdadeira odisséia, que incluiu a fuga de um quartel de Botswana, na África do Sul, e viagens como clandestino em dois navios, o guerrilheiro sul-africano Abule Magasi, 27 anos, chegou à Bahia para pedir asilo político ao Governo. Ele diz que se voltar a seu país será morto, e quer apenas "trabalhar e viver sem ser perseguido". Seu plano era ir para a Europa, "mas como não podia escolher o navio", acabou vindo parar no Brasil.

— Parece um bom País. Pela primeira vez, vi brancos e negros comendo no mesmo restaurante, andando na mesma calçada. Na África do Sul, se um negro fizer isso pode ser morto.

No dia 8 de junho, Magasi desembarcou em Salvador do navio N.V.Giorvas, de bandeira cipriota, e foi entregue à Polícia Federal, que o encaminhou para a Casa de Detenção por não ter dependências para abrigar pessoas sob custódia. Ali ficou dez dias, sendo depois transferido para o Hotel Paris.

A pedido da Polícia Federal, a agência marítima Marinav, representante do armador proprietário do N.V.Giorvas, comprometeu-se a custear as despesas de Magasi durante 15 dias. Ele não tem dinheiro, possui apenas uma calça jeans, uma camisa de e um par de tênis.

— Tudo o que eu quero é trabalhar. Minha luta agora é contar às pessoas o que acontece em meu país — disse Magasi.

A fuga para a liberdade

SALVADOR — De família muito pobre, o guerrilheiro sul-africano Abule Magasi nasceu na aldeia de Gono, Noroeste do país. O pai era militante do Partido Nacionalista Comunista (o mesmo do Líder negro Nelson Mandela) e morreu em combate há três anos. Retirado da escola ao concluir o curso primário "para não aprender a língua e os costumes dos opressores brancos", Magasi aderiu aos 19 anos à luta armada.

— Ou eu virava guerrilheiro, ou entrava para o Exército dos brancos, para reprimir os negros em troca de um bom salário.

Em maio do ano passado, resolveu ir a Gono rever a família, num caminhão com mais 20 guerrilheiros. No caminho, uma patrulha do Exército atacou-os, três companheiros morreram e ele foi ferido.

— Fomos levados para o quartel de Botswana, um verdadeiro inferno. Eu era torturado todos os dias, tive vários dentes quebrados e um militar cortou um pedaço de minha orelha esquerda, dizendo que era para poder reconhecer-me depois — contou Magasi.

Após oito meses, conseguiu fugir com outros companheiros. Perseguidos, esconderam-se na mata e planejaram a saída do país. Viajando sempre à noite, chegaram a Port Isabelle, no Sul, e embarcaram clandestinamente em um navio. Chegando a Guiné-Bissau, três deles foram para a França, um ficou hospitalizado e Magasi entrou clandestinamente no navio N.V.Giorvas, de bandeira cipriota, que vinha para a Bahia.

Telefoto do Tomás Hoyo



. Abuse Magasi: Minha luta agora é denunciar a opressão na África do Sul

JORNAL DO BRASIL

quinta-feira, 7/7/88

Governo do Brasil dá asilo a refugiado sul-africano

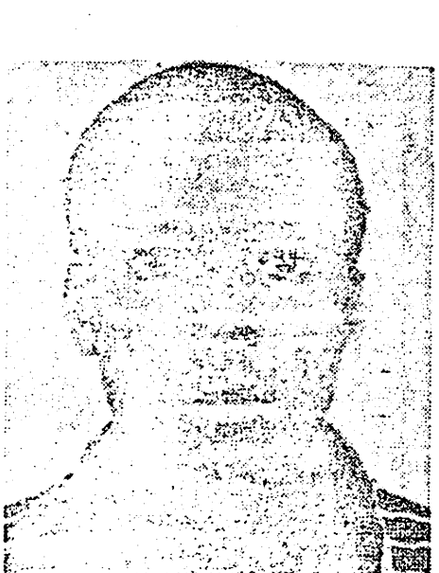
Salvador — José Varella

BRASÍLIA — O governo brasileiro concedeu, pela primeira vez, asilo político a um refugiado do regime de *apartheid* da África do Sul. O presidente da República interino, Ulysses Guimarães, deferiu a concessão de asilo do guerrilheiro Abule Magasi, de 27 anos, que chegou ao Brasil, clandestinamente, no dia 8 de junho a bordo do cargueiro *Giervas* procedente da Guiné Bissau. "Esta atitude — explicou Ulysses — é coerente com as posições do Brasil contra o racismo que vêm sendo adotadas na ONU."

O processo de asilo foi aprovado pelo ministério da Justiça, após consultas ao Itamarati, que também se pronunciou favoravelmente. Um pedido pessoal do governador da Bahia, Waldir Pires, ao deputado Ulysses Guimarães, apressou a regularização da situação do Abule Magasi. Ao convocar a imprensa para informar sobre a sua decisão, Ulysses explicou que a própria Constituinte aprovou artigo considerando o racismo crime inafiançável.

Outro argumento que pesou a favor da concessão do asilo, segundo o presidente da República interino, foi o de que o Brasil é signatário do tratado de asilo que permite a permanência do guerrilheiro anti-apartheid no país. "Antes da Nova República, vários brasileiros foram para o exterior e conseguiram asilo", destacou Ulysses.

Abule Magasi nasceu em Gono (Botswana), na África do Sul, mas chegou ao Brasil sem nenhum documento. Ao chegar ao porto de Salvador (BA), declarou à Polícia Federal que é fugitivo político e



Abuli Magasi desembarcou na Bahia com marcas de tortura

membro ativo do Congresso Nacional Africano, entidade clandestina na África do Sul. Ele desembarcou ainda com marcas no corpo, e explicou que foi "barbaramente" torturado quando estava preso. "Vim tentar a sorte no Brasil", disse.

Com a concessão do asilo político, Abule Magasi poderá viver e trabalhar no Brasil, mas deverá se apresentar regularmente à Polícia Federal. O ato de concessão do asilo foi assinado pelo ministro da Justiça interino, José Fernando Cirne Lima Eichenberg.

Ato foi uma decisão de Ulysses

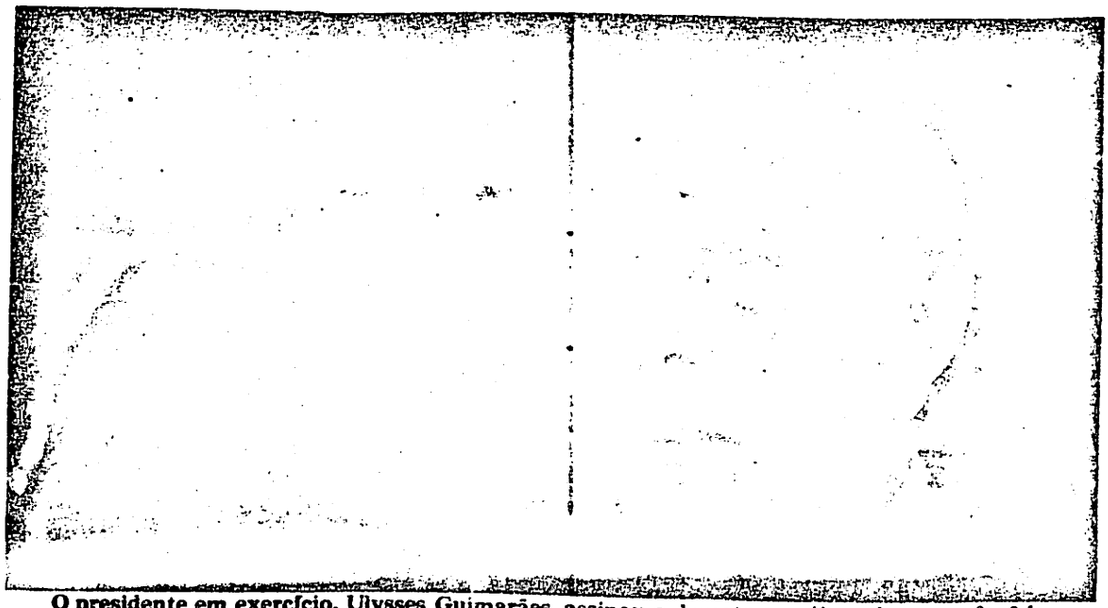
O sul-africano Magasi teve um grande aliado na concessão do asilo: o próprio presidente da República interino, Ulysses Guimarães. Foi Ulysses que, ao receber um pedido pessoal do governador da Bahia, Waldir Pires, pediu pressa na concessão do asilo ao sul-africano, o que aconteceu em 9 horas.

— Isso é recorde na concessão de asilo a estrangeiros pelo governo brasileiro. O Ministério da Justiça recebeu o pedido na última segunda-feira à noite e ontem pela manhã remeteu ao Itamarati para as devidas investigações, ou seja, saber se Magasi fugiu do seu país por motivos políticos, conforme alegou. Para surpresa nossa, ainda ontem, às 18h, recebemos a resposta de "nada a opor", afirmou um assessor do ministro da Justiça, Paulo Brossard.

Esse mesmo assessor explicou que Ulysses Guimarães, depois de receber o pedido do governador, se articulou através do ministro-chefe do gabinete civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, que telefonou aos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores solicitando um trabalho rápido para a concessão do asilo. "Será que deu para o Itamarati realizar as investigações de praxe? Será que confirmaram se Magasi é realmente sul-africano? Ou será que concederam o asilo apenas baseados na cara do sul-africano, suas impressões digitais e no que ele falou?, indagou o assessor.

07 de julho de 1988

Concedido asilo a sul-africano



O presidente em exercício, Ulysses Guimarães, assinou o decreto e se disse alegre em fazê-lo

"Um ato histórico" - assim o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, no exercício do cargo de presidente da República, classificou a decisão governamental em conceder asilo político ao guerrilheiro sul-africano Abule Magasi, que a encontra em Salvador, há cerca de um mês, onde chegou a bordo do cargueiro cipriota "Giorvas".

A autorização para a concessão do asilo foi dada ao ministro interino da Justiça, José Fernando Eichemberg,durante despacho extra-agenda no Palácio do Planalto e na presença do chefe do Gabinete Civil da Presidência, ministro Ronaldo Costa Couto. O ministro interino esclareceu que todas as normas legais foram tomadas pelo Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, e pelo Ministério das Relações Exteriores com base no depoimento de Abule Magasi na Polícia Federal.

Ao autorizar a concessão do asilo, o presidente interino cumprimentou os ministros Eichemberg, Costa Couto e Paulo Tarso, do Itamaraty, pelas providências administrativas tomadas para que o ato se consumasse o mais rápido possível, ressaltando que "o Brasil é afirmatório, há muitos anos, do Direito do Asilo", lembrando, inclusive, que, recentemente, várias lideranças brasileiras bateram às portas de outros países em busca de asilo, inclusive com suas famílias.

O presidente Ulysses Guimarães destacou a posição do Brasil contra o racismo, posição defendida pelo presidente José Sarney junto à ONU, assinalando que "nós agora, na Constituinte, damos um passo no sentido de condenar qualquer forma de discriminação.

Estado de Minas
BELO HORIZONTE — MG

31 AGO 1988

Tropas de Pretória abandonam Angola

JOANESBURGO — Cumprindo parte do acordo de paz estabelecido com Angola e Namíbia sob a mediação dos Estados Unidos, o governo sul-africano determinou ontem a retirada das últimas tropas sediadas em território angolano. O mesmo procedimento deverá ser feito em relação à Namíbia, mas o governo de Pretória exige, antes, a saída do contingente cubano do país.

A operação terminou 37 horas antes da data limite do acordo estabelecido no dia 10 de agosto, em Genebra. A negociação quatripartite estabelece a retirada de todas as tropas estrangeiras de Angola e a independência da Namíbia, território que a África do Sul ocupa desde 1915.

Inicialmente, Luanda e Havana deveria anunciar antes do final de agosto um calendário de retirada das tropas cubanas que foi "aceito por todas as partes, o que significa dizer, com o apoio de Pretória. A última reunião dos quatro países, realizada entre 24 e 27 de agosto, apresentou um sério impasse em relação à saída das tropas cubanas da África, o que interrompeu as conversações.

A retirada do contingente cubano de Angola, por sua vez, está subordinada à das tropas sul-africanas da Namíbia, onte Pretória pretende que a resolução 435 da ONU seja aplicada a partir de 1.º de novembro próximo, em preparação às eleições "livres e honestas" em 1.º de junho de 1989, desde que os cubanos deixem Angola.

De acordo com a rádio sul-africana, cerca de mil soldados foram retirados ontem de Angola. Sgundo a descrição, "uma coluna de empoeirados veículos blindados sul-africanos passou por sobre a ponte Rundu e entrou na Namíbia, sob as vistas de dezenas de repórteres e autoridades cubanas e angolanas".

Dois militares cubanos prisioneiros desde 1987 da guerrilha da Unita em Angola chegaram ontem a Havana, onde foram recebidos pelo presidente Fidel Castro e pelo primeiro-vice-presidente Raul Castro. Trata-se do tenente-coronel Manuel Rojas Garcia e do capitão Ramon Quesada Aguilar, cujo avião Mig 21 foi derrubado em 28 de outubro do ano passado no sudoeste da Província de Moxico. A libertação deles, que precisava até agora ser confirmada pela parte cubana, foi anunciada uma semana atrás pela rádio estatal da África do Sul.

Diário de Minas
BELO HORIZONTE — MG

Explosão de bomba no apartheid destrói sede da [illegible] oposição

Uma bomba destruiu na madrugada de ontem um edifício de escritórios utilizado por vários grupos anti-segregacionistas, deixando um total de 23 feridos, informou a polícia. As autoridades disseram que não haviam determinado o tipo de explosivo nem a identidade dos responsáveis pelo atentado. O bispo anglicano Desmond Tutu culpou os "realizadores e partidários da segregação racial". Entre os feridos estavam pedestres, moradores de um edifício de apartamentos próximo e funcionários do Conselho de Igrejas Sul-africano, o principal ocupante dos escritórios. Os edifícios vizinhos também sofreram vários danos.

O secretário-geral do Conselho de Igrejas, reverendo Frank Chikane, disse que a explosão destruiu a frota de veículos da instituição, que estavam estacionados em uma garagem do subsolo onde foi colocada a bomba. Também disse que a polícia proibiu a entrada dos empregados do Conselho no edifício, declarando inseguro, e expressou preocupação pela possibilidade de que seus arquivos fossem revistados. Esta foi a segunda explosão que destruiu sedes de grupos anti-segregacionistas em Johannesburgo.

No ano passado, foram seriamente danificados por uma explosão os escritórios da principal federação sindical negra, o Congresso de sindicatos sul-africanos, e as várias organizações filiadas a este órgão. A federação sindical expressou que o ataque de ontem era parte de uma "contínua campanha contra os adversários da segregação" e assinalou que não soube nada sobre as investigações policiais do ataque de 1987. Tutu, ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 1984 por sua campanha anti-segregacionista, disse que o ataque de ontem representava um "novo retrocesso na conduta dos que procuram destruir o testemunho da Igreja contra o mal e as políticas não-cristãs do Governo sul-africano".

O secretário-administrativo do Conselho, reverendo François Bill, disse que a organização, constituída principalmente por denominações metodistas, continuaria sua obra embora tivesse que estabelecer novos escritórios. No ano passado, houve uma série de ataques explosivos e incendiários não esclarecidos em escritórios de grupos anti-segregacionais ou sindicatos negros.

01 de setembro de 1988

Bomba destrói escritórios da oposição na África do Sul

— JOHANNESBURGO, África do Sul — Uma bomba destruiu nesta madrugada um edifício de escritórios utilizado por vários grupos anti-segregacionistas, deixando um total de 23 feridos, informou a polícia.

As autoridades disseram que não tinham determinado o tipo de explosivo nem a identidade dos responsáveis pela mesma. O bispo anglicano Desmond Tutu culpou os "realizadores e partidários da segregação racial".

Entre os feridos estavam pedestres e moradores de um edifício de apartamentos próximo e funcionários do Conselho Sul-Africano de Igrejas, o principal ocupante dos escritórios. Os edifícios vizinhos também sofreram vários danos.

Esta foi a segunda explosão que destruiu sedes de grupos anti-segregacionistas em Johannesburgo. No ano passado foram seriamente danificados por uma explosão os escritórios da principal federação sindical negra, o Congresso de Sindicatos Sul-Africanos, e os de várias organizações filiadas a esse órgão.

O LIBERAL
BELEM — PA

4 SET 1988

Choque de trens na África

Harare, Zimbabwe, (AP) - Um trem que transportava efetivos militares se chocou com um trem de carga que estava parado no sul de Zimbabwe, causando a morte de oito soldados, informou ontem um jornal.

O acidente ocorreu na quinta-feira a noite próximo a Rutenga, a 400 quilômetros ao sul de Harare, disse o jornal Herald.

Os soldados procediam de Chicualacuala, em Moçambique, informou o jornal, que não informou a causa do acidente.

Tropas de Zimbabwe patrulham instalações ferroviárias em Moçambique contra ataques de guerrilhas direitistas que lutam para derrubar o governo de Maputo.

A CRÍTICA
MANAUS - AM

* 5 SET 1983

Violência causa mortes na África

MOSCOU — Dois escritores soviéticos acusaram ontem os Estados Unidos, em um raro artigo publicado no jornal Pravda, de iniciar a guerra fria na década de 1940 e deram detalhes sobre seu desenvolvimento.

O diretor da agência de notícias governamental Novosti, Valentin Falin, e o escritor Lev Bezymensky descreveram em um artigo de página inteira os passos dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial que, segundo eles, conduziram ao começo da guerra fria.

O artigo publicado no órgão oficial do Partido Comunista soviético foi qualificado de raro porque a imprensa estatal soviética, única do país, insistiu em considerar de uma forma mais positiva as relações com os Estados Unidos.

"A guerra fria não foi nossa escolha", disseram os escritores. "Não poderia ter sido a escolha da União Soviética após a cruel guerra e enorme sofrimento que suportou nosso povo".

Falin, porta-voz freqüente do governo soviético tanto em seu país como no exterior, adota sempre uma posição crítica sobre as relações soviéticos/norte-americanos.

O artigo efetuou uma ampla análise de documentos divulgados pelo governo norte-americano que, segundo seus autores, demonstraram que os Estados Unidos adotaram uma política de hostilidade em relação à União Soviética inclusive quando ambos os países eram aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

Falin e Bezymensky disseram que os Estados Unidos buscou uma arrasadora superioridade militar sobre a União Soviética, e forjou planos para atacá-la com forças nucleares e convencionais.

O artigo foi acompanhado por um mapa que, segundo autores, mostrou planos para lançar um ataque nuclear contra a União Soviética com bombardeiros baseados na Itália, Turquia e China, com o nome chave de "Operação Pincher".

O artigo também continha informação sobre a política do governo soviético no mesmo período de tempo.

Os autores disseram que escreveram tal artigo devido aos esforços dos historiadores para reavaliar os acontecimentos pós-guerra, mas também porque elementos intransigentes na União Soviética se negam a concluir a guerra fria.

Violência étnica mata na A. do Sul

JOHANNESBURGO — A polícia da África do Sul informou ontem que 15 pessoas morreram em áreas habitadas por negros na província de Natal, no final da semana passada. Em relatório diário de rotina sobre distúrbios políticos, a polícia afirmou que 13 homens negros foram assassinados ontem em dois guetos perto da cidade litorânea de Durban, e outros dois também morreram no sábado, nas imediações de Durban e da capital regional, Pietermaritzburg. Um choque entre simpatizantes de grupos negros anti-Apartheid foi contido em fevereiro passado pela polícia, depois da morte de 400 pessoas em batalhas de ruas. As autoridades e líderes da igreja atribuíram a violência a uma luta pelo controle político dos guetos entre os antigovernamentais Frente Democrática Unida e um movimento tribal Zulu, mais conservador, conhecido por Inkatha. A polícia afirmou que este foi o fim de semana mais violento na província de Natal desde janeiro passado, quando a intensidade das lutas chamou a atenção das autoridades e levou à multiplicação da presença de forças de segurança nos guetos da região.

Proibição do governo é desafiada por Tutu

JOHANNESBURGO — O arcebispo anglicano da ÁFRICA DO SUL Desmond Tutu desafiou ontem uma proibição governamental de exortar a população a boicotar as eleições ao pedir que brancos e negros não compareçam às urnas para as eleições municipais separadas por raças, programadas para o mês que vem.

Tutu, num serviço religioso na catedral de São José, na Cidade do Cabo, disse que as eleições segregadas eram "ridículas" e "injustas" e que o governo está tentando forçar a população a participar delas.

As eleições separadas estão marcadas para brancos, negros, asiáticos e mestiços com o objetivo de designar funcionários locais. Os 26 milhões de habitantes negros, 75% da população sul-africana, não votam nas eleições nacionais.

"Peço que os negros desta diocese não votem nas eleições de outubro e espero que os anglicanos brancos se unam aos anglicanos negros neste ato" — pediu Desmond Tutu.

JORNAL
FUNDADO EM 1928

Tutu sofre pressão

Polícia entra no Arcebispado e confisca uma fita cassete com uma mensagem

Johannesburgo — A polícia da África do Sul, munida de um mandado judicial, entrou na residência do arcebispo anglicano Desmond Tutu e confiscou uma fita cassete contendo uma mensagem do sacerdote negro que defende um boicote ilegal às eleições de outubro.

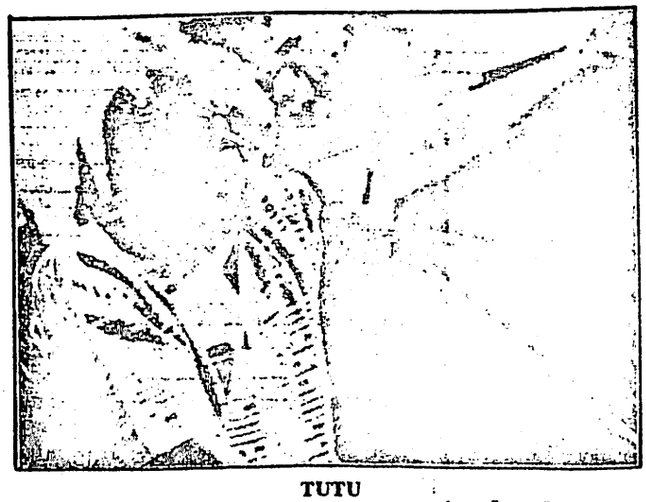
A ação da polícia se seguiu a um desafio feito por Tutu às autoridades, para que seja processado por ter defendido o boicote durante uma missão que rezou no domingo passado na Catedral Anglicana da Cidade do Cabo.

"Um coronel da polícia e um major visitaram ontem o arcebispado, levaram uma gravação do sermão e também pediram para que eu declarasse que realizei a gravação", disse John Allen, um assessor de Tutu.

Desafiando as leis de emergência em vigor no País desde junho de 1986, Tutu e outros líderes religiosos, agrupados no antigovernamental Conselho Sul-Africano de Igrejas, pediram aos fiéis, no domingo passado, para boicotar as eleições municipais marcadas para o próximo 26 de outubro.

As eleições municipais serão realizadas pela primeira vez de forma simultânea nas comunidades branca, negra, asiática e mestiça.

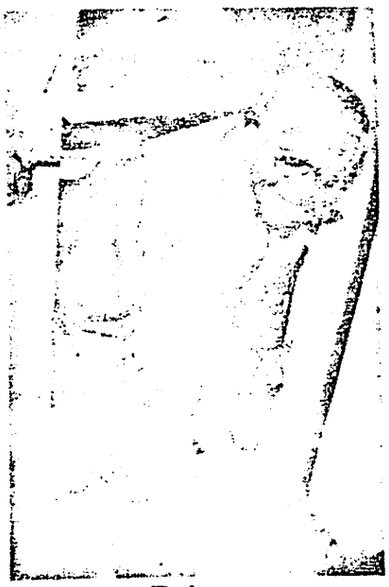
O presidente Pieter Botha tornou ilegal a oposição pública às eleições tendo por base os regulamentos do estado de emergência, mas, mesmo assim, as autoridades destinaram verbas para uma campanha de propaganda com o objetivo de encorajar a participação do eleitorado nos pleitos segregados.



TUTU
Governo quer provar que é culpado

O POPULAR
GOIÂNIA - GOIÁS

10 SET 1988



Boicote eleitoral

Johannesburgo - A polícia de segurança invadiu uma igreja metodista onde se realizava um ato religioso particular e ordenou que os fotógrafos e cinegrafistas parassem de fotografar e filmar depois que o arcebispo Desmond Tutu defendeu seu apelo ilegal por um boicote das eleições municipais do próximo mês.

Polícia acaba com o sermão do bispo Tutu

JOHANNESBURG — A polícia sul-africana invadiu ontem uma igreja metodista de Johannesburg, onde o bispo anglicano Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz, celebrava um culto ecumênico para cerca de cem membros do Conselho Sul-Africano de Igrejas. Os policiais, à paisana, entraram na igreja quando Tutu estava terminando o sermão, no qual ele defendeu o boicote às eleições municipais que serão realizadas em todo o país em outubro. Eles ordenaram aos fotógrafos e cinegrafistas que não registrassem o incidente e parassem de filmar o culto, e depois de 20 minutos saíram da igreja junto com os jornalistas.

O estado de emergência em vigor no país desde 1986 proíbe as manifestações de oposição em relação às eleições. O bispo Tutu iniciou sua campanha pelo boicote há uma semana, numa palestra que fez na Universidade da Cidade do Cabo. No domingo, ele voltou ao assunto num sermão, cuja gravação foi confiscada terça-feira pela polícia, na casa de Tutu. Uma cópia de sua palestra na Universidade também foi confiscada na redação do jornal oposicionista **Argus**.

CORREIO do BRASIL
Brasília - D. F.

12 SET 1988

Sul-africano negocia

Pretória – Dezoito líderes políticos sul-africanos, na maioria brancos, vão realizar conversações com representantes do proscrito Congresso Nacional Africano na Alemanha Ocidental, em outubro.

- O jornal "Sunday Star", de Johannesburgo, informou que as conversações se realizarão na mesma semana das eleições municipais sul-africanas, marcadas para 26 de outubro.

- Segundo o jornal, especialistas soviéticos em assuntos africanos estarão presentes às negociações.

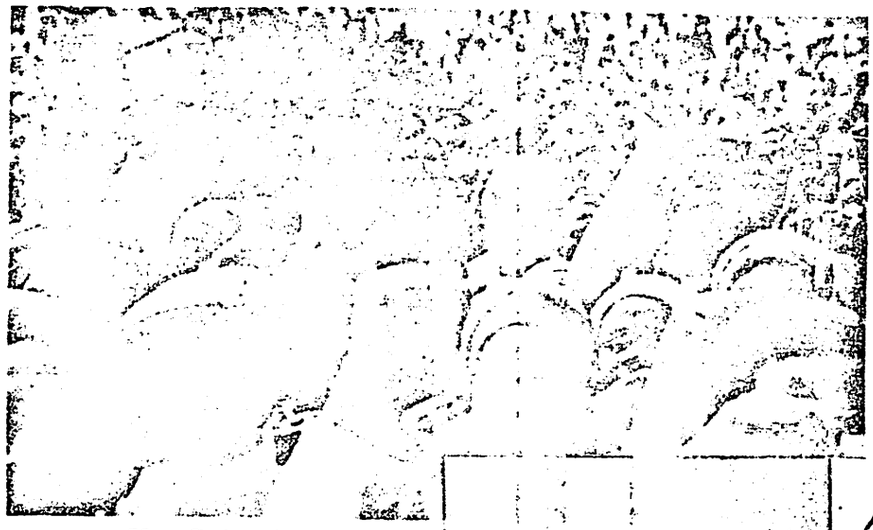
- O governo da África do Sul, é contrário a tais conversações enquanto o Congresso Nacional Africano estiver em guerra de guerrilha para derrubá-lo.

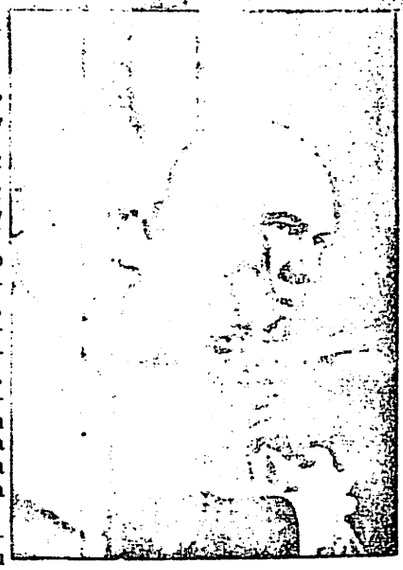
Botha em Moçambique

Johannesburgo – Peter W. Botha, o presidente do governo minoritário branco da África do Sul, visitará hoje segunda-feira, o vizinho Moçambique, num encontro sem precedentes com seu governo marxista, assinalando uma trégua em antecipação à presença do Papa João Paulo II, que estará na antiga colônia portuguesa no final da semana. Botha se encontrará com o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, na província nortista de Tete, foco de atividade dos rebeldes direitistas da Renamo, acusados da morte de 100 mil moçambicanos desde 1984.

O POPULAR
GOIÂNIA - GOIÁS

13 SET 1988





A cruel realidade da África do Sul

***Um Grito de Liberdade* denuncia a cruel realidade da política segregacionista da África do Sul**

Impulsionado pelo sucesso do biográfico **Gandhi**, que lhe valeu o Oscar de Melhor Diretor, o cineasta inglês Richard Attenborough resolveu levar às telas a história do ativista negro Steven Biko, morto em uma cela da polícia sul africana há onze anos. O resultado é **Um Grito de Liberdade**, que se encontra em cartaz desde a última quinta-feira no Cine Astor, sem desertar muito a atenção do público.

Para realizar este paradocumental, Richard Attenborough encontrou nos livros do jornalista Donald Woods - **Biko** e **Asking For Trouble** - as fontes que queria para realizar um sonho que acalentava desde os anos 50: abordar o tema do **apartheid** - a política segregacionista que impera na África do Sul, comandada pelo governo de minoria branca. Biko, um defensor da consciência negra não violenta, foi preso na cidade de King Williams, na Província de easter Cape, em 18 de agosto de 1977 e levado para Porto Elizabety para interrogatório. Um inquérito oficial revelou que ele havia sido deixado sozinho, algemado e nu em um tapete de palha sobre o chão de pedra da delegacia de polícia, após um interrogatório violento. Foi então levado, na traseira de um caminhão da polícia, nu e inconsciente, para Johanesburgo, a 1200 quilômetros, onde morreu em uma cela, de contusões cerebrais inexplicáveis.

Embora mostre o conflito entre os negros e as autoridades brancas, falta intensidade no filme de Attenborough, que centra a sua ação - como convém a um filme feito por brancos sobre negros - na figura do jornalista Donald Woods e sua amizade com Biko. Na verdade, Biko - pelo menos no filme - é apenas um negro consciente de sua situação - que passa pela vida de Woods e a modifica. O pecado de Attenborough é justamente o de reduzir o problema da África do Sul a um drama individual.

Os conflitos provocados pela política segregacionista sul-africana são mostrados através do confronto do jornalista Woods e o regime de Pretória, que ocorre devido ao apoio do jornalista a Biko, através dos artigos publicados em seu jornal. Somente algumas sequências mostram o confronto entre os negros e as autoridades brancas e esforços da comunidade oprimida para manter a sua identidade cultural através do movimento **Consciência Negra** e isso é feito de forma estratégica que contorna a situação como a cena do estádio: enquanto os grupos de jogadores disputam a bola, oradores apresentam as suas idéias de luta pela conquista dos direitos humanos, misturados à torcida nas arquibancadas.

Se há um grande momento em **Um Grito de Liberdade**, ele fica com a confrotação de Biko com as autoridades brancas, no qual o ativista dá um banho nos promotores que o acusam de incitar violência. A cena é simplesmente brilhante e serve de ponto de equilíbrio do rigor paradocumental que alinha a trajetória da produção filmada no Zimbabue, que começa com a reconstituição do massacre de Crossroads e termina com o de Soweto, aliado a idignação que se estampa na lista dos mortos nos cárceres de Pretória nos letreiros finais e no cinismo das **causa mortis** apresentadas pelas autoridades.

Diário da Tarde
BELO HORIZONTE — MG

14 SET 1988

ÁFRICA DO SUL

Foragidos asilam-se no consulado dos EUA

JOHANNESBURGO — Três importantes prisioneiros políticos da África do Sul escaparam ontem de um hospital e se refugiaram no consulado dos Estados Unidos em Johannesburgo, e um porta-voz norte-americano afirmou que eles não serão expulsos do local.

O porta-voz Barry Walkley, lendo um comunicado por telefone da sede da embaixada norte-americana em Pretória, afirmou que funcionários do consulado de Johannesburgo estão negociando com os três refugiados para "determinar sua vontade".

"Nós estamos em freqüente contato com os três homens. Sob os termos do Direito Internacional, as dependências consulares são invioláveis e as autoridades do governo-anfitrião não podem entrar sem autorização", afirmou o porta-voz em seu comunicado.

"De acordo com a nossa política, os Estados Unidos não oferecem asilo em suas dependências consulares e diplomáticas. Entretanto, e em linha com essa política, permitimos que esses homens entrassem nas dependências consulares (de Johannesburgo), e não os pressionaremos para sair contra a sua vontade", disse ainda.

O general Leon Mellet, porta-voz do ministro da Lei e da Ordem, Adriann Ylok, afirmou que os três prisioneiros escaparam de um hospital não identificado, na área de Johannesburgo, pela manhã, mas acrescentou que não tinha outros detalhes.

Os três fugitivos foram identificados como Mohammed Valli Moosa, Murphy Morobe e Vusumuzi Philip Khanvile.

Vale Moosa era secretário-geral interino da proscrita organização antiapartheid Frente Democrática Unida, enquanto Morobe ocupava o cargo de diretor de propaganda do grupo. Khanville era diretor do Comitê Nacional da Crise na Educação.

Autoridades da igreja sul-africana afirmaram que os fugitivos não fizeram nenhum pedido específico na embaixada.

Os três prisioneiros políticos estavam detidos na penitenciária de Diepkloov, ao sul de Johannesburgo; e depois de escapar do hospital onde estavam em tratamento não-especificado, buscaram refúgio no consulado, que fica no décimo-primeiro andar de um prédio comercial no centro da cidade, de acordo com seu advogado, Krish Naidoo.

Naidoo, que foi interrogado pela polícia na noite de ontem afirmou que os três dissidentes pediram uma audiência com o embaixador norte-americano, Edward Perkins, causando ao diplomata negro norte-americano, de 60 anos, seu primeiro grande problema político com a África do Sul desde que foi credenciado, a 3 de novembro de 1986.

Fontes da embaixada afirmaram que Perkins não se encontrou com os fugitivos, mas o reverendo Frank Chikane, secretário-geral do conselho de igrejas da África do Sul, anunciou ter conversado com o diplomata para esclarecer a posição norte-americana.

"Nossa preocupação básica é seu bem-estar, sua segurança, afirmou Chikane, acrescentando que os norte-americanos esperam resolver o problema entre os presos e as autoridades em tempo hábil.

Africanos fogem e vão direto para consulado

Johannesburgo — Três militantes sul-africanos contra o apartheid se apresentaram ontem ao consulado norte-americano em Johannesburgo, depois de estarem presos por quase dois anos, sem serem julgados.

Horas mais tarde, o porta-voz da polícia, Leon Mellet, afirmou que os três fugiram de um hospital da cidade, onde estavam internados há algum tempo, não confirmando porém se estes se refugiaram no consulado norte-americano.

Hrish Naidoo, advogado do trio, afirmou que seus clientes pedem para ver o embaixador norte-americano na África. Os militantes são: Murphy Morobe, assessor de Imprensa da Frente Democrática Unida (UDF), principal movimento anti-apartheid na África do Sul, Valli Musa e Vusi Khanyile, membros de um comitê que se ocupa da situação das populações negras do país.

A PRISÃO

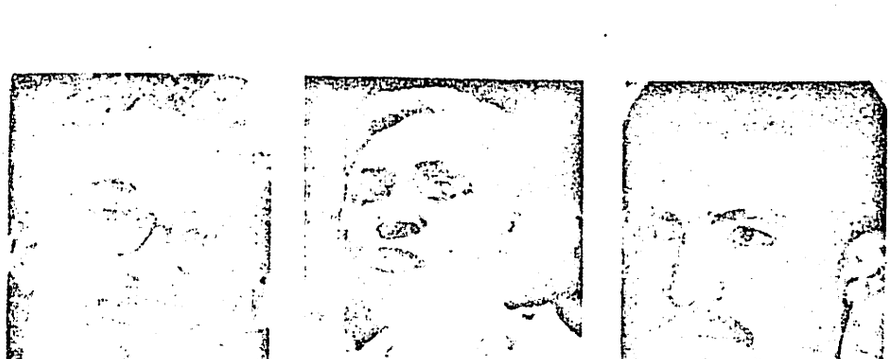
Morobe foi preso no ano passado e os outros dois em meados de 1986, em virtude do "estado de emergência" em vigor desde junho do mesmo ano. Desde então estavam sendo mantidos presos sem julgamento.

O advogado não deu detalhes de como chegaram ao consulado norte-americano. O porta-voz Mallet limitou-se a informar que a polícia está investigando a fuga dos três e os diplomatas norte-americanos negaram-se a comentar o caso.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - D. Federal

15 SET 1988

Parlamentares negros irão à África do Sul



Caó, Benedita e Edmilson: de malas prontas para a Africa do Sul

CLÁUDIA MOEMA
Da Editoria de Política

Pela primeira vez uma delegação brasileira integrada por negros terá direito a visitar a África do Sul, um país regido pela política do apartheid, onde somente os brancos adquirem vistos para entrada. Esses brasileiros pretendem encontrar-se com o líder negro Nelson Mandela, além de verificar as condições de vida da população negra no apartheid.

O feito se deve ao empenho dos deputados negros Paulo Paim (PT-RS), Benedita da Silva (PT-RJ), Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) e Edmilson Valentim (PC do B-RJ), que trabalharam pela aprovação de uma Comissão Parlamentar para visitar aquele país ainda este ano. A criação da Comissão foi aprovada durante sessão de ontem do Congresso Nacional, um tema não previsto na Ordem do Dia. Pela manhã, no entanto, os quatro deputados, durante reunião das lideranças com o presidente do Senado, Humberto Lucena, solicitaram a colocação da matéria, em regime de urgência, na pauta de votações. A sugestão foi acatada pela unanimidade dos líderes presentes e ontem mesmo a decisão foi ratificada pelo plenário.

A comissão conta, desde já, com a participação dos quatro parlamentares, mas o objetivo é o de enviar à África do Sul uma delegação integrada, também, por deputados e senadores brancos e, pelo menos, um representante de cada partido. "Será uma comissão interpartidária e interracial e vai mostrar à África do Sul uma proposta diferente", disse Paulo Paim.

A ida desses parlamentares foi garantida pelo próprio embaixador da Africa do Sul, Alexander Van Zyl, há cerca de 10 dias. Ele disse a Paim, Caó e Valentim que nenhum problema ocorreria para a entrada deles naquele país. "Vocês falam mal da Africa do Sul porque não conhecem o nosso país", disse o embaixador.

O presidente do Senado, Humberto Lucena, chegou a manifestar preocupação quanto à entrada de Paim na Africa do Sul, por ser um negro a visitar um país onde o racismo impera violentamente. Mas Paim está disposto a correr até mesmo riscos físicos "e isso nós teremos que assumir", garantiu. Em todo caso, a delegação irá recorrer ao Itamarati para lhe assegurar amparo diplomático durante a visita.

A delegação irá entregar ao presidente da África do Sul, Peter Botta, um documento — já subscrito por 450 parlamentares brasileiros — exigindo a libertação de Nelson Mandela e o fim do apartheid. Esse mesmo documento deverá ser entregue, anteriormente, ao presidente José Sarney e, para tanto, os deputados já solicitaram audiência, através do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna.

Segundo informou Paulo Paim, a intenção é viajar somente após a promulgação da nova Constituição e das eleições de 15 de novembro. Em princípio, Paim acredita que a viagem deverá ocorrer durante a última quinzena de novembro e os custos ficarão a cargo da Câmara, no caso dos deputados, e do Senado Federal, no caso dos senadores.

Correio Braziliense-DF 15.09.88 cont...

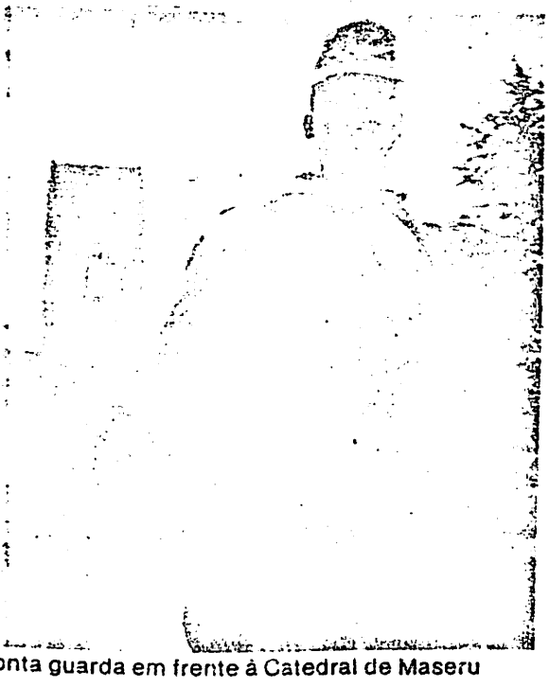
Botha, porém, declarou que "parece ter havido alguma dificuldade com um dos motores do avião, bem como com o seu sistema de navegação". Informou ainda que técnicos estavam examinando o aparelho em Johannesburgo.

Aconselhado pelos bispos da África do Sul, João Paulo excluiu este país do roteiro. Em sua passagem pelo Zimbabue e Botswana, o chefe da Igreja Católica condenou o Apartheid e fez um apelo por soluções pacíficas para o problema racial.

Avião teve problemas e a viagem continuou por terra, até Maseru, capital do Lesoto



João Paulo II e, ao fundo, Pik Botha



Soldado monta guarda em frente à Catedral de Maseru

Johanesburgo — O quinto dia da viagem do Papa a África caracterizou-se por uma escala-surpresa em Johanesburgo. O avião em que João Paulo II viajava não pôde aterrissar no Lesotho por problemas técnicos e meteorológicos.

O avião que ontem de manhã partiu de Gaborene, Botswana, com destino ao Lesotho, deveria apenas ter sobrevoado o território sul-africano. A impossibilidade de aterrissar em Maseru, obrigou o avião do pontífice a fazer uma escala na África do Sul, um dos países que havia sido excluído de sua visita, que compreende o Zimbabwe, Botswana, Lesotho, Swazilândia e Moçambique.

Em Johanesburgo, o Papa foi recebido pelo chanceler sul africano, Roloef Pik Botha, que subiu até o avião, um Boeing da Air Zimbabwe, para acompanhá-lo à sala Vip.

João Paulo II permaneceu algumas horas no aeroporto à espera de que as condições meteorológicas melhorassem em Maseru. Como isto não aconteceu, o Papa decidiu percorrer de carro os 450 quilômetros que separam a cidade sul africana de Maseru, capital do Lesotho. Depois de seu encontro com João Paulo II, Pik Botha declarou que este não teve o menor significado político e que o governo sul-africano só facilitou a continuação da viagem do pontífice.

O avião aterrissou em Johanesburgo, enquanto continuava em Lesotho a tomada de reféns, entre os quais se acham várias crianças de uma escola católica.

O ônibus seqüestrado se dirigia ao local onde o Papa realizaria uma missa à tarde, quando foi abordado por um grupo de quatro a seis guerrilheiros, que o levaram até a fachada da embaixada britânica. Os seqüestradores tentaram entrar nesse edifício ao lado do quartel general da polícia, mas as grades permaneceram fechadas, já que o embaixador britânico se negou a recebê-los ou a dar-lhes asilo.

O ônibus continuava estacionado em frente à embaixada, em pleno centro diplomático de Maseru, enquanto todas as ruas próximas foram cercadas pela polícia e pelo Exército. Dezenas de soldados em uniforme de combate rodeavam o edifício, enquanto veículos blindados patrulhavam as proximidades e um helicóptero sobrevoava a zona.

A situação parecia estacionada, e a rádio local se limitou a relatar os acontecimentos da véspera, sem fornecer novas notícias. Nenhum porta-voz da polícia ou do Exército se referiu ao assunto, nem tampouco o ministério de Informações.

A identidade dos seqüestradores e suas reivindicações são objetos de várias especulações. Segundo a hipótese mais provável, trata-se de um pequeno comando do Exército de Libertação do Lesotho (ELL).

Refugiados querem garantia

Johannesburgo — O governo da África do Sul afirmou que três importantes ativistas antiapartheid, que escaparam de um hospital enquanto estavam sob custódia da polícia e se refugiaram no consulado dos Estados Unidos em Johannesburgo, "não correm o perigo de serem detidos" se deixarem a sede da missão diplomática, localizada no centro da cidade.

Os dissidentes, refugiados no décimo primeiro andar de um centro comercial, onde está situado o consulado, exigiram em comunicado a suspensão do estado de emergência na África do Sul e a libertação incondicional de todos os presos políticos.

Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores afirmou que a promessa do governo de não voltar a deter os três dissidentes, que fugiram terça-feira, foi entregue ao embaixador norte-americano Edward Perkins pelo chanceler sul-africano, Roelof "Pik" Botha.

O advogado dos dissidentes, Krish Naidoo, afirmou que não dispunha de informações sobre a proposta do governo que visa a resolver a crise causada por seus clientes, identificados como Mohammed Valli Moosa e Murphy Morobe, ambos de 32 anos e mantidos presos durante um ano e dois meses, e Vuzumuzi Philip Khanvile, de 38, detido durante um ano e nove meses.

Valli Moosa é o secretário-geral interino do proscrito movimento antiapartheid Frente Democrática Unida, no qual Morobe ocupa o cargo de diretor de propaganda. Khanvile, por sua vez, é diretor da assim chamada Comissão Nacional da Crise da Educação.

"Nós gostaríamos que nossa ação fosse vista como um exemplo não apenas de nossa luta, mas também da de centenas de outros detidos cuja situação é igualmente desesperançosa. Alguns desses presos estão em cárcere há dois anos e três meses" (que coincide com a decretação do estado de emergência no país, com o qual as autoridades podem realizar detenções sem acusações formais), afirmaram os três dissidentes em seu comunicado, que foi divulgado por Naidoo.

"Nós acreditamos que o estado de emergência visa a esmagar a organização democrática que é baseada no apoio das massas e que a detenção é simplesmente um internamento de uma liderança", disseram ainda no comunicado.

O governo dos Estados Unidos concedeu refúgio aos dissidentes no consulado de Johannesburgo, afirmando que as autoridades da embaixada em Pretória os têm em "alto apreço". Além de acrescentar que eles não serão obrigados a deixar o local.

Uma importante fonte governamental de Pretória, que pediu para não ser identificada, afirmou que a detenção dos três dissidentes sem acusações, sob os termos do estado de emergência, e não com base nas leis de segurança, os coloca numa categoria diferente daquela que é destinada a "terroristas empedernidos".

África do Sul luta pela sua reintegração

Seul — A reintegração da África do Sul no movimento Olímpico é o objetivo da incansável campanha que se realiza nos corredores do Shilla Hotel de Seul, em contatos do vice-presidente do Comitê Olímpico da África do Sul, Denis Mcildonie, com dirigentes, que o Comitê Olímpico Internacional prefere ignorar.

Depois de reiterar um pedido de audiência — que está quase certo de não acontecer — com Juan Antonio Samaranch, presidente do COI, Mcildonie conversou com vários jornalistas para certificar-se de que "a tentativa de contatos oficiais é uma grande frustração, até o ponto de ter a impressão de bater contra um muro".

Para o dirigente que realiza sua tarefa quase clandestinamente, "A única maneira de acabar com o apartheid é abrir relações com a África do Sul, mas um pequeno grupo do COI se opõe".

"A única coisa que pedimos é que nos coloquem à prova", sustentou Mcdonie, que assegurou que "se tivéssemos vindo a Seul, com toda certeza, teríamos formado uma equipe com mais da metade de atletas negros".

África tem campanha pela reintegração

Seul - A reintegração da África do Sul no movimento olímpico é o objetivo da incansável campanha que se realiza nos corredores do Shilla Hotel de Seul, em contatos do vice-presidente do comitê olímpico da África do Sul, Denis McIldonie, com dirigentes, que o Comitê Olímpico Internacional prefere ignorar.

Depois de reiterar um pedido de audiência - que está quase certo de não acontecer - com Juan Antônio Samaranch, presidente do COI, McIldonie conversou com vários jornalistas para certificar-se de que "a tentativa de contatos oficiais e uma grande frustração, até o ponto de ter a impressão de bater contra um muro".

Para o dirigente que realiza sua tarefa quase clandestinamente, "a única maneira de acabar com o apartheid e abrir relações com a África do Sul, mas um pequeno grupo do COI se opõe".

"A única coisa que pedimos e que nos coloquem à prova", sustentou McIldoine, que assegurou que "se tivéssemos vindo a Seul, com toda certeza, teríamos formado uma equipe com mais da metade de atletas negros".

A África do Sul participou pela última vez de uma Olimpíada nos Jogos de Roma-1960, e sua exclusão total do COI foi pronunciada 10 anos depois.

15 de setembro de 1988

Mau-tempo obriga Papa a escala não-programada na África do Sul

JOHANNESBURGO — O papa João Paulo II, declarado crítico da política de segregação racial do Apartheid, fez ontem uma escala não prevista na África do Sul, quando o avião que o levava ao Lesotho teve que desviou-se devido ao mau tempo e a dificuldades técnicas no aeroporto daquela cidade e teve que aterrissar em Johannesburgo.

O pontífice, que não tinha planejado visitar a África do Sul durante seu atual giro pela região, passou três horas no aeroporto Jan Smuts, de Johannesburgo, antes de partir para o Lesotho junto com seus acompanhantes em um comboio de carros e ônibus.

O papa não beijou o solo em Jan Smuts, como faz sempre que visita algum país pela primeira vez, nem fez declarações públicas durante sua permanência no terminal.

O ministro do Exterior, Pik Botha, recebeu o papa no aeroporto e o acompanhou até um salão para personalidades importantes, enquanto que as forças de segurança eram deslocadas no interior e fora do terminal. "Consideramos um privilégio ajudar o santo padre", disse Botha, que ordenou que se servisse um almoço a umas 100 pessoas integrantes da comitiva papal.

Uma chuva fria caía sobre o Lesotho, reinado situado numa região montanhosa cercado em sua totalidade pela África do Sul, quando se produziu a mudança de planos. O rei Moshoeshoe II e outros funcionários aguardaram o papa no aeroporto durante horas, antes de ser anunciado que o pontífice chegaria por rodovia.

Pouco menos de meia-hora depois de João Paulo II atravessar a fronteira rumo a Maseru, a capital do Lesotho, onde chegou às 16 horas (de Brasília) após a escala forçada de seu avião na África do Sul, um forte tiroteio irrompeu nas proximidades do trajeto, onde, desde a madrugada um grupo de seqüestradores tomou como reféns os 71 passageiros de um ônibus.

As últimas informações relatam que quatro pessoas, entre as quais três dos seqüestradores e uma mulher, morreram no tiroteio. Onze pessoas ficaram feridas. O quarto guerrilheiro foi preso e a polícia especial sul-africana afirmou em Pretória que foi a responsável pela operação de resgate.

O tiroteio, que durou apenas cinco minutos, marcou o fim de um seqüestro que teve início na madrugada de anteontem quando quatro homens armados com fuzis e granadas, mas disfarçados como peregrinos, tomaram como reféns os 71 passageiros de um ônibus e exigiram ter uma entrevista com o papa João Paulo II, que deveria chegar a esta capital às 05h15 (de Brasília), procedente de Botsuana.

Papa faz escala imprevista em Johannesburgo

Comitiva papal seguiu de carro para Lesoto após desviar caminho

Johannesburgo (AFP) — O papa João Paulo II, ao comentar a escala que seu avião fez ontem na África do Sul, devido às condições meteorológicas desfavoráveis, limitou-se a dizer sorridente: "Não estava no programa".

O soberano pontífice não havia previsto, durante esta viagem de cinco dias à região, parar na África do Sul, mas uma violenta tempestade obrigou o aparelho em que viajava a tocar o solo do país do Apartheid.

Durante sua viagem, o papa somente deveria ver o solo sul-africano da janela de seu avião no trajeto entre Gaborones, em Botsuana, e Maseru, capital do pequeno reino do Lesoto, mas devido às más condições atmosféricas partiu para o Lesoto pelas estradas sul-africanas.

Uma caravana de veículos e ônibus, organizada a toda pressa pelas autoridades de Pretória, atravessou boa parte do território sul-africano para transportar o soberano pontífice e as 94 pessoas de sua comitiva.

A decisão de mudar o trajeto foi adotada pelo piloto do Boeing 707 da Air Zimbabue após comprovar que o mau tempo não permitiria aterrissar em Maseru.

O avião do papa permaneceu cerca de uma hora na pista do aeroporto Jan Smuts, mas o Sumo Pontífice não deixou o aparelho. A polícia sul-africana estabeleceu rapidamente um cordão de isolamento.

Ao persistir a tempestade sobre a região leste do sul da África, os organizadores da viagem decidiram que o avião não poderia decolar. O ministro sul-africano das Relações Exteriores, Roelef "Pik" Botha subiu a bordo para cumprimentar o papa.

João Paulo II desceu então do aparelho mas não beijou o solo como faz sempre e após permanecer alguns instantes no salão vip, atravessou o terminal aéreo rodeado de policiais antes de empreender uma viagem de 520 km por estrada, através do Estado de Orange. O papa chegou a Maseru no início da noite, após atravessar sob a chuva as imensas planícies que separam Johannesburgo da capital do Lesoto.

Ironia do destino

O desvio do vôo para Johannesburgo teve algo de irônico, incluindo alteração de última hora na mensagem previamente preparada para o pontífice em relação aos bispos sul-africanos que foram ao Lesoto. "Antevejo uma visita ao vosso país num futuro não muito distante", diria o papa. O porta-voz do Vaticano, Joaquim Navarro Valls, disse bem humorado: "Falamos a verdade quando mencionamos futuro não muito distante".

O capitão do Boeing da Air Zimbabue, Robin Cartwright, disse que chegou a fazer a aproximação final para descer no aeroporto de Maseru, porém não pôde aterrissar por causa das nuvens densas que encobriam a área e por problemas de funcionamento de alguns equipamentos de torre.

A CRÍTICA
MANAUS - AM

20 SET 1988

Comissão visitará a África do Sul

PORTO ALEGRE — Com o objetivo de solicitar o fim do "Apartheid" e a libertação do líder negro Nelson Mandella, uma comitiva de parlamentares federais de todos os partidos viajará a África do Sul, segundo anunciou, em Porto Alegre, o deputado constituinte do PT gaúcho, Paulo Renato Paim. A criação da comitiva foi aprovada, de forma unânime, pelo plenário do Congresso Nacional, na semana passada, quando os deputados e senadores votaram requerimento do deputado Paim, que contava com a assinatura de 450 parlamentares. Além do constituinte gaúcho, participaram da mobilização pela viagem a África do sul, os deputados Benedita da Silva (PT), Carlos Alberto Cao (PDT), Edmilson Valentin (PC do B)(, todos da bancada fluminense.

Segundo o parlamentar do PT gaúcho, a viagem, que deverá ser realizada na última quinzena de novembro, visa levar a "posição contrária do parlamento brasileiro, a política racista do governo sul — africano". Os parlamentares solicitarão uma audiência ao presidente da África do Sul, Pietter Botha, quando pediremos a libertação imediata de Nelson Mandella e o fim do "apartheid".

Papa encerra viagem à África após uma breve escala em Johannesburgo

Roma (AFP) — O papa João Paulo II chegou ontem à noite a Roma procedente de Maputo (Moçambique), ao fim de uma viagem pastoral de dez dias pelo sul da África.

Em sua terceira viagem à África, o papa visitou Zimbabue, Botswana, Lesoto, Suazilândia e Moçambique, além de uma escala em Johanesburgo, já que seu avião não pôde aterrissar no Lesoto devido ao mau tempo.

Imediatamente após a chegada ao aeroporto de Roma — Ciampino, João Paulo II dirigiu-se em seu automóvel, e não no helicóptero devido a chuva, à residência de Castelgandolfo, a 30 km de Roma.

Peregrino da Paz

Maputo (AFP) — Colocada sob o signo da paz e da reconciliação, o giro pela África Austral de João Paulo II, sua 39ª viagem ao exterior, registrou um episódio inédito, o da escala forçada na África do sul.

O papa não previa realizar sua visita apostólica a esse país, mas circunstâncias meteorológicas o obrigaram a percorrer de automóvel quase 500 km desse território.

Durante seu giro de 6 mil km pelos cinco países da região (Zimbabue, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Moçambique), o sumo pontífice reiterou incansavelmente as mesmas palavras: diálogo, reconciliação nacional, paz e evangelização.

A maioria das mensagens do papa aos fiéis teve conotação política e social, como a condenação do apartheid e a exortação ao respeito dos direitos humanos ou ao pedido de ajuda às crianças, vítimas da fome ou de conflitos bélicos e de caráter étnico.

"Peregrino da paz" nessa região sempre considerada pela Igreja como terra de missões, João Paulo II pediu encarecidamente às autoridades católicas locais que prossigam sua obra e suscitem vocações.

Os sacerdotes e religiosos que vivem no país continuam tendo imensas dificuldades para exercer seu trabalho.

Em Zimbabue, 30 missionários morreram no exercício de seu apostolado durante os últimos 15 anos, quase todos na província de Matabeleland.

Em Moçambique, locais de culto e centros sociais administrados pela Igreja foram fechados no início dos anos 80, enquanto várias autoridades católicas foram presas.

A situação melhora lentamente nesses dois países. O governo marxista do presidente moçambicano Chissano se comprometeu a restituir progressivamente as igrejas.

Um dos pontos mais positivos da viagem papal, que deverá a curto prazo se refletir na melhoria do estatuto dos fiéis na região, foi o apoio à hierarquia católica, presente nas conversações de João Paulo II com os governos.

Ante os 71 bispos da Imbisa (Conferência Episcopal da África Austral), o papa exortou os prelados a desempenhar um papel cada vez maior em prol da paz.

Essa mensagem foi renovada por João Paulo II, ante os bispos de Moçambique, às vésperas de deixar Maputo, destacando que, através de sua própria presença, pretendia dar-lhes novo ânimo para sua ação pastoral.

O papa afirmou a população que ela representava a esperança nessa região onde católicos são minoria.

Aqui, João Paulo II não encontrou multidões como as da América Latina. Contudo, o fervor religioso e a acolhida com cânticos e danças tradicionais deram a viagem do papa um realce particular.

A etapa de Lesoto, onde o papa beatificou um missionário francês, foi a mais agitada: o sumo pontífice chegou a esse país após cinco horas de viagem de carro e, mais tarde, tomaria conhecimento da dramática tomada de reféns em Maseru, ao final da qual seis pessoas morreram.

João Paulo II esquecerá a rara acolhida do rei da Suazilândia. Quebrando todas as regras do protocolo, o jovem Mswati III esperou durante 20 minutos o papa no portão do palácio, antes de lhe conceder uma audiência de dez minutos, ao invés da meia hora prevista.

A África do Sul não estava na agênda de viagem, pois a conferência episcopal desse país estimou que ainda não era o momento.

Desta forma, o desvio do avião papal, devido ao mau tempo, causou grande impacto e não emoção. João Paulo II pode comprovar que o governo de Pretória havia enfrentado o imprevisto com grande rapidez, fornecendo-lhe escolta e ajuda.

O chefe da Igreja Católica, que havia expressado seu desejo de viajar à África do Sul, talvez inclua este país no itinerário de sua próxima viagem à África, em maio de 1989, especialmente a Madagascar e Tanzânia.

Bomba

Um automóvel carregado de minas magnéticas explodiu ontem em uma garagem, localizada no subsolo de um edifício de apartamentos, em Johannesburgo, causando ferimentos a um menino e destruindo mais de 30 veículos, disse a polícia. A polícia informou que a explosão, que ocorreu de madrugada, foi uma das mais poderosas dos 40 atentados ocorridos na África do Sul este ano.

JORNAL DE BRASÍLIA
BRASÍLIA-DF

22 SET 1988

Bomba explode e fere nove nas ruas de Johannesburgo



Uma mulher ferida pela bomba é socorrida em Johannesburgo

Johannesburgo (África do Sul) — Uma bomba escondida em um depósito de lixo explodiu ontem em Johannesburgo, durante a hora do **rush** vespertino, ferindo pelo menos nove pessoas que aguardavam ônibus numa estação destinda apenas a passageiros brancos, no centro da cidade.

Repórteres viram quando policiais e médicos sul-africanos acudiram ao local para socorrer as vítimas, atingidas na explosão por estilhaços de vidro.

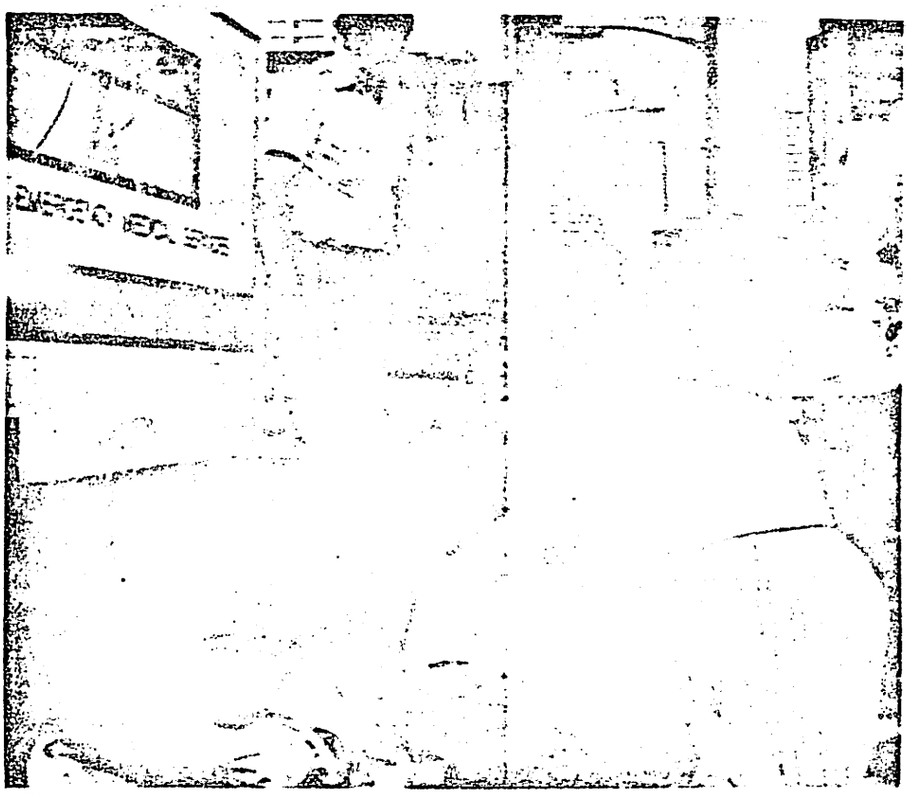
Um funcionário da estação afirmou que a bomba explodiu numa lata de lixo colocada em frente a uma loja de comestíveis finos, por volta das cinco horas da tarde (hora local).

A explosão, ouvida a 10 quarteirões de distância, deixou ainda muitas pessoas em estão de choque e causou dificuldades para a polícia, que tentava fechar a área do atentado durante a hora do **rush**.

Ainda ontem, a polícia deteve 11 dissidentes em "batidas" realizadas de madrugada, em antecipação a uma conferência que deverá ser realizada por grupos oposicionistas no próximo final de semana, na tentativa de formar uma nova aliança contra o regime de minoria branca, apesar da proibição do governo.

22 de setembro de 1988

Bomba explode no lixo e faz 9 feridos em Johannesburgo



Uma mulher ferida pela explosão recebe primeiros socorros no local onde caiu, em Johannesburgo.

Johannesburgo, África do Sul (UPI) — Uma bomba escondida numa lata de lixo explodiu ontem em Johannesburgo, durante a hora do "rush" vespertino, ferindo pelo menos nove pessoas que aguardavam ônibus numa estação destinada apenas a passageiros brancos, no centro da cidade.

Repórteres viram quando policiais e médicos sul-africanos acudiram ao local para socorrer as vítimas, atingidas na explosão por estilhaços de vidro.

Um funcionário da estação afirmou que a bomba explodiu numa lata de lixo colocada em frente a uma loja de comestíveis finos, por volta das cinco horas da tarde (hora local).

A explosão, ouvida a 10 quarteirões de distância, deixou ainda muitas pessoas em estado de choque e causou dificuldades para a polícia, que tentava fechar a área do atentado durante a hora do "rush".

Ainda ontem, a polícia deteve 11 dissidentes em "batidas" realizadas de madrugada, em antecipação a uma conferência que deverá ser realizada por grupos oposicionistas no próximo final de semana, na tentativa de formar uma nova aliança contra o regime de minoria branca, apesar da proibição do governo.

Os dissidentes — nove negros e dois brancos — foram detidos na Cidade do Cabo, cinco horas antes de o Congresso dos Sindicatos da África do Sul, a maior Federação Sindical do país, anunciar seus planos para a realização da conferência.

Bomba de gás no dormitório

Boston (UPI) — Uma bomba de gás lacrimogêneo explodiu num dormitório universitário de Boston, fazendo com que quase 800 estudantes fugissem do prédio, de nove andares, e provocando ferimentos em 32 pessoas, informou a polícia.

Vinte e cinco estudantes e sete policiais e bombeiros foram levados a hospitais para tratamento de males respiratórios causados pelo gás lacrimogêneo. Nenhum dos feridos foi considerado em estado grave.

"Vi umas moças gritando que não podiam sair do prédio nem respirar", contou a estudantes Suzi Rodriguez. "Alguns rapazes as ajudavam a sair do quarto andar".

O POPULAR
GOIÂNIA - GOIÁS

23 SET 1988

Atentado em Johannesburgo

Johannesburgo - Uma bomba explodiu na madrugada de ontem numa discoteca de um subúrbio (Hillbrow) de Johannesburgo, ferindo 19 negros no quinto ataque à bomba no país em 24 horas, disseram as autoridades.

A explosão na discoteca Why Not ocorreu oito horas depois de uma bomba explodir num terminal rodoviário para usuários brancos, durante a hora do rush, ferindo 19 pessoas: 17 brancos, um indiano e um funcionário negro do terminal.

Explosão fere 19 negros em uma discoteca

Johannesburgo — Uma bomba explodiu na madrugada de ontem numa discoteca de um subúrbio (Hillbrow) de Johannesburgo, ferindo 19 negros no quinto ataque a bomba no país em 24 horas, disseram as autoridades.

A explosão na discoteca "Why Not?" ocorreu oito horas depois de uma bomba explodir num terminal rodoviário para usuários brancos, durante a hora do rush, ferindo 19 pessoas: 17 brancos, um indiano e um funcionário negro do terminal.

Outras bombas explodiram na residência (em Pretoria) de um indiano candidato às eleições municipais do próximo mês, à entrada de um tribunal em King William's Town e numa biblioteca em Fort Beaufort, mas nenhuma causou baixas e os danos foram pequenos.

Testemunhas disseram que a bomba na discoteca explodiu à 1h05 da madrugada de ontem proximo ao bar, onde estavam umas 170 pessoas. A policia disse que 19 negros, incluindo três crianças, ficaram feridos.

Nenhum grupo assumiu responsabilidade pelas explosões, mas o ministro da Lei e da Ordem, Adriann Vlok, responsabilizou o proscrito Congresso Nacional Africano pelo ataque ao terminal.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

1 OUT 1988

Botha viaja ao Zaire

Johannesburgo - O presidente da África do Sul, Pieter Botha, se encontrará hoje com o chefe de estado do Zaire, Mobuto Sese Seko, num amplo esforço para engajar os líderes negros do Sul da África, na solução de problemas regionais.

Autoridades sul-africanas afirmaram ontem que o encontro será realizado numa propriedade particular, no norte do Zaire, e será a terceira visita de Botha a um país negro, desde que iniciou publicamente tais contatos, há três semanas, quebrando cerca de 10 anos de isolamento de seu país, governado por uma minoria branca.

Enforcamentos em Pretória

Pretória - Sete homens - dois mestiços e cinco negros -, todos condenados a morte por crimes, foram enforcados ontem de manhã na penitenciária central de Pretória, anunciou um porta-voz do Ministério Sul-Americano de Justiça.

Com essas novas execuções chega a 96 (um branco, 28 mestiços e 67 negros), o número de executados desde o começo deste ano, acrescentou a porta-voz Amanda Haasbroek.

Botha quer sair do isolamento

Johannesburgo — O presidente da África do Sul, Pieter Botha, se encontrará hoje com o chefe de estado do Zaire, Mobuto Sese Seko, num amplo esforço para engajar os líderes negros do Sul da África na solução de problemas regionais.

Autoridades sul-africanas afirmaram ontem que o encontro será realizado numa propriedade particular, no norte do Zaire, e será a terceira visita de Botha a um país negro desde que iniciou publicamente tais contatos, há três semanas, quebrando cerca de 10 anos de isolamento de seu país, governado por uma minoria branca.

Notícias anteriores sobre um possível encontro entre os dois estadistas precipitaram rumores sobre a realização de uma reunião de cúpula.

Botha visita Zaire e dialoga com presidente

Gbadolite, Zaire - O presidente da África do Sul, Pieter W. Botha chegou ontem a esta cidade do interior africano e reuniu-se com o presidente do Zaire, Mobuto Sese Seke, em conversações destinadas a melhorar os laços entre o regime branco de Pretória e líderes africanos negros geralmente hostis.

Botha, antes de seu terceiro encontro, em três semanas, com chefes de estado, negros, disse à imprensa que a agenda de suas conversações com Mobuto "incluiu a melhoria de relações diplomáticas e econômicas".

"Buscamos a paz para toda a África, e obviamente necessitamos uns dos outros", afirmou.

Funcionários de Pretória disseram também que Botha buscou atrair seu colega zairense para o esforço liderado pelos Estados Unidos, de pacificação em Angola, independência da Namíbia e retirada de 50.000 soldados cubanos de Angola.

Botha e Mobuto iniciaram uma rodada de conversações, pouco depois do meio-dia no luxuoso palácio de mármore e madeira polida, num luxuoso alojamento de hóspedes contíguo ao palácio de mármore e madeira polida do líder zairense, em Gbadolite, 1.000 quilômetros ao norte de Kinshasa, capital da ex-colônia belga na África Central.

JORNAL DO BRASIL Economia domingo, 2/10/88 □ 1º caderno □ 29

Nova técnica virá da África do Sul

SÃO PAULO — A Usagal (União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal), que congrega 450 mil garimpeiros na região, está desenvolvendo um projeto, na África do Sul, para fabricar um equipamento destinado a aproveitar em até 95 % o rejeito das terras dos garimpos (sobras que ainda contêm grandes quantidades de ouro, em partículas mínimas). A tecnologia já existe na África do Sul, e algumas mineradoras já a utilizam no Brasil, mas o projeto pretende miniaturizar o equipamento.

O assessor técnico da Usagal, Antônio Feijão, diz que o equipamento vai substituir o mecanismo atual utilizado pelos garimpos. "Nossos equipamentos são rústicos e só conseguem aproveitar, no máximo, 70 % do ouro fino dos rejeitos", afirma. Uma miniplanta, como será conhecido o novo equipamento, pesará 4 toneladas, enquanto a versão original, utilizada na África do Sul, chega a pesar 20 toneladas.

Atualmente, o serviço nos garimpos é pago pelo sistema de porcentagem do ouro encontrado. "Nós temos que nos preparar para que o garimpo se transforme em uma empresa de mineração. Em vez de percentual, vamos pagar salários", afirma Feijão. O projeto está sendo desenvolvido com o Instituto Tecnológico da República da África do Sul, mas as negociações encontram alguns obstáculos na dificuldade política representada, no Brasil por qualquer aproximação com o regime racista do *apartheid*.

CORREIO do BRASIL
Brasília - DF.

3 OUT 1989

ONU ajuda a Namíbia

Johannesburgo - Uma equipe técnica das Nações Unidas chegou a Namíbia com o destino de um plano de independência que vai ajudar a executar pesando na balança em meio a febril atividade diplomática entre a África do Sul dominada pelos brancos, e os países negros vizinhos.

A equipe, formada por 23 membros, vai estabelecer as bases para o grupo transitório de assistência da ONU que ajudará a executar a resolução do Conselho de Segurança do organismo internacional que estabeleceu a independência da Namíbia.

Negro é enforcado na África do Sul

Pretória — Um dos seis negros sul-africanos cuja execução estava prevista para ontem foi enforcado pela manhã na penitenciária de Pretória, enquanto os outros cinco conseguiam um adiamento. Michael Mnisi, 27 anos, tinha sido condenado à pena máxima pelo assassinato de um fazendeiro branco, em junho de 1987. Segundo o ministério da Justiça, o pedido de adiamento da execução foi negado à noite pelo Supremo Tribunal. Noventa e sete sul-africanos morreram na forca nos últimos nove meses: 68 negros, 28 mestiços e um branco. Na sexta-feira passada, 7 negros haviam sido executados por diversos crimes comuns. Em 1987, os enforcados foram 164, provavelmente o recorde mundial do ano. Dos cinco condenados cuja execução foi sustada à última hora, quatro são militantes do movimento antirracista extremista Congresso da Juventude.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

14 OUT 1988

África executa mais seis prisioneiros

Johannesburgo - As autoridades da África do Sul enforcaram na madrugada de ontem seis prisioneiros envolvidos em crimes contra brancos, aumentando o número de executados este ano no país para mais de 100.

O Ministério da Justiça informou que os seis, incluindo dois negros e quatro mestiços, foram condenados à pena capital sob as acusações de assassinatos e de estupros envolvendo vítimas brancas, e não por crimes políticos.

Hoje Haasbroek, porta-voz do Ministério, informou ainda que uma apelação final feita por um dos condenados foi rejeitada na noite de anteontem pelo Supremo Tribunal de Justiça de Pretória.

Entre os 103 prisioneiros executados este ano na África do Sul, havia apenas um branco - outros 70 eram negros e 32, mestiços - e todos eram do sexo masculino, segundo a porta-voz.

Ativistas sul-africanos dos Direitos Humanos estimam que mais de 250 pessoas estão condenadas à morte no país, incluindo pelo menos 50 prisioneiros que serão executados por crimes políticos, entre os quais os chamados "seis de Sharpeville". Estes últimos foram julgados pelo assassinato, em 1984, de um vice-prefeito de uma Comunidade Negra no início de dois anos de distúrbios em áreas habitadas por negros na África do Sul.

OUA exige boicote à África do Sul

Adis Abeba — A Organização de Unidade Africana (OUA) considerou "amoral" e "arrogante" a decisão de doze esportistas norte-americanos de participar em competições promovidas no território sul-africano. A violação do boicote esportivo internacional do regime racista pelos Estados Unidos é uma bofetada aos africanos que continuam escravizados pelo sistema do "apartheid", frisa-se na declaração da OUA. A necessidade de aplicar todos os tipos de sanções contra o regime de Pretória torna-se mais premente no momento atual, em que a repressão contra as forças democráticas da África do Sul vêm recrutando.

Jornal é incendiado

Windhoek, Namíbia - Supostos extremistas de direita incendiaram na madrugada de ontem a sede do semanário antigovernamental "The Namibian", causando danos extensivos.

Em comunicado divulgado pela manhã a editora do semanário, Gwenn Lister de 34 anos, atribuiu o ataque a "forças que não querem ver a Namíbia independente da África do Sul

O GLOBO 16 • O MUNDO Sábado, 15 de outubro de 1988

Branco condenado por agredir negro

JOHANNESBURGO — Um tribunal da Província sul-africana de Doc Abo condenou o fazendeiro branco Jacobus Visser, de 32 anos, a três anos de prisão, sob a acusação de amarrar um peão negro a seu caminhão e arrastá-lo por mais de um quilômetro. O jornal "The Johannesburg Star", em sua edição de ontem, informou que Visser havia decidido castigar o trabalhador negro Piet Carolus depois que este lhe confessara ter roubado uma garrafa de vinho da despensa patronal. Carolus disse no tribunal que havia implorado a Visse para o levar a uma delegacia de polícia, mas que o fazendeiro o tinha agredido e amarrado ao caminhão, optando por fazer justiça com as próprias mãos.

O LIBERAL BELÉM - PA. 17 OUT 1988

Polícia dispersa dois mil manifestantes em Gdansk

Varsóvia (AFP) — A polícia dispersou energicamente cerca de 2.000 manifestantes que levantaram barricadas ontem em Gdansk gritando palavras de ordem contra o governo do novo primeiro-ministro polonês, Mieczyslaw Rakowski.

O protesto, organizado pela Federação da Juventude Combatente (proibida, ala radical da oposição polonesa), ocorreu após uma missa celebrada na paróquia de Santa Brígida dos Estaleiros Navais.

Os jovens, muitos deles adolescentes, carregavam cartazes nos quais se podia ler "Do comunismo às masmorras da história", "Apoiamos as reivindicações sobre legalização (do proscrito sindicato) solidariedade" e gritavam "abaixo Rakowsi".

Os manifestantes sairam às ruas, dirigindo-se para a basílica dos mineiros, distante 500 metros, onde se encontrava o líder do Solidariedade, Lech Walesa, e o bispo de Gdansk, Tadeusz Goclowski, que assistiram a uma missa em homenagem ao papa João Paulo II, por ocasião do 10º aniversário de seu pontificado.

Os zomos (forças antimotins) interviram energicamente dispersando a cassetetes a manifestação e perseguindo os jovens pelas ruas da cidade velha. Estes levantaram barricadas com bancos e durante horas prosseguiram os confrontos com as forças de ordem, aceitando finalmente se dispersar após pedidos de dirigentes do sindicato. Ao final do protesto, 10 jovens haviam sido presos.

Johannesburgo (AFP) — Uma explosão destruiu ontem a sede da polícia municipal, em Johannesburgo, às 22:00 horas locais (18:00 de Brasília). Não houve feridos, informou um porta-voz da polícia sul-africana.

Esta é a 14ª explosão no país este mês. Em setembro, foram registradas 32 explosões em zonas urbanas em todo o país, em sua maioria provocadas por minas magnéticas. O governo acusou as guerrilhas do Conselho Nacional Africano (ANC), uma organização que combate o Apartheid e o governo branco de Pretória.

As autoridades predisseram uma "onda de terror" no período anterior às eleições municipais de 26 de outubro próximo. Trata-se das primeiras eleições em toda a história da África do Sul, da qual participarão simultaneamente todos os principais grupos raciais: brancos, negros, indianos e mestiços. Mas, como as municipalidades estão submetidas às leis sul-africanas sobre o apartheid, as eleições serão realizadas de forma segregada.

O GLOBO 2 º SEGUNDO CADERNO Terça-feira, 18 de outubro de 1988

Ponte para a África

MIGUEL DE ALMEIDA

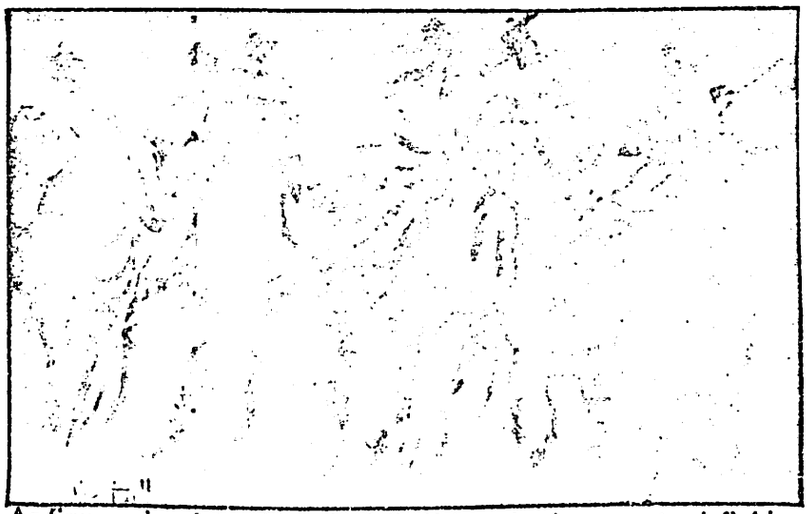
SÃO PAULO — Ao desembarcar no Rio, há duas semanas, o pintor marroquino Zine Abdellatif trazia uma idéia: estabelecer um intercâmbio cultural entre a África e o Brasil. Como um dos mais celebrados artistas africanos, Presidente da Associação Nacional de Artes Plásticas de Marrocos, Zine retornou à sua terra com alguns trunfos. Já no próximo ano, deverá trazer uma mostra de pintores marroquinos contemporâneos para o MAM paulistano, e pediu ao pintor Ivald Granato que organize uma coletiva de artistas brasileiros em Casablanca.

Apesar de muita discrição, Zine Abdellatif estava informalmente representando o Rei de Marrocos, Hassan II, um grande colecionador de artes plásticas. Abdellatif, como seu monarca, participa da idéia de que é desnecessário uma triangulação envolvendo África-Estados Unidos-Brasil para se concretizar um intercâmbio cultural.

— Temos de ir direto. Basta atravessar o oceano — diz ele. — Mais do que nunca, é importante que façamos hoje uma aproximação entre a África e o Brasil.

Do Brasil, Zine Abdellatif leva algumas boas impressões. É certo que não viu muita coisa sobre a arte contemporânea brasileira, mas já inclui entre seus heróis os trabalhos de Ivald Granato, Rubens Gerchman e José Zaragoza. Deste último, leva a sensação de que ele captou a luz e a cor do Brasil, principalmente na série "Olímpia Tropical".

Em contato com Aparício Basílio da Silva, Presidente do MAM paulistano, Zine Abdellatif acertou um intercâmbio entre o Marrocos e o Brasil, e combinaram uma correspondência para detalhar a mostra que os africanos farão em São Paulo, no próximo ano. A idéia de Zine é dar um panorama da pintura de seu País, mostrando todas as tendências.



As figuras do pintor Zine Abdellatif jamais têm o rosto definido

O próprio Zine Abdellatif é um grande pintor. Em seus trabalhos, encontram-se a cor e a tradição da pintura marroquina. E Zine não abandona o vento que sopra pelo deserto, nem o movimento das danças e dos cavaleiros fardados.

— A minha pintura é africana por causa do ritmo, árabe pelas tradições — afirma. — Sei que meu trabalho tem as raízes e tradições do meu País. Gosto de trabalhar no tempo e deixar uma expressão no sonho. O ser humano, se não sonha, morre. Seu pensamento pode ser entendido ao se olhar alguns de seus quadros. As figuras humanas jamais surgem com rostos definidos. São traços que não definem uma face.

— Eu nunca completo um rosto. Quero deixar o sonho acontecer. Digo que o que faço é novo figurativismo.

As obras de Zine Abdellatif estão espalhadas por vários museus do mundo, com destaque para o Museu Coca-Cola, em Atlanta, nos Estados Unidos. No último dia 15, ao lado de Ziggy Marley, Jimmy Cliff, Toure Kounda e Fella, ele foi um dos homenageados pela TV americana, em um programa costa a costa. Hoje, abre uma grande exposição em Washington, e em janeiro, mostra seus trabalhos em Boston.

Mestre na área de relações públicas, Zine comanda em Marrakesh, onde mora, uma verdadeira operação de guerra. Conseguiu junto a empresários marroquinos dinheiro para construir o primeiro museu de seu País, e pediu à Escola de Belas Artes de Paris um projeto arquitetônico.

— Não será apenas um museu. Haverá uma parte onde estarão instalados ateliês destinados não apenas a artistas do meu País, mas também para os estrangeiros. Gostaria de levar alguns brasileiros para lá — diz, sugerindo o convite.

O LIBERAL

BELÉM - PA.

19 OUT 1988

Refugiados querem sair do consulado

Johannesburgo (UPI) — Três importantes dissidentes sul-africanos, que estão refugiados no consulado dos Estados Unidos em Johannesburgo desde que escaparam das autoridades a 13 de setembro passado, planejam sair do local, hoje, a fim de testar a garantia do governo de minoria branca de que não serão presos novamente.

Mas o advogado dos dissidentes, Krish Naidoo, que divulgou a informação, afirmou ontem que os ativistas ainda não analisaram os detalhes finais de seu plano, e acrescentou: "A questão é tão delicada que eles poderão não sair amanhã (hoje)".

Um porta-voz da embaixada norte-americana em Pretória se recusou a fazer comentários sobre a situação.

Fontes dissidentes, entretanto, afirmaram que a decisão dos ativistas, Murphy Morobe, Mohammed Valli Moosa e Yusi Khanyile, pode ter sido tomada depois de receber um conselho do líder antiapartheid Nelson Mandela — condenado à prisão perpétua —, que lhes chegou através da mulher do símbolo da resistência negra sul-africana, Winnie.

Winnie afirmou anteontem que conversou com seu marido sobre a questão dos dissidentes, acrescentando que Mandela fez certas sugestões que ela comunicou a Naidoo.

Um porta-voz do Ministério da Lei e da Ordem afirmou ontem que o compromisso assumido pelo governo a 15 de setembro, de não deter os ativistas, caso decidam sair do consulado, continua em pé.

– GAZETA MERCANTIL Quinta-feira, 20 de outubro de 1988 - Página 13

África busca acordos de cooperação no País

por Yves Léon Winandy
de Belo Horizonte

Dez países em desenvolvimento da África iniciaram, nos últimos dias, conversações com entidades de classe e empresas siderúrgicas brasileiras objetivando desde acordos de cooperação conjunta até a compra de equipamentos. Essas negociações são fruto do primeiro "workshop" (seminário) sobre tecnologias siderúrgicas para países em desenvolvimento, aberto no último dia 10, em São Paulo, e a ser oficialmente encerrado amanhã, em Belo Horizonte.

Promovido pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), o "workshop" foi "altamente positivo, superando as expectativas", avaliou ontem, para este jornal, Milton Nogueira da Silva, representante da entidade para a área metalúrgica e organizador do evento. O "workshop" tem também o apoio do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) e da Associação Brasileira de Metais (ABM).

"A Argélia iniciou contatos com uma empresa de bens de capital brasileira, interessada na produção de peças sobressalentes para a indústria siderúrgica", exemplificou. Outros dois países — Moçambique e a República dos Camarões — começaram negociações objetivando, pela ordem, receber assessoria brasileira para orientar a modernização de seu parque siderúrgico (no caso moçambicano) e analisar a situação atual e as perspectivas do setor, no país (no caso da República dos Camarões).

De acordo com Nogueira da Silva, cujo escritório fica localizado na sede da Unido, em Viena, "todos os países iniciaram conversações". Além dos três já citados, participaram dos trabalhos a Angola, a Nigéria, a Zâmbia, o Zaire, a Uganda e o Zimbábue.

"Esta foi a primeira vez que realizamos esse tipo de promoção no Brasil, no setor", esclareceu Nogueira da Silva. O objetivo da iniciativa — "plenamente alcançado" — foi o de comparar e conhecer o nível do desenvolvimento tecnológico do Brasil em siderurgia, e permitir que os diferentes países africanos tomassem conhecimento, também, do que existe nos demais países da região. Além disso, acrescentou, houve ainda a intenção de identificar possibilidades concretas de cooperação técnica entre os países participantes.

Os representantes africanos no evento detectaram a necessidade de criar um sistema de consultas imediatas e constantes entre si, tanto a nível bilateral quanto multilateral. "Eles identificaram a necessidade de realizar, entre si, ações coletivas mais freqüentes", disse o representante da Unido.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

23 OUT 1988

Pressão faz Pretória ter novo blindado

Johannesburgo — A bilionária indústria de armamentos sul-africana, desenvolvida sob a pressão do boicote mundial contra o governo de Pretória, exibiu um tanque ligeiro de oito rodas que um chefe militar afirmou ser superior a qualquer outro veículos blindado da mesma classe.

"Certamente não há outro carro blindado desta classe", disse o comandante do Exército, general Kat Liebenberg, ao mostrar aos repórteres o veículo de 27 toneladas, denominado Rooikat. O ministro da Defesa, general Haz nus Malan, anunciou o desenvolvimento do tanque de guerra após uma demonstração do carro num campo de testes nas imediações de Pretória.

"O Rooikat é produto da capacidade tecnológica sul-africana", disse Malan, advertindo que qualquer nação que desafie militarmente a África do Sul "deverá possuir esta tecnologia avançada". Segundo Malan, o tanque "representa um conceito em guerra móvel que irá torná-lo um produto muito procurado no altamente competitivo mercado internacional de armamentos".

O novo tanque é a mais recente arma criada conjuntamente pelos militares e a indústria de armamentos sul-africana (Armscor) para fazer face ao boicote mundial nos fornecimentos de armas ao regime racista de Pretória, adotado pelo Conselho de Segurança da ONU em 1977.

Desafiando o embargo, a Armscor transformou-se numa indústria de 1,2 bilhão de dólares que dotou a força de Defesa sul-africana de modernos veículos, peças de artilharia, mísseis e sistema de comunicação que têm sido também vendidos a cerca de 30 países.

O diretor da Armscor, Johan Van Vnuzen, disse que o novo blindado atrairia compradores estrangeiros, mas não quis identificar as nações-clientes.

Conservadores vão acabar reformismo na África do Sul

Pretória (AFP) — O Partido Conservador Sul-Coreano (CP, extrema-direita) aspira acabar com o "reformismo" oficial nas eleições municipais da próximá quarta-feira, que estão sendo preparadas pela classe política branca com tanto interesse como se fossem eleições gerais.

Desde terça-feira passada, quando apresentou os candidatos de sua formação, o deputado conservador William Snyman advertiu que esta consulta não tem nada a ver com o estado das ruas, calçadas ou lixo, e sim com "os projetos constitucionais do governo".

Segundo o CP, as eleições municipais devem ser uma espécie de referendo sobre as "nefastas reformas" empreendidas pelo partido nacional (NP, direita) do presidente Pieter Botha, a cujos candidato "tem de vencer porque está em jogo a sorte do país".

Se os candidatos conservadores conquistassem um número importante de cidades, controlariam os Conselhos Regionais de Serviço (RSC), compostos por brancos, índios, mestiços, a peça fundamental da "reforma" governamental: seu principal objetivo em recolher fundos nas cidades brancas para melhorar a situação de outras povoações e tem especial a situação dos negros.

Pretória aperfeiçoa sua indústria bélica

Johannesburgo - A bilionária indústria de armamentos sul-africana, desenvolvida sob a pressão do boicote mundial contra o governo de Pretória, exibiu ontem um tanque ligeiro de oito rodas, que um chefe militar afirmou ser superior a qualquer outro veículo blindado da mesma classe.

"Certamente não há outro carro blindado desta classe", disse o comandante do Exército, general Kat Liebenberg, ao mostrar aos repórteres o veículo de 27 toneladas, denominado "Rooikat".

O ministro da Defesa, general Magnus Malon, anunciou o desenvolvimento do tanque de guerra após uma demonstração do carro num campo de testes nas imediações de Pretória.

"O Rooikat é produto da capacidade tecnológica sul-africana", disse Malan, advertindo que qualquer nação que desafie militarmente a África do Sul "deverá possuir esta tecnologia avançada"

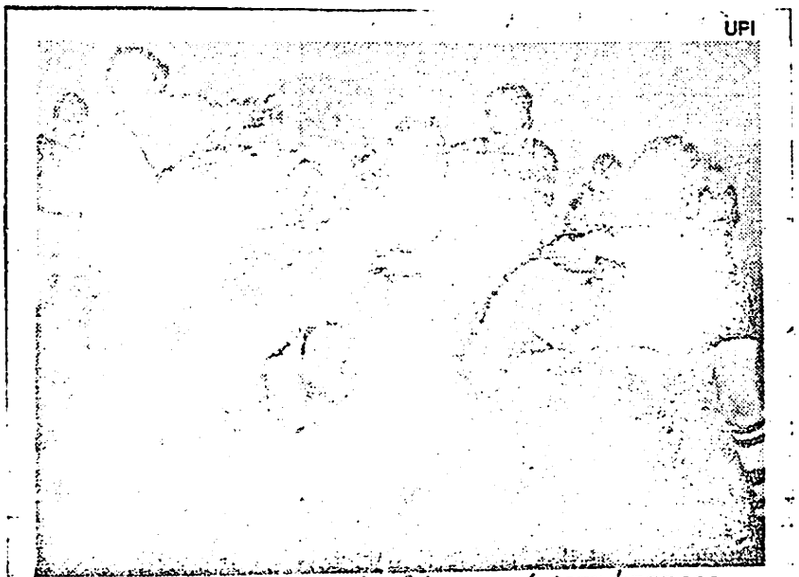
O novo tanque é a mais recente arma criada conjutamente pelos militares e a indústria de armamentos sul-africana (Armscor) para fazer face ao boicote mundial nos fornecimentos de armas no regime racista de Pretória, adotado pelo Conselho de Segurança da ONU, em 1977.

Desafiando o embargo, a Armscor transformou-se numa indústria de 1,2 bilhão de dólares.

JORNAL DO BRASIL

segunda-feira, 24/10/88

O racismo e o esporte



O rúgbi profissional sul africano só tem brancos

Na África do Sul começa a discussão

William Claiborne
Washington Post

JOHANNESBURG — O rúgbi, passatempo nacional dos brancos na África do Sul, e o futebol, verdadeira obsessão dos negros, provocaram aqui nova controvérisa racial sobre algumas tentativas particulares de romper o boicote esportivo mundial ao país, através de negociações com o proscrito Congresso Nacional Africano (CNA).

O governo denunciou energicamente essas conversações não autorizadas, iniciadas em 14 de outubro, entre dirigentes brancos do rúgbi sul-africano e membros da organização de guerrilheiros negros. Pretória condenou as negociações como "absolutamente inaceitáveis"e criticou as autoridade esportivas por conversarem com líderes de uma "organização terrorista que se envolve diariamente em ataques contra pessoas inocentes".

Embora o rúgbi e o futebol sejam nominalmente integrados no nível profissional, os times sul-africanos têm sido barrados das competições internacionais por causa da política oficial do *apartheid* (separação racial) e da contínua segregação *de facto* em muitos esportes. Mas o CNA — principal força guerrilheira que combate o governo da minoria branca em Pretória — concordou em sua reunião com dirigentes do rúgbi sul-africano que, se o esporte for colocado sob controle de um órgão único, não segregado, pode "assumir seu lugar de direito no rúgbi mundial". Atualmente, há duas grandes associações nesse esporte — uma, predominantemente branca, e a outra, negra.

Multirracial — Enquanto isso, dirigentes negros da Liga Nacional Sul-Africana de Futebol reuniram-se quarta-feira passada com membros do CNA em Lusaka, Zâmbia, para discutir medidas que levem à

instituição de um futebol multirracial aqui, em troca do alívio ao boicote aos esportes da África do Sul. As conversas também foram significativas porque a administração do rúgbi é geralmente considerada como o bastião do *establishment afrikaner* que domina a política neste país.

Em pronunciamento divulgado no início da semana, o ministro da Educação, F. W. de Klerk, declarou que o presidente da Junta Sul-Africana de Rúgbi, Danie Craven, tinha "adotado uma política muito comprometida nesse esporte". De Klerk, cuja função ministerial inclui a responsabilidade pelos esportes na África do Sul, disse: "Devo advertir os esportistas que não se deixem levar pelo CNA, que visa promover seus objetivos.

Craven e o presidente da Junta de Rúgbi da Província do Transvaal, Louis Luyt, foram no fim de semana a Harare, Zimbabwe, para uma reunião com altos dirigentes do CNA, inclusive o secretário geral Alfred Nzo, o secretário de Informação Thabo Mbeki, e Steve Tshwete, membro do comitê executivo.

Craven, um *afrikaner* de 78 anos, é considerado o pai do moderno rúgbi na África do Sul. Em agosto, ele surpreendeu a comunidade *afrikaner* — que se identifica mais intimamente com o rúgbi —, ao advertir os clubes provinciais de que, se não "pusessem sua casa em ordem", acabando com a discriminação racial, seriam adotadas medidas disciplinares contra eles.

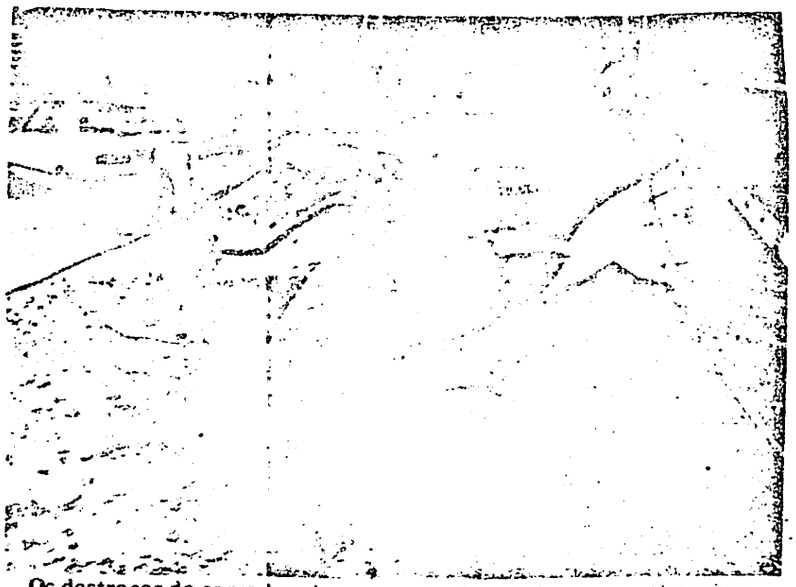
Integração — Em seguida à reunião de Harare, dirigentes do CNA e do rúgbi emitiram um pronunciamento conjunto exortando os sul-africanos a garantir que o rúgbi seja "organizado de acordo com princípios não-raciais". Em troca, o CNA prometia "seus bons ofícios para assegurar que o rúgbi sul-africano não-racial assuma seu lugar de direito nos esportes africanos e mundiais".

Há mais de 10 anos, os grupos esportivos nacionais e provinciais são legalmente integrados. Mas alguns esportes, como o rúgbi, permanecem virtualmente só de brancos no nível profissional.

CORREIO do BRASIL
Brasília · DF.

Terça-Feira, 25/10/88

Atentado fere 35 na África do Sul



Os destroços do carro-bomba que explodiu próximo a um shopping

Johannesburgo -- Um poderoso carro-bomba explodiu ontem ao lado de um Shopping Center na cida sul-africana de Witbank durante o horário do "rush" matutino, matando dois homens negros e ferindo 35 outras pessoas - 23 brancas, entre elas duas mulheres grávidas.

Os explosivos, escondidos dentro de um Ford Cortina, causaram extensos danos em lojas vizinhas e em 18 outros veículos. Entre os 12 negros feridos, na detonação, se incluí uma mulher cuja perna foi severamente machucada.

Nenhum grupo assumiu a autoria do atentado, mas ele foi o décimo nono ocorrido este mês - se segue a repetidas advertências do governo branco, sobre possíveis ações da proscrita organização Congresso Nacional Africano (CNA) para tentar perturbar as eleições municipais marcadas para amanhã.

No sábado, um homem suspeito de ser guerrilheiro do CNA foi detido quando levava uma mina explosiva escondida consigo a cerca de 150 metros de uma delegacia policial, recém-construída, em um bairro negro da Cidade do Cabo, onde o ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, estava discursando na cerimonia de inauguração.

Um porta-voz da polícia disse que o suspeito "se queixou de tontura" pouco depois da prisão e foi internado em um hospital. Na mesma noite foi submetido a uma cirurgia por causa de uma hemorragia no cérebro e ontem de manhã seu estado era considerado satisfatório. O porta-voz afirmou que "as circunstâncias que levaram a hospitalização estão sendo investigadas".

Dois mortos em cidade sul-africana

Johannesburgo — Um carro-bomba explodiu ontem ao lado de um shopping center na cidade sul-africana de Witbank no horário do rush matutino, matando dois homens negros e ferindo 35 outras pessoas — 23 delas brancas.

Os explosivos, escondidos dentro de um Ford Cortina, causaram danos em lojas vizinhas e em 18 outros veículos. Entre os 12 negros feridos na detonação está uma mulher cuja perna foi severamente machucada.

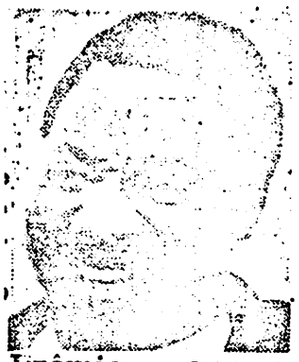
Nenhum grupo assumiu a autoria do atentado, mas este foi o décimo-nono ocorrido este mês e se segue a repetidas advertências do governo branco sobre possíveis ações do proscrito Congresso Nacional Africano (CNA) para tentar perturbar as eleições municipais marcadas para quarta-feira.

No sábado, um homem suspeito de ser guerrilheiro do CNA foi detido quando carregava uma bomba próximo a uma delegacia policial recém-construída em um bairro negro da Cidade do Cabo, onde o ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok estava discursando na cerimônia de inauguração.

Um porta-voz da polícia disse que o suspeito "se queixou de tontura" pouco depois da prisão e foi internado em um hospital. Na mesma noite foi submetido a uma cirurgia por causa de uma hemorragia no cérebro e ontem de manhã seu estado era considerado satisfatório. O porta-voz afirmou que "as circustâncias que levaram o suspeito a hospitalização estão sendo investigadas".

Carro-bomba mata 2 na África do Sul

CIDADE DO CABO — Dois homems — ambos negros — morreram ontem na explosão de um carro-bomba ocorrida na cidade de Witbank, a 100 quilômetros de Johannesburgo. No atentado, ficaram feridas outras 35 pessoas, entre as quais 23 brancas, duas delas grávidas. Lojas vizinhas e outros 18 veículos sofreram danos graves em consequência da explosão do veículo, um Ford Cortina, em cujo interior havia pelo menos 25 quilos de explosivos, degundo informou a Polícia. Nenhuma organização terrorista reivindicou a autoria do atentado, o 18º ocorrido este mês na África do Sul.



Prêmio — O líder do Sindicato Nacional dos Mineradores da África do Sul, Cyril Ramaphosa (foto), ganhou ontem na Suécia o primeiro prêmio Olof Palme por sua luta contra o *apartheid*. Ramaphosa vai usar os 16 mil dólares do prêmio para financiar a educação dos mineradores. "Nós precisamos nos preparar para uma nova sociedade depois do desaparecimento do *apartheid*", disse Ramaphosa.

Atentado mata 2 e fere 40 na África do Sul

JOHANNESBURGO — Um carro bomba explodiu no estacionamento de um *shopping center* na cidade conservadora sul-africana de Witbank, matando um homem e uma mulher negros e ferindo mais de 40 pessoas. Foi o pior dos 19 atentados ocorridos este mês no país. Os ataques são atribuídos pelo governo ao proscrito Congresso Nacional Africano (CNA), que iniciou uma campanha contra as eleições municipais marcadas para amanhã. Nenhum grupo, entretanto, assumiu a responsabilidade pelo atentado.

Esta é a primeira vez que brancos e negros votarão no mesmo dia. Líderes negros do Congresso Nacional Africano, além do arcebispo Desmond Tutu, vêm exortando a população a boicotar as eleições. O governo gastou milhões de dólares em propaganda encorajando a população a votar.

JORNAL DE BRASÍLIA

25 OUT 1988

Carro bomba mata 2 e fere 35 no shopping sul-africano

Johannesburgo (UPI) — Um poderoso carro-bomba explodiu ontem ao lado de um shopping center na cidade sul-africana de Witbank durante o horário do "rush" matutino, matando dois homens negros e ferindo 35 outras pessoas — 23 delas brancas, entre elas duas mulheres grávidas.

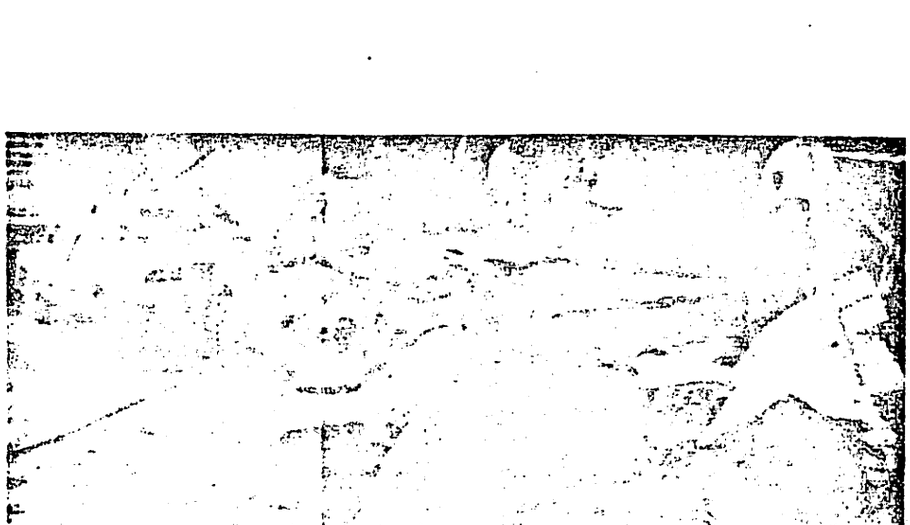
Os explosivos, escondidos dentro de um Ford cortina, causaram extensos danos em lojas vizinhas e em 18 outros veículos. Entre os 12 negros feridos na detonação se inclui uma mulher cuja perna foi severamente machucada.

Nenhum grupo assumiu a autoria do atentado, mas ele foi o décimo-nono ocorrido este mês e se segue a repetidas advertências do governo branco sobre possíveis ações da proscrita organização Congresso Nacional Africano (CNA) para tentar perturbar as eleições municipais marcadas para quarta-feira.

No sábado, um homem suspeito de ser guerrilheiro do CNA foi detido quando levava uma mina explosiva escondida consigo a cerca de 150 metros de uma delegacia policial recém-construída em um bairro negro da Cidade do Cabo, onde o ministro da lei e da ordem Adriaan Vlok estava discursando na cerimônia de inauguração.

Um porta-voz da polícia disse que o suspeito "se queixou de tontura" pouco depois da prisão e foi internado em um hospital. Na mesma noite foi submetido a uma cirurgia por causa de uma hemorragia no cérebro e ontem de manhã seu Estado era considerado satisfatório. O porta-voz afirmou que "as circunstâncias que levaram à hospitalização estão sendo investigadas".

Há suspeitas de que o detido teria sido surrado pela polícia até sofrer a hemorragia cerebral, mas o relatório oficial sobre o incidente não foi divulgado por razões de segurança, segundo disse a TV estatal.



O carro bomba que explodiu às proximidades do shopping-center em Witbank.

Jornal de Brasília-DF 25.10.88

Dois mortos em cidade sul-africana

Johannesburgo — Um carro-bomba explodiu ontem ao lado de um shopping center na cidade sul-africana de Witbank no horário do rush matutino, matando dois homens negros e ferindo 35 outras pessoas — 23 delas brancas.

Os explosivos, escondidos dentro de um Ford Cortina, causaram danos em lojas vizinhas e em 18 outros veículos. Entre os 12 negros feridos na detonação está uma mulher cuja perna foi severamente machucada.

Nenhum grupo assumiu a autoria do atentado, mas este foi o décimo-nono ocorrido este mês e se segue a repetidas advertências do governo branco sobre possíveis ações do proscrito Congresso Nacional Africano (CNA) para tentar perturbar as eleições municipais marcadas para quarta-feira.

No sábado, um homem suspeito de ser guerrilheiro do CNA foi detido quando carregava uma bomba próximo a uma delegacia policial recém-construída em um bairro negro da Cidade do Cabo, onde o ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok estava discursando na cerimônia de inauguração.

Um porta-voz da polícia disse que o suspeito "se queixou de tontura" pouco depois da prisão e foi internado em um hospital. Na mesma noite foi submetido a uma cirurgia por causa de uma hemorragia no cérebro e ontem de manhã seu estado era considerado satisfatório. O porta-voz afirmou que "as circustâncias que levaram o suspeito a hospitalização estão sendo investigadas".

Censurado o filme de Scorcese

Cidade do Cabo (UPI) — Uma comissão de censores nomeada pelo governo de minoria branca da África do Sul decidiu ontem proibir a exibição de "A Última Tentação de Cristo", controvertido filme do cineasta norte-americano Martin Scorsese.

Braam Coetzee, chefe do diretório de publicações, afirmou que a comissão oficial proibiu a distribuição e a exibição do filme depois de receber "centenas de ofícios" contra a obra.

A comissão, segundo Coetzee, que assistiu ao filme a 5 de outubro, lançou mão de uma lei de censura que estabelece restrições a material classificado de "'blasfemo e ofensivo a convicções religiosas" de qualquer segmento da população sul-africana.

"As pessoas estavam reagindo à publicação mundial dada a esse filme. Elas sentiram que era algo que nós não deveríamos permitir sua exibição aqui", disse Coetzee, acrescentando que apenas outros dois filmes foram alvo de tamanha reação pública no país, antes da emissão de um parecer da censura: "Jesus Cristo Superstar", do diretor canadense Norman Jewison, e "A Vida de Brian", do grupo humorístico britânico "Monty Python".

"Esse tipo de reação geralmente ocorre contra filmes que lidam com questões religiosas e da fé", afirmou ainda Coetzee.

Esses últimos dois filmes, lidando levemente com a vida de Jesus Cristo, foram posteriormente liberados para exibição em pequenas salas de cinema.

A United International Pictures (UPI), companhia que detém o direito de distribuição de "A Última Tentação de Cristo", pode apelar da decisão de proibir a exibição da obra de Scorsese na África do Sul, mas os dirigentes da empresa no país não foram encontrados para fazer comentários sobre o episódio.

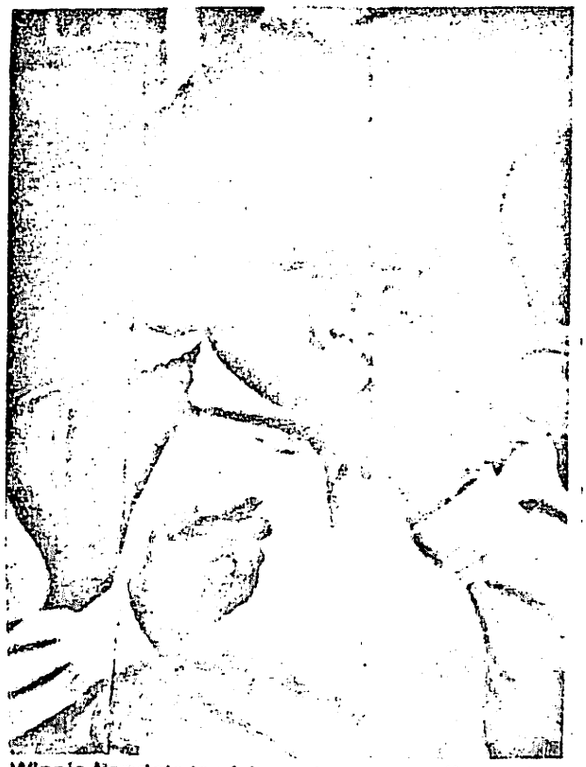
Bomba mata dois na África do Sul

JOHANNESBURGO — A explosão de uma bomba — que matou duas pessoas — e os apelos em favor de um boicote ao pleito fizeram aumentar a tensão que envolve as eleições para os Conselhos Municipais raciais. São mais de 1.200 Parlamentos municipais separados po · raça — brancos, negros, indianos e mestiços — para cuja escolha o Governo racista de Pretória pede a participação de todas as raças. A ma oria negra recebeu de líderes dos movimentos anti-racistas apelos para permaneça em casa hoje, último dia da votação iniciada há duas semanas.

CORREIO BRAZILIENSE

26 de outubro de 1988

Bombas de gás dispersam protesto sul-africano



Winnie Mandela também estava na manifestação

Correio Braziliense-DF 26.10.88 cont.....

Johannesburgo — A polícia antichoques da África do Sul, usando bombas de gás lacrimogêneo, entrou em choque com estudantes brancos e negros, na Universidade Witwatersrand, em Johannesburgo, durante um protesto contra a realização, hoje, de eleições segregadas para administrações locais, em todo o país.

Os choques irromperam depois que o arcebispo anglicano Desmond Tutu, em apelo feito após dois ataques terroristas, em 24 horas, pediu aos opositores do apartheid — o sistema de segregação racial na África do Sul — que evitem a violência no decorrer do pleito iniciado às 7 horas da manhã (hora local).

A ativista negra Winnie Mandela, mulher do líder rebelde Nelson Mandela, condenado à prisão perpétua em 1964, estava entre os proeminentes dissidentes que participaram de um comício, na hora do almoço, no campus universitário, que fica no centro da cidade, para protestar contra as administrações locais segregadas.

Após o encontro, cerca de 1 mil estudantes, brancos e negros, se concentraram numa rua perto da universidade, interrompendo o trânsito e iniciando os choques com a polícia, que estava de prontidão no local. Testemunhas afirmaram que os policiais lançaram gás lacrimogêneo para dispersar os estudantes e ambos os lados travaram lutas esporádicas durante uma hora.

APELO

Em seu discurso, Tutu, o líder da Igreja Anglicana da África do Sul e vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1984, divulgou um "apelo urgente para que seja dada uma resposta pacífica às eleições".

O apelo foi feito cerca de quatro horas depois que um artefato explosivo foi detonado na cidade universitária de Potchefstroom, ao Sul de Johannesburgo, ferindo levemente um policial.

A explosão, ocorrida às 7 horas, foi registrada 23 horas depois da detonação de um carro-bomba, no centro mineiro de Witbank, matando duas pessoas e ferindo 42.

O ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, atribuiu o atentado de Witbank ao proscrito Congresso Nacional Africano (de Mandela), e o ministro da Defesa, general Magnus Malan, advertiu publicamente os países negros vizinhos em relação ao fato de abrigarem movimentos considerados "terroristas" pelo governo sul-africano de minoria branca.

Tutu, que condenou o atentado de Witbank, classificando-o de "repugnante e contraproducente", reiterou em seu discurso suas críticas a atos de violência como forma de protesto contra a segregação racial no país.

Tutu e outros membros dissidentes do clero pediram em 4 de setembro um boicote às eleições segregadas, desafiando os regulamentos de emergência em vigor desde junho de 1986, que proíbem tal forma de protesto. A Frente Democrática Unida também divulgou um comunicado apoiando o boicote e pediu que os protestos sejam realizados pacificamente.

Branco e negro vão hoje às urnas

Johannesburgo, África do Sul — Pela primeira vez na história da África do Sul, brancos, indus, mestiços e negros votarão no mesmo dia, ainda que separadamente, nas eleições municipais de hoje. Mais de 15 mil candidatos de todas as comunidades sul-africanas disputam 7 mil 536 cadeiras nos Conselhos Municipais de 1 mil 126 cidades. As sessões eleitorais abrem às 7 horas (3h, em Brasília) e fecham as 21h (17h). Os primeiros resultados serão divulgados às 23 horas (19h).

O maior interesse do pleito se concentra na definição das preferências da minoria branca e no índice de participação da maioria negra. No primeiro caso, os analistas prognosticam um avanço do Partido Conservador (CP), de extrema-direita, e a derrota do Partido Nacional (NP), liderado pelo presidente Pieter W. tha, que espera compensar as perdas com a captura de votos do Partido Federal Progressista (FPP), liberal, que parece em plena decomposição.

Em relação à maioria negra o que contará não é a luta entre os partidos, mas sim o índice de participação. Nas eleições municipais anteriores (1983) só compareceram às urnas 20 por cento dos negros habilitados a votar. Prudente, o governo de Botha espera que esse índice supere os 25 por cento, o que seria uma vitória. Mais ainda: uma prova de que apesar da campanha da oposição negra em favor do boicote, uma significativa proporção de africanos aprova a política de "reforma gradual" do apartheid, adotada pelo presidente Botha.

Por isso, a campanha eleitoral superou os limites habituais de um pleito municipal, e, por causa das acusações, polêmicas e atentados, tornou-se um duplo plebiscito — branco e negro — sobre a política do governo. Botha e seus aliados sonham derrotar de uma só vez a extrema-direita — que exige a manutenção pura e simples do apartheid que vigora no país há 30 anos — e a esquerda anti-racista — que exige a imediata abolição do regime.

Para atrair os "moderados" negros, qualificados de "colaboracionistas" pelo proscrito Congresso Nacional Africano (ANC), o governo sul-africano decidiu que os vereadores eleitos indiquem por sua vez os representantes negros (75 por cento) nas duas instituições multirraciais: os Conselhos Provinciais e o futuro Conselho Nacional, que irá redigir a nova constituição.

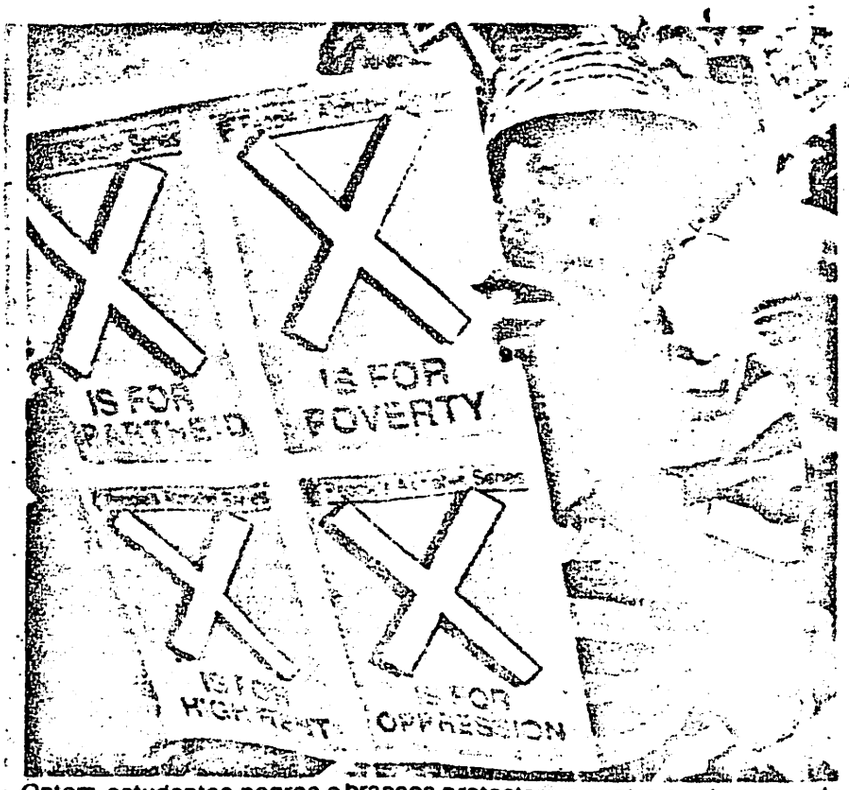
Ao mesmo tempo, o governo instituiu o voto secreto antecipado, destinado a impedir que os "moderados" cedam à campanha de intimidação dos movimentos de esquerda. Segundo os últimos relatórios, esse voto já soma 19 por cento do registro oficial dos eleitores de cor.

PROTESTO PACÍFICO

As organizações de esquerda organizaram para hoje um dia de protesto pacífico, apesar da vigência do estado de emergência, que proíbe toda convocação de greve e boicote. Por isso, o clima de tensão — resultado de uma campanha de atentados ao ritmo de um por dia — mobilizou mais ainda a polícia e as Forças Armadas, em estado de alerta há mais de um mês.

A explosão de um carro-bomba na cidade de Witbank, a 150 quilômetros a leste de Johannesburgo, provocou a morte de duas pessoas negras e ferimentos em outras 42. Ontem os jornais, publicaram grandes fotos das vítimas na primeira página, o que não impediu uma nova ação, em que um policial ficou ferido em Potchefstroo, a 180 quilômetros a oeste de Johannesburgo.

Correio Braziliense-DF 26.10.88 cont...



Ontem, estudantes negros e brancos protestaram contra o voto separado

Eleições na África separam os eleitores

Johannesburgo, África do Sul - Pela primeira vez na história da África do Sul, brancos, indus, mestiços e negros votarão no mesmo dia, ainda que separadamente, nas eleições municipais de hoje. Mais de 15 mil candidatos de todas as comunidades sul-africanas disputam 7 mil 536 cadeiras nos conselhos municipais de 1 mil 126 cidades. As sessões eleitorais abrem às 7 horas (3 horas, em Brasília) e fecham às 21 horas (17 horas). Os primeiros resultados serão divulgados às 23 horas (19 horas).

O maior interesse do pleito se concentra na definição das preferências da minoria branca e no índice de participação da maioria negra. No primeiro caso, os analistas prognosticam um avanço do Partido Conservador (CP), de extrema direita, e a derrota do Partido Nacional (NP), liderado pelo presidente Pieter W. Botha, que espera compensar as perdas com a captura de votos do Partido Federal Progressista (FPP), liberal, que parece em plena decomposição.

PARTICIPAÇÃO

Em relação a maioria negra o que contará não é a luta entre os partidos, mas sim o índice de participação. Nas eleições municipais anteriores (1983) só compareceram às urnas 20% dos negros habilitados a votar. Prudente, o Governo de Botha espera que esse índice supere os 25%, o que seria uma vitória. Mais ainda: uma prova de que, apesar da campanha da oposição negra em favor do boicote, uma significativa proporção de africanos aprova a política de "reforma gradual" do **apartheid**, adotada pelo presidente Botha.

Por isso, a campanha eleitoral superou os limites habituais de um pleito municipal e, por causa das acusações, polemicas e atentados, tornou-se um duplo plebiscito - branco e negro - sobre a política do Governo. Botha e seus aliados sonham derrotar de uma só vez a extrema direita - que exige a manutenção pura e simples do "apartheid" que vigora no país há 30 anos - e a esquerda anti-racista - que exige a imediata abolição do regime.

O LIBERAL
BELÉM - PA.

26 OUT 1988

Brancos e negros votam hoje (separados) na África do Sul

Johannesburgo, África do Sul (AFP) — Pela primeira vez na história da África do Sul, brancos, indus, mestiços e negros votarão no mesmo dia, ainda que separadamente, nas eleições municipais de hoje quarta-feira. Mais de 15 mil candidatos de todas as comunidades sul-africanas disputam 7.536 cadeiras nos conselhos municipais de 1.126 cidades. As sessões eleitorais abrem às 7 horas (3h, em Brasília) e fecham às 21 (17h). Os primeiros resultados serão divulgados às 23 horas (19h).

O maior interesse do pleito se concentra na definição das preferências da minoria branca e no índice de participação da maioria negra. No primeiro caso, os analistas prognosticaram um avanço do Partido Conservador (CP), de extrema direita, e a derrota do Partido Nacional (NP), liderado pelo presidente Pieter W. Botha, que espera compensar as perdas com a captura de votos do Partido Federal Progressista (FPP), liberal, que parece em plena decomposição.

Em relação à maioria negra o que contará não é a luta entre os partidos, mas sim o índice de participação. Nas eleições municipais anteriores (1983) só compareceram às urnas 20% dos negros habilitados a votar. Prudente, o governo de Botha espera que esse índice supere os 25%, o que seria uma vitória. Mais ainda: uma prova de que, apesar da campanha da oposição negra em favor do boicote, uma significativa proporção de africanos aprova a política de "reforma gradual do Apartheid", adotada pelo presidente Botha.

Por isso, a campanha eleitoral superou os limites habituais de um pleito municipal e, por causa das acusações, polêmicas e atentados, tornou-se um duplo plebiscito — branco e negro — sobre a política do governo. Botha e seus aliados sonham derrotar de uma só vez a extrema direita — que exige a manutenção pura e simples do "Apartheid" que vigora no país há 30 anos — e a esquerda anti-racista — que exige a imediata abolição do regime.

Para atrair os "moderados" negros, qualificados de "colaboracionistas" pelo proscrito Congresso Nacional Africano (ANC), o governo sul-africano decidiu que os vereadores eleitos indiquem por sua vez os representantes negros (75%) nas duas instituições multi-raciais: os conselhos provinciais e o futuro Conselho Nacional, que irá redigir a nova Constituição.

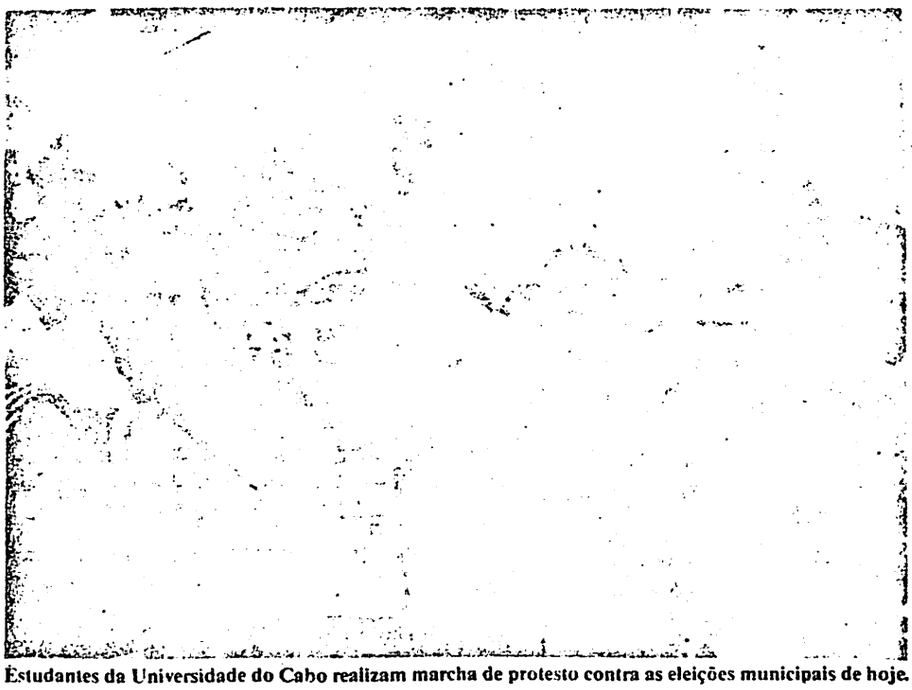
Ao mesmo tempo, o governo instituiu o voto secreto antecipado, destinado a impedir que os "moderados" cedam à campanha de intimidação dos movimentos de esquerda. Segundo os últimos relatórios, esse voto já soma 19% do registro oficial dos eleitores de cor.

As organizações de esquerda convocaram para hoje um dia de protesto pacífico, apesar da vigência do estado de emergência, que proíbe toda convocação de greve e boicote. Por isso, o clima de tensão — resultado de uma campanha de atentados ao ritmo de um por dia — mobilizou mais ainda a polícia e as forças armadas, em estado de alerta há mais de um mês.

Anteontem, segunda-feira, a explosão de um carro-bomba na cidade de Witbank, a 150 quilômetros a leste de Johannesburgo, provocou a morte de duas pessoas negras e ferimentos em outras 42. Ontem de manhã, os jornais publicaram grandes fotos das vítimas na primeira página, o que não impediu uma nova ação, em que um policial ficou ferido em Potchefstroo, a 180 quilômetros a oeste de Johannesburgo.

Nos últimos dois dias, a polícia dispersou violentamente três manifestações dos partidários do boicote: uma na universidade da Cidade de Cabo, aberta a mestiços. Outra em um colégio secundário das proximidades da cidade de Atholone. E a terceira na universidade de Witwatersrand, aberta a pessoas de qualquer grupo étnico e localizada perto de Johannesburgo.

26 de outubro de 1988



Estudantes da Universidade do Cabo realizam marcha de protesto contra as eleições municipais de hoje.

Boicote negro e direita ameaçam Botha

Carlos Castilho

Pela primeira vez na história da África do Sul, brancos e negros votarão num mesmo dia em eleições nacionais para escolha de prefeitos e conselhos municipais. Mas isto não quer dizer que a segregação tenha acabado. Os 2,5 milhões de negros habilitados para votar, numa população total de 26 milhões, escolherão seus próprios administradores, enquanto os 5 milhões de brancos farão a mesma coisa nas áreas fixadas por lei como destinadas exclusivamente a pessoas de origem européia.

A coincidência de votações, tanto nas áreas negras como nas brancas, faz parte dos planos do governo do presidente P.W. Botha de procurar mostrar que o país está voltando à normalidade depois da onda de protestos anti-racistas que começou em 1984 e se prolongou até o começo deste ano. Mas apesar do empenho oficial, a eleição pode reservar algumas surpresas muito desagradáveis para o presidente Botha. Em primeiro, as pesquisas apontam um acentuado aumento da votação do Partido Conservador, de extrema direita. Em tradicionais redutos do governo, como na província do Transvaal, o eleitorado conservador chegou a aumentar em 55%, conforme revelaram pesquisas feitas no mês passado pelo influente Centro de Estudos Políticos (Centre of Policy Studies) com sede em Johannesburgo. Se esta tendência for confirmada, ela representará um importantíssimo voto de desconfiança à política de reformas graduais no regime de segregação racial, conhecido como apartheid, *vigente na África do Sul há 40 anos.*

A outra surpresa desagradável é um possível índice de abstenção muito elevado entre os eleitores negros. Os mais destacados líderes da campanha anti-racista, como o arcebispo Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz, defenderam um boicote total às eleições. Isto fez com que nos bairros negros da periferia de grandes cidades, como Natal, as eleições fossem suspensas num grande número de distritos devido à ausência pura e simples de candidatos. O caso de Natal é considerado crítico porque o governo Botha conta com um alto comparecimento de eleitores negros para instalar futuramente nesta província as primeiras administrações municipais multirraciais. Em Natal existe um forte movimento negro moderado que aceita um acordo com a minoria branca.

Toda a estratégia do presidente Botha, há dez anos no poder, visa a reduzir as tensões raciais na África do Sul através de pequenas concessões aos negros. Mas seu projeto pode sofrer um duro golpe caso o resultado das eleições de hoje aponte decididamente para uma radicalização, configurada por um crescimento do eleitorado de extrema direita e por uma abstenção maciça dos negros. Os conservadores acusam o presidente de "trair a causa dos brancos" e ameaçá-los "de extinção pura e simples", enquanto os negros condenam a política gradualista de Botha por considerá-la "demasiadamente tímida e tardia".

Negros e brancos votam na África do Sul sob tensão

Johannesburgo — Reuters



Os estudantes negros defendem o boicote às eleições municipais

JOHANNESBURGO — A véspera do último dia de votação das eleições municipais na África do Sul foi marcada pela tensão. De manhã, uma bomba — a 20ª este mês — explodiu no reduto conservador de Potchefstroom, na província de Transvaal, ferindo um policial. Em Johannesburgo, a polícia reprimiu com gás lacrimogêneo uma manifestação de estudantes na Universidade Witwatersrand. Entre os manifestantes, a maioria brancos, estava Winnie Mandela, 54 anos, esposa do líder negro Nelson Mandela, 70, símbolo da luta contra o *apartheid*.

Hoje é o último dia da votação que começou há duas semanas, uma tentativa do governo de atrair a participação dos eleitores negros diante do boicote proposto pelo proscrito Congresso Nacional Africano com apoio da igreja anglicana, liderada pelo bispo Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz. A tensão aumentou nos últimos dias. Na segunda-feira uma bomba matou duas pessoas e feriu 42 num *shopping center* na cidade de Witbank. À noite, em Port Elizabeth, no extremo sul do país, um candidato negro foi morto com um tiro na porta de casa.

Esta é a primeira vez que brancos, negros, indianos e mestiços votam simultaneamente, mas separadamente, para os conselhos municipais das quatro províncias do país. Ativistas anti-*apartheid* têm pregado o boicote da população negra — ainda que somente 2,5 milhões dos 26 milhões de negros do país possam votar — e atacado candidatos negros, sob o argumento de que o pleito é apenas um exercício da política de segregação e uma tentativa do governo de conseguir apoio para seu plano de reformas graduais. Mesmo assim, segundo cálculos oficiais, 19,3% dos negros registrados já haviam votado até ontem.

Mas o governo do Partido Nacional de Pieter W. Botha não enfrenta apenas a ameaça do boicote negro. O Partido Conservador, de extrema direita, transformou a eleição na capital, Pretória, e em centenas de cidades dominadas pelos brancos numa espécie de referendo à política de reformas moderadas de Botha.

"Nós não estamos lutando nestas eleições por questões como pavimentação ou estradas, mas pela sobrevivência dos brancos", declarou recentemente um candidato ao conselho de Pretória. O Partido Conservador, que inchou desde a conquista de 26% dos votos nas eleições gerais do ano passado, espera lutar com o Partido Nacional, no poder há 40 anos, pela maioria nos conselhos municipais brancos em duas das quatro províncias, incluindo Transvall, a mais populosa.

O LIBERAL
BELÉM - PA.
27 OUT 1988

Eleições segregadas sob forte segurança na África do Sul

Johannesburgo (UPI) — As eleições municipais segregadas da África do Sul foram realizadas ontem sob rígido esquema de segurança, no primeiro pleito que testa o apoio popular à política de reformas raciais limitadas do presidente Pieter Botha, e a adesão a um boicote apoiado pela Igreja.

Atendendo aos apelos de líderes dissidentes para participar de um dia nacional de protesto, grupo de negros apedrejaram e incendiaram veículos de transportes públicos em várias cidades, enquanto os estudantes boicotaram as aulas na comunidade negra de Soweto, perto de Johannesburgo, e milhares de trabalhadores permaneceram em suas casas.

Mas as autoridades do governo de minoria branca informaram que o pleito transcorreu num clima geralmente pacífico, enquanto tropas do exército patrulharam os centros de votação destinados aos negros em todo o país, nas primeiras eleições realizadas em comunidades negras desde o início de distúrbios sangrentos, em 1984.

A emissora estatal de rádio afirmou que não há notícias sobre distúrbios ou quaisquer outros problemas graves ocorridos em centros de votação.

O arcebispo anglicano Desmond Tutu, que apoiou o boicote, fez anteontem um apelo à população para manter a calma no dia da eleição, acrescentando que as pessoas deveriam ser livres para agir sem violência.

O governo informou que as medidas de segurança não têm precedentes na história das eleições no país, visando principalmente a proteger os brancos de ataques a bomba do proscrito Congresso Nacional Africano, que é acusado de perpetrar vários atentados nas últimas semanas.

A emissora estatal relatou um baixo comparecimento aos centros de votação pela manhã, mas acrescentou que o índice subiu significativamente à tarde, mostrando que o número de eleitores brancos, negros, mestiços e asiáticos "será mais alto que em qualquer votação similar já realizada".

Os resultados preliminares da eleição deverão ser anunciados pouco antes da meia-noite, apenas duas ou três horas após o fechamento das urnas.

A eleição segregada está sendo considerada crucial para Botha. Além de testar o crescimento do partido conservador — que se opõe ao programa de reformas raciais limitadas do presidente — e avaliar o apoio dos negros ao pleito, apesar do apelo dissidente ao boicote.

Pela primeira vez, os negros residentes em comunidades segregadas, a minoria branca e os mestiços votaram no mesmo dia mas 1 mil 126 cidades e comunidades do país.

O governo informou que 2,4 milhões de uma população de 26 milhões de negros têm registro eleitoral, as 1 milhão foram desclassificados devido à falta de candidatos em suas comunidades, ou porque os candidatos não têm oponentes.

Entre os brancos, 1 milhão e 600 mil têm direito a voto, entre os quais Benjamin Hoffenberg, um residente de 93 anos do subúrbio misto de Hillbrow, em Johannesburgo, que votou num candidato do situacionista partido nacional.

Hoffenberg disse a um jornalista que apoiava a idéia de votar no mesmo dia que os negros, porque estes últimos se sentiriam "importantes e estimulados mentalmente".

Africa do Sul vai [illegible] em clima tenso

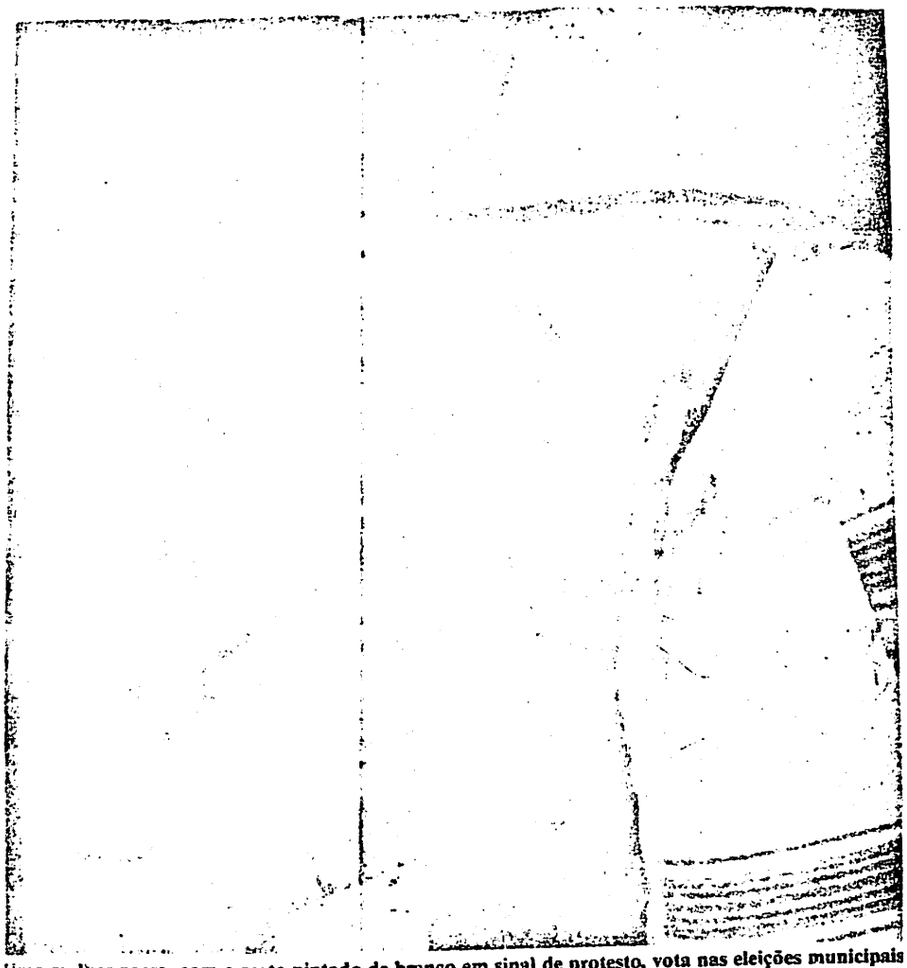
Johannesburgo - Cidadãos de todas as raças votaram ontem em meio a fortes medidas de segurança, nas eleições municipais nas quais o partido do presidente P.W. Botha enfrentava um firme desafio de seus opositores de extrema direita.

As eleições marcam, pela primeira vez, que os quatro grandes grupos raciais deste país vão às urnas num mesmo dia.

A emissora estatal "Rádio Africa do Sul" informou que 1.946 candidatos que aspiravam 7.229 cargos de conselheiros municipais foram eleitos sem oposição e que menos da metade dos 1.839 cargos de conselheiros das aldeias negras estava em jogo e que deles, 133 não tinham candidato a ocupá-los.

Esperava-se que o partido governista perdesse terreno, anteriormente de extrema direita, nas cidades de brancos.

27 de outubro de 1988



Uma mulher negra, com o rosto pintado de branco em sinal de protesto, vota nas eleições municipais sul-africanas.

África realiza eleições

Johannesburgo - As eleições municipais, segregadas da África do Sul foram realizadas ontem sob rígido esquema de segurança, no primeiro pleito que testa o apoio popular à política de reformas raciais limitadas do presidente Pieter Botha, e a adesão a um boicote apoiado pela Igreja.

Atendendo aos apelos de líderes dissidentes para participar de um dia nacional de protesto, grupos de negros apedrejaram e incendiaram veículos de transportes públicos em várias cidades, enquanto os estudantes boicotaram as aulas na comunidade negra de Soweto, perto de Johannesburgo, e milhares de trabalhadores permaneceram em suas casas.

CALMA

Mas as autoridades do Governo de minoria branca informaram que o pleito transcorreu num clima geralmente pacífico, enquanto tropas do Exército patrulharam os centros de votação destinados aos negros em todo o país, nas primeiras eleições realizadas em comunidades negras desde o início de distúrbios sangrentos, em 1984.

A emissora estatal de rádio afirmou que não há notícias sobre distúrbios ou quaisquer outros problemas graves ocorridos em centros de votação.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

27 OUT 1988

Eleição testa apoio à política de Botha

Johannesburgo — As eleições muncipais segregadas da África do Sul foram realizadas sob rígido esquema de segurança, no primeiro pleito que testa o apoio popular à política de reformas raciais limitadas do presidente Pieter Botha, e a adesão a um boicote apoiado pela Igreja.

Atendendo aos apelos de líderes dissidentes para participar de um dia nacional de protesto, grupos de negros apedrejaram e incendiaram veículos de transportes públicos em várias cidades, enquanto os estudantes boicotaram as aulas na comunidade negra de Soweto, perto de Johannesburgo, e milhares de trabalhadores permaneceram em suas casas.

Mas as autoridades do governo de minoria branca informaram que o pleito transcorreu num clima geralmente pacífico, enquanto tropas do Exército patrulharam os centros de votação destinados aos negros em todo o país, nas primeiras eleições realizadas em comunidades negras desde o início de distúrbios sangrentos, em 1984.

A emissora estatal de rádio afirmou que não há notícias sobre distúrbios ou quaisquer outros problemas graves ocorridos em centros de votação. O arcebispo anglicano Desmond Tutu, que apoiou o boicote, fez um apelo à população para manter a calma no dia da eleição, acrescentando que as pessoas deveriam ser livres para agir sem violência.

O governo informou que as medidas de segurança não têm precedentes na história das eleições no país, visando principalmente a proteger os brancos de ataques a bomba do proscrito Congresso Nacional Africano, que é acusado de perpetrar vários atentados nas últimas semanas.

A emissora estatal relatou um baixo comparecimento aos centros de votação. Mas acrescentou que o índice subiu significativamente à tarde, mostrando que o número de eleitores brancos, negros, mestiços e asiáticos será mais alto que em qualquer votação similar já realizada.

Os resultados preliminares da eleição deverão ser anunciados pouco antes da meia-noite, apenas duas ou três horas após o fechamento das urnas. A eleição segregada está sendo considerada crucial para Botha, além de testar o crescimento do Partido Conservador — que se opõe ao programa de reformas raciais limitadas do presidente.

CORREIO do BRASIL
Brasília - D.F.

28 OUT 1988

Direita ganha eleições na África

Johannesburgo, África do Sul - Enquanto o Partido Nacional do governo e seus rivais de extrema direita se ufanavam ontem, por ter triunfado nas eleições municipais, o arcebispo Desmond Tuto afirmava que o boicote por parte dos votantes negros, havia tido êxito. Estima-se que só uma terça parte dos 1.460 milhões de sul-africanos negros, puderam votar, porém não podem votar em eleições nacionais. Isso significa que apenas uma mínima fração dos 26 milhões de negros deste país participou em eleições, que o governo disse ser uma importante ampliação da democracia. O arcebispo Tuto, que havia defendido um boicote eleitoral, manifestou que as autoridades podem manipular as estatísticas de qualquer forma que lhes pareça. "A realidade continua sendo que sul-africanos negros rechaçam o apartheid e as tentativas do governo de dar-lhe uma nova mão de pintura. Essas eleições municipais foram as primeiras em que os sul africanos de todas as raças votaram no mesmo dia. Estava em jogo 7.229 postos, a maioria em comunidades de brancos. Dos 1.839 correspondentes a conselhos municipais negros, só 905 tiveram mais de um candidato. O governo se declarou satisfeito com os resultados e afirmou que serão uma base para selecionar dirigentes negros com os quais negociará temas nacionais. A rádio estatal afirmou que a presença média de votantes negros foi de cerca de um terço do total de todo o país. Isso significaria que houve mais de 400 mil votos de negros,comparados com os menos de 300 mil emitidos nas anteriores eleições municipais para negros, realizadas em 1983. Dado que no período transcorrido houve um aumento de população calculado em 15%, a presença de votantes negros havia tido um aumento mínimo. Tuto disse numa entrevista "que o governo afirma hoje que houve centenas de milhares que votaram e que os eleitos contam com um sólido mandato.

O Partido Conservador de extrema direita, cuja campanha se baseou numa vigência mais estrita de leis do apartheid, não alcançou por escassa margem, seu principal objetivo, predominar na capital administrativa de Pretória, onde perdeu ante os nacionalistas por uma proporção de 22-19

Direita cresce nas eleições municipais sul-africanas

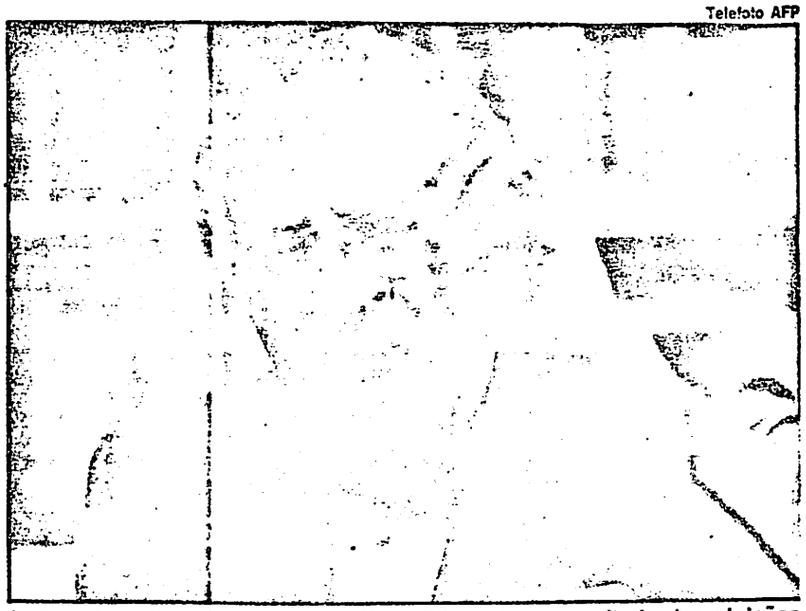
JOHANNESBURGO — O Partido Conservador, de extrema-direita, confirmou sua ascensão política com as eleições municipais realizadas anteontem na África do Sul, mas os resultados do pleito foram apresentados pelas lideranças negras como um fracasso governamental, diante do grande número de abstenções. O Governo do Presidente Pieter Botha declarou-se satisfeito com a afluência de votantes negros às urnas e prometeu prosseguir com a política do seu Partido Nacional de um lento processo de reformas do apartheid, após ter conseguido manter o controle em centros de poder político importantes no país.

O Arcebispo negro Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz, que liderou uma campanha pelo boicote contra as eleições, ridicularizou as estimativas governamentais segundo as quais aproximadamente 30 por cento dos negros com direito a voto compareceram às urnas.

— Se você faz uma prova e consegue 30 por cento de pontos, certamente isso foi um fracasso — disse Tutu em entrevista ontem à imprensa na Cidade do Cabo. Ele lembrou também que só aproximadamente cinco por cento dos sul-africanos negros compareceram à votação, tendo em vista que a grande maioria não pode inscrever-se como eleitor.

— Que joguem com as estatísticas como quiserem. Hoje, como ontem, a realidade continua sendo que os sul-africanos negros rechaçam o apartheid e as tentativas do Governo de dar-lhes novas formas — acentuou o Arcebispo.

Telefoto AFP



Indignado, o Arcebispo Desmond Tutu ridiculariza o resultado das eleições

Pela primeira vez, na quarta-feira, os sul-africanos de todas as raças votaram simultaneamente para integrar em todo o país conselhos municipais multirraciais. Mas ativistas contra a política segregacionaista, como Tutu, consideraram essas eleições apenas uma forma de tentar avalizar a opressão racial.

O Partido Conservador, que defende a supremacia da raça branca e é contrário às tímidas reformas do apartheid iniciadas pelo Governo, conseguiu o controle de três quartes partes da região do Transvaal, a mais rica e populosa das quatro províncias da Africa do Sul, e teve um desempenho particularmente satisfatório no cinturão do coração industrial que rodeia Johannesburgo. Mas os nacionalistas mantiveram o controle da capital, Pretoria, apesar de por escassa maioria, e também se impuseram, agora pela primeira vez com uma maioria absoluta, em Johannesburgo, a maior cidade do país e seu principal centro comercial.

Nas Nações Unidas, a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução rechaçando de forma quase unânime os resultados das eleições municipais na África do Sul.

ONU condena como racistas as eleições sul-africanas

NAÇÕES UNIDAS — A Assembléia Geral da ONU condenou praticamente por unanimidade as eleições municipais realizadas na África do Sul na quarta-feira, julgando-as "contrárias aos princípios" da organização. Com 146 votos a favor, nenhum contra, e as abstenções dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, a Assembléia Geral aprovou uma resolução segundo a qual as eleições — em que eleitor e candidato tinham de ser da mesma raça — serviram "apenas para agravar a tensão e os conflitos" na região.

Segundo funcionários do governo sul-africano, 24,6% dos negros habilitados a votar participaram da eleição. Isso significa cerca de 350 mil eleitores, menos de 1,5% do total de 26 milhões de negros do país. Ainda assim, líderes do Partido Nacional, há 40 anos no poder, mostravam-se satisfeitos com a participação negra e com o desempenho do partido frente aos seus rivais conservadores na disputa pelo eleitorado branco.

Antes mesmo da divulgação do número oficial de negros votantes, o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Chris Heunis, declarou que "uma porcentagem significativa votou a favor da evolução pacífica das reformas na África do Sul", segundo ele uma prova de que muitos negros apoiam as medidas prometidas pelo governo. "Essas pessoas mostraram que a estrutura constitucional, que está em desenvolvimento, é aceitável para elas", afirmou.

O bispo Desmond Tutu, que juntamente com líderes anti-*apartheid* do Congresso Nacional Africano (CNA) conclamou a população negra a boicotar a votação, ridicularizou a posição do governo. "Se você faz uma prova e acerta 30% você é reprovado", disse o bispo. Já o chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, líder negro moderado que polemiza com o bispo Tutu, declarou-se preparado para negociar com Botha a criação de uma verdadeira democracia na África do Sul.

Esta foi a primeira vez que negros, brancos, indianos e mestiços votaram no mesmo dia, ainda que para conselhos diferentes. Apesar do clima tenso que levou tropas armadas às ruas e aos postos de votação, devido aos protestos e atentados promovidos pelo CNA, a eleição transcorreu sem maiores incidentes. Além do boicote negro, o governo enfrentou a concorrência do Partido Conservador, de extrema direita, que combate as modestas reformas prometidas pelo governo do presidente Botha.

Apesar de obterem vitória na maioria dos conselhos de Transvaal, a mais rica e mais populosa das quatro províncias sul-africanas, os conservadores não conseguiram a vantagem que esperavam. O Partido Nacional, de Botha, manteve o controle na capital Pretoria, apesar de um avanço dos conservadores, e, pela primeira vez na história, conquistou a maioria absoluta no conselho de Johannesburgo, coração financeiro e econômico do país.

28 de outubro de 1988

Governo de Botha fica satisfeito com as votações

Johannesburgo — Um dia depois das eleições municipais mais importantes na Africa do Sul, o governo garante ter vencido a batalha em duas frentes: nos Townships, onde "um número significativo" de negros, ao votar, "rechaçou a violência e a revolução", e também entre os brancos, onde as previsões da oposição de extrema direita se mostraram "pretensiosas".

A importância destas eleições está no fato de que foi a primeira vez que os sul-africanos de diferentes raças foram convocados a votar no mesmo dia, embora, em aplicação do sistema de apartheid o fizessem de forma completamente separada. Oficialmente, sete milhões de eleitores estavam inscritos (dos quais cerca de três milhões de brancos e 2,5 milhões de negros).

Ao afirmar que o governo se mostrava satisfeito com os resultados da votação e que seus objetivos tinham sido alcançados de forma indiscutida, o ministro de Desenvolvimento Constituciona-Constitucional, Chris Heunis, declarou que o poder vai acelerar o processo de reforma.

"A participação dos negros 'até o nivel mais alto se tornará uma realidade", adiantou Heunis, artifice das estruturas politicas estabelecidas nos últimos anos por Pretória.

PARTICIPAÇÃO

Embora a taxa de participação global dos negros ainda não seja conhecida, Heunis assegurou que, ao ir às urnas, um "percentual significativo" votou "por uma mudança pacifica e progressiva".

A votação, que não foi marcada por nenhum incidente, desenvolveu-se dentro de uma intensa vigilância das forças de segurança. O poder acusava o Congresso Nacional Africano (ANC, movimento negro clandestino) de uma onde de cerca de 70 movimento perpetrados em setembro e outubro.

Nas últimas eleições municipais negras, em 1983, a participação tinha sido de 20,7 por cento e os resultados parciais deixavam antever este ano uma taxa igual ou menor que 30 por cento. Por gueto, essa taxa variáva de 3,62 por cento a 84,96 por cento. A votação foi realizada desta vez ao longo de duas semanas (antes do dia 26, os eleitores puderam votar de 10 a 22), a fim de evitar as intimidações.

Um indice superior tinha sido previsto para os indios e os mestiços. A televisão estatal afirmou que para esses dois grupos raciais, a participação la de 45 a 80 por cento, segundo os Townships.

Na frente da política branca, a questão era saber se o Partido Conservador (CP, extrema-direita) iria confirmar seu espetacular aumento do ano passado, que lhe valeu 27 por cento dos votos e 22 deputados, tornando-se deste modo a oposição oficial ao NP.

O CP preconizou uma volta ao apartheid integral de outrora e acusou Pretória de liquidar a minoria de cinco milhões de brancos.

MAS OUTROS CONDENAM

ONU dá 146 votos contra a eleição

Nova Iorque — A Assembléia geral das Nações Unidas condenou, através de votação, as eleições municipais realizadas na Africa do Sul, declarando que estas são "contrárias aos principios da Carta da ONU".

Com 146 votos a favor, nenhum contra e as abstencões dos Estados Unidos e Inglaterra, a Assembléia geral afirmou que, as eleições — realizadas separadamente por vários grupos raciais e em grande parte boicotada pela populacão negra — "só servem para agravar a tensão e os conflitos na Africa do Sul e de forma genérica, em toda a Africa Meridional". Durante o voto, os Estados Unidos e Grã-Bretanha coincidiram na preocupação dos outros paises mas não votaram a favor do documento, definido por eles como "parcial e unilateral".

Boicote foi um sucesso, diz Tutu

Johannesburgo, Africa do Sul — Enquanto o Partido Nacional do governo e seus rivais de extrema-direita se ufanavam por ter triunfado nas eleições municipais, o arcebispo Desmond Tuto afirmava que o boicote por parte dos votantes negros havia tido êxito. Estima-se que só uma terça parte dos 1 milhão 460 mil de sul-africanos negros que puderam votar, porém não podem votar em eleições nacionais, acorreram ontem às urnas. Isso significa que apenas uma minima parte dos 16 milhões de negros deste pais participou em eleições que o governo disse que eram uma importante ampliação da democracia. O arcebispo Tuto, que havia defendido um boicote eleitoral, manifestou que as autoridades podem manipular as estatisticas de qualquer forma que lhes pareça.

ONU condena as eleições na África

Nova Iorque - A Assembléia Geral da ONU rechaçou ontem os resultados das eleições municipais realizadas anteontem na África do Sul numa resolução adotada de forma quase unânime.

O texto submetido à Assembléia pelos países africanos obteve 146 votos. Nenhum país votou contra. Unicamente os Estados Unidos e Grã-Bretanha se abstiveram de se pronunciar sobre essa resolução que rechaçava também qualquer solução interna negociada, apoiando-se em eleições baseadas na separação racial.

A representante norte-americana Patrícia Byrne estimou que a resolução tratava do problema da violência na África do Sul "de forma desequilibrada e parcial". Indicou ademais que os Estados Unidos compreendiam as razões que levaram à apresentação desse texto. Washington, por sua vez, se esforça para convencer as autoridades sul-africanas a suspender o estado de emergência e deixar em liberdade todos os presos políticos, acrescentou.

VITÓRIA

Um dia depois das eleições municipais mais importantes na África do Sul, o Governo garante ter vencido a batalha em duas frentes: nos townships, onde "um número significativo" de negros, ao votar, "rechaçou a violência e a revolução", e também entre os brancos, onde as previsões da oposição de extrema direita se mostraram "pretensiosas".

JORNAL DO BRASIL

sábado, 29/10/88

Medidas racistas dos conservadores desafiam governo sul-africano

JOHANNESBURGO — O Partido Conservador, de extrema direita, anunciou que pretende expulsar os comerciantes negros e mestiços instalados em áreas reservadas aos brancos nas quais o partido tenha vencido as eleições municipais de quarta-feira. "Nós devemos considerar medidas a serem tomadas para restaurar estas áreas aos brancos", declarou o líder conservador Andries Treurnicht. A afirmação é o primeiro desafio oficial que os conservadores lançam ao governo do presidente Pieter W. Botha.

A força do Partido Conservador cresceu com a vitória em três quartos dos conselhos municipais na província de Transvaal, a mais rica e mais populosa do país. O ministro do Desenvolvimento Constitucional, no entanto, rebateu o desafio conservador afirmando que a decisão sobre que raças podem viver e trabalhar em cada área cabe ao governo central, e não a autoridades locais.

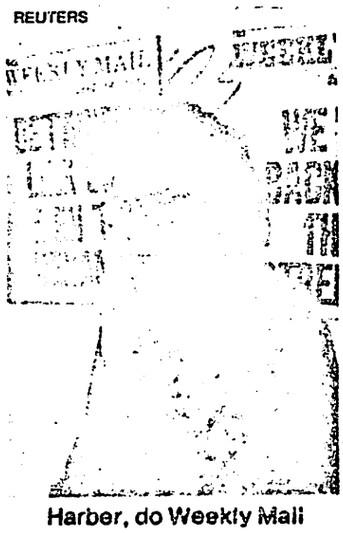
Esta é a primeira ameaça concreta dos conservadores às modestas reformas na legislação segregacionista pregadas pelo Partido Nacional, há 40 anos no poder. Em resposta, o presidente Botha afirmou que pretende continuar com o pacote de medidas que prevê a criação de áreas *cinzas*, onde possam conviver habitantes de raças diferentes.

Uma das áreas que estava nos planos do governo para tornar-se *cinza* é Mayfair West, em Johannesburgo, onde vivem ilegalmente muitos negros e indianos. Como os conservadores venceram a eleição municipal em Mayfair West, analistas prevêem que a região será palco do primeiro confronto entre o governo local e o central.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

* 2 NOV. 1988

REUTERS



Harber, do Weekly Mail

Pretória fecha por 30 dias a revista "Mail"

Johannesburgo — O governo segregacionista de minoria branca da África do Sul suspendeu por um mês o importante semanário antiapartheid Mail, classificando sua publicação de uma ameaça à segurança pública e ignorando os apelos de que o fechamento da revista seria um golpe na já fortemente controlada imprensa da África do Sul.

Uma edição especial do **Diário Oficial** do governo divulgou a ordem de suspensão da revista, que foi assinada pelo ministro do Interior, Stoffel Botha, com base nos regulamentos do estado de emergência, em vigor no país desde junho de 1986.

Sob os termos dos regulamentos, Botha pode suspender uma publicação por um máximo de três meses, depois de advertir seus editores quatro vezes que estão divulgando sistematicamente "propaganda subversiva".

Em comunicado destinado à imprensa, em Pretória, Botha não informou porque não aplicou a penalidade máxima prevista nos regulamentos do estado de emergência. As matérias publicadas no semanário, de acordo com o ministro, podem estar "causando um adiamento no encerramento do estado de emergência" no país. Os editores, Anton Harber e Irwin Maoim, não foram encontrados de imediato para comentar a medida governamental.

Lucena não quer viagem à África agora

Apesar dos esforços do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) em querer agilizar a formação da delegação parlamentar brasileira que irá visitar a África do Sul, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, pretende tratar do assunto somente após as eleições municipais. Além disso, o senador discorda dos parlamentares negros — os mais empenhados na visita — e acredita que a viagem não deveria ocorrer ainda este ano, mas em janeiro.

No último mês de setembro, o Congresso aprovou uma Comissão Parlamentar para visitar aquele país ainda este ano. A aprovação foi obtida graças ao trabalho de articulação empreendido pelos deputados negros Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), Paulo Paim (PT-RS), Benedita da Silva (PT-RJ) e Edmilson Valentin (PC do B-RJ). A delegação brasileira terá direito a visitar a África do Sul, um país regido pela política do apartheid onde somente brancos adquirem vistos para entrada. Esses parlamentares pretendem encontrar-se com o líder negro Nleson Mandela, além de verificar as condições de vida da população negra do apartheid.

Na semana passada, Humberto Lucena foi procurado por Caó que pretendia, desde já, agilizar a criação da delegação brasileira, mas o senador lembra que precisa entrar em entendimento com o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, pois a Comissão Parlamentar será integrada tanto por deputados quanto por senadores. Além disso, o senador deseja discutir com Ulysses os gastos da viagem, pois as despesas dos deputados ficarão a cargo da Câmara e as dos senadores, com o Senado Federal.

Humberto Lucena confirmou que, na época em que fora aprovada a Comissão Parlamentar, no Congresso, o Itamarati procurou-lhe temendo manifestações hostis, na África do Sul, devido à presença da delegação brasileira. Mas Lucena negou que o temor seja em virtude de serem negros alguns parlamentares que irão compor a Comissão e sim, pelo simples fato de uma delegação estar visitando o país.

Correio Braziliense-DF 02.11.88

Semanário impedido de circular

Johannesburgo (UPI) — O governo segregacionista de minoria branca da África do Sul suspendeu ontem por um mês o importante semanário antiapartheid "Mail", classificando sua publicação de uma ameaça à segurança pública e ignorando os apelos de que o fechamento da revista seria um golpe na já fortemente controlada imprensa da África do Sul.

Uma edição especial do "Diário Oficial" do governo divulgou a ordem de suspensão da revista, que foi assinada pelo ministro do Interior, Stoffel Botha, com base nos regulamentos do estado de emergência, em vigor no país desde junho de 1986.

Sob os termos dos regulamentos, Botha pode suspender uma publicação por um máximo de três meses, depois de advertir seus editores quatro vezes que estão divulgando sistematicamente "propaganda subversiva".

Em comunicado destinado à imprensa, em Pretória, Botha não informou porque não aplicou a penalidade máxima prevista nos regulamentos do estado de emergência.

As matérias publicadas no semanário, de acordo com o ministro, podem estar "causando um adiamento no encerramento do estado de emergência", no país.

Os editores, Anton Harber e Irwin Maoim, não foram encontrados de imediato para comentar a medida governamental.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - D. Federal

*7 NOV 1988

Irritado, Botha larga jantar com imprensa

Johanesburgo — O ministro sul-africano de relações Exteriores, Roelof "Pik" Botha, abandonou furioso uma ceia na Associação da Imprensa Estrangeira (FCA), depois de ter mantido uma violenta discussão com vários jornalista e convidados.

Botha, que havia sido convidado para ir ao FCA, recusou o agradecimento que o correspondente da BBC, Graham Leach, queria fazer por sua presença, porque achou que as perguntas que lhe foram feitas eram "estúpidas".

Os jornalistas perguntaram insistentemente se o ministro apoiava a suspensão por um mês do jornal liberal Weekly Mail, ordenada por ele na semana anterior. Alguns correspondentes quiseram saber igualmente se aprovava a prisão, sem julgamento, de Zwelakhe Sisulu, chefe de redação do semanário católico New Nation, preso há dois anos.

"ODIOSO"

Botha declarou que o Weekly Mail era o jornal mais "odioso" que conhecia e se negou a falar da prisão de Sisulu. Antes de abandonar o banquete, Botha disse que a maior parte dos responsáveis sul-africanos temia uma democracia do tipo ocidental e que esta, além disso, não convinha ao país.

A uma repórter que perguntou se ele não havia se enganado ao achar que os opositores liberais do apartheid não eram verdadeiros sul-africanos, Botha respondeu que ela era uma dessas mulheres que merecem um café envenenado.

Ministro furioso com jornalistas abandona ceia

Johanesburgo — O ministro sul-africano de Relações Exteriores Roelof "Pik" Botha abandonou furioso, ontem à noite, uma ceia na Associação da Imprensa Estrangeira (FCA), depois de ter mantido uma violenta discussão com vários jornalistas e convidados. Botha, que havia sido convidado para ir ao FCA, recusou o agradecimento que o correspondente da BBC, Graham Leach, queria fazer por sua presença porque achou que as perguntas que lhe foram feitas eram "estúpidas".

Os jornalistas perguntaram insistentemente se o Ministro apoiava a suspensão por um mês do jornal liberal "Weekly Mail", ordenada por ele na semana anterior. Alguns correspondentes quiseram saber igualmente se aprovava a prisão, sem julgamento, de Zwelakhe Sisulu, chefe de redação do semanário católico "New Nation" preso há dois anos. Botha declarou que o "Weekly Mail" era o jornal mais "odioso" que conhecia e se negou a falar da prisão de Sisulu. A uma repórter que perguntou se ele não havia se enganado ao achar que os opositores liberais do "apartheid" não eram verdadeiros sul-africanos, Botha respondeu que ela era uma dessas mulheres que merecem um café envenenado.

JORNAL DO BRASIL

quarta-feira, 9/11/88

Religiosa fala de amor a africanos

Johannesburgo — A madre Teresa chegou ontem a Johannesburgo procedente de Calcutá para uma visita à África do Sul, na qual fundará uma missão de caridade na cidade negra de Khayelitsha, perto do Cabo. Convidada a expressar uma opinião sobre a situação no país em entrevista no aeroporto Jan Smuts, a prêmio Nobel da Paz de 1979 declarou não saber nada de política.

— O que conta para mim é que nos amemos uns aos outros. É a primeira vez que venho aqui e não estou a par dos problemas políticos. Estou na África do Sul para dar amor e assistência aos que nada têm — disse a religiosa, que nasceu na Iugoslávia há 78 anos.

Um jornalista perguntou se as condições de vida dos pobres não era provocada pela política do governo.

— Quem é o governo? Somos nós o governo, todos nós. E nosso dever é o de amar e servir — respondeu durante a entrevista, em que esteve acompanhada do arcebispo católico do Cabo, Stephen Naidoo.

— Temos necessidade de alguém que nos mostre como viver juntos, como superar as barreiras de raça e religião — disse o monsenhor Naidoo, manifestando satisfação ao receber a madre Teresa.

A religiosa viaja a Khayelitsha, um dos guetos negros mais pobres do país, onde permanecerá dois dias.

Madre Teresa fica uma semana na África do Sul e visitará também Porto Elizabeth, East London, Durban e Pretória, onde manterá reunião com sacerdotes e religiosas.

Johannesburgo — AP



Caridade — Madre Teresa de Calcutá (foto) chegou ontem a Johannesburgo, na África do Sul, para abrir uma missão de sua ordem religiosa em Khayelitsha, um gueto negro miserável a cerca de 30 quilômetros da Cidade do Cabo. Recebida por um grupo multirracial de cerca de 30 crianças vestidas em trajes coloridos que cantavam uma canção de boas-vindas, Madre Teresa não quis falar de política ("não entendo nada") e disse que seu interesse era "dar amor e carinho aos mais pobres dos pobres".

- GAZETA MERCANTIL

. 11 de novembro de 1988 -

Sul-africanos dominam tecnologia que evita a utilização do mercúrio

O embaixador sul-africano no Brasil, Alex Van Zyl, acompanhado de uma comitiva de cientistas e técnicos em mineração de ouro da Africa do Sul, a convite da União das Associações e Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia (Usagal), está visitando os principais garimpos da região de Serra Pelada e Rosa de Maio. A missão propõe transferência de tecnologia para aumentar a produção, recuperação de finos e evitar o uso de mercúrio.

O embaixador Van Zyl, depois de participar, no domingo passado, do encerramento do 1º Congresso Internacional do Garimpo, em Belém do Pará, comparou o "espírito pioneiro dos garimpeiros brasileiros ao espírito aventureiro dos primeiros garimpeiros" de seu país, destacando que a garimpagem inicial teve conseqüências "muito importantes para a descoberta de ouro na África do Sul". Segundo o embaixador, a África do Sul está "aberta a transferir tecnologia e equipamentos para os garimpeiros da Amazônia", dependendo de autorização do governo brasileiro, mas preferiu não falar sobre eventuais novos investimentos de empresas sul-africanas na mineração brasileira.

O presidente da Associação dos Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia, Ivo Lubrina (o "Ivo Preto"), informou que a entidade que preside está estudando a proposta dos sul-africanos, enquanto o consultor técnico Antônio Feijão apoiou uma associação da Usagal com o instituto sul-africano de tecnologia mineral. Neste caso, seria desenvolvido na África do Sul um projeto para fabricar um equipamento destinado a aproveitar, em até 95%, o rejeito de terras dos garimpos (sobras que ainda contêm grandes quantidades de ouro, em partículas mínimas).

Para Antônio Feijão, esse equipamento viria substituir o mecanismo atualmente utilizado pelos garimpos e que polui a Amazônia. "Nossos equipamentos são rústicos e só conseguem aproveitar 70% do ouro fino dos rejeitos", afirmou.

José Altino Machado, ex-presidente da Usagal e atualmente o maior dono de garimpo da região, defende a compra desta tecnologia sul-africana e cicereou os técnicos em seus garimpos.

O GLOBO

Choques na África do Sul: sete mortos

JOHANNESBURGO — Dois supostos militantes do Congresso Nacional Africano (CNA) e um sargento da polícia-militar morreram em tiroteio numa casa em Soweto, cidade-satélite negra de Johannesburgo. Um terceiro negro morreu baleado por policiais que tentavam dispersar um grupo de manifestantes em frente a uma mina em Randfontein, povoado a 30km desta cidade. E dois outros perderam a vida aparentemente na luta entre grupos rivais em Natal a Frente Democrática Unida e o Inkhata, partido com base étnica zulu. A Polícia descobriu seus corpos, mortos a punhaladas, no povoado de Hammersdale, perto de Pietermaritzburg.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - D. Federal

12 NOV 1988

Aberta rodada de negociação em Genebra

Genebra — A nova rodada de conversações quatripartite sobre Angola e Namíbia, que começou ontem em Genebra, oferece uma bem fundada esperança de acordo, acreditam setores diplomáticos. Segundo essas fontes, a convicção se deve a que as posições dos principais protagonistas — cubanos, angolanos e sul-africanos — parecem muito próximas e o essencial depende agora de sua vontade política.

Apesar de não ter havido ainda uma resposta precisa para a condição imposta por Pretória para a independência da Namíbia, ou seja, a retirada dos cubanos de Angola, as cifras não serão obstáculo insolúvel, afirmou um diplomata.

Depois de sua conversação com o mediador norte-americano Chester Crocker, o vice-chanceler soviético Anatoli Adachimin declarou que "se poderia chegar a um acordo rapidamente", tal como o desejam a URSS e EUA.

A eleiç-ao de George Bush para a Casa Branca deve, por outro lado, terminar com as dilações de Havana, que não pode contar com uma mudança espetacular de atitude por parte do governo norte-americano. Ao mesmo tempo, a manutenção da maioria democrata no Congresso norte-americano incitará a África do Sul a maior flexibilidade, pois continua exposta a sanções.

Se o regime castrista não parece ter pressa para retirar de Angola seus 50 mil homens, nos meios diplomáticos ocidentais se espera que a URSS exerça sobre seus aliados pressão suficiente para obrigá-los a contemporizar.

As quatro delegações terão que chegar a um acordo sobre a duração e o ritmo da retirada das tropas cubanas.

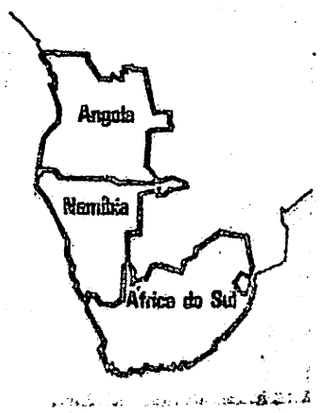
Estados Unidos, que estimam em 52 mil homens os efetivos cubanos, propõem a retirada de 4 mil, antes ainda de que a África do Sul comece a aplicar a resolução 435 da ONU sobre a independência da Namíbia, dia primeiro de janeiro próximo.

O ritmo de retirada deve ser, segundo Washington, de 3 mil 500 homens por mês e as três quartas partes das tropas cubanas teriam que ter abandonado Angola ao cabo de um ano. As forças presentes dia 31 de março próximo teriam que basear-se ao norte do paralelo 15, e a partir de 30 de junho seguinte ao norte do paralelo 13.

Os sul-africanos, que pediam inicialmente a retirada de 15 mil cubanos antes do começo da aplicação da resolução 435, reduziram suas exigências.

Os angolanos aceitaram a partida de 2 mil soldados para a assinatura de um acordo definitivo e da metade do contingente em um prazo de 12 meses, com instalação do resto das forças ao norte do paralelo 16.

OCUPAÇÃO DA NAMÍBIA



Datas importantes na história de ocupação da Namibia (ex-colônia alemã):
1915 — Durante a 1ª Guerra Mundial, a Africa do Sul ocupa a vizinha Africa do Sudoeste Alem-a (Namibia);
1966 — A Assembléia Geral da ONU adota uma resolução segundo a qual a Africa do Sul perde seus direitos de mandato sobre a Namibia;
1969 — O Conselho de Segurança da ONU condena a Africa do Sul por negar que as Nações Unidas assumam o controle sobre a Namibia;
1971 — A ONU decide que a administração da Namibia pela África do Sul é ilegal.

O GLOBO

domingo, 13/11/88

Japão deixa de comprar urânio da África do Sul

DAVID E. SANGER
Do New York Times

TÓQUIO — Sob pressão dos Estados Unidos e de seu próprio Governo, as maiores empresas de serviços públicos do Japão anunciaram terça-feira que vão parar de importar urânio da África do Sul, um grande fornecedor de combustível para usinas nucleares japonesas. A decisão representa um alívio para o Governo de Tóquio, embaraçado nos círculos diplomáticos pela recente ascensão do Japão à condição de principal parceiro comercial da África do Sul.

Apesar de o Japão ter imposto sanções limitadas ao comércio com a África do Sul para protestar contra a política de "apartheid" do Governo de Pretória, as proibições nunca afetaram materiais estratégicos. O urânio é vital para o Japão, que depende da energia nuclear para obter mais de uma quarta parte da eletricidade de que precisa.

Funcionários das empresas de serviços públicos disseram que compensarão a perda do urânio sul-africano, que representava 11% das importações de urânio do Japão, aumentando as compras à Austrália, Canadá e Estados Unidos. Parte do urânio sul-africano usado no Japão é processado nos Estados Unidos, informou um membro da Comissão de Regulamentação Nuclear.

Analistas do setor de energia em Tóquio deram a entender que, agindo por conta própria e não por determinação do Governo, as empresas deixam aberta a possibilidade de reiniciar as importações de urânio sul-africano se não conseguirem encontrar estoques suficientes em outros países.

As importações americanas de minério de urânio sul-africano foram proibidas em 1986, mas o Congresso deixou uma brecha permitindo que urânio parcialmente processado possa ser importado, não interessando de onde. Os Estados Unidos também importam urânio parcialmente processado para acabar o processamento e exportá-lo para o Japão.

Diversas empresas japonesas disseram que também deixarão de comprar óxido de urânio da RTZ Corp, antes chamada Rio Tinto-Zinc Corp. Esta companhia mineradora de controle britânico tem grandes interesses na Namíbia. As empresas de serviços públicos estariam suspeitando que grande parte do combustível que compram da RTZ é exportado pela Namíbia, que é governada pela África do Sul, em desafio a uma resolução das Nações Unidas.

Mas a maior empresa particular de serviços públicos do Mundo, a Tokyo Eletric Power Co., disse que a RTZ assegurou-lhe que o combustível que manda para o Japão vem de outras fontes e a companhia continuará comprando da RTZ.

Atacado o prédio onde Tutu falaria

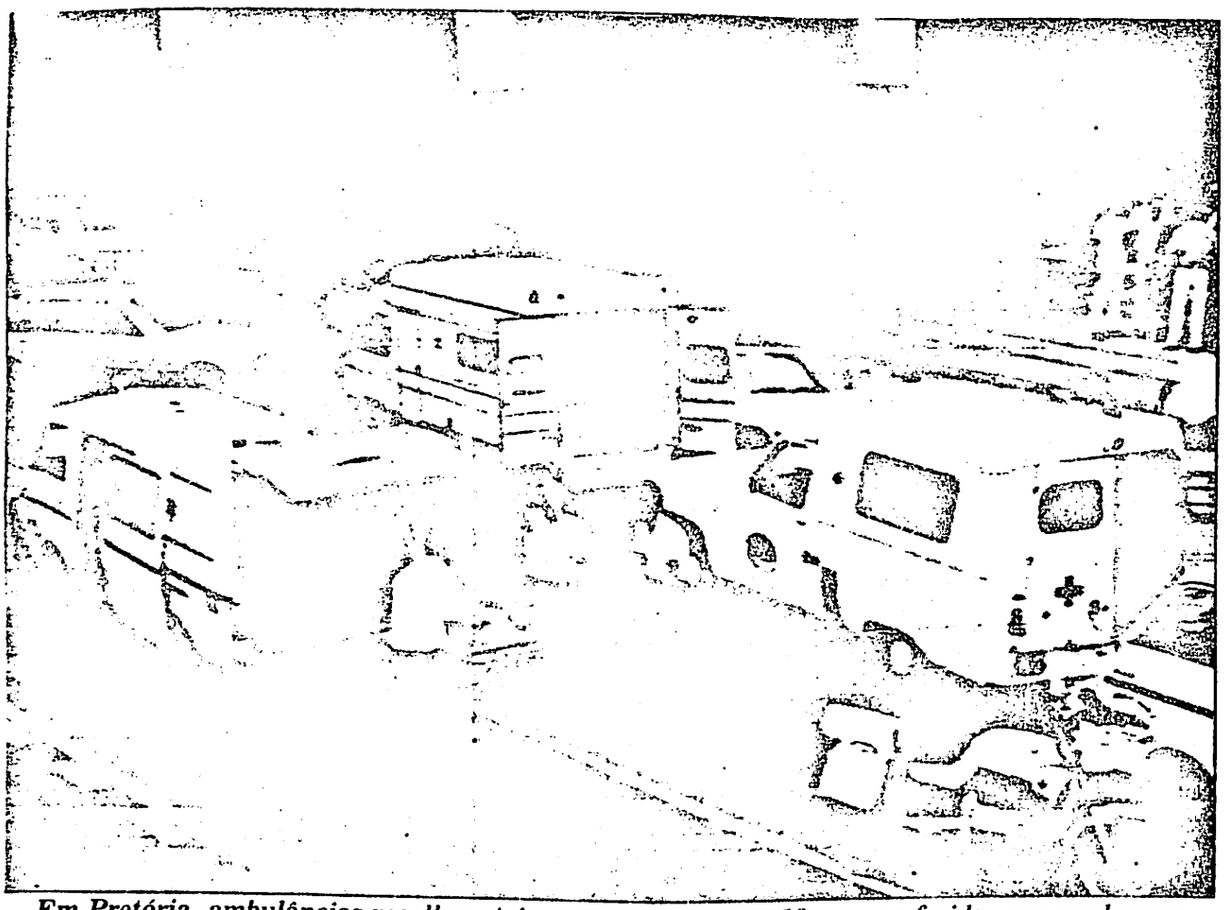
Johannesburgo - Sul-africanos lançaram bombas incendiárias nos escritórios de uma organização estudantil e escreveram slogans, com "spray" num edifício onde Desmond Tutu faria ontem uma conferência sobre a paz. O edifício também sofreu um princípio de incêndio.

A sede da União Nacional dos Estudantes Sul-Africanos ficou parcialmente destruída pelo fogo e o prédio no campus da Universidade do Witwatersrand em Johannesburgo, sofreu danos pela água do sistema de Sprinkler, em decorrência do ataque de pessoas inconformadas com as atividades anti-apartheid.

África do Sul

Não devemos falar de um país se não temos conhecimento dele. Por que rotular a África do Sul com duas representações **apartheid** e **Mandella**? Por que o governo sul-africano é considerado desumano, por manter esse homem preso durante 26 anos? Ele está cumprindo pena pelos crimes que cometeu. Não pode ser visto como um herói e de forma alguma pode servir de exmplo para influir pessoas menos informadas, explorando o problema da cor. O erro da África do Sul foi ter promulgado a lei sobre **apartheid**. Lei essa eu não existe mais. O preconceito racial existe em outros continentes: no americano, europeu, asiático e até mesmo no Brasil, apesar de nunca existir nenhuma lei sancionada. Ele está presente de várias formas. (...). **Genny da Silva — Rio de Janeiro.**

Jornal de Brasília Quarta-Feira, 16/11/88



Em Pretória, ambulâncias recolhem três corpos e socorrem 16 pessoas feridas por um branco

Três negros são mortos a tiros

Pretória — Um homem branco vestindo jaqueta militar de camuflagem e disparando tiros selvagemente com uma arma automática matou ontem três negros e feriu pelo menos 16 outros em pleno centro da capital da África do Sul, Pretória, ao meio-dia, antes de ser capturado pela polícia.

Testemunhas disseram que o criminoso atirava somente em negros. Relatos não confirmados davam conta de que ele teria agido em nome do grupo extremista racista Lobos Brancos. O episódio ocorreu pouco depois de o partido conservador ter feito fortes avanços nas últimas eleições municipais, disputadas em 26 de outubro.

Os conservadores, considerados como oposição de extrema-direita, têm defendido o endurecimento do racismo com a volta de várias práticas já abandonadas pelo próprio governo do apartheid, tais como as placas sinalizadoras dizendo "somente para brancos" nas cidades onde venceram o pleito.

O tiroteio de ontem teve lugar junto ao Teatro do Estado em Pretória e nos degraus de sua escadaria. Segundo testemunhas, podiam ser vistas marcas de sangue. Após o incidente, soldados do Exército e policiais isolaram a área, situada na rua Church, perto de um dos mais movimentados cruzamentos da cidade.

Das três vítimas fatais, duas eram mulheres e o terceiro um homem. Relatos conflitantes descreveram a arma usada no crime ora como um rifle, ora como uma pistola Beretta 9mm. Um porta-voz da polícia desmentiu que o assassino tivesse vínculos com os Lobos Brancos, grupo que no passado reivindicou vários atentados contra movimentos antiapartheid.

Algumas testemunhas disseram que o atirador conseguiu acertar entre os olhos de um mascate negro do outro lado da calçada do teatro, o que levanta a hipótese de que seja oriundo da área militar.

O incidente de ontem ocorreu ao mesmo tempo em que a cinco quarteirões dali, no Palácio da Justiça da África do Sul, iniciava-se o julgamento de 19 negros acusados de traição, assassinato e terrorismo que podem ser condenados à morte por enforcamento.

16 de novembro de 1988

Racista sul-africano mata três e fere 16

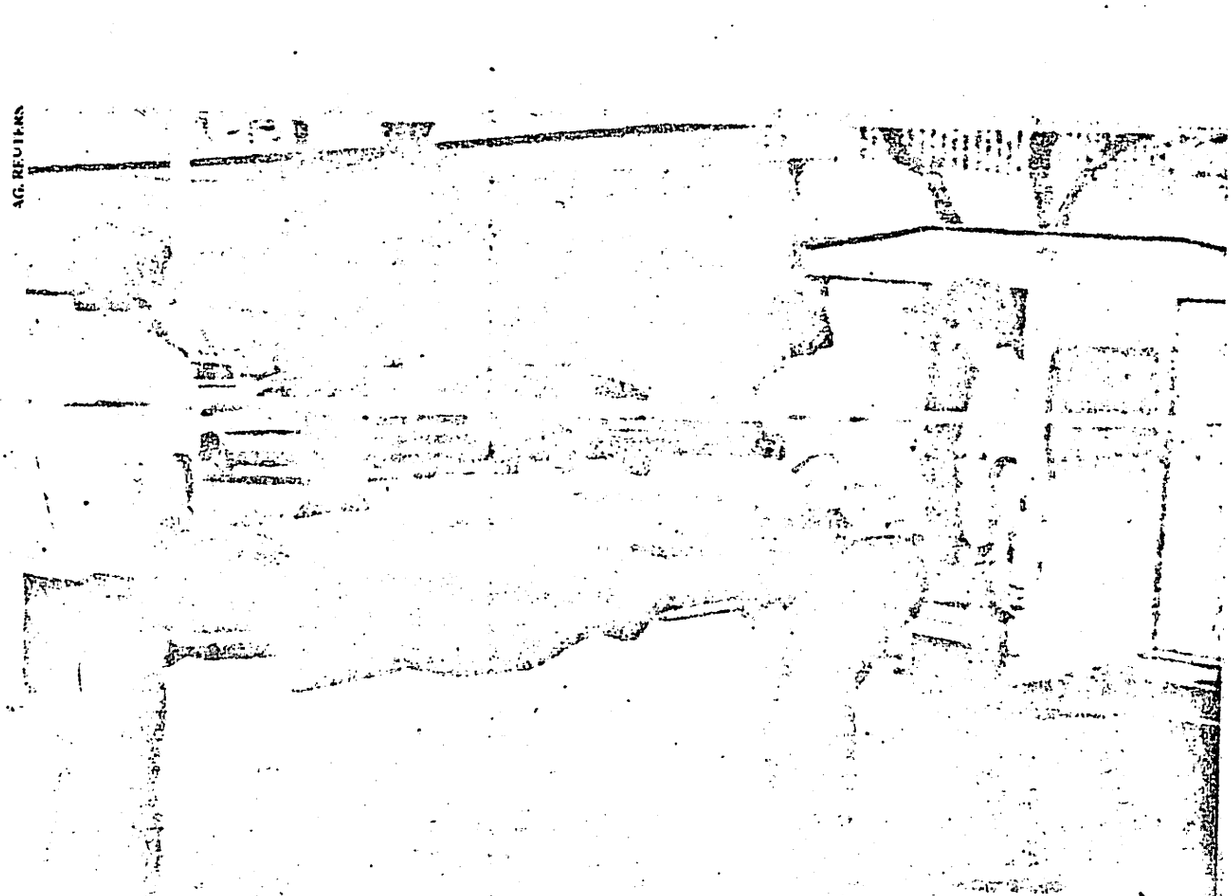
PRETÓRIA — Vestido com um traje de camuflagem, um membro confesso de um movimento clandestino de supremacia branca disparou ontem sua arma automática contra todos os negros com os quais se deparou no centro de Pretória, matando três deles e ferindo 16, vários dos quais, gravemente. Preso pouco mais tarde, ele foi identificado como um ex-policial de 23 anos. Seu nome não foi divulgado.

Segundo a Polícia, ele fora expulso da corporação em fevereiro, quando se descobriu que militava no Movimento Afrikaner de Resistência, um grupo que usa a violência para se opor às conquistas da maioria negra no campo da igualdade de direitos em termos raciais.

Segundo testemunhas, enquanto atirava ele gritava frases desconexas, e por mais de uma vez ameaçou voltar a arma contra si próprio. Há suposições de que ele seja ligado também ao movimento racista clandestino conhecido por "Lobos Brancos".

O massacre ocorreu em meio a um recrudescimento do movimento racista voltado para restaurar algumas das medidas recém-abolidas do apartheid. Segundo o Capitão Ruben Bloomberg, da Polícia Militar, os mortos são dois homens e uma mulher, alcançados quando passavam em frente ao Teatro Municipal de Pretória.

Outro policial, o Capitão Reg Crewe, disse ter tido notícia de que um desconhecido telefonara para a redação de uma jornal na manhã de segunda-feira, para dizer, sem maiores explicações, que ocorreriam problemas na cidade no dia seguinte.



Uma das vítimas do ataque racista na África do Sul é colocada em uma ambulância

O FLUMINENSE

NITEROI - RJ

18 NOV 1988



Barend Strydom está preso

Governo de Botha bane racistas

Pretória, — O governo sul-africano baniu um movimento extremista branco e confinou seu líder afrikaner, no primeiro ataque aos oponentes de direita da política de reforma racial limitada do presidente Pieter W. Bothas.

A ordem de banimento foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial dois dias depois de um membro confesso de outra organização extremista iniciar um tiroteio a sangue-frio nas ruas da capital, matando seis negros e ferindo pelo menos outros 17.

O ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, disse que o governo baniu a Blanke Bevrydingsbeweging (BBB), ou Movimento de Liberdade Branco, sob as leis de emergência, em vigor a 28 meses.

A organização foi proibida de levar avante ou realizar quaisquer atividades ou atos, segundo o Diário Oficial.

A BBB é um grupo de fanáticos extremistas de direita que favorecem uma forma ativa de violência para levar o racismo ao seu extremo, disse Vlok numa declaração Também fomenta uma atitude de anti-semitismo entre os brancos.

A ordem também confinou o líder da BBB, Johan Schabort, ex-professor de Bioquímica, no distrito de Brits, a 75 quilômetros no noroeste de Johannesburgo, proibindo-o de fazer comício para mais de 10 pessoas.

O juiz P. J. Johnson ordenou ontem que Hendrik Strydom, 23, ex-oficial da polícia, acusado de matar seis negros e de causar ferimentos em outras 17, ficasse sob observação psiquiátrica durante 30 dias, e marcou a próxima audiência para o dia 19 de dezembro.

Sorridente e algemado, Strydom acenou para os repórteres ao entrar no Tribunal, onde disse que não tinha o menor interesse em participar dos procedimentos legais enquanto o governo não suspendesse suas políticas de reforma racial e prendesse todos os comunistas, nomeando o arcebispo anglicano Desmond Tutu.

Governo proíbe grupo neonazista

Pretória — O governo sul-africano proibiu ontem, o movimento de Libertação branca (BBB), organização abertamente racista e neonazista. A decisão de proibir a organização é do Ministro da Lei e da Ordem, Adriann Vlok, em decreto publicado no Diário Oficial.

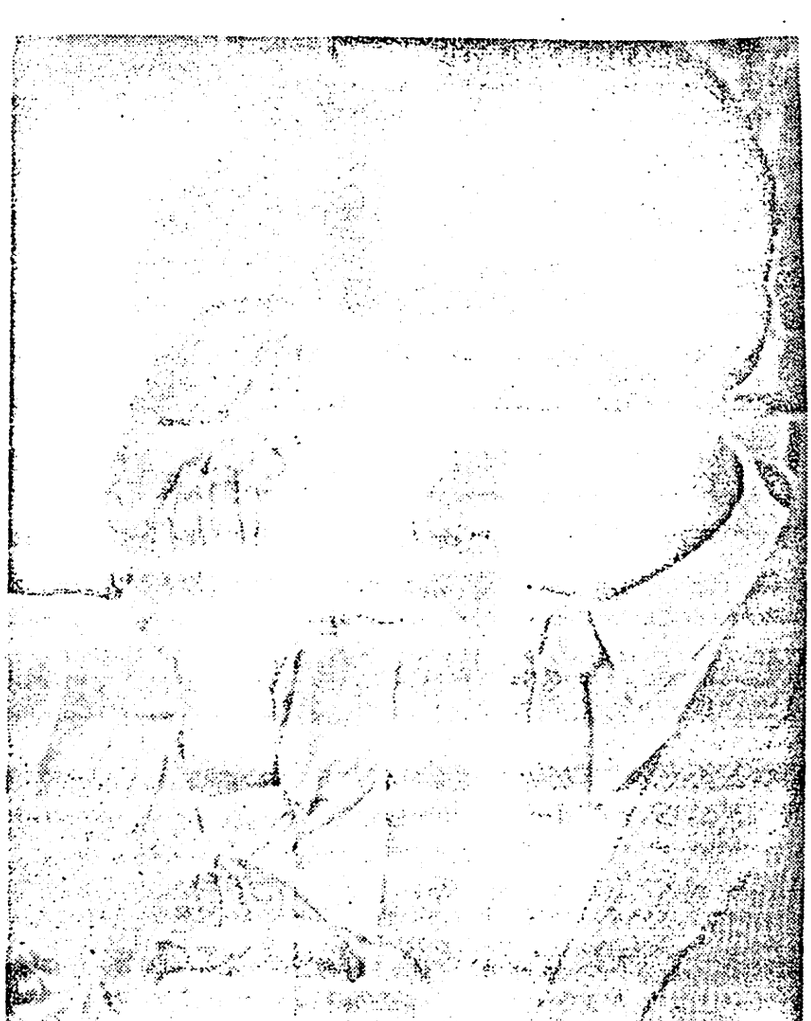
— O BBB é um grupo de extremistas fanáticos que pregam uma forma ativa de violência e são adeptos do racismo mais extremo e promove o anti-semitismo — justificou Vlok.

A medida era esperada desde que, terça-feira, um ex-policial e militante de extrema-direita matou a queima-roupa seis negros e feriu outros 17 no centro de Pretória.

Esta é a primeira vez que o atual governo proíbe um movimento de extrema direita, enquanto 23 organizações contra o **apartheid** foram proibidas só este ano. (AFP)

JORNAL DO BRASIL

sábado, 19/11/88



A irmã de um dos acusados chora ao sair do tribunal

África do Sul condena 11 negros por traição

PRETÓRIA — Num dos mais importantes julgamentos ocorridos na África do Sul desde a condenação de Nelson Mandela à prisão perpétua, em 1964, 11 ativistas negros foram considerados ontem culpados de "traição e terrorismo". O veredito anunciado pelo Juiz Kees Van Dijkhorst foi um golpe violento contra a Frente Democrática Unida, a maior organização legal *anti-apartheid* do país, que já havia sofrido restrições em fevereiro passado.

O julgamento durou 37 meses e envolveu 278 testemunhas. Três dos principais líderes da FDU foram acusados de traição e podem ser condenados à morte, após o dia 5 de dezembro. Um deles, Patrick Lekota, secretário de Publicidade da organização, declarou: "Não temos nada com que nos envergonhar. As únicas pessoas que devem se envergonhar são as pessoas que mandam nesse país."

Os outros dois são Popo Molefe, secretário Nacional da FDU, e Moss Chikane, secretário da Província de Transvaal.

Diplomatas de todo o mundo demonstraram preocupação quanto ao caso que pode vir a se tornar tão emotivo quanto o dos "Seis de Shapeville", quando cinco homens e uma mulher foram condenados à morte em Pretória. O secretário geral do Conselho Sul-Africano de Igrejas, Frank Chikane, afirmou que "o veredito mostra que qualquer pessoa envolvida em protesto contra o sistema pode ser acusada de cometer traição".

Um quarto culpado de trair a pátria é integrante de uma associação cívica das comunidades negras sul-africanas e os outros sete culpados foram acusados de envolvimento em distúrbios ocorridos nas comunidades negras das imediações de Johannesburgo em 1984 e 1985.

19.11.88

Sete sul-africanos são condenados por traição

Pretória — Um juiz do Supremo Tribunal da África do Sul declarou ontem quatro ativistas negros culpados de traição, e outros sete de terrorismo, causando um grande golpe na Frente Democrática Unida, o maior movimento legal contra o Apartheid, ou sistema de segregação racial no país.

O juiz Kees Van Dijkhorst anunciou o veredito no Palácio da Justiça de Pretória, no mesmo local onde o líder nacionalista negro Nelson Mandela foi condenado à prisão perpétua, em 1964. Três dos réus condenados por traição, todos importantes dirigentes da Frente Democrática Unida, podem ser executados. O quarto declarou culpado de trair a pátria, é membro de uma associação cívica das comunidades negras sul-africanas.

Reagindo ao julgamento, o líder do Conselho de Igreja da África do Sul, Frank Chikane, declarou: "O processo deixou claro para quase todas as pessoas suficientemente inteligentes nesse país que ser líder oposicionista significa trair a pátria".

Advogados e diplomatas ocidentais disseram que o veredito foi um grande golpe para a FDU, que sofreu restrições, mas não foi proscrita, em fevereiro passado.

"Nada do que fizemos nos envergonha, nenhuma coisa", afirmou o secretário de Publicidade da Frente Democrática, Patrick Lekota, em conversa com jornalistas antes de ser levado para uma cela no Tribunal.

Lekota, que ganhou um apelido, "terror", nos campos de futebol, esteve detido durante três anos e quatro meses, junto com os outros dois dirigentes de seu grupo que foram declarados traidores, Moss Chikane e Popo Simon Molefe.

Seis são executados na forca

Pretória — Dois brancos, dois mestiços e dois negros, condenados à morte por assassinato e violaç-oes, foram enforcados ontem de madrugada na prisão de Pretória, anunciou uma porta-voz do Ministério Sul-Africano de Justiça.

Com estas seis execusões, eleva-se a 110 (três brancos, 33 mestiços e 74 negros) o total das execuções desde o início do ano, informou a AFP à porta-voz, Marie Pienaar.

No ano passado, houve na África do Sul 164 execuções por enforcamento, o número mais elevado na história do país.

Um sétimo condenado, um negro que deveria ter sido executado também ontem pelo assassinato de um guarda noturno, conseguiu ontem à noite um adiamento da execução, segundo a fonte.

Pelo menos 292 pessoas (entre as quais duas mulheres, mestiça e negra, respectivamente) continuam no setor dos condenados à morte na prisão de Pretória. A imensa maioria (226) é da raça engra e entre os 19 brancos, estão quatro policiais.

O ministro da Justiça, Kobie Coetsee, havia precisado em setembro que 101 pessoas tinham sido condenadas à morte desde 1985 por delitos ligados à agitação antigovernamental dos anos 1984/86 nos "townships" negros. Dezessete das setenças foram executadas e um condenado obteve comutação de pena.

Entre os 83 restantes, os mais famosos são os "seis de Sharpeville" (uma mulher e cinco homens), condenados à morte há quase três anos por participação no linchamento do deputado-prefeito negro de Sharpeville. Sua execuç-ao foi adiada "sine die" em julho passado e o Tribunal de Recursos de Bloemfontein (a mais alta instância judicial do país) deverá pronunciar-se em breve sobre o pedido de reabertura do processo.

Cuba aprova o acordo de Genebra

Havana — O governo de Cuba aprovou os pontos do acordo estabelecido em Genebra (Suíça) durante a nona reunião quatripartite entre angolanos, cubanos, sul-africanos e norte-americanos sobre os conflitos no Sudoeste da África, anunciou ontem o jornal Granma.

O órgão do Partido Comunista Cubano indicou que a aprovação foi comunicada ao governo dos Estados Unidos, mediador na negociação. O ponto essencial da reunião de Genebra refere-se ao calendário da retirada paulatina do contingente de mais de 50.000 soldados cubanos atualmente em Angola.

Prazo

Durante a reunião de Genebra — a nona quatripartita — chegou-se a um acordo sobre "a retirada das forças cubanas de Angola em um período de mais de dois anos, e com um calendário que garante, a nosso critério, a segurança de Angola e de nossas tropas", segundo o porta-voz da delegação cubana, Alcibíades Hidalgo. "Não é um prazo ótimo, pois em uma negociação todas as partes devem fazer concessões", acrescentou.

Antes da última reunião quatripartida, a África do Sul reclamava a retirada em 24 meses.

CORREIO do BRASIL
Brasília - D.F.

22 NOV 1988

Zimbabue critica política americana

Harare (Zimbabue) - O ministro do Exterior do Zimbabue abriu ontem uma assembléia da Conferência Mundial de Igrejas (CMI) com um violento ataque à política externa dos Estados Unidos, durante o governo Reagan, dizendo que esperava uma melhor política do presidente eleito George Bush.

As supostas taticas de desestabilização da África do Sul em territorios vizinhos e o ponto focal da conferência da CMI, que foi formalmente aberta pelo ministro do Exterior, Nathan Shamuvarira.

Ele acusou que a desestabilizaçao fomentada por Pretória na África Austral tem sido "taticamente" apoiada pelo governo Reagan.

"O governo norte-americano realizou uma conferência sobre os "contras" em 1985 que foi semelhante a úma conferência de ladroes", declarou. Ele aparentemente se referia aos rebeldes em geral, quando falou em "contras", e não apenas aos guerrilheiros "contras" apoiados pelos Estados Unidos.

"O proposito principal daquela reunião foi coordenar as atividades de organizações contrabandistas em todo o mundo" disse o ministro.

Brasileiro competindo na África do Sul

Johannesburgo (AFP) — O campeão brasileiro de salto em altura Tom Hintnaus e outros 13 atletas norte-americanos competirão na África do Sul, em abril de 89, apesar do boicote esportivo internacional contra esse país por motivo de segregação racial, "apartheid", informou ontem em Johannesburgo o diretor da Federação Sul-Africana de Atletismo, Gert Le Roux.

Hintnaus e dois dos norte-americanos, o corredor Ray Wicksell e o campeão de salto a distância Tyrus Jefferson, assim como o diretor norte-americano da tournee, Dick Tomlinson, foram suspensos indefinidamente na semana passada pela Federação Norte-Americana por terem se apresentado na África do Sul, apesar das advertências da federação internacional.

Le Roux disse que talvez outros atletas participassem também da tournee, mas que o contingente essencial era formado pelo brasileiro, que é de origem norte-americana, e pelos 13 dos Estados Unidos.

Hintnaus se encontra na África do Sul e pretende ficar até maio e Wickseil, que também ficou depois da exibição, pensa em se radicar no país, informou a rádio estatal sul-africana.

JORNAL DE ANGOLA 23-11-88

"Hollywood" roda filmes na África do Sul

NOVA IORQUE — A racista África do Sul tornou-se numa espécie de "mina" para as companhias de cinema de "Hollywood", atraídas não só pelo exotismo e natureza, como também pela mão-de-obra extremamente barata, subvenções governamentais e disposição de Pretória de fornecer para a filmagem qualquer número necessário de soldados e material bélico.

Segundo indicou a "Tass", citando a revista mensal "Multinational Monitor", este último facto agrada muito a "Hollywood", dado que a maior parte das películas rodadas na África do Sul ou por encomenda de Pretória, são feitas com base nos argumentos que louvam o militarismo, o racismo e a violência.

No fim do ano transacto, a companhia americana "Moonrose Production" teve, à sua disposição, tanques, veículos blindados de transporte e milhares de soldados na Namíbia ilegalmente ocupada, para rodar o filme "Red Scorpion", acrescenta a agência soviética.

As autoridades de Pretória criaram condições especiais para o grupo de filmagem, manifestando o interesse pelo aparecimento, o mais rápido possível, do filme, que enaltece as façanhas dos mercenários na África do Sul e que combatem contra a população negra naquele país.

A "amizade" íntima de "Hollywood" com os racistas provoca a indignação dos norte-americanos que lançaram uma campanha de boicote às corporações, bancos e homens da cultura que continuam a manter relações com o regime do "apartheid".

CORREIO BRAZILIENSE

21 de novembro de 1988

Botha suspende pena de morte de dez criminosos

Cidade do Cabo, Africa do Sul. — O presidente sul-africano Pieter W. Botha comutou ontem a pena de morte aos "eseis de Sharpeville", a de quatro policiais brancos, anunciou ontem na Cidade do Cabo um porta-voz do Ministério da Justiça.

Os dez presos fazem parte de um grupo de treze condenados a morte (quatro brancos e nove negros) perdoados ontem pelo chefe de Estado. A medida foi adotada pouco depois de a Justiça sul-africana ter rejeitado um último recurso feito pelos "seis" para a reabertura de seu processo.

Os "seis", uma mulher e 5 homens, todos negros, foram condenados a pena capital em 13 de dezembro de 1985, por terem participado do homicidio do prefeito adjunto do "Township" de Sharpeville. Dos quatro policiais brancos perdoados, dois são membros de uma unidade especial da Policia Antimotins, condenados pela morte de um jovem negro em 1986, em um "township", e dois membros da Policia Judicial acusados de assassinar dois traficantes de drogas.

REVISÃO

Para solicitar a revisão do processo, os advogados da defesa alegaram no dia 7 de setembro último que uma das testemunhas de acusação, Joseph M. Manete, havia sido maltratado pela policia, vendo-se obrigado a dar um falso testemunho sobre dois dos "seis".

O juiz que havia pronunciado a condenação, Wessels J. Numan, rechaçou um primeiro pedido de reabertura do processo, estimando que não havia "a mínima suspeita" de que a policia tivesse exercido pressão sobre as testemunhas.

Em sua decisão, cujos considerandos ocupam 91 páginas, o presidente da Corte de Apelação, Pieter J. Rable, dá a razão ao juiz Human.

Uma reabertura do processo por decisão presidencial não era provável, já que equivaleria a desautorizar a Justiça.

O pedido de graça foi o segundo dirigido pelos "seis" ao presidente Botha, que não aceitou a primeira, em março, explicando que se tratava de ingerência em um processo judicial em curso.

Dias mais tarde, às vésperas do dia fixado para a execução dos "seis", o juiz Human lhes concedeu um adiamento de pena, com base em um novo elemento, ou seja a revelação por uma testemunha dos maus tratos policiais.

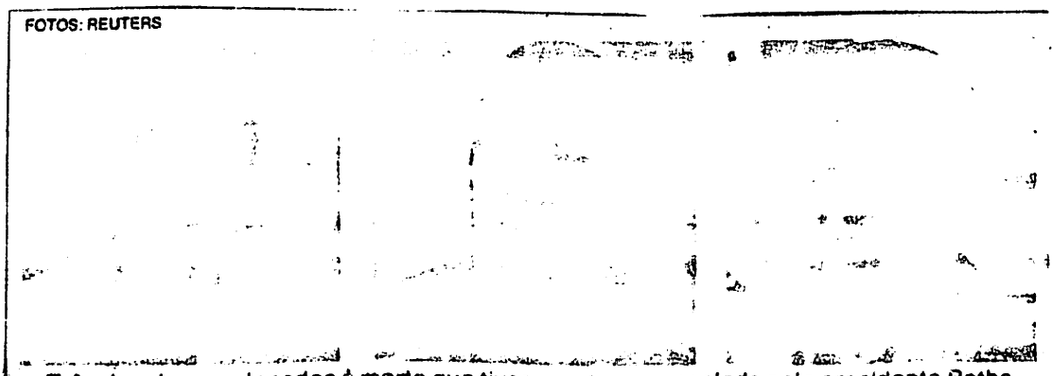
REPERCUSSÃO

As consequências no plano politico são importantes, dada a amplitude internacional que tomou o assunto.

Numerosos governos ocidentais, entre eles Londres e Washington, principais aliados de Pretória, pediram o indulto dos "seis" quase com igual insistência que a libertação do lider nacista negro Nelson Mandela.

Esse interesse no estrangeiro se deve a que o juiz Human havia reconhecido, ao emitir sua sentença a pena capital, que a responsabilidade direta dos condenados na morte de Jacob Khuzwayo Diamini, não era clara, mas que sua cumplicidade ficava estabelecida.

FOTOS: REUTERS



Três dos dez condenados á morte que tiveram a pena cancelada pelo presidente Botha

24 de novembro de 1988

África do Sul suspende pena de morte dos 'Seis de Shaperville'



Pik Botha

JOHANNESBURGO, África do Sul — O presidente da África do Sul, Pieter *Pik* Botha, comutou a pena de morte por enforcamento dos chamados Seis de Sharpeville, cinco homens e uma mulher acusados de participar do assassinato de um vereador no pobre município negro de Sharpeville, ao sul de Johannesburg, em 1984, durante manifestações anti-*apartheid*. A sentença de morte foi substituída por penas de prisão que variam de 18 a 25 anos.

Os seis, que já haviam esgotado todas as possibilidades judiciais de obter a anulação da sentença, já passaram mais de 1.000 dias no *corredor da morte* e viram a data de sua execução ser adiada muitas vezes desde a condenação, em 1985. Na última apelação, que não deu certo, os advogados de defesa pediram à Suprema Corte de Pretória a reabertura do caso porque uma testemunha-chave, Joseph Manete, disse que havia mentido no julgamento original por pressão policial.

Theresa Ramashamola, 24 anos, Duma Khumalo, 26, Francis Mokhesi, 29, Malebo Mokoena, 22, Moses Diniso, 30, e Mojalefa Sefatsa, 30, permanecem na Prisão Central de Pretória, onde cumprirão a pena.

Júlia, mãe de Ramashamola, única mulher entre os seis, disse que se tivesse ocorrido o enforcamento teria sido "por vontade de Deus". "Já tínhamos rezado e chorado demais. Nada mais podíamos ter feito," desabafou.

O caso mobilizou a opinião pública internacional — levando países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha a pedir pela vida dos seis — porque a condenação foi baseada em dispositivo legal que permite incriminar acusados em função de suas intenções e não de seus atos concretos.

Os tribunais sul-africanas não acreditaram que os seis tivessem levado a cabo o assassinato de Jacob Dlamini, mas afirmaram que os seis partilhavam das intenções da quadrilha que apedrejou, esfaqueou e queimou Dlamini durante as manifestações de setembro de 1984.

Botha comutou também a pena de morte de quatro soldados brancos, em uma manobra que pretende sensibilizar ao mesmo tempo a opinião pública progressista e conservadora.

Execução de 6 negros é suspensa por Botha

Pretória — O presidente da África do Sul, Pieter Botha, anunciou ontem a comutação da pena de morte para os "seis de Sharpeville", os seis negros condenados ao enforcamento sob acusação de participarem do linchamento do vereador e vice-prefeito de Sharpeville, Khuzwayo Jacobsdlamini, durante uma revolta contra aumentos de aluguéis e mudanças constitucionais que mantiveram a maioria de 26 milhões de negros à margem da política nacional.

Horas depois de a Suprema Corte rejeitar um último pedido de clemência, Botha anunciou que os condenados, cinco homens e uma mulher, cumprirão sentenças de prisão de 18 a 25 anos.

Provas

Botha também comutou as penas de morte de dois policiais brancos envolvidos em dois casos separados de assassinato. Em vez do enforcamento, eles cumprirão sentenças de 15 e 25 anos de prisão.

Os advogados de defesa sempre sustentaram que não havia provas da participação direta dos seis acusados na morte do vereador de Sharpeville. Mas a Justiça sul-africana alegou que o "propósito comum" era suficiente para condená-los à morte.

24 de novembro de 1988

Comutadas as penas dos 'seis de Sharpeville'

JOHANNESBURGO — O Presidente da África do Sul, Pieter Botha, comutou ontem a pena de morte imposta aos "seis de Sharpeville" por sentenças de 18 a 25 anos de prisão. Os seis — cinco homens e uma mulher, negros — tinham visto recusado, horas antes, seu pedido de revisão do processo, pelo Supremo Tribunal.

Eles tinham sido condenados em dezembro de 1985 por sua suposta participação no assassinato de um vereador negro acusado de colaborar com o Governo de minoria branca, durante as grandes manifestações contra a política de discriminação racial ocorridas em 1984. A sentença de morte repercutiu negativamente em vários países, causando uma onda internacional de protestos, já que seu envolvimento direto no crime jamais ficou provado.

A execução da sentença, pela forca, foi adiada várias vezes nos últimos três anos, e a última tentativa de revisão, ontem rejeitada pela Justiça, era baseada na afirmação de que uma testemunha chave da acusação prestara depoimento falso, por pressão policial. Recusado o pedido, só restou aos advogados encaminhar um pedido de clemência ao Presidente, o qual em seguida anunciou sua decisão de comutar as penas.

Botha fez o mesmo com relação a quatro policiais brancos e a três outros civis negros, todos eles condenados à morte por diferentes assassinatos. O Ministério da Justiça, que anunciou as medidas, não informou as razões que motivaram o Presidente, e um porta-voz deste recusou-se a fazer qualquer comentário.

Também condenado por participação em assassinato durante agitações políticas ocorridas na Cidade do Cabo, um negro de 23 anos, Paul Setlaba, será enforcado hoje, a menos que uma decisão de última hora, do Supremo Tribunal ou do Chefe do Governo, venha a favorecê-lo.



Frakash Diar, advogado dos 'seis'



Telefotos Reuter

Botha comutou as penas de morte

● BLOQUEIO — Segundo relatório divulgado ontem pelo Centro de Informação das Nações Unidas no Rio de Janeiro, desde 1984, quando foi decretado o embargo de petróleo para a África do Sul, já ocorreram 77 casos de violação àquela medida, cuja finalidade é a de pressionar o país a pôr fim ao regime de discriminação racial. Se o boicote fosse cumprido integralmente, diz o texto, a pressão poderia conduzir ao fim do "apartheid", pois o país só tem estoques de combustíveis para mais sete meses.

ÁFRICA DO SUL

Botha comuta pena de morte de seis negros

por Anthony Robinson
do Financial Times

O presidente da África do Sul, P. W. Botha, comutou as sentenças dos "seis de Sharpeville", os cinco homens e uma mulher negros condenados à morte em dezembro de 1985 por envolvimento no assassinato de um membro negro do conselho de Sharpeville, o distrito negro situado ao sul de Johannesburg.

A decisão surpreendente foi anunciada poucas horas depois que a Suprema Corte ter rejeitado o pedido dos advogados da defesa para a reabertura do julgamento dos seis.

No seu julgamento, não foi apresentada nenhuma prova de que os seis contribuíram fisicamente para a morte do conselheiro, Khuzwayo Dlamini, em setembro de 1984, durante os distúrbios provocados por aumento de aluguel. Em vez disso, foram condenados com a aplicação da doutrina de "finalidade comum", sob a qual foram considerados responsáveis porque, conforme se alegou, foram participantes ativos da multidão que matou Dlamini.

(NOVAS PENAS)

Os seis cumprirão sentenças de prisão de 18 a 25 anos. Botha também comutou as penas de morte de dois policiais brancos envolvidos em dois casos separados de assassinato. Em vez do enforcamento, eles cumprirão sentenças de 15 e 25 anos de prisão.

Botha disse antes que consideraria a clemência quando todos os canais legais fossem exauridos.

A CRÍTICA
MANAUS - AM

25 NOV 1988

Mais 5 negros são enforcados na A.S.

PRETÓRIA — As autoridades da África do Sul enforcaram ontem cinco condenados por assassinato, em Pretória, enquanto preparavam a execução de outros dois e retiravam os chamados "Seis de Sharpeville" do corredor da morte, depois que suas penas foram comutadas pelo presidente Pieter Botha.

A porta-voz do Ministério da Justiça, Marie Pienaar, disse que os cinco condenados, todos negros, foram enforcados de madrugada na prisão central de Pretória, elevando o número de execuções no país, desde o início do ano, para um recorde de 115.

Outros dois assassinos condenados à forca tiveram suas execuções adiadas no último minuto, o primeiro pelo Supremo Tribunal e o segundo pelo próprio ministro da Justiça, Kobie Coetsee, para que fossem analisadas novas petições de clemência, segundo a porta-voz.

Botha comutou ontem as penas dos "Seis de Sharpeville", que aguardavam sua execução por um assassinato político, ocorrido em 1984, numa comunidade negra nas imediações de Johannesburgo. A decisão do presidente foi anunciada seis horas depois que o Supremo Tribunal rejeitou a apelação final da defesa.

Pretória não perdoa e enforca 5 condenados

Pretória - As autoridades da África do Sul enforcaram ontem cinco condenados por assassinato, em Pretória, enquanto preparavam a execução de outros dois e retiravam os chamados "seis de sharpeville" do corredor da morte, depois que suas penas foram comutadas pelo presidente Pieter Botha.

A porta-voz do Ministério da Justiça, Marie Pienaar, disse que os cinco condenados, todos negros, foram enforcados de madrugada na Prisao Central de Pretória, elevando o número de execuções no país, desde o início do ano, para um recorde de 115. Outros dois assassinos condenados à forca tiveram suas execuções adiadas no último minuto, o primeiro pelo Supremo Tribunal e o segundo pelo próprio ministro da Justiça, Kobie Coetsee, para que fossem analisadas novas petições de clemência, segundo a porta-voz.

Botha comutou quarta-feira as penas dos "seis de Sharpeville", que aguardavam sua execução por um assassinato político.

Enforcados mais cinco sul-africanos

PRETÓRIA — Cinco sul-africanos — dois negros de 31 e 36 anos e três mestiços de 24, 26 e 37 anos —, acusados por assassinatos, foram condenados à morte e enforcados de madrugada na Prisão Central de Pretória. A execução de Paul Stelba, um outro negro, de 23 anos, também condenado à morte por um delito qualificado de "político" pela oposição ao regime de segregação racial da África do Sul, foi adiada por decisão de Kobie Coetsee, Ministro da Justiça.

Condenado à pena de morte no dia 10 de dezembro de 1986, por participar do linchamento de Julia Dilato, Stelba afirmou durante seu julgamento que só havia chegado ao local quando a jovem negra já estava sendo queimada viva. Julia, segundo militantes radicais, não havia respeitado o boicote às lojas dos comerciantes brancos, em Colesberg, a 750 quilômetros ao norte da Cidade do Cabo. O caso de Stelba está sendo analisado pelo Presidente da África do Sul, Pieter Botha.

Como no caso dos "seis de Shaperville", cujas penas de morte foram comutadas por sentenças de 18 a 25 anos pelo Presidente sul-africano, o linchamento de Julia, no dia 2 de outubro de 1985, está inserido no contexto das violentas manifestações contra o Governo de Pretória. Os "seis", cinco homens e uma mulher, negros, tinham sido condenados à forca no dia 12 de dezembro de 1985 por sua participação no linchamento de um vereador de Shaperville, em setembro de 1984.

Os cinco enforcamentos de ontem elevam para 115 — 76 negros, 36 mestiços, três bancos — o número de execuções desde o início deste ano na África do Sul.

O POPULAR
GOIÂNIA - GOIÁS

27 NOV 1988

Paulo Francis

O drama da África do Sul

A notícia de que o venerando líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, 70 anos, seria transferido de uma prisão especial para prisão domiciliar é problemática da atuação do presente Governo da República da África do Sul, dirigido por P.W. Botha: é muito pouco, tarde demais. Mandela está preso desde 1962. Tornou-se 'in absentia' o catalista do movimento revolucionário negro do país, que contém muitas correntes, várias contraditórias, e que só tem em comum o desejo de subversão do poder minoritário branco. Uma figura mundialmente conhecida como o arcebispo anglicano Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz, quer uma concórdia de raças, se opõe pessoalmente, isto é, com risco físico, ao terrorismo negro, o terrorismo do 'colar', ou seja, a colocação de pneu em chamas no pescoço de um inimigo; e quer desmantelar o segregacionismo da 'apartheid' palavra que, por sinal, não é mais usada, em contexto algum, pelo Governo sul-africano, que fala de defender direitos das minorias, isto é, dos brancos que retém o poder. Já Nelson Mandela, ao dar crédito a seus porta-vozes, se diz marxista-leninista e separatista. Pretenderia expulsar os brancos ou coisa pior se tomasse o Governo.

E quem lidera, ou qual é, a ideologia, das milhões de crianças de entre 14 e 15 anos, que agitam as favelas, às 'townhships', em que os negros se concentram em cerca de 17 milhões? Crianças no desemprego e que vão às escolas públicas, estudar, quando bem entendem? A polícia sul-africana, em face de incidentes nestas favelas, abandonou, por ser muito arriscada, a tentativa de dissolver motins. Limita-se a estabelecer uma quarentena, um 'cordon sanitaire', em volta dos sucessivos levantes, esperando que se diluam pelo cansaço dos participantes ou porque a polícia de táticas, de que há muitas mas nenhuma estratégia perceptível, exceto manter a traição com o poder branco. Ninguém contém milhões de crianças, exceto pelo extermínio.

O Partido Nacional, de P.W. Botha, hoje depende, no Parlamento, do apoio da minoria ascendência inglesa (uma minoria substancial, da população). 'Afrikaners' mais radicais não aceitam a política 'moderada' do Governo e já teriam derrubado Botha, se não fosse o apoio que recebem do Partido Progressista Federal. Este tem apenas 27 cadeiras das 178 do Parlamento, mas garante maioria a Botha contra os radicais. Estes o Partido Conservador e algo chamado Partido Hergsite, crescem. Sua maior força está no Transval e Estado Orange (laranja), que são intransponíveis até aos modestos esboços de reforma de Botha.

O erro, ou falta de iniciativa, ou de poder 'de facto', de Botha, foi a Constituição de 1983, que criou três casas do Parlamento: assembléia (brancos), Câmara dos Deputados (raça mista: mulatos) e Câmara dos Delegados (indianos). Só 20% daś duas últimas 'cores' (não há como usar outra palavra) votaram, mas ainda assim se tornaram um dos alvos preferidos das crianças negras. E Botha poderia ter optado uma boa parte da população negra se lhes desse um simulacro de poder que fosse. Mas não ousou romper os tabus da 'apartheid', nem simbolicamente.

O sistema está desmoralizado. A paixão que se via de 1948-1950, quando a 'apartheid' foi estabelecida, com maioria 'afrikaner' no Parlamento, perdeu muito, se não totalmente, a sua consistência. É fato de que holandeses emigraram para o que é hoje a África do Sul, em 1625, e que falam um 'patois' de holandês, 'afrikaans', com 's', mas sua história só começa a sério no século 19. A Holanda perdeu a África do Sul na distribuição de espólios no fim das guerras napoleônicas. A soberania inglesa foi reconhecida pelos vitoriosos na Europa. E emigração em massa foi encorajada pelo Governo de sua majestade britânica. A política inglesa era influenciada por missionários e pela aristocracia liberal (whig) que fora tocada pelos iluminismo. E, em 1834, o Parlamento inglês aboliu a escravidão. As fricções entre os colonos ingleses se tornaram intoleráveis.

Em 1834, uma boa parte dos 'afrikaners' migrou para o que hoje é o Transval e o Estado Orange, seus redutos até o presente. Derrotaram numa grande batalha em 16 de dezembro de 1838 os Zulus do rei Dingaan e daí por diante começaram a criar a mística do segregacionismo dispota pelo seu deus calvinista. 16 de dezembro é sua grande festa nacional e no próximo 16 serão comemorados 150 anos desta concessão, desta 'causa' afrikaner. A descoberta de ouro em Witwatersrand (de que falarei mais melhor a cidade de Johannesburgo) nos anos 1880 mudou tudo. A cobiça dos ingleses levou os a estabelecer uma política de imigração anti-afrikaner', já conhecidos pelo nome de Boers, e, em 1899-1902, a Inglaterra foi à guerra com os Boers, de que saiu vitoriosa, mas com enorme queda de prestígio. O bom senso britânico levou a uma procura de 'conciliação' com os Boers e divisão dos lucros.

Líderes 'afrikaner' esclarecidos como Jan Smuts e Barry Herzog levaram os ingleses na conversa e conseguiram para África do Sul o status de domínio, ou seja, auto-determinação política. Durante esta 'lua de mel' anglo-'afrikaner' nenhuma concessão foi feita aos negros, mas se pode dizer que comparativamente a presença inglesa foi benevola para eles, como, de resto, para todos os colonizados do império britânico. Os 'afrikaners', discretamente, organizaram uma 'fraternidade' de pessoas importantes - de que todo o Governo Botha é parte - e que até hoje governa o país. Mas a 'fraternidade' só obteve poder político total na eleição de 1948, quando conquistou maioria no Parlamento e a debilitada Inglaterra, depois da Segunda Guerra, não pôde oferecer resistência às barbaridades da 'apartheid', que foram anunciadas ao mundo com toda a fanfarra, para horror dos liberais.

Esta é, em resumo, a história. Mas há modificações substanciais. A comunidade de negócios, os homens de dinheiro, em suma, são favoráveis à democratização do sistema. O que não havia em 1948. E a maioria da elasse intelectual também considera o segregacionismo total uma desgraça. Isto é interessante, porque foram intelectuais que delinearam os pilares da 'apartheid'. Até a Igreja calvinista sul-africana há muito tempo deixou de proclamar a superioridade natural, 'eleita', calvinista, dos brancos. E na classe média e pequena burguesia e em senhores feudais do Transval e do Estado Orange que o velho regime tem seus mais truculentos defensores e Pieter Botha, obviamente, bastaria de encontrar um meio termo que apaziguasse brancos e negros. Mas não ousa, ou não pode, ir além das modestas reformas que introduziu.

É há questão mundial. Africa do Sul e URSS controlam o mercado de ouro no mundo. Uma curiosa aliança ditada pelas circunstâncias, mas é conspícua a ausência soviética da 'inquietação' (como a chama os 'afrikaners') dos negros, que já se tornou crônica o exemplo do conflito palestino israelense e católico-protestante em Ulster, Irlanda do Norte. A diferença entre os três, diria um 'afrikaner', é que os israelenses e protestantes (em ulster) são ainda maioria, enquanto que na África do Sul os negros são maioria absoluta. Entregar-lhes o poder seria um risco para a minoria branca.

27.11.88

Libertados na África do Sul dois ativistas

JOHANNESBURGO — Os ativistas negros sul-africanos Zephania Mothopeng e Harry Gwala foram libertados incondicionalmente por motivos humanitários. Tanto o Presidente do Congresso Pan-Africano, Mothopeng, de 74 anos, como Gwala, de 68 anos, integrante do Congresso Nacional Africano, estão gravemente doentes.

Mothopeng foi condenado a 15 anos de prisão em 1977 por participar de uma organização proibida na África do Sul enquanto Gwala foi detido no mesmo ano por conspiração contra o Governo de Pretória. Gwala fora condenado à prisão perpétua.

As libertações deste dois ativistas aumentarão certamente as especulações sobre a possibilidade de que também Nelson Mandela, que está se recuperando de uma tuberculose num hospital estatal, seja colocado em liberdade a curto prazo. Mothopeng, que está está recebendo tratamento médico, declarou estar "completamente surpreso" com a notícia de sua libertação.

Gwala ingressou no CNA em 1944, quando a organização ainda era considerada legal pelas autoridades sul-africanas. Ele ajudou a organizar as primeiras greves de protesto contra as leis "apartheid" nos anos 50. "Esperava que Mandela fosse libertado antes de nós", disse o ativista.

África do Sul - Despedidas

O Embaixador da República da Africa do Sul, Sr. Alex van Zyl e Senhora, receberam, para suas despedidas oficiais, em sua residência na Av. das Nações. O Embaixador van Zyl esta encerrando sua missão diplomática em nosso País, depois de estar aqui por 4 anos e três meses. Não foi fácil a missão do Embaixador van Zyl no Brasil, sobretudo nos últimos dois anos, com as celebrações da Abolição e dos movimentos negros. Várias vezes viu os muros de sua Embaixada sujos de tinta e assistiu a diversas manifestações de protestos, na frente deles.

Um homem afável, soube conduzir-se com calma. Ele e a Embaixatriz Helena formam um casal simpático. O problema é que representam um país que cada dia fica mais isolado da comunidade das nações por causa da segregação racial.

O POVO
FORTALEZA - CE

28 NOV 1988

África do Sul liberta dois presos políticos negros

Johanesburgo — A libertação incondicional, ontem, de dois dos presos políticos negros mais conhecidos do país confirma que o governo sul-africano age, de modo controlado e gradual, na libertação dos líderes históricos dos movimentos guerrilheiros negros, estimaram hoje os observadores em Johanesburgo.

Os dois presos políticos libertados ontem são o Presidente do Congresso Pan-Africano (PAC), Zephania L. Mothopeng, de 75 anos, que pagava desde 1979 uma pena de 15 anos de reclusão, e um ex-dirigente do principal movimento nacionalista negro, o Congresso Nacional Africano (ANC), Harry Gwala, de 68 anos, condenado a prisão perpétua em 1976. Tanto o AAC e o PAC, grandes adversários, foram proscritos em 1960.

Esta dupla medida de clemência ocorre 48 horas depois que o governo sul-africano anunciou a libertação do líder histórico do ANC, Nelson R. Mandela, de 70 anos, que não voltará à prisão quando deixar a clínica particular da Cidade do Cabo, onde está internado há três meses para tratar-se de tuberculose.

O LIBERAL
BELÉM - PA.

29 NOV 1988

Presidente da Argélia pede reformas mais democráticas

Argel (UPI) — O presidente da Argélia, Chadli Bendjedid, inaugurou o sexto congresso do partido da Frente de Libertação Nacional (PFLN) pedindo reformas democráticas que reduziriam o período de 25 anos de partido único no país.

Cerca de 5 mil membros do PFLN participaram da inauguração do congresso, anteontem, que se realiza depois de violentos protestos nos quais cerca de 200 pessoas morreram, no mês passado.

Em documento distribuído aos membros do partido, Bendjedid criticou a rígida estrutura do PFLN e pediu reformas que incluem a realização de eleições locais para a escolha de certas autoridades governamentais que atualmente são diretamente nomeados pela presidência e o partido.

Se aprovado no Congresso, a portaria de reformas será apresentada à população para ser julgada em plebiscito nacional.

Em 3 de novembro a população argelina aprovou um pacote de medidas prometidas por Bendjedid em discurso pela televisão. O pronunciamento do presidente ajudou a pôr fim aos distúrbios de outubro, iniciados devido à escassez de alimentos e a austeras decisões econômicas do governo.

Logo após a inauguração,as autoridades proibiram a presença de jornalistas no congresso, levando um grupo de repórteres a realizar um protesto em Argel.

Alguns membros de linha-dura do partido pediram a restauração de um lema que promete retaliação argelina à França por sua dominação colonial nesse país do norte da África, que terminou em 1962 após uma sangrenta guerra de independêcia.

Em seu relatório ao congresso, que foi obtido pela UPI, Bendjedid insistiu na necessidade de se pôr fim ao nepotismo na frente de libertação nacional e na implementação de maiores reformas internas no partido.

Ainda no relatório, Bendjedid definiu as prioridades do partido, citando o encorajamento do diálogo político democrático e a defesa dos interesses da maioriada população.

O presidente também afirmou que as reformas propostas não são apenas uma reação aos distúrbios no mês passado, mas "verdadeiras reformas democráticas que têm suas ligações com o povo".

Bendjedid defendeu a unidade entre os países Arabes do norte da África e pediu a realização de negociações pacíficas sobre o Saara Ocidental, onde rebeldes apoiados pela Argélia lutam contra o controle marroquino.

Em relação à questão palestina, Bendjedid defendeu uma conferência internacional de paz no Oriente Médio, sob os auspícios da organização das Nações Unidas.

No decorrer de seus dois dias de encontro, o sexto congresso deverá nomear um candidato da Frente de Libertação Nacional à presidência, que seria Bendjedid, segundo observadores políticos.

· GAZETA MERCANTIL , 2 de dezembro de 1988 –

África do Sul envia equipe para auxiliar garimpeiros no Brasil

por John Barham
do Financial Times

A África do Sul enviou à Amazônia uma equipe de engenheiros de minas para desenvolver técnicas alternativas de mineração de ouro, a convite da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal.

O líder garimpeiro, José Altino Machado, da USAGAL, disse, em Belém, que os sul-africanos foram convidados por possuirem a mais avançada tecnologia de mineração do mundo.

DIAMANTES

Uma fonte do setor de mineração do governo brasileiro afirmou que os engenheiros poderiam auxiliar na prospecção e exploração de regiões produtoras de diamantes na Amazônia, mas os sul-africanos negaram esta possibilidade. O embaixador da África do Sul, Alex Van Zyl, disse que os processos de mineração brasileiros são rudimentares e que os graus de recuperação têm níveis baixos. Um dos engenheiros, Chris Richter, acrescentou que o grau de recuperação do minério chega a apenas 35%.

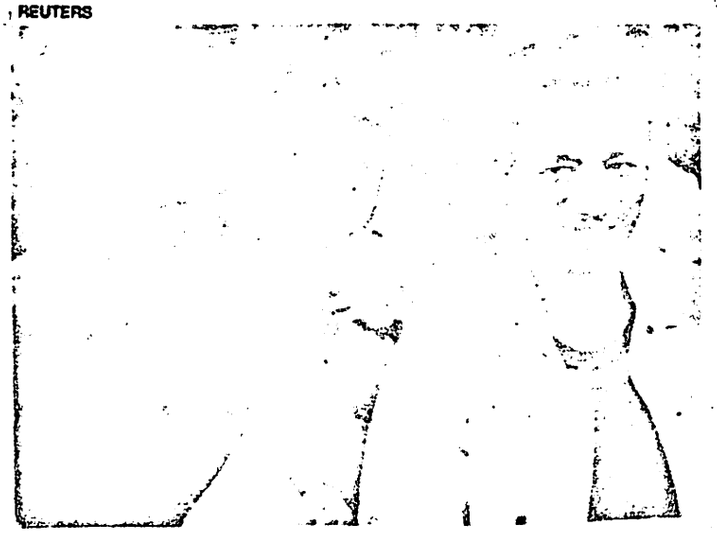
Um dos maiores problemas, segundo os sul-africanos, são o baixo conhecimento técnico dos mineradores brasilerios e o método de escavação a céu aberto, utilizado em 80% da prospecção de ouro do Brasil, considerado perigoso, além de causar desperdícios.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

*3 DEZ 1988

África do Sul solta jornalista negro

REUTERS



Após dois anos é libertado editor de jornal anti-racista

Johannesburgo — O governo da Africa do Sul libertou ontem Zwelakhe Sisulu, um dos mais conhecidos jornalistas do país, cuja família tem um registro de vigorosa oposição ao governo segregacionista de minoria branca. Sisulu, de 39 anos, permaneceu 720 dias detido sem acusações formais, sob os termos do estado de emergência, em vigor no país desde junho de 1986.

O porta-voz do Ministério da Justiça, Peet Bothma afirmou que Sisulu obteve liberdade condicional, assim como outros seis presos políticos, por ordem do ministro Adriaan Vlok.

A família Sisulu, incluindo o pai do jornalista, Walter que cumpre pena de prisão perpetua com o líder do proscrito Congresso Nacional Africano —, deverá receber o prêmio dos Direitos Humanos Carter-Menil, de 100 mil dólares, das mãos do ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, em 10 de dezembro.

Nenhum membro da família, entretanto, obteve permissão do governo sul-africano para sair do país, a fim de receber o prêmio nos Estados Unidos, segundo um diplomata ocidental.

O porta-voz do Ministério da Justiça se recusou a fazer comentários sobre as condições que envolveram a libertação de Sisulu, mas uma fonte governamental disse que o jornalista recebeu ordens para não sair de Johannesburgo.

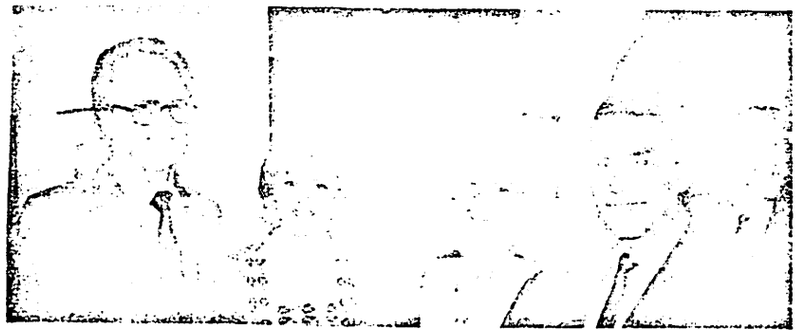
A advogada de Sisulu, Patrícia Jana, confirmou a libertação do jornalista, por volta das 2 horas da tarde

Ainda ontem, úma bomba explodiu de manhã em frente a um escritório governamental da cidade de Boksburg, nas imediações de Johannesburgo, onde a recém eleita Câmara dos Vereadores, de maioria conservadora, reinstituiu polêmicas leis segregacionistas que proíbem a acesso de pessoas negras a parques e outras instalações municipais.

Correio Braziléense-DF 03.12.88

África do Sul

Despedida do Embaixador, sem discriminação

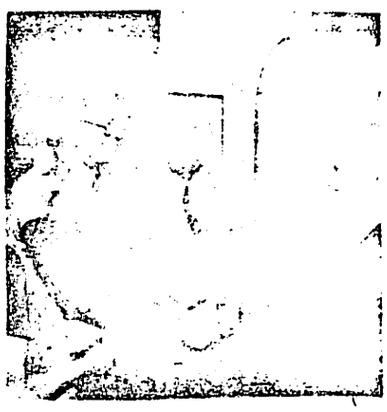


O Embaixador da África do Sul, Alex van Zyl e Senhora (E), deixam Brasília na próxima terça-feira, dia seis, depois de almoço, voando para o Rio e, de lá, duas horas depois, embarcam de volta a Johanesburgo, dando por encerrada sua missão diplomática de quase quatro anos em nosso País.

Segunda-feira (depois de amanhã), o Embaixador Van Zyl vai ser homenageado por seus colegas do Corpo Diplomático, reunidos na sede da Nunciatura, com Dom Carlo Furno, Núncio Apostólico, presidindo a cerimônia de despedidas.

O Embaixador sul-africano e a Embaixatriz Helena receberam várias homenagens nas suas despedidas. Antes de ontem o Embaixador da Holanda e a Senhora Hubert van Nispen tot Sevenaer receberam cerca de cinquenta convidados para um agradável jantar, tendo van Zyl e Senhora como convidados de honra. Houve troca de saudaç-oes bem-humoradas e de presentes.

O Embaixador van Zyl e Senhora também receberam para suas despedidas e desta recepção é a foto acima, quando os anfitriões posaram a lado do Embaixador e Senhora Carlos Luiz Coutinho Perez, Chefe do Departamento da África, do Itamarati.



Na recepção de despedidas do Embaixador da Africa do Sul e Senhora, que eles ofereceram em sua residência oficial, ao contrário do que se poderia supor, não havia discriminação. Aliás, a própria Secretária da Embaixada é uma jovem de cor, sul-africana. Entre os convidados, também havia alguns, como o Presidente da União dos Sindicatos e Associação dos Garimpeiros da Amazônia, Ivo Lubrinna de Castro (C) que, aliás, esteve recentemente na África do Sul. Todos circulavam com desenvoltura na festa de despedidas dos van Zyl.

Na foto, o Embaixador e Senhora van Zyl, o Sr. Ivo Lubrinna de Castro e o Diretor-Superintendente desta folha, Edilson Cid Varela.

Líder sul-africano viaja a Brazaville

Johannesburgo - O ministro de Relações Exteriores, Pik Botha, viajou ontem a Brazaville, Congo, para firmar um protocolo sobre a retirada das forças cubanas que operam em Angola e estabelecer um cronograma para o começo do processo de independência da África sudoeste. A agência independente Sul-Africa Press Association (Sapa), [illegible] de Defesa, Magnus Malan, que acompanhou Botha, disse que havia um [illegible] presidente, mas não deu detalhes.

Libertação — O governo sul-africano libertou Zwelakhe Sisulu, um dos jornalistas mais conhecidos do país, após 720 dias de detenção sem acusação formada, mas impôs rígidas restrições, quase equivalentes à prisão domiciliar. Sisulu, 37, cuja família tem um passado de oposiçao ao governo de minoria branca, foi proibido de retomar a seu posto de editor do semanário *New Nation*, um jornal que combate vigorosamente o *apartheid*.

O GLOBO 4 de dezembro de 1988

Tragédia sul-africana

JULIO BERNARDO

"O pessoal de July" é o terceiro livro de Nadine Gordimer publicado no Brasil, onde se pode encontrar os mesmas defeitos e qualidades que fizeram dela a escritora mais importante da Africa do Sul e já lhe valeram uma indicação para o Prêmio Nobel de Literatura. O tema central continua sendo o racismo, que se entranhou na sua obra com a mesma intensidade com que vem impregnando todas as relações pessoais no seu País. Da mesma forma, seu lirismo faz com que mais esse livro anti-**apartheid** seja bem mais do que uma história engajada.

Outra faceta que faz de "O pessoal de July" um livro típico de Nadine Gordimer está presente no próprio ponto de partida de sua trama, que se desenvolve a partir de uma hipotética vitória dos negros dentro do atual processo de libertação em que se encontra a Africa do Sul. Como ele já fez no conto "At the rendezvouz of Victory", "O pessoal de July" mostra que o regime racista é capaz de marcar não apenas o passado e o presente da Africa do Sul, como de comprometer seu próprio futuro. Antes de ser conquistada, a liberdade do País já esta ameaçada.

É por isso que se torna dramática a relação entre o casal Smales e o ex-criado July, que os leva para a tribo em que nascera e vivera até o dia em que foi tentar ganhar a vida numa cidade grande. Desde o começo da história fica claro que acompanhar o ex-criado é a última opção de Bamford e Maureen, na hora em que a revolução negra começa a se aproximar de casarão em que moravam, com piscina e três carros na garagem. Nessa situação limite, o coração dos três não consegue mentir em nenhum momento. A tensão é tanta que não da para maquiar as fraquezas de cada um.

A relação de Gordimer com a história pode ser explicada por intermédio da sofisticada Maureen, que não consegue se adaptar à necessidade de conter o fluxo menstrual com um pano velho. Somente a realidade é capaz de fazer com que tenha que se integrar ao pessoal de July e seus costumes primitivos. Maureen nascera para ser a mulher de um arquiteto famoso, embora a sua criação africaner não lhe tenha tornada uma racista reacionária. Mas ela vive na Africa do Sul, onde tudo pode acontecer. Sobretudo uma coisa estúpida como o **apartheid**.

Mas não são somente os brancos que sofrem com o processo de ruptura do País, como acontece nos romance de Gordimer. O caso de July talvez chegue a revelar uma faceta mais dramática do que a do casal Smales, ao se reencontrar com o seu passado tribal. Praticamente se esquecera de que seu nome de batismo é Mwawate, que só as mulheres podem cozinhar e que as ervas curam tudo. Virara uma outra pessoa durante os anos em que trabalhara no casarão dos Smales, onde recebia dinheiro, tinha chuveiro para se lavar e, principalmente, não sofria na pele os problemas raciais do seu País.

Foi exatamente por causa do tratamento digno que recebia dos patrões que ele se sentiu na obrigação de ajudá-los, na hora em que estourou a revolução. Esses patrões não eram como os outros brancos, ele percebera desde que dormira numa cama macia na primeira noite em que trabalhou para eles. Mas se eles não eram como os outros brancos, isso não significava que seriam como July e o seu pessoal. Os séculos conspiravam contra o tipo de aliança que as circunstâncias do romance lhe impuseram.

Massacre de negros na África do Sul

JOHANNESBURGO — Onze negros (sete mulheres e quatro homens) foram assassinados sábado à noite em Trust Seed, na Província de Natal, por outro grupo de negros, que invadiu a casa onde eles estavam e praticamente a destruiu a tiros, informou ontem a Polícia sul-africana. Numa casa ao lado foi encontrado o corpo de um negro morto a facadas, mas não se sabe ainda se os dois fatos estão vinculados. A área de Trust Seed é palco, desde o início do ano passado, de sangrentos choques entre os dois principais grupos contrários à discriminação racial existentes no país, a Frente Democrática Unida, de tendência socialista, e o Movimento Zuli Inkatha, conservador.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - Distrito Federal

6 DEZ 1988

Branco condenado na África do Sul

Cidade do Cabo — Um tribunal de Johannesburg condenou, ontem a seis anos de pris-ao, o cidadão branco sul-africano Charles Bester, de 18 anos, porque se negou a fazer o serviço militar por motivos de consciência.

Bester, ex-voluntário do .Africa Enterprise, organizaçao cristã inter-racial, disse ao juiz que o serviço militar nas Forças Armadas sul-africanas lhe traria "graves problemas politicos e morais". Na África do Sul o serviço militar só é obrigatório para os brancos. Os que pertencem a outras etnias podem fazer o serviço voluntário.

Branco condenado na África do Sul

Cidade do Cabo — Um tribunal de Johannesburg condenou, ontem, a seis anos de pris-ao, o cidadão branco sul-africano Charles Bester, de 18 anos, porque se negou a fazer o serviço militar por motivos de consciência.

Bester, ex-voluntário do .Africa Enterprise, organizaçao cristã inter-racial, disse ao juiz que o serviço militar nas Forças Armadas sul-africanas lhe traria "graves problemas politicos e morais". Na África do Sul o serviço militar só é obrigatório para os brancos. Os que pertencem a outras etnias podem fazer o serviço voluntário.

Sanções — A Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou, por ampla maioria, uma série de resoluções visando a forçar a África do Sul a encerrar seu regime de segregação racial. A Assembléia pediu repetidamente a adoção de sanções obrigatórias contra a África do Sul, mas tais medidas precisam ser endossadas pelo Conselho de Segurança da ONU, onde Grã-Bretanha e Estados Unidos, que não apóiam as sanções, têm poder de veto.

CORREIO BRAZILIENSE 7 de dezembro de 1988

África do Sul

Chama a atenção, com certa freqüência, os aspectos negativos relativos à África do Sul, enquanto não são devidamente reconhecidas as aspirações e conquistas da maioria moderada — brancos e negros. Nesse contexto, gostaria de apontar alguns recentes acontecimentos na África do Sul.

Alguns dias atrás, a África do Sul, Angola e Cuba concordaram em que fosse implantada a Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que culminará na independência do Sudoeste Africano/Namíbia e a eventual saída de 50 mil cubanos de Angola. É pertinente manter em mente que já em outubro último a África do Sul antecipava a data de 1º de novembro deste ano como passo inicial no processo que levaria à independência do Sudoeste Africano/Namíbia.

Assim, na época, a África do Sul lamentou que um acordo não se tornou possível na data almejada. Mesmo assim, a África do Sul se manteve fiel ao seu compromisso de encontrar uma solução, e felizmente esse objetivo já foi atingido. É porém de vital importância para a África do Sul que se constitua um mecanismo monitor e verificador para observar passo a passo a adoção de um esquema de retirada cubana.

O Governo sul-africano é comumente retratado como sendo intransigente e sem coração. Não obstante o fato de ter sido noticiado pela imprensa local, gostaria de mais uma vez mencionar que, com freqüência, o Presidente da África do Sul mostra clemência aos sentenciados à morte, como ocorreu esta semana, quando foram comutadas as penas de dez condenados, quatro brancos e seis negros.

Sobre o assunto conturbado da pena máxima, deve-se salientar que os sul-africanos estão profundamente divididos numa grande controvérsia sobre sua permanência ou não nos estatutos das leis do país.

Venho enfatizar, no entanto, que esta sentença somente se aplica para crimes hediondos e após deliberação nos mais altos tribunais do país. Para sublinhar minha afirmação, devo citar que entre as ofensas que ultimamente têm merecido a pena capital figuram o estupro e matança de uma criança de três anos; vários homicídios; o assassinato de duas mulheres; e a morte de dois homens.

No que concerne a Nelson Mandela, talvez se queira anotar que as autoridades sul-africanas já deram a entender que, se sua saúde continuar melhorando, ele será transferido para acomodações adequadas, confortáveis e seguras, onde seus familiares poderão visitá-lo mais livremente.

P. J. Wolvaardt, Consul Geral da África do Sul, Rio

África do Sul vai ao Congo com sugestões

Cidade do Cabo — O chanceler sul-africano Roelof Pik Botha declarou ontem que a África do Sul voltará à capital do Congo com "sugestões que deverão resolver o obstáculo" que bloqueou as negociações com Angola e Namíbia.

Este obstáculo está constituído pelo mecanismo de verificação da retirada dos 52 mil soldados cubanos destacados em Angola, e que deveria se completar em 27 meses, a partir da assinatura do Acordo Tripartidário (Angola, Namíbia, África do Sul). No último fim de semana, Botha e o ministro da Defesa, general Magnus Malan abandonaram repentinamente as negociações entre as Delegações de Pretória, Luanda e Havana, em Brazaville para "consultas" com o presidente Pieter Botha.

A saída dos ministros sul-africanos desencadeou uma série de polêmicas sobre a "seriedade das intenções de Pretória na negociação". Falando a jornalistas na capital sul-africana, Pik Botha disse que "o Governo examinou com atenção o problema e acredito que possamos voltar a participar das negociações com sugestões que deverão resolver a questão". O chanceler não comentou a declaração de Fidel Castro de que "nunca permitirei que a África do Sul verifique os movimentos das tropas cubanas" porque isto "revelaria informações estratégicas".

Asilo

Recentemente de uma visita oficial à África do Sul, os parlamentares Adolfo de Oliveira (PL-RJ), Bernardo Cabral (PMDB-AM) e Francisco Benjamim (PFL-BA), trouxeram uma novidade. Após demorada conversa com o ministro da Justiça daquele país, K. Coetzee, eles ofereceram asilo político a Mandela, no Brasil. O interlocutor sul-africano ficou de consultar o prisioneiro, e lembrou que pela primeira vez a proposta era dirigida às autoridades da África do Sul.

Mandela, 70, sofre graves problemas de saúde.

O GLOBO Domingo, 11 de dezembro de 1988

França faz a festa dos Direitos Humanos

Na ONU, maior preocupação é o combate ao racismo

HELOÍSA VILLELA
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — Na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi comemorado com uma extensa programação de palestras, debates e exibição de filmes. Do dia 1º até ontem os Direitos Humanos foram analisados sob diversos aspectos, como no caso dos portadores do vírus da Aids, da situação dos palestinos ou do tráfico de crianças.

A comemoração começou, na verdade, em abril, na República do Togo, com uma convenção que reuniu 20 países africanos. Em 88, o regime de "apartheid" completa 40 anos de vigência oficial na África do Sul e é em torno do problema da segregação racial ali que a ONU vem concentrando sua atenção.

Depois da Segunda Guerra Mundial as Nações Unidas formaram uma comissão dedicada ao estudo dos Direitos Humanos. Criada em 1946, esta comissão apresentou o que seria aprovado, pela Assembléia Geral, como a Declaração Universal. Em 1966, o texto foi complementado através de dois acordos internacionais que só entraram em vigor 10 anos depois. Um dos acordos trata dos direitos econômicos, culturais e sociais e o outro dos direitos políticos e civis.

Um protocolo complementar a estes dois acordos permitiu, a partir de 76, que qualquer cidadão denunciasse às Nações Unidas a violação de Direitos Humanos em seu país. Dos 93 Estados que assinaram o tratado inicial, apenas 39 aceitaram se submeter ao julgamento direto da ONU. O Brasil não é signatário destes acordos.

Em 40 anos, a medida mais drástica proposta pela Comissão de Direitos Humanos e aceita pela Assembléia Geral diz respeito à África do Sul. Depois de recriminar o "apartheid" através de diversas medidas e sanções, a ONU instituiu o boicote comercial e suspendeu novos investimentos e relações culturais e esportivas dos países membros com o regime de Pretória.

Uma das questões mais antigas, com a qual a ONU lida é a dos refugiados e, mais especificamente, dos palestinos. Em 1951 a Comissão elaborou uma convenção sobre o assunto e hoje presta auxílio a 12 milhões de pessoas espalhadas pelo mundo. No caso dos palestinos, são dois milhões de refugiados que vivem na Líbia, Síria, Jordânia e territórios ocupados da faixa de Gaza contando com apoio da ONU para alimentação, saúde e educação. Além de proteger e ajudar estes cidadãos, a Comissão de Direitos Humanos promove acordos com os governos para reduzir o número de refugiados do mundo.

CORREIO BRAZILIENSE

11 de dezembro de 1988

40 ANOS DE DIREITOS HUMANOS

Em alguns países, festa.

Em outros, protesto

A passagem do aniversário de 40 anos da Declaração dos Direitos Humanos, ontem, foi marcada por comemorações e também por protestos civis contra o não-cumprimento desses direitos em diversos paises. Em Oslo, na Noruega, o secretário-geral das Nações Unidas recebeu o Prêmio Nobel da Paz deste ano, em nome das Forças de Manutenção da Paz da ONU. Em Paris, houve um encontro histórico. Pela primeira vez o dissidente soviético Andrei Sakarov e o lider do proscrito sindicato polonês Solidariedade, Lech Walesa, se encontraram. Ambos são defensores dos direitos humanos em seus respectivoa paises.

Muitos momentos de tensão e agressão também marcaram o aniversário da declaração. Em Santiago, no Chile, a policia lançou bombas de gás lacrimogêneo dentro de uma das principais estações de metrô, contra manifestantes que comemoravam o dia internacional dos direitos humanos. Também no Paraguai, policiais militares e civis dissolveram diversos grupos usando cassetetes. Vários foram presos.

O governo da Africa do Sul não promoveu comemorações, mesmo porque meses antes que a ONU adotasse a declaração, em 1948, o pais havia imposto as leis racistas, absteve-se de votar e se recusou a assinar a declaração. Um lider negro religioso declarou que o governo de minoria branca considera os negros menos do que seres humanos e assim, os direitos humanos não se aplicam a eles.

Correio Braziliense-DF 11.12.88 cont...

Com o passar do tempo novos problemas foram incluídos no trabalho da Comissão e a disseminação do vírus da Aids também já está merecendo a atenção das Nações Unidas. A abertura das comemorações do 40º aniversário coincidiu com o Dia Mundial da Aids e o primeiro simpósio da programação tratou do assunto.

Na opinião do Diretor do Programa de Aids da Organização Mundial de Saúde (OMS), Jonathan Mann, a marginalização do aidético significa violação dos Direitos Humanos. Em sua palestra, o médico enfatizou a necessidade de proteção da dignidade do portador do vírus afirmando, ainda, que os resultados dos exames médicos devem ser mantidos em sigilo. Para o Dr. Jonathan Mann, no caso da Aids a proteção dos direitos de poucos é necessária para a proteção da saúde de todos, já que um doente discriminado pode, deliberadamente, contaminar outras pessoas.

África do Sul não tem o que comemorar

Johannesburgo — O governo da África do Sul não promoveu comemorações do 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O país havia imposto as leis racistas poucos meses antes que as Nações Unidas adotassem a Declaração, em 1948, absteve-se de votar e se se recusou a assiná-la.

Frank Chikane, secretário-geral do Conselho de Igrejas da África do Sul, disse que é de uma geração que nasceu depois que a Declaraç-ao foi adotada, e jamais a viu ser respeitada em seu país. O líder negro religioso declarou que o governo de minoria branca da África do Sul considera os negros menos do que seres humanos e assim, os direitos humanos não se aplicam a eles.

Para Chikane, o problema da África do Sul é a própria base de sua sociedade, de suas estruturas e leis, que são essencialmente opostas aos Direitos Humanos. Nada será resolvido enquanto o sistema do **Apartheid** não for eliminado.

O embaixador negro dos Estados Unidos na África do Sul, Edward **Perkins**, foi mais conciliador em suas declarações, mas advertiu os dirigentes da África do Sul sobre os perigos do "isolamento e estabilidade sem mudanças".

Dois senadores democratas dos Estados Unidos em visita ao País disseram na Cidade do Cabo que o governo sul-africano está perdendo a oportunidade de promover mudanças necessárias sem violência. De acordo com eles, são cada vez menores as chances de uma solução não-violenta para os graves problemas causados pela posição do governo branco. A maioria negra pode se ver sem saída, a não ser pelos métodos da luta e da tragédia de uma guerra civil.

PARAGUAI

Policiais militares e civis dissolveram ontem diversos grupos de manifestantes que comemoravam o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, informaram várias testemunhas. Pelo menos quatro grupos de manifestantes, somando várias centenas de pessoas, foram dispersados em diferentes pontos do centro da cidade.

As testemunhas disseram que houve confrontos à saída da catedral de Assunção, diante do edifício das Nações Unidas, perto do interditado jornal **ABC Color** e nas imediações do **Automóvel Clube paraguaio. A polícia usou cassetetes contra os manifestantes.**

Foram presos na manhã de ontem Luis Alfonso Resck e Luis Manuel Andrada Nogues, do Partido Democrata Cristão, Ilde Silvero, diretor do semanário **Sendero**, editado pela Conferência dos Bispos Paraguaios, Rafaela Guanes de Laino, mulher do já detido presidente do Acordo Nacional, Domingo Laino, e várias outras pessoas.

Vários sacerdotes e religiosos foram também agredidos. O seminarista Anibal Casuariaga disse que "um padre norte-americano foi algemado pela polícia e levado para a chefatura Central" num trajeto de quatro quadras. Ele não pode identificar o sacerdote.

Várias freiras disseram que à saída da catedral, onde às 11h, foi rezada uma missa pela vigência dos Direitos Humanos, ocorreram atos de repressão policial. O acesso do público "à catedral foi obstruído por policiais". As freiras não disseram que não foram agredidas.

A chamada "Manifestação pela Vida" devia partir da catedral e seguir até à sede das Nações Unidas, a umas cinco quadras distante.

Alheia às pressões, África do Sul mantém rotina das execuções

JOHN D. BATTERSBY
Do New York Times

JOHANNESBURGO — Os parentes e amigos dos homens condenados se reúnem na saia de espera da prisão para gastar uma última hora com seus entes queridos. O breve encontro era o último conforto que tinham, porque ao alvorecer do dia seguinte os cinco homens seriam enforcados.

Os enforcamentos já se tornaram quase uma rotina semanal na prisão central de Pretória, onde o índice de execuções tem se elevado regularmente nos últimos anos. Essa tendência contrasta com as crescentes pressões contra a pena capital no resto do Mundo.

No ano passado, a África do Sul executou 164 pessoas, mais do que qualquer outro país do Mundo, segundo a Anistia Internacional (AI) — quatro vezes mais do que os que foram executados no Irã e 32 mais do que na China, dois países que antes encabeçavam a lista da Anistia.

No mesmo ano, 25 pessoas foram executadas nos Estados Unidos, que têm uma população seis vezes maior que a da África do Sul.

As cinco execuções da quinta-feira passada elevaram para 115 o número de pessoas enforcadas na África do Sul este ano. Duzentas e setenta e três outras pessoas aguardam no corredor da morte. Dos 115 executados, 79 eram negros, 33 eram mestiços e apenas três eram brancos.

Numa insólita declaração perante o Parlamento deste país dominado por brancos, o Ministro da Justiça Kobie Coetsee disse em setembro que 83 desses réus que aguardam execução foram acusados por crimes que tiveram "motivação política".

Esses prisioneiros, considerados prisioneiros políticos pelos grupos anti-"apartheid", são em muitos casos acusados de crimes violentos como assassinatos cometidos com motivações políticas durante levante civil.

Entre esses sentenciados à forca, recentemente figurava um grupo de negros conhecidos como os Seis de Sharpeville, acusados de homicídio por seu papel no assassinato de um conselheiro negro. Seu caso se tornou foco de uma campanha internacional de clemência.

Na semana passada o Presidente Pieter Botha comutou suas sentenças, junto com as de outros sete que aguardavam execução, entre os quais quatro policiais brancos acusados do assassinato de negros.

Bush promete altos cargos a negros

WASHINGTON — Benjamin Hooks, um destacado militante americano dos Direitos Civis, informou ter recebido do Presidente eleito, George Bush, a promessa de que nomeará negros para altos cargos de seu governo. E ao lhe indagarem que ele prometera especificamente nomear um negro para o Gabinete, sua resposta foi a de que muito provavelmente sua ação chegará a esse nível.

As informações de Hooks, Diretor Executivo da Associação Nacional para o Avanço dos Negros (NAACP), foram dadas após um encontro de 20 minutos com Bush. Pouco mais tarde, durante uma sessão de fotografias em seu escritório, o Vice-Presidente disse aos jornalistas a respeito das declarações de Hooks:

— Realmente, eu sempre disse que o Gabinete iria ser representativo. Fiquem observando.

Hooks, cuja organização de 500 mil filiados constitui a mais importante de todas as que nos Estados Unidos militam em defesa dos Direitos Civis, reconheceu que sempre atacou a administração do Presidente Ronald Reagan por seu fraco desempenho nesse campo, mas não responsabilizou o Vice-Presidente pela política posta em prática pelo Executivo. Disse ele:

— Critiquei muito a política de Direitos Civis do Presidente Reagan. Não a aprovo e assim me manifestei quantas vezes pude, mas espero um muito melhor desempenho nesse campo por parte de Bush, e estou certo de que essa etapa terá início às 13h de 20 de janeiro.

O Presidente eleito prestará juramento à Constituição, tornando-se assim Chefe do Governo dos Estados Unidos, naquela mesma data, ao meio-dia.

JORNAL DO BRASIL quarta-feira, 14/12/88

Internacional

Acordo dará independência à Namíbia em 89



Jornal do Brasil-RJ 14.12.88 cont...

O acordo

BRAZZAVILLE, Congo — Após oito meses de negociações, Angola, Cuba e a África do Sul assinaram um acordo que estabelece a eleição em novembro de 1989 de uma Assembléia Constituinte que levará à independência da Namíbia, território ocupado pelos sul-africanos desde 1915, e a retirada total das tropas cubanas de Angola até junho de 1991.

O chamado Protocolo de Brazzaville, que será transformado em tratado no próximo dia 22, em Nova Iorque, foi assinado em clima solene e festivo no Palácio do Povo da capital congolesa, na presença do presidente Denis Sasso Nguesso e de delegações de políticos e diplomatas de vários países. O ministro do Exterior sul-africano, Roelof Botha, foi intensamente aplaudido ao declarar: "Meu governo está eliminando a discriminação racial. Queremos ser aceitos por nossos irmãos africanos. Precisamos uns dos outros."

Fim de capítulo — Seus parceiros na assinatura do protocolo foram o vice-ministro do Exterior cubano Ricardo Allarcon e o comandante das Forças Armadas angolanas, general Antônio dos Santos França. "O dia de hoje assinala o fim de um capítulo triste na história política africana", regozijou-se o subsecretário de Estado americano Chester Crocker, que desde o início vinha mediando as negociações.

Angola, Cuba e Africa do Sul já haviam assinado um acordo preliminar que levou ao cessar-fogo na fronteira militarizada entre a Namíbia e Angola, no dia 1º de setembro, e à retirada das tropas sul-africanas que apoiavam, em território angolano, as ações de guerrilha da Unita (União para a Independência Total de Angola). O Protocolo de Brazzaville estabelece o dia 1º de abril de 1989 como início de um período de sete meses para a aplicação da resolução 435 aprovada pela ONU em 1978.

Esta resolução determina o fim do controle administrativo da África do Sul na Namíbia e a realização de eleições neste território — também conhecido como África do Sudoeste — sob inspeção internacional comandada pela ONU.

Pelo protocolo, Cuba retirará 3.000 de seus 50.000 militares em Angola até 1º de abril; todas as tropas cubanas estarão a pelo menos 550 km da fronteira da Namíbia quatro meses depois; quando se realizarem a 1º de novembro as eleições para a Assembléia Constituinte na Namíbia, deverão ter sido retirados 25.000 soldados cubanos. A retirada total prosseguirá em etapas ate o último dia de junho de 1991, sob controle do Conselho de Segurança da ONU.

A Constituição da Namíbia terá de ser aprovada por maioria de dois terços da Assembléia. Acredita-se que esta maioria poderá ser obtida pela Organização do Povo da África do Sudoeste (Swapo), grupo de guerrilha marxista que há 22 anos opõe resistência à dominação sul-africana e é reconhecido pela ONU como representante legítimo dos 1,2 milhão de habitantes da Namíbia.

☐ O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, prometeu anistia para os guerrilheiros da Unita que depuserem armas, além de comutação de sentenças de morte já impostas a condenados. Em Lisboa, Alcides Sakala, porta-voz da Unita, elogiou o acordo de Brazzaville mas disse que se não houver negociações internas em Angola "a luta armada será intensificada"

Firmado o acordo que torna a Namíbia livre

BRAZZAVILLE — África do Sul, Angola e Cuba firmaram ontem nesta capital o protocolo do acordo que põe fim a quase cem anos de administração sul-africana da Namíbia e prevê a retirada de 50 mil soldados cubanos de Angola até julho de 1991. Pelo protocolo, a Namíbia será independente em 1º de abril próximo e realizará eleições em novembro.

O documento prevê a aplicação, a partir do próximo 1º de abril, da resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU sobre a independência da Namíbia. O protocolo foi firmado pelo Chanceler da África do Sul, Roelof [illegible] pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores de Angola, Antero dos Santos, e pelo Vice-Chanceler de Cuba, Ricardo Alarcon.

Assistiram à cerimônia Chester Crocker, Subsecretário de Estado para Assuntos Africanos dos EUA, país que mediou o acordo, e o Vice-Chanceler da URSS Anatoly Adamishin. O acordo foi alcançado após oito meses de intensas negociações.

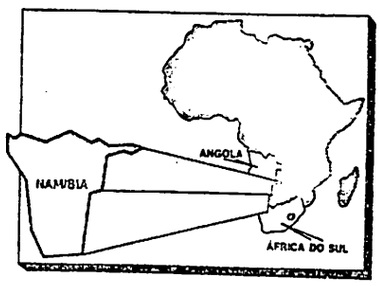
[illegible] disse que a assinatura [illegible] significava a vitória da negociação sobre [illegible] Precisamos uns dos outros, afirmou.

Novo país nasce rico em minérios

A Namíbia, que se tornará um país independente no próximo ano, é administrada oficialmente pela África do Sul desde 1915, embora em 1966 as Nações Unidas lhe tenham retirado a tutela. Situada na costa atlântica da África, entre Angola e África do Sul, a Namíbia — antiga África do Sudoeste — tem uma área de 824 mil quilômetros quadrados e uma população de 1,1 milhão de pessoas, das quais cem mil vivem em Windhoek, a capital.

Com um território arenoso, mas de grande riqueza mineral, a Namíbia (nome adotado em 1968, que vem do Deserto de Nagib) produz cobre, chumbo, diamantes, urânio, selênio e tem a maior mina de urânio do Mundo, a de Rossing, sendo o quarto produtor mundial de urânio.

Colônia alemã desde 1884, a então África do Sudoeste passou em 1915 à administração da Grã-Bretanha, que a confiou à África do Sul.



Em 27 de outubro de 1966, a ONU declarou ilegal o prolongamento da tutela e qualquer tentativa de impedir a independência da Namíbia. Mas os sul-africanos mantiveram sua presença no território, por motivos econômicos mas alegando questões de segurança e defesa.

Nos últimos anos, a luta entre as tropas sul-africanas e os guerrilheiros separatistas da Swapo (Organização Popular da África do Sudoeste), apoiados por forças cubanas, causou a morte de 20 mil pessoas, namíbios em sua grande maioria.

CORREIO BRAZILIENSE 15 de dezembro de 1988

África do Sul propõe trocas

Johannesburgo — A África do Sul propôs ontem a troca de um piloto angolano que desceu com seu jato MIG-21 no território da Namíbia, administrado por Pretória, na terça-feira passada, por um soldado sul-africano capturado em Angola.

O piloto negro não identificado fez um pouso forçado no milharal de uma fazenda, 320 quilômetros ao sul da fronteira de Angola, disseram fontes militares e testemunhas. O radar e as transmissões de rádio do piloto indicaram que ele perdeu o controle do avião ao sobrevoar uma formação de nuvens baixas na fronteira de Angola com Namíbia.

O ministro do Exterior, Roelof "Pik" Botha, que terça-feira assinou um acordo com Angola e Cuba, em Brazzaville, capital do Congo, ofereceu também a restituição à Angola do jato ligeiramente avariado. O soldado pelo qual ele quer trocar o piloto é Johan Papenfus, ferido e aprisionado em ação no sul de Angola, em maio de 1988, e atualmente internado num hospital em Cuba. O governo sul-africano está preparado para trocar o piloto pelo prisioneiro Papenfus e levar o primeiro para Nova Iorque, caso o governo cubano se disponha a fazer o mesmo com o seu prisioneiro", disse Botha.

Brasil manifesta apoio à Namíbia

O Governo brasileiro reagiu "com satisfação" ao acordo assinado em Brazzaville manifestando, através de uma nota oficial, sua expectativa de que "a total independência da Namíbia e o respeito à integridade do território angolano sejam alcançados".

O Brasil espera que a boa vontade demonstrada pelas partes constitua-se numa abertura para o encaminhamento de uma solução para o regime do apartheid na África do Sul.

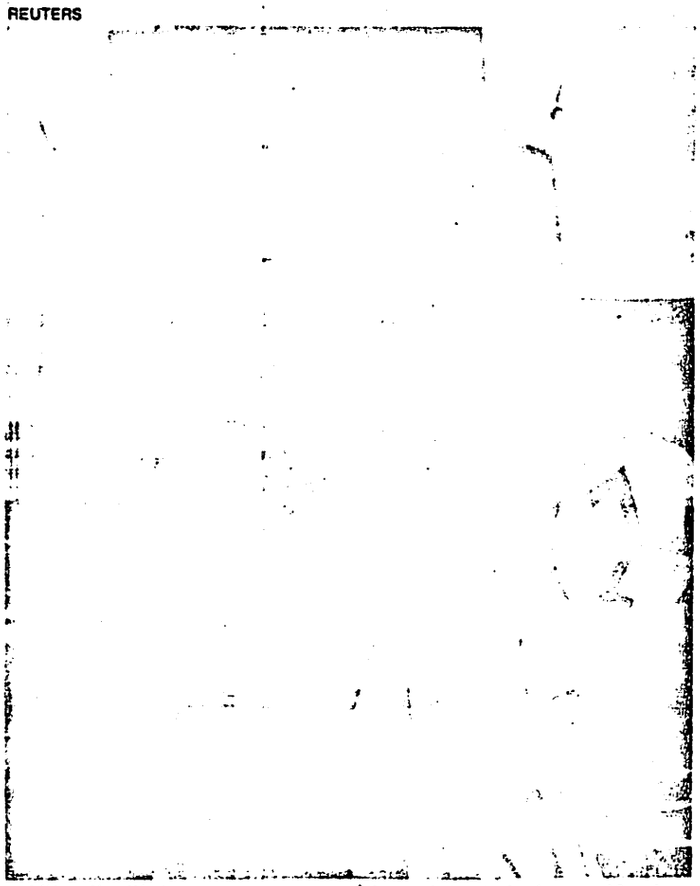
Na mesma nota oficial, o Governo brasileiro congratula-se, particularmente, com o governo de Angola e com os líderes da futura nação independente da Namíbia nesse momento de esperança para um futuro de paz, justiça e prosperidade naquela região conturbada da África.

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília - D. Federal

17 DEZ 1988

Pieter Botha pede união após 150 anos de racismo

REUTERS



Ultradireitistas comemoram aniversário da independência

Correio Braziliense-DF 17.12.88 cont...

Johannesburgo — O presidente Pieter W. Botha, durante comemoração em feriado solene dos afrikaners brancos, pediu ontem o fim do ressentimento que divide seu grupo dirigente, mas uma comemoração rival salientou ainda mais o cisma.

O líder do governo de minoria branca fez um apelo à maior união com os negros da nação, uma política que provocou o rompimento em 1983 com afrikaners direitistas, que agora desafiam o poder central. Botha condenou a "interferência e a condenação estrangeiras" num discurso público sóbrio para comemorar o 150º aniversário do início da grande jornada, a migração de ancestrais "boers" dos afrikaners para fugir ao governo colonial britânico.

"A unidade nacional deve ser construída com base nas boas relações intergrupais e na boa convivência entre todas as comunidades", declarou. "Não buscamos a uniformidade monótona ou a unidade artificial entre os afrikaners, mas exortamos à unidade por um interesse maior — para enfrentarmos nossos inimigos", disse Botha.

Botha, líder do Partido Nacional, que tenta suavizar a base racial de seu governo de 40 anos, discursou para cerca de 8 mil pessoas reunidas na base do monumento Voortrekker, no topo de uma colina de Pretória, a capital.

COMEMORAÇÃO

Em outra parte da cidade, Andries Treurnicht, líder do Partido Conservador, dissidente, e Eugene Terre-Blanche, líder do Movimento de Resistência Afrikaner, radical, discursaram numa comemoração rival para comemorar a grande jornada de 1838.

Grupos culturais de direita e pró-governo organizaram jornadas rivais com caravanas de vagões puxados por bois, reconstituindo a migração de colonos "boers" (fazendeiros) do sudoeste da Cidade do Cabo para fugir do governo colonial liberal britânico.

Cerca de 15 mil "boers" deixaram a colônia para fundar duas repúblicas, que perderam uma guerra contra a Grã-Bretanha entre 1899 e 1902. Elas depois se fundiram com a ex-colônia e a província de Natal, de governo britânico, para formar em 1910 a União da África do Sul, que em 1961 se tornaria uma república.

Os dois grupos culminaram suas comemorações ontem, Dia Nacional da Promessa, no qual os afrikaners recordam solenemente a vitória no campo de batalha, em 1838, de voortrekkers contra um exército zulu em superioridade numérica.

Os líderes dos pioneiros brancos prometeram comemorar a data como um dia santo, se Deus lhes desse a vitória sobre guerreiros de tribos negras na batalha do rio do Sangue, na província de Natal.

Os negros foram barrados da comemoração direitista. No monumento aos voortrekkers, os poucos negros presentes eram trabalhadores contratados para dirigir vagões puxados a bois que reconstituíram a grande jornada.

Nas duas comemorações, centenas de fazendeiros brancos se vestiram à moda do século 19, com os trajes usados pelos pioneiros, e prepararam pratos tradicionais em fogueiras ao ar livre.

Uganda restringe circuncisão jovem

Kampala, Uganda — O governo central tomou medidas para limitar uma onda de três semanas de circuncisões num distrito onde os chefes de tribos tradicionalistas tornaram obrigatória prática para todos os adolescentes dos dois sexos, informou o jornal oficial Nova Visão.

Segundo o jornal, o governo interveio por causa do êxodo de jovens que procuram evitar o ritual e de apelos de uma delegação vinda à capital em busca de ajuda. Embora não proibindo a prática, o governo insistiu em que ela precisa permanecer "opcional para todos". Alertou que a circuncisão pode causar problemas de parto para as mulheres.

Os chefes de tribos que controlam o Conselho Distrital de Kapchorwa, no leste de Uganda, baixaram uma ordem, há três semanas, declarando a circuncisão obrigatória para todas as moças de 14 anos e todos os rapazes de 18.

Os membros da tribo Sebei, que acreditam que a prática é importante por motivos sociais e de saúde, começaram imediatamente a levar facas para todos os homens e mulheres sebeis não circuncisados, assim como para os maridos e esposas não sebeis de membros da tribo.

O GLOBO 21 de dezembro de 1988

'Falange' assalta prédio na Atlântica

Começou a "Operação Papai Noel" do Falange Vermelha. O recado foi deixado na portaria do Edifício Januzzi, na Avenida Atlântica 1.918, pelo grupo de seis a dez assaltantes que invadiu o prédio de Copacabana, ontem de manhã, e levou cerca de US$ 4 mil (CZ$ 2,8 milhões, no câmbio oficial), jóias e mais de CZ$ 1 milhão dos moradores de três apartamentos, entre eles uma família moçambicana e outra sul-africana, vindas de Johanesburgo para passar as festas de fim de ano no Rio. O assalto começou por volta das 6h, durou duas horas e as vítimas não apresentaram queixa à delegacia mais próxima (12ª DP). Surpresos com o assalto — o primeiro que sofreram na vida —, dois dos três filhos de Charlie Naude e os quatro filhos de Carlos Celestino, com idades de 11 a 18 anos, disseram que não pretendem mais voltar ao Brasil, garantiram que a vida na África do Sul é tranqüila e que o apartheid não é tão ruim como diz a imprensa do resto do Mundo.

O segurança do prédio e o vigia Antônio José de Paiva contaram que foram surpreendidos pelos bandidos, que saíram de trás dos arbustos que ficam ao lado da portaria. Antônio, que levou uma coronhada, disse que foi o terceiro assalto ocorrido no prédio. Funcionários e moradores foram levados para o quartinho e o banheiro situados nos fundos da garagem.

O primeiro apartamento invadido foi o 601, alugado por temporada para as famílias Naude, sul-africana, e Celestino, moçambicana. Os marginais obrigaram a governanta Diva Navega, que descera para comprar pão, a subir novamente com eles. No apartamento estavam 11 pessoas. Charlie e Annamaria Naude, que não falam português, não entenderam nada a princípio. Ao entrar, um bandido de terno e gravata disse que eram da Polícia Federal e tinham recebido a informação de que ali havia grande quantidade de cocaína.

A moçambicana Maria José Celestino entendeu logo que era assalto. Foi do 601 que a quadrilha levou os US$ 4 mil, CZ$ 900 mil que haviam sido retirados do banco pela família Celestino para as compras de Natal, além do anel de casamento de Annamaria Naude e outros objetos. Depois de rendidos, todos foram para o quartinho, onde já estavam o vigia, o os faxineiros Francisco Edio de Souza e Francisco Penha e o segurança.

A próxima vítima foi Victor Nótrica, professor do Colégio Miguel Couto Bahiense, que saiu às 6h30m para trabalhar. Ele contou que teve de subir com dois assaltantes até o apartamento 801, onde estava seu filho, Raul, de 25 anos.

— Acordei vendo meu pai com as mãos para o alto, dizendo para eu manter a calma. Havia dois bandidos com ele, um calmo e outro aparentando nervosismo, que chegou a me agredir, perguntando se eu era ou não homem. O mais engraçado é que levaram uma televisão e um videocassete de minha casa e os deixaram na portaria. Eles só roubaram algumas jóias de estimação — disse Raul.

Em seguida, foi a vez do 1.201. Da mesma forma, os ladrões subiram com a empregada, quando voltava da padaria. Júlio Assuf, que mora com os pais e está hospedando um casal de amigos e seus três filhos, disse que não houve violência no assalto e que os bandidos disseram pertencer ao **Comando Vermelho**. A hóspede Cristina Araújo disse que os homens se apresentaram como policiais em busca de tóxicos. Para não amedrontar os três filhos, ela disse que o assalto era, na verdade, uma filmagem para a televisão.

O único morador assaltado que não teve a casa invadida foi Henri Bueno, do 301, que desceu para o trabalho às 7h15m. Os assaltantes já estavam de saída e se contentaram com os CZ$ 200 mil e o revólver que ele carregava. O bandido de paletó e gravata entrou em dois apartamentos — 601 e 1.201 — foi o que chamou mais atenção. Uma empregada contou que, há alguns dias, um homem de terno, parecido, subiu no elevador com ela e comentou, em tom de brincadeira, que o apartamento em que ela trabalhava devia ter muitos dólares guardados. O desconhecido, segundo ela, desceu em seguida, sem parar em andar algum.

Na portaria, ao lado do interfone, a quadrilha deixou o seguinte bilhete:

"Nós estivemos aqui, **Comando Vermelho**. Os amigos do Bangu I (presídio de segurança máxima, onde estão alguns dos principais membros da organização criminosa) têm de vir embora. Boa sorte e Feliz Natal. C.V. Operação Papai Noel".

O Globo-RJ 21.12.88 cont...

Jovens que nunca sofreram assalto elogiam 'apartheid'

Filhos do agente de viagens moçambicano Carlos Celestino e de Charlie Naude, gerente de uma fábrica de papel em Johanesburgo, sete rapazes e moças de 11 a 18 anos sofreram ontem, no Rio de Janeiro, o primeiro assalto de suas vidas. No país onde vivem, segundo disseram, as residências só são roubadas quando os moradores não estão; a vida na África do Sul é tranqüila e o que os jornais e as emissoras de televisão do resto do Mundo falam do **apartheid** (política que discrimina a maioria negra da população) não corresponde à realidade.

O único que disse não ter medo de voltar ao Brasil foi David Naude, de 16 anos, que concordou com seu pai, Charlie, quando disse que o assalto poderia ter acontecido até em sua casa, em Johanesburgo. Os irmãos Lesley, de 17, e Claire, de 11, e os filhos de Celestino — Carlos, de 18 anos, Monia, de 16, Cláudio, de 15, e Tucha, de 12 — não foram da mesma opinião.

Carlos Celestino, o mais velho do grupo, negou que haja uma guerra entre brancos e negros na África do Sul; o que costuma acontecer, segundo ele, são apenas "atritos entre tribos negras". E garantiu que, atualmente, os sul-africanos negros podem freqüentar quaisquer lugares públicos que desejem. Disse ainda que os colégios em que estudam não são freqüentados por crianças e adolescentes negros pelo simples fato de que, nos bairros onde estão situados, a maioria dos habitantes é branca.

— Mas nós sempre nos encontramos porque jogamos muitos esportes contra eles — observou o irmão Cláudio.

David sintetizou o pensamento dos demais sobre a questão do preconceito racial:

— Acho que as pessoas são todas iguais. Desde que os negros ajam de forma civilizada, nenhum de nós tem qualquer espécie de racismo.

CORREIO BRAZILIENSE

21 de dezembro de 1988

Pik Botha viaja e assina acordo

Johannesburgo — Dirigentes sul-africanos, incluindo o chanceler Roelof "Pik" Botha e o ministro da defesa, general Magnus Malan, viajaram ontem para Nva Iorque onde assinarão, formalmente, amanhã, o acordo com Angola e Cuba sobre a independência da Namíbia e a retirada dos cerca de 50 mil soldados que Havana enviou em defesa do regime de Luanda.

Os negociadores sul-africanos viajaram primeiro para Londres porque as sanções dos Estados Unidos impedem vôo direto com o país que mantém leis de segregação racial.

A África do Sul controla a Namíbia desde 1915. Mas nos últimos 25 anos, o controle se deu em aberto desafio às recomendações da ONU.

Sul-africanos assaltados fazem elogios ao 'apartheid'

Uma quadrilha invadiu ontem o prédio 1.918 da Avenida Atlântica e levou, só de duas famílias da África do Sul, mais de US$ 4 mil. Charlie Naude, gerente de uma fábrica de papel em Johanesburgo, veio com a mulher e os três filhos para a festa de Ano Novo em Copacabana e não fica nem para o Natal. Seus filhos acharam o Rio violento demais e garantiram que a política do **apartheid** não é tão ruim como se fala. Ao saírem, os ladrões deixaram na portaria uma mensagem avisando que a **Falange Vermelha** começou a "Operação Papai Noel". **Página 14**

O LIBERAL
BELEM — PA

31 DEZ 1988

Tribo negra ganha ação contra governo racista sul-africano

Johannesburgo (UPI) — Um juiz do Supremo Tribunal da África do Sul, T. T. Spoelstra, suspendeu ontem temporariamente uma medida do governo segregacionista de minoria branca que obrigava cerca de nove mil membros da tribo Tswana a se tornarem, contra sua vontade, cidadãos de um Estado negro não reconhecido internacionalmente e criado por Pretória como parte de um plano desacreditado para livrar o país de sua maioria negra.

O governo pretendia incorporar os membros da tribo, que vivem na comunidade negra de Braklaagte, à pátria tribal semi-autônoma de Bophuthatswana, contra a sua vontade.

O magistrado suspendeu a medida cerca de 30 horas antes do prazo estabelecido pelo governo para o início da incorporação, a meia-noite de sábado, e deu ao regime segregacionsita até 7 de março para justificar sua medida.

Bophuthatswana, um fragmentado território designado como pátria para a tribo Tswana, é um dos quatro Estados étnicos que receberam autonomia de Peretória, como parte de sua ideologia branca de 40 anos que busca eliminar da África do Sul sua maioria negra.

Há 10 anos, o governo reconheceu que o plano de partilha racial não impediria o fluxo de negros para cidades "brancas", mas não suspendeu seus esforços para formar "nações negras" no país.

Nenhum país reconheceu os Estados criados por Pretória, conhecidos como as repúblicas de Bophuthatswana, Venda, Transkei e Ciskei. Outros seis territórios tribais, conhecidos como "Estados Nacionais" — incluindo Kwazulu, Qwaqwa, Lebwa, Gazankulu, Kangwane e Kwandebele — se recusaram a optar pela independência de Pretória.

Apesar da suposta autonomia, todos os 10 territórios estão intimamente ligados à economia da África do Sul e fortemente dependentes do financiamento de Pretória.

O governo decretou que a comunidade agrícola de Braklaagte deveria ser incorporada a Bophuthatswana devido a sua filiação étnica.

Jack Unterhalter, advogado que representou o líder de Braklaagte, Pupsey Ntsanyana Sebogodi, na justiça afirmou que o grupo temia ser perseguido por se opor ao governo de Bophuthatswana.

Os líderes dos territórios que optaram pelo autogoverno são amplamente condenados por ativistas antiapartheid, que os classificam de fantoches da minoria branca de Pretória.

Transkei e Ciskei estão separados por disputas faccionais e tribais, além de serem alvos constantes da imprensa, devido à corrupção oficial generalizada em seus territórios.

Zach de Beer, líder do oposicionista e liberal Partido Progressista Federal, declarou ontem: "Depois do fracasso da política de Pátrias Negras, durante tantos anos, é quase inacreditável que 1989 comece com o governo tentando obrigar sul-africanos a se tornarem, contra a sua vontade, cidadãos de um desses lugares".

Decreto silencia 4 entidades: África

JOHANNESBURGO — O governo sul-africano silenciou quatro organizações contra o "apartheid", acusando-as de fomentar a violência revolucionária contra a minoria branca no poder.

As restrições ordenadas pelo ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, elevam para pelo menos 25 o número de movimentos dissidentes praticamente fechados sob o estado de emergência nacional. As atividades de quatro organizações, duas de professores, uma de estudantes e outra sobre pessoas detidas pelo governo, foram proibidas por um decreto publicado no Diário Oficial, com base na Lei de Emergência de 12 de junho de 1986.

O tenente Peet Bothma, assessor de Vlok, disse que as quatro organizações, atingidas são a Democratic Teachers Union (negra), National Detainees Forum, Western Cape Studentes Congress e Western Cape Teachers Union (multirracial).

Segundo Bothma, esses grupos promovem atividade revolucionária que pode conduzir a greves, boicotes e terror.

A organização sobre detidos, nasceu na esteira do fechamento, em fevereiro passado, do comitê de apoio a parentes de presos, um grupo de direitos humanos que denunciou a existência de 30 mil pessoas detidas sem julgamento. em fevereiro, outras 16 organizações anti-APARTHEID tiveram suas atividades restringidas.

30 de dezembro de 1988

O GLOBO

Namíbia, enfim a emancipação

Embora tenha concluído a retirada de suas tropas (cerca de dois mil homens e 50 blindados e caminhões) do Sul de Angola 36 horas antes do prazo estabelecido no acordo firmado no início do ano em Genebra — com este país do Sudoeste africano, Estados Unidos e Cuba —, a África do Sul não fez o mesmo na Namíbia, retardando assim o processo de independência da última colônia do continente. A ocupação pelo regime de Pretória, por força de tutela assumida desde o final da Primeira Guerra Mundial, contraria a Resolução 435 da ONU, que em 1978 fixou os termos da emancipação. E se mantém em nome do apoio financeiro e militar às forças da União para a Independência Total de Angola (Unita) que combatem o governo marxista de Luanda.

A África do Sul alega o impasse sobre o cronograma da retirada dos 50 mil cubanos de Angola — Pretória exige que ela se efetue em 24 meses; Angola e Cuba querem 30 meses — para permanecer na Namíbia, onde o governo provisório de coalizão apóia o regime do **apartheid**, inclusive adotando-o em seu território. Acossado pela oposição da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), que luta pela independência, o Governo da Namíbia tenta garantir a posição estratégica do país para as incursões das forças de Pretória em Angola.

Em dezembro, a alegação deixou de ter razão. Angola, África do Sul e Cuba assinaram acordo destinado a promover a independência da Namíbia, em que ficou estabelecido que os 50 mil soldados cubanos se retirariam até julho de 1991.

O POPULAR
GOIÂNIA - GOIÁS

29 DEZ 1988

Violência faz 11 mortos na África do Sul

Johannesburgo - Sete negros morreram baleados num aparente massacre em meio a novo surto de violência negra faccional na província de Natal, disse ontem a polícia.

As autoridades encontraram anteontem o corpo de sete homens na área negra de Mpumalanga, depois de ouvirem vários tiros, disse a polícia.

Não foram fornecidos detalhes sobre o aparente massacre, mas a polícia mencionou o tiroteio num "relatório de distúrbios" emitido diariamente sobre atos de violência de fundo político em âmbito nacional.

Cerca de 80 pessoas foram mortas desde outubro na contínua violência faccional em guetos negros em torno de Pietermaritzburg, capital administrativa da província de Natal, no leste da África do Sul.

Líderes religiosos e comunitários que tentam pôr fim à forte rivalidade por trás das mortes estimam qué mais de 600 negros foram assassinados no ano passado na área tradicionalmente dominada pelos zulus.

RELATÓRIO

A polícia informou anteontem que pelo menos 11 negros foram mortos e uns 15 ficaram feridos em ataques contra residências e indivíduos nos três dias de festas natalinas.

No relatório de ontem, a polícia disse que agentes correram em socorro de um colega ferido por um grupo de negros à entrada de uma residência.

Alguns dos negros dispararam contra os agentes, que responderam ao fogo com tiros de espingarda, e o grupo se dispersou. Pouco depois a polícia ouviu tiros, não muito distante, e foi investigar, descobrindo os corpos de sete negros, todos mortos a tiros.

Os relatórios de distúrbios oficiais fornecem pouco mais do que detalhes sumários, evitando especulação sobre os motivos e a identidade dos envolvidos, mas observadores políticos ligam a violência à rivalidade pelo poder político não-oficial sobre os guetos e favelas negros.

A maioria dos analistas identifica os grupos em choque como o movimento Inkatha, de base zulu, e a rival Frente Democrática Unida (FDU), embora a polícia diga que criminosos comuns frequentemente se escondem por trás de filiações políticas.

Guerra entre facções mata 7 sul-africanos

Johannesburgo - Sete negros morreram balaeados num aparente massacre em meio a novo surto de violência negra faccional na província de Natal, disse ontem a polícia.

As autoridades encontraram anteontem o corpo de sete homens na área negra de Mpumalanga, depois de ouvirem vários tiros, disse a polícia.

Não foram fornecidos detalhes sobre o aparente massacre, mas a polícia mencionou o tiroteio num "relatório de distúrbios" emitido diariamente sobre atos de violência de fundo político em âmbito nacional.

Cerca de 80 pessoas foram mortas desde outubro na continua violência faccional em guetos negros em torno de Pietermaritzburg, capital administrativa da provincia de Natal, no leste da África do Sul.

Líderes religiosos e comunitários que tentam por fim à forte rivalidade por trás das mortes estimam que mais de 600 negros foram assassinados no ano passado na área tradicionalmente dominada pelos Zulus.

A polícia informou anteontem que pelo menos 11 negros foram mortos e uns 15 ficaram feridos em ataques contra residências e indivíduos nos três dias de festas natalinas.

O POVO - FORTALEZA/CE 22/12/88

Acordo vai coroar hoje oito meses de esforços para pacificar sul da África

Johannesburgo — Os governos da África do Sul, Angola e Cuba assinam hoje, em Nova Iorque, um acordo, resultado de quase oito meses de esforços, que levará à retirada das tropas cubanas instaladas em território angolano e à independência da Namíbia. A cerimônia, na sede das Nações Unidas, coroará um processo de negociações iniciado em 3 de maio em Londres e em que intervieram também os Estados Unidos.

Na semana passada, representantes dos três países assinaram em Brazzaville um protocolo que incluía as grandes linhas do acordo. O tratado de Nova Iorque vai detalhar os elementos do protocolo. Com isso, a África do Sul aceita por fim a ocupação da Namíbia, que se efetuará de forma gradual a partir de 1.º de abril, data em que será aplicada a resolução 435 das Nações Unidas, votada em 1978 e que prevê a realização de eleições livres sete meses depois da assinatura do tratado de Nova Iorque.

Em contrapartida, a África do Sul e os Estados Unidos obtêm o que exigem desde 1980: a retirada das tropas cubanas que apoiam o Governo angolano na luta contra a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) — guerrilha apoiada pelos países.